

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Antropologia

**Hidroeletricidade e identidade social.
A técnica como memória *barragista* (Picote, Trás-os-Montes).**

Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutora em Antropologia

Júri:

Doutor Pedro Prista Monteiro, Professor Auxiliar do Departamento de Antropologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Doutor Vitor Manuel Oliveira Jorge, Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutora Ana Isabel Neto Nunes Afonso, Professora Auxiliar do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutora Sandra Isabel de Oliveira Xavier Pereira, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor Brian Juan O’Neill, Professor Catedrático do Departamento de Antropologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Doutor Jorge Costa Freitas Branco, Professor Catedrático do Departamento de Antropologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Abril, 2015

Aos meus amigos que não puderam acompanhar esta pesquisa até ao fim: Eduardo Chitas, Miguel Gaspar, Sónia Almeida, Indira Gujral e Paula Togni.

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Doutor Jorge Freitas Branco a orientação desta tese.

Durante seis anos percorri memórias, territórios, histórias de vida. Agradeço por isso a todos os barragistas que contribuíram de forma decisiva para a consecução deste projeto. Agradeço ainda a:

Orlando de Matos Ferreira, meu tio, que me abriu todos os caminhos.

Maria de Lurdes Lourenço Pequito, minha tia, pela revisão do texto e incontáveis horas de conversa e estímulo.

Padre Telmo Ferraz, que me orientou nas rotas da memória barragista.

Henrique Pinto, que me facultou todas as informações sobre encontros e reuniões. Sem o seu livro de memórias este trabalho não teria sido possível.

Aos habitantes do Barrocal do Douro, a disponibilidade e simpatia com que me acolheram a todas as horas: Lázaro e sua mulher, Justiniano e sua mulher, Guida do Neca.

Aos engenheiros que entrevistei, a disponibilidade e o interesse com que seguiram esta pesquisa, disponibilizando toda a informação.

Ao engenheiro António Pereira dos Santos e sua mulher, Maria Fernanda, os materiais que pude recolher no decurso das entrevistas: relatórios e fotografias.

Ao engenheiro José Fagulha Vaz, os contributos para a reconstituição daquele começo, bem como os materiais que colocou à minha disposição.

Ao engenheiro Fausto Costa, a disponibilidade e as indicações que me deu para poder contactar outros barragistas.

À população de Vila Nova de Foz Côa, aos guias do Museu do Côa e da Junta de freguesia, que me disponibilizaram toda a informação que pedi.

Aos meus alunos de Sociologia agradeço a alegria e o entusiasmo com que sempre acompanham.

Aos meus pais, que se conheceram na barragem de Picote, o valioso contributo

Aos meus familiares e amigos que comigo partilham este tempo.

Aos meus dois filhos, João e Rita, o entusiasmo e a verdade com que estão presentes na minha vida.

Resumo

A pesquisa identifica mecanismos de construção de memória da técnica no grupo barragista. Este grupo, que fez parte da multidão de trabalhadores que construíram barragens em Portugal, construiu identidade no trânsito de uma obra para outra: o estaleiro foi o território onde se reconfiguraram crenças e costumes.

As dinâmicas observadas, semelhantes a outras movimentações de trabalhadores em obras de grande escala, articulam-se com os processos laborais globais. Os trabalhadores migrantes constroem as suas referências identitárias no trânsito, cruzando dimensões transnacionais, nacionais, regionais e locais, conforme estudado pelo antropólogo brasileiro Gustavo Lins Ribeiro (construção de Brasília e da barragem binacional de Yacyretá).

Os processos de construção de memória barragista estruturaram-se em livros, encontros e comemorações: o bairro do Barrocal do Douro, construído propositadamente para apoio ao aproveitamento hidroelétrico de Picote é um importante *locus* de memória.

O estudo do grupo barragista foi também ocasião para identificação de movimentos cívicos a propósito do uso dos recursos hídricos. Se, nos anos 1950, a construção de barragens se enquadrava no combate pela industrialização do país, nos anos 1990 o movimento cívico criado a partir da descoberta arte rupestre, da região do rio Côa, foi ocasião de maior participação neste debate, reivindicando agora os valores da cultura contra o “império do betão”. O conflito entre aquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido adquiriu novas significações.

A conclusão retoma os três derivados identitários: barragistas, protagonistas da construção política da paisagem tecnológica e ativistas em defesa do património arqueológico do vale do rio Côa.

Palavras-chave:

Hidroeletricidade; Picote; Barragistas; Cidadania; Memória; Técnica; Foz Côa; Arte Rupestre.

Abstract

The research identifies processes of memory of technology in a group of dam workers: *barragista* group. This group, which was part of the crowd of workers who built dams in Portugal, built its identity mechanisms in the migration processes from a job to another: the yard was the place where beliefs and customs were reconfigured.

The observed dynamics, similar to other movements of workers in large-scale works, is integrated with the global work processes. Migrant workers build their identity references in migratory processes, crossing transnational, national, regional and local dimensions, as studied by the Brazilian anthropologist Gustavo Lins Ribeiro (construction of Brasilia and the binational dam Yacyretá).

The *barragista* construction of memory is structured in books, meetings and celebrations: the Douro Barrocal neighbourhood, built to support Picote hydroelectric dam is an important memory locus.

The study of the *barragista* group also allows to identify civic movements concerning the use of water resources. If, in the 1950s, construction of dams fell within the struggle for the country's industrialization, in the 1990s the civic movement created from the rock art discovery, in the Coa River region, was an opportunity for a greater debate, the claim of cultural values versus the “concrete empire.” The conflict between what should be remembered and what should be forgotten acquired new meanings.

The conclusion takes up the three identity derivatives: *barragistas*, political construction of protagonists of the technological landscape and activists in defense of the archaeological heritage of the River Côa valley.

Keywords:

Hydroelectric power; Picote; Dam workers; Citizenship; Memory; Technology; Foz Côa; Rock Art.

Conteúdo

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	v
Introdução	1
1.As pessoas e os lugares.	1
2.Os contextos, as empresas.	11
3.Picote: dados sobre a barragem.	16
Capítulo 1. Hidroeletricidade e identidade social.	19
1.1.Modernidade, progresso, técnica.....	19
1.2. Transnacionalidade.....	29
1.3. Territorialidade.....	38
1.4. Conflitualidade.....	41
1.5. Representações de progresso.....	44
1.6. Enquadramento da energia hídrica.	45
Capítulo 2. O rio Douro.....	51
2.1. Usos do rio.	60
2.2. Como os barragistas veem o rio.	63
2.3. Técnica, trabalho e sublime.....	70
2.4. Uma construção política da paisagem.	76
Capítulo 3. Picote, anos 50. Etnografia de um estaleiro.....	79
3.1. Chegar.	80
3.2. Naquele tempo. In Illo Tempore. Yá tiempo fui.	82
3.3. Barrocal, Porto, Lisboa: vozes daqui e dali.....	83
3.4. Esta barragem, outras barragens: as pessoas são o território.	99
3.5. Representações da obra: livros de memórias.	106
3.5.1. Barragistas e emoções. Identidades.	106
3.5.2. O lodo e as estrelas. Contradições.....	113
3.5.3. Farândola do solstício. Lembrar, esquecer.	123
3.6. Leituras da paisagem: Edgar Martins e Pedro Cabrita Reis.....	127
Capítulo 4. Barrocal do Douro: etnografia de um bairro.	133
4.1 Do Porto ao Barrocal: uma utopia realizada.	140
4.2. No bairro.	145
4.3. Fora do Bairro.	148

4.4. Dentro de casa, fora de casa.....	156
4.5. O <i>comer</i> e as festas.....	159
4.6. Topografias da memória.....	169
Capítulo 5. Foz Côa: como se suspende uma barragem.....	177
5.1. Anos 90: barragistas, progresso e património.....	177
5.2. O contexto da barragem.....	179
5.3. Protagonistas e atores do movimento cívico.....	185
5.4. A visita de estudo: o resgate de um passado recente,.....	191
5.4.1. Metanarrativas. Eu, em Foz Côa, para o <i>Facebook</i>	202
Capítulo 6. As gravuras rupestres e o movimento social que geraram.....	207
6.1. “O caso de Foz Côa”: análise do movimento cívico.....	207
6.2. O “ <i>Dossier Côa</i> ”: Poesia, arqueologia e poder.....	212
6.3. Foz Côa em 2014.....	219
Conclusão: De Picote até Foz Côa. Derivados identitários.....	225
1. Barragistas.....	225
2. Paisagem.....	232
3. Ativismos.....	238
Bibliografia.....	243
Webgrafia:.....	251
Legislação e relatórios:.....	252
Imprensa e arquivos.....	252
Documentários e filmes.....	253
Outras páginas.....	253
Declarações.....	255

Índice de figuras

<i>Figura 1</i> Bagas de zimbro (<i>Juniperus communis</i>), barragem de Bemposta	1
<i>Figura 2</i> Bagas de zimbro (<i>Juniperus communis</i>), Vila Nova de Foz Côa,	2
<i>Figura 3</i> Guida, mostrando-me os livros do padre Telmo	4
<i>Figura 4</i> Secretária da sala dos paramentos, capela do Barrocal.	5
<i>Figura 5</i> Paisagem vista da janela da secretária, sala dos paramentos, capela do Barrocal, ...	5
<i>Figura 6</i> Processo de transformação de energia.	12
<i>Figura 7</i> Aproveitamentos hidroelétricos explorados pela EDP até 1990	14
<i>Figura 8</i> A parte da bacia do Douro em território português.	15
<i>Figura 9</i> Evolução da população de Picote entre 1864 e 2011.	15
<i>Figura 10</i> Barragem de Picote, 2014.	16
<i>Figura 11</i> planta geral do aproveitamento de Picote.	16
<i>Figura 12:</i> Circuito hidráulico, barragem de Picote.	17
<i>Figura 13</i> Dados técnicos, barragem de Picote.	17
<i>Figura 14</i> Construindo a barragem do Carrapatelo.	29
<i>Figura 15</i> Pontos críticos nos lagos de barragem	31
<i>Figura 16</i> Rio Douro, em Miranda do Douro.	51
<i>Figura 17</i> Capa do relatório de 1956	53
<i>Figura 18</i> Página do relatório de 1956	54
<i>Figura 19</i> Página 5 do relatório de 1956	54
<i>Figura 20</i> Página da documentação fotográfica do relatório de 1956	55
<i>Figura 21</i> Pormenor das habitações com sacas de cimento, do relatório de 1956.	55
<i>Figura 22</i> Bacia hidrográfica do rio Douro.	56
<i>Figura 23</i> Rio Douro e afluentes.	58
<i>Figura 24</i> Aparelho doseador do ar introduzido no betão	63
<i>Figura 25</i> Construção da barragem de Picote.	69
<i>Figura 26</i> Pormenor da construção da barragem.	70
<i>Figura 27</i> Construção da barragem do Carrapatelo,	70
<i>Figura 28</i> Visita do presidente da república a Bemposta	74
<i>Figura 29</i> Operário	75
<i>Figura 30</i> Na barragem: contrafortes e soleira do descarregador	79
<i>Figura 31</i> Pombal, na zona de Mogadouro. Fotografia da autora, 2013.	81
<i>Figura 32</i> Pombal, naquele tempo	82
<i>Figura 33</i> Placa indicativa de localidade.	83
<i>Figura 34</i> Engenheiro Fagulha Vaz, em sua casa	84
<i>Figura 35</i> Lázaro e sua mulher, Barrocal do Douro	86
<i>Figura 36</i> Justiniano e sua mulher, Barrocal do Douro	87
<i>Figura 37</i> Casa de família. Relatório de 1956.	88
<i>Figura 38</i> Orlando e o irmão Nelson, conversando com o padre Telmo.	88
<i>Figura 39</i> João organizando uma gincana de automóveis em 1960.	90
<i>Figura 40</i> Guida, capela do Barrocal	90
<i>Figura 41</i> Padre Telmo Ferraz, autor do livro “O lodo e as Estrelas”, conversando ao telefone com João.	91
<i>Figura 42</i> Conceição	93

<i>Figura 43 Engenheiro Pereira dos Santos.</i>	94
<i>Figura 44 Inauguração da barragem de Picote.</i>	99
<i>Figura 45 Pereira dos Santos e Maria Fernanda, em sua casa,</i>	103
<i>Figura 46 Residência do engenheiro fiscal em Picote</i>	105
<i>Figura 47 Henrique Pinto e sua mulher em Bruçó</i>	108
<i>Figura 48 Camião Willeme.</i>	109
<i>Figura 49 Abrigo de família, relatório de 1956.</i>	114
<i>Figura 50 Abrigo de família, relatório de 1956.</i>	115
<i>Figura 51 Abrigo de família, relatório de 1956.</i>	116
<i>Figura 52 Abrigo de família, relatório de 1956.</i>	117
<i>Figura 53 Abrigo de família, relatório de 1956.</i>	118
<i>Figura 54 Abrigo de família, relatório de 1956.</i>	119
<i>Figura 55 Centro de Bruçó</i>	120
<i>Figura 56 Edifício da Junta de Freguesia.</i>	121
<i>Figura 57 Rapazes da casa do Gaiato ensaiam músicas para o padre Telmo.</i>	121
<i>Figura 58 padre Telmo assistindo à música que lhe foi dedicada.</i>	122
<i>Figura 59 Festa convívio. Fotografia da autora.</i>	122
<i>Figura 60 Barragem de Bemposta</i>	129
<i>Figura 61 Recorte</i>	131
<i>Figura 62 Bairro dos engenheiros.</i>	133
<i>Figura 63 Janela de uma casa.</i>	134
<i>Figura 64 A pousada</i>	136
<i>Figura 65 Casas do pessoal dirigente, pormenor.</i>	136
<i>Figura 66 Guida, mostrando a capela.</i>	137
<i>Figura 67 Casas dos engenheiros e pessoal dirigente, abandonadas.</i>	138
<i>Figura 68 Aspeto do bairro provisório no Barrocal, ao fim da tarde.</i>	139
<i>Figura 69 Vista do centro comercial.</i>	140
<i>Figura 70 Vista da capela. Barrocal</i>	141
<i>Figura 71 Pormenor do centro comercial</i>	142
<i>Figura 72 Espreitada para o interior da pousada</i>	144
<i>Figura 73 Pormenor do bairro dos engenheiros</i>	145
<i>Figura 74 João, por ocasião dos seus 50 anos de casamento, conversando com o Arribas, que foi tocar no adro da capela.</i>	151
<i>Figura 75 Cartazes elaborados pelos trabalhadores, no final da obra.</i>	154
<i>Figura 76 Cartazes elaborados pelos trabalhadores.</i>	155
<i>Figura 77 : Gabriela. Sendim.</i>	166
<i>Figura 78 Pannels, Sendim.</i>	166
<i>Figura 79 Lareira da pensão Gabriela.</i>	167
<i>Figura 80 Café onde era a antiga pensão.</i>	167
<i>Figura 81 Largo principal de Sendim.</i>	168
<i>Figura 82 Meia feita com quatro agulhas.</i>	168
<i>Figura 83 Interior da loja. Sendim.</i>	169
<i>Figura 84 Cerâmica feita pela Guida.</i>	172
<i>Figura 85 Vista da antiga escola, agora um café.</i>	173
<i>Figura 86 Bairro de madeira, pormenor.</i>	174

<i>Figura 87 No bairro definitivo</i>	174
<i>Figura 88 Novos usos da antiga escola</i>	175
<i>Figura 89 Vale do rio Côa</i>	179
<i>Figura 90 Quadro - Centrais hidroelétricas de potência superior a 100 kW</i>	180
<i>Figura 91 Quadro – Aproveitamentos em construção na década de 1990</i>	182
<i>Figura 92 Vale do Côa</i>	190
<i>Figura 93 Mapa do Parque Arqueológico do vale do Côa</i>	192
<i>Figura 94 Visita às gravuras da Canada do Infern</i>	195
<i>Figura 95 Diário de campo de M</i>	196
<i>Figura 96 Observando, no museu do Côa</i>	197
<i>Figura 97 Postal de Vila Nova de Foz Côa</i>	200
<i>Figura 98 Foz Côa</i>	201
<i>Figura 99 O mesmo edifício, um ano depois</i>	201
<i>Figura 100 Diários de campo dos estudantes</i>	202
<i>Figura 101 Eu, em Foz Côa, para o Facebook. Fotografia de E</i>	204
<i>Figura 102 Fotografia de M. Estudantes em Foz Côa</i>	205
<i>Figura 103 Descarregador</i>	231
<i>Figura 104 Young girl working in Anniston Yarn Mills</i>	232
<i>Figura 105 Men at work, Lewis Hine</i>	233
<i>Figura 106 The Matter of Time</i>	234
<i>Figura 107 Central de comando, barragem de Picote, fotografia de Edgar Martins</i>	235
<i>Figura 108 Parafuso, Edgar Martins</i>	236
<i>Figura 109 Barragem de Bemposta</i>	237
<i>Figura 110 Soleira do descarregador</i>	238
<i>Figura 111 Ferida no santuário</i>	240

ABREVIATURAS

AIME – Modes d’existence (plataforma criada por Bruno Latour).

AREP – Associação de Reformados da EDP/REN.

COAGRET - Coordenadora de Afectados por Grandes Embalses e Trasvases

EDP – Eletricidade de Portugal.

EIA – Estudo de impacto ambiental.

FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

HED – Hidroelétrica do Douro.

HIDOURO – Hidroelétrica do Douro.

HICA – Hidroelétrica do Cávado.

HEZ – Hidroelétrica do Zêzere.

WCD – World Commission on Dams.



Figura 1 Bagas de zimbro (*Juniperus communis*), barragem de Bemposta, agosto de 2014, fotografia da autora.

Introdução

1. As pessoas e os lugares.

El paisaje es memoria.
Julio Llamazares, El río del olvido, p.13.

Entre 2009 e 2014 percorri as zonas de Picote e Vila Nova de Foz Côa. A minha intenção era identificar os protagonistas da construção de um património industrial e de memória coletiva, no contexto do Portugal dos anos 1950 e das novas movimentações cívicas dos anos 1990. Acompanhavam-me recordações desde a infância, por ter familiares ligados à comunidade de pessoas que resolvi agora estudar: os barragistas.

Barragista é a designação que a si próprios dão os obreiros de barragens. Ser barragista significa partilhar um conjunto de valores e de práticas que me proponho descrever e analisar.

Um barragista não pertence a um lugar, nem a um tempo. Ele é-o, porque de algum modo pertenceu a um exército: aquele que construiu barragens. Nómadas, na medida em que vão migrando de estaleiro em estaleiro, os barragistas acabaram por se fixar nas grandes cidades, Lisboa e Porto, após terem participado nesses grandes empreendimentos públicos. Desta forma, os processos identitários deste grupo residem nas memórias e narrativas, contadas por ocasião de encontros ou publicações relativas ao tempo em que foram construídas as barragens do rio Douro. A primeira delas, a de Picote, constitui o objeto desta pesquisa. A última, foi construída em Crestuma, onde também se fixaram barragistas, entretanto reformados.



Figura 2 Bagas de zimbro (*Juniperus communis*), Vila Nova de Foz Côa, 2010, fotografia da autora.

Identificado o objeto, quis recuperar essas memórias e compreender de que forma se reproduzem as narrativas. Poderia assim aceder a um território de luta pela recordação. Paul Connerton (1993) evidenciou a importância da transmissão e conservação da memória nos grupos, considerando-a não apenas uma questão técnica, mas também de ordem política. Interessou-se sobretudo pelas cerimónias comemorativas e pelas práticas corporais enquanto atos de transferência, lembrando a ilustração dos *Contes* de Charles Perrault (1628-1703) em que a velha conta uma história a um grupo de crianças, encarregando-se assim da atividade narrativa do grupo (CONNERTON,1993:47). Com este exemplo, o historiador pretendeu salientar o facto de que estudar a memória social consiste sobretudo em investigar estes atos de transferência. Assumindo que nas práticas corporais o passado se sedimenta no corpo, analisou dois tipos de prática social, a incorporação e a inscrição. (CONNERTON,1993:87)

A memória performativa é corporal (CONNERTON,1993:86). Descobri, ao longo do trabalho de terreno, que a linguagem corporal dos meus informantes (doravante designados por interlocutores), no lugar principal da memória barragista, a povoação de Barrocal do Douro, se tinha transformado, e até certo ponto, patrimonializado. Este aspeto foi particularmente visível na minha última visita ao Barrocal do Douro, em dois dos meus interlocutores, Lázaro (1935-) e Guida (1947-).

Lázaro tinha mudado o seu discurso desde o período de entrevistas que eu tinha realizado em 2010. Em 2014 já não me perguntou pelo meu pai, nem pelo meu tio. Ele reproduzia uma narrativa que eu já tinha analisado: as suas histórias apareciam no documentário intitulado “Barrocal, memória dos que ficam”¹. Evidenciou os primeiros trabalhos dos anos 50, a sua progressiva cegueira, o seu posterior trabalho na empresa, como telefonista. Repetiu a história de um conflito que houve em Picote, com as mesmas pessoas, as

¹Em linha: http://www.youtube.com/watch?v=fTpP_PPN7wo

mesmas circunstâncias. Ao seu lado, a mulher confirmava os relatos, dizendo que vinha por aí muita gente a querer falar com ele. Nesse dia, eu queria completar a minha recolha de fotografias do Barrocal, do bairro e das barragens de Bemposta e Miranda. Por esse motivo, não conversei muito com eles, e pedi à Guida que também se encontrava no grupo, que me levasse à capela.

Guida foi contando as novidades, no caminho entre a casa de Lázaro e a capela. Que queriam fazer um busto do padre Telmo, contou. Recolhiam fundos, a homenagem para o ano que vem vai ser aqui, no Barrocal, dizia-me. Sorria. Eu comentei, afirmando que se o padre soubesse não ia querer esse busto, ela concordou. Mas estava certa da justeza dessa homenagem. Já não usava expressões como as que recolhi quando a entrevistei. Quando passámos pelo centro comercial, ela avaliou uma recente intervenção num dos edifícios.

– De mau gosto, aquilo não precisava de tantas colunas, no início não era assim. Foi uma engenheira que aí veio, – e encolhia os ombros. – Os maiores, os que se preocuparam com a pousada, mas deixam aquilo tudo ao abandono.

Ela sabe da importância daquele bairro. Contou-me que o arquiteto Luís Archer já lá não vai, “mas vai o Souto Moura.” As certezas com que agora falava eram diferentes das histórias que me tinha contado poucos anos antes.

Põe flores frescas no altar da capela, conta uma e outra, muitas vezes, fala de quem fez as esculturas. Mas desta vez, quis mostrar-me a degradação do edifício. A humidade que entrava pela sala da catequese, o chão a precisar de obras.

– Para isto não há dinheiro, e não é por falta de eu dizer, digo-o a todos quantos cá vêm. À porta da capela tinha chegado um grupo de estudantes de arquitetura do Porto. Vinham de calções, sorridentes e curiosos, contentes por poderem ver a capela por dentro. Traziam roupa de férias, anteviam uma pequena aventura inusitada, a de entrar naquela capela, no fim do mundo, no meio das arribas. E a Guida correspondeu a essa curiosidade, contando a história, mostrando os objetos que os arquitetos tanto valorizam. Mas os jovens não estavam muito interessados no que ela dizia. Fotografavam, riam, percorriam as escadas interiores, surpreendiam-se com o confessionário, a estrutura das janelas, o sistema de aquecimento. Pedi-lhe para fotografar as peças do relicário. Que não, disse-me em surdina:

– (...) Se fosse só à menina eu deixava, mas estão aqui os rapazes, não posso.

Contei-lhe da minha tentativa falhada de fotografar o interior da pousada. Também não deixaram. Mas isso foi por outro motivo, e lá referiu de novo os maiorais, que não deixavam ninguém lá entrar: – Mas para isto não olham eles.

Tudo na Guida tinha mudado. Ela lutava agora pela “cidade ideal”, expressão que usava para se referir ao bairro e à vida daquele tempo (cf. FALCÃO, 2009). Resultava do título de uma dissertação de mestrado em arquitetura e da amizade que desenvolveu com a autora.

Os rapazes saíram sem querer saber o que era o centro comercial e ela ficou surpreendida: – Não sei se feche a capela, se eles ainda a querem ver...

Disse-lhe para me mostrar a sala do padre, onde se guardavam os paramentos. Foi aí que vi pela primeira vez a sala onde o padre Telmo (1925-) poderia ter escrito um dos livros mais importantes da memória barragista, intitulado “O Lodo e as Estrelas”.



Figura 3 Guida, mostrando-me os livros do padre Telmo. Ao fundo, a fotografia do bispo de Bragança. Fotografia da autora, 2014.

Perguntei se o padre Telmo já tinha aquela secretária. Que sim. Dali o que se via, daquela janela?



Figura 4 Secretária da sala dos paramentos, capela do Barrocal, fotografia da autora, 2014.

Corri a cortina. Uma fraga, enorme, quase a entrar pela janela dentro. Detive a minha vista naquela fraga, por momentos deixei de ouvir a Guida. Aquela fraga à frente daquela secretária.



Figura 5 Paisagem vista da janela da secretária, sala dos paramentos, capela do Barrocal, fotografia da autora, 2014.

O mobiliário era o de origem, dentro da estética dos arquitetos que construíram o bairro do Barrocal. A Guida queria chamar a atenção para o que era preciso fazer, para o que estava esquecido pelos centros de decisão. Aquela capela onde ela colocava flores frescas, onde recebia os visitantes, onde lembrava o tempo em que tudo aquilo vivia. O facto de os estudantes se terem ido embora sem ouvir falar da “cidade ideal”, surpreendeu-a. Os estudantes já não queriam saber dela, do seu testemunho, da sua história. Ficou na capela quando me despedi para ir fotografar aspetos do centro comercial.

Porque terão os arquitetos imaginado uma janela tão grande, para uma fraga? Aquela fraga perseguiu-me muito tempo, o porquê de estar assim, tão dentro da sala. Trazia no bolso um livro de Pierre Bourdieu, *Raisons Pratiques* (1994) e um lápis. No prefácio, Bourdieu afirmava que o aspeto mais importante do seu trabalho era frequentemente

esquecido pelos leitores e comentadores, talvez por culpa sua: a existência de uma filosofia da ciência relacional, a saber, que dá primazia às relações, na linha de uma crítica à abordagem comum das ciências sociais que omitem ou esquecem as relações objetivas, que não se podem mostrar nem tocar, mas têm de ser construídas, conquistadas e validadas pelo trabalho científico.

Pierre Bourdieu dentro do meu bolso, a fraga diante de mim.

Compreender um objeto ou agir sobre ele é localizá-lo num sistema de expectativas (CONNERTON,1993:7) Para a Guida, aquela fraga não tinha importância. Ela não sabia por que razão teriam colocado os arquitetos a janela ali, isso era muito menos importante do que as obras de que a capela necessitava, do que a homenagem que queria fazer ao padre Telmo.

Contei este episódio porque se relaciona com a etnografia elaborada e com a tentativa de resposta à questão estruturante desta tese: como se constrói e representa a memória deste grupo? De que forma se posicionam os atores quando confrontados com diferentes dinâmicas nas relações de trabalho e no trânsito de uma obra para outra? Que aspetos evidenciam no debate atual sobre os recursos energéticos?

Afirma Bruno Latour (1997) que nós somos seres híbridos, instalados de forma precária no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, encarregados de descrever os imbróglis em que nos metem, com um meio de transporte chamado tradução, ou rede. A rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas (LATOURE, 1997:10).

“Traduzo” aquela fraga vista da janela como elemento da natureza que desafia as histórias contadas e as identidades construídas. A sua resistência e o meu silêncio povoado de expressões como juventude, aquele tempo, o misticismo do padre Telmo, a dureza das fragas, e tantas outras, são as ferramentas com que construo a minha etnografia.

Comparei dois contextos de construção de barragens: o de Picote, primeira barragem construída no Douro internacional nos anos 1950 e o do ativismo cívico que levou à suspensão, desde os anos 1990 até aos dias de hoje, de uma outra: a de Foz Côa.

Tendo como pano de fundo a discussão sobre o uso dos recursos energéticos, os dois processos, seus conflitos e dinâmicas, configuraram novas apropriações do território, da paisagem e dos símbolos.

Para analisar estes aspetos, fiz trabalho de campo em Picote e Vila Nova de Foz Côa, tendo também realizado entrevistas nos locais onde se encontra atualmente gente barragista: Lisboa, Porto, Crestuma, Barrocal do Douro.

O presente trabalho usa o método da investigação-ação, recorrendo a pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e conversas informais.

Assume-se a importância dos conceitos de Latour, tradução e rede, bem como o hibridismo dos seres, que torna possível compreender de que forma se estrutura o grupo barragista na rede narrativa.

Segui o grupo barragista nos locais de construção de memória e identidade: livros, revistas, documentários, *blogs* e páginas web. Durante o período de entrevistas, tive sempre uma grande adesão ao projeto, por ser eu própria filha de um barragista. Essa confiança e apoio foram acompanhados da cedência de relatórios, fotografias, folhetos, livros. Os livros de memórias foram também disponibilizados para consulta e interpretação dos acontecimentos das novas paisagens técnicas do rio Douro.

O termo barragista não era novo para mim. Conhecia desde a infância os lugares onde viveram os meus avós maternos, os meus pais, os meus tios, todos eles barragistas, isto é, pessoas que trabalharam na construção de barragens em Portugal, desde os anos 1940. Não os conhecia por lá ter estado ou sequer vivido, mas porque eles faziam parte das narrativas familiares: Cávado, Alto Rabagão, Picote. Nomes como padre Telmo, Fagulha Vaz, Gabriela e alcunhas como Índio, Santavalha ou Garrafão conviviam com o meu cuidado com o lume e as brigas com os meus irmãos pela posse dos instrumentos de o ajeitar: a tenaz, a pá, as pinhas para acender, os troncos de azinho e de oliveira. Eram histórias. Ao longo da pesquisa, o levantamento topográfico de memórias que eu não possuía, mas que se constituíam de modo recorrente em muitas histórias que tinha ouvido em criança, gerou o discurso.

O desafio de interrogar um objeto sobre o qual pouco ou nada sabia lidava com memórias dispersas de infância, agravadas pela distância a esses lugares a partir de Lisboa, onde os meus pais se fixaram depois da sua permanência em Picote.

Nos anos 1990, Susan Chase procurou colocar em narrativa as múltiplas entrevistas realizadas, confiando numa tradição interdisciplinar analisada e fundamentada no seu artigo *Narrative Inquiry – multiple lenses, approaches, voices* (CHASE, 2005).

Afirmando que desde Roland Barthes a ideia de que a narrativa (que está presente em todas as épocas, lugares e sociedade) havia já infiltrado as teorias sociológicas, assumiu o inquérito narrativo como subtipo do inquérito qualitativo.

Para esta autora, a narrativa contemporânea é uma mistura de várias lentes interdisciplinares, com diferentes aproximações e métodos tradicionais e inovadores.

Que vozes devem os investigadores usar enquanto interpretam e representam o seu objeto? Tal dúvida justifica o apuramento de um conceito de narrativa mais flexível: ela pode ser oral, escrita, ouvida numa conversa ocasional.

Os investigadores de narrativas tratam a narrativa como forma distinta de discurso. Neste sentido, elas são ações verbais em que o narrador também é protagonista (CHASE, 2005:651).

As circunstâncias e contextos sociais exigem lentes para ver similitudes e diferenças nas narrativas. Assim, os investigadores tratam-nas como performances interativas socialmente situadas (CHASE, 2005:657).

Os investigadores vêm-se a si próprios como narradores enquanto desenvolvem interpretações.

Partindo destes pressupostos elaborei uma etnografia narrativa.

Sem o querer, eu estava fazendo uma etnografia da memória, onde as recordações se misturavam com a atitude crítica em relação à gestão dos recursos energéticos em Portugal. Os meus interlocutores evidenciavam as vantagens do recurso hídrico, e tomavam posição contra os movimentos cívicos que a partir dos anos 1990 suspenderam a construção da barragem de Foz Côa. As suas narrativas sobre o Portugal dos anos 1950, com as dificuldades que surgiram, eram colocadas em paralelo com as movimentações cívicas que impediam o progresso das populações.

Eu teria de interrogar os habitantes de Foz Côa e compreender a sua atitude em face desta representação de progresso. Já não registava apenas a memória do passado, mas também as representações do presente. Era necessário compreender como uns e outros se colocavam perante a ideia de progresso.

Foi durante esse período de pesquisa de terreno que me apercebi da existência de um discurso sobre a técnica, presente nas entrevistas que realizei. Mais do que compreender o sentido da palavra, ou a sua evolução enquanto conceito estruturante da modernidade, interessava-me compreender de que forma se situava nas narrativas que ouvia. Os “técnicos”, os “tecno”, os “maiorais”, foram expressões que fui recolhendo durante o trabalho de terreno e que de uma forma geral designavam os especialistas de obras públicas. Estes especialistas eram os engenheiros, mas também os políticos e corporações envolvidas na construção. Desta forma, o conceito de técnica aparecia nos relatos muito aproximado ao sentido originário do fazer, mas com uma ambivalência: a técnica, quando associada aos centros de decisão, deixava de lado a multidão anónima de trabalhadores que construíram as barragens. Por esse motivo, os barragistas escreveram livros sobre

como tudo aquilo aconteceu. Eles quiseram resgatar a memória dos trabalhadores, criar a sua identidade, assinalar o seu território, os seus símbolos.

Foi durante a pesquisa de terreno em Vila Nova de Foz Côa que me apercebi de um outro uso da palavra técnica. Desta vez, os técnicos, os especialistas, eram os arqueólogos, os jornalistas e os intelectuais que chamavam a si essa legitimação para suspender a construção de uma barragem.

O capítulo 1 incide sobre o quadro teórico em que se situam estas narrativas. A comparação entre as representações da técnica e do progresso permite evidenciar o lado performativo e processual da construção de memória, território de disputa, analisado por Jacques Le Goff (1984). A investigação assume ainda os modelos teóricos de Jürgen Habermas, Bruno Latour, Paul Connerton e Frederic Jameson como instâncias de compreensão das práticas e agencialidades dos atores na sua constituição identitária.

O capítulo 2 situa o rio Douro nos contextos diversos do seu uso, primeiro para circulação de mercadorias, depois, com o seu represamento gradual em pontos sucessivos, assegurando a navegabilidade graças às eclusas. Os aproveitamentos hidroelétricos do Douro Internacional começaram nos anos 1950. É a partir daqui que começa a construir-se a memória barragista, aliada ao desenvolvimento técnico e industrial.

O capítulo 3 organiza os dados etnográficos, procedendo a uma seleção da informação sobre a migração laboral para a barragem de Picote, a primeira deste troço. As primeiras deslocações para esta obra tiveram lugar a partir de 1952. Assim, procedeu-se à reconstituição desse começo a partir das narrativas orais e escritas de alguns dos seus protagonistas. De uma forma geral esta obra coincide com a juventude e o início de carreira dos meus interlocutores. Embora tivessem várias proveniências todos eles falavam do rio Douro com grande comoção, e dessa obra em particular como um dos maiores desafios dos seus percursos profissionais. Como se chegava a Picote, naquele tempo? Além desta, havia uma outra questão que estava sempre presente. Porquê aquele bairro, aquelas casas com um centro comercial e uma pousada, ali? Era preciso conhecer esse bairro, compreender o destaque que merecia nas histórias contadas e escritas.

O capítulo 4 analisa as rotinas no bairro do Barrocal, tal como são recordadas pelos habitantes e pelos barragistas que residem hoje em grandes cidades. Mostra a razão de ser da sua importância nas narrativas e o porquê de se ter tornado ao longo do tempo um *locus* de memória.

O capítulo 5 remete para o contexto da política de hidroeletricidade no Portugal da década de 1990. Neste processo, as instâncias de decisão e as práticas cívicas apresentam

alterações que decorrem da maior participação, e também de novas representações associadas ao desenvolvimento esperado para o país.

O capítulo 6 recorre aos processos de luta pela memória para questionar os seus efeitos atuais. Resultou de uma visita de estudo organizada para estudantes de Sociologia de uma escola secundária e tinha como objetivo inquirir os habitantes de Foz Côa sobre o processo desenvolvido nos anos 90. Este processo conduziu à patrimonialização do Vale do Côa e à construção do museu. Os estudantes, que nada sabiam do acontecido nesses anos poderiam assim falar e conviver com os estudantes dos anos 1990 que protagonizaram a “batalha do Côa”. Aqui, pude aceder às dinâmicas de preservação da memória e às representações da população de Foz Côa. Pude ainda comparar as narrativas dos barragistas com os discursos em torno da defesa do património arqueológico. Técnica e progresso adquiriram novas significações.

O estudo comparativo dos dois processos permitiu determinar dinâmicas de transmissão e conservação de património imaterial. Por meio de relatos orais ou da memorialística uns e acrescentando uma estrutura museológica, outros, os atores desses processos podem legitimar-se enquanto protagonistas, participar no debate público sobre os recursos energéticos, discutir visões de progresso e as estratégias de desenvolvimento que lhes associam.

O passado, quer se reporte aos anos 1950 ou ao anos 1990 do século passado, reconfigura o presente e dá sentido à ação. O reconhecimento desse passado por pessoas que não o viveram é uma forma de legitimar as escolhas de vida, mas principalmente, os sonhos não cumpridos. Para os engenheiros que protagonizaram a construção da primeira barragem do Douro internacional, o sonho não cumprido identifica-se com o seu conceito de progresso aliado ao conhecimento e eficácia da técnica. O país não se desenvolveu tanto quanto os seus sonhos juvenis imaginaram. Para os estudantes que viveram os acontecimentos dos anos 1990 enquanto alunos de uma escola secundária, o sonho não cumprido é o de um país livre do “império do betão”, atento aos valores culturais do património e da sua defesa. Diametralmente opostas, estas visões de progresso e desenvolvimento têm em comum uma dimensão de utopia. Na realidade, nem para uns nem para outros, se cumpriram as metas desejadas.

2. Os contextos, as empresas.

Embora o aproveitamento da energia hídrica para produzir eletricidade se possa detetar em Portugal desde princípios do século XX, o maior impulso deu-se com a promulgação da lei 2002, de 1944² que consagrava um plano de eletrificação nacional.

A primeira concessão ocorreu em 1907 para um aproveitamento no rio Lima, seguindo-se outra no rio Alva, em 1908, da responsabilidade da empresa Hidroelétrica da Serra da Estrela. Em 1928, havia 395 centrais de produção de energia. A primeira grande barragem, com 43 metros de altura, foi construída em 1938, em Guilhofrei, no rio Ave. Porém, foi a barragem de Santa Luzia, no rio Pampilhosa que serviu de ensaio ao futuro programa da eletrificação nacional. O plano de eletrificação nacional não reuniu unanimidade de opiniões, tendo exigido 17 discussões consecutivas na Assembleia Nacional, ao fim das quais a lei foi aprovada e promulgada (ROLLO, 2011). A partir de então, a instalação de equipamentos para produzir hidroeletricidade conheceu efetivo progresso, tendo-se constituído, logo em 1945, a Hidroelétrica do Cávado, (HICA) e a Hidroelétrica do Zêzere (HEZ). Em 1947, constituiu-se a Companhia Nacional de Eletricidade e, em 1950, inaugurou-se a central da Pracana, no rio Ocesa. A partir de 1950 entraram em exploração: Castelo de Bode e Venda Nova (1951), Belver (1952), Salomonde (1953), Cabril (1954), Bouçã e Caniçada (1953) e Paradela (1958).

Alguns dos meus interlocutores fizeram parte deste plano, tendo participado como engenheiros ou como operários especializados em vários destes aproveitamentos. Por esse motivo, era comum referirem estes locais sempre que identificavam alguém conhecido (“Quando estive na Bouçã”, “Conheci-o na Venda Nova”) como adiante se poderá verificar.

As orientações do Estado davam primazia à produção energética feita em centrais hidroelétricas. Assim, as primeiras empresas produtoras nacionais foram as acima referidas e a Hidroelétrica do Douro (HED). Em finais dos anos 1950, a Companhia Nacional de Eletricidade (CNE) ficou responsável pela construção e exploração da rede de transporte de energia e foi também criada a Empresa Termoelétrica Portuguesa, com o objetivo de explorar as principais centrais termoelétricas.

A Companhia Portuguesa de Eletricidade (CPE) surgiu no final dos anos 1960, fundindo as empresas concessionárias da rede e transporte da rede elétrica primária³.

² Lei n.º 2002, Diário do Governo (DG), I Série, 26 de dezembro de 1944.

³ Em linha: http://www.gta.ufrj.br/grad/07_1/plc/link4.htm página acedida em 22 fev.2015.

Após a revolução de 25 de abril de 1974 e a nacionalização das empresas no setor energético foi criada, em 1976, a Eletricidade de Portugal, EDP. Esta grande empresa pública absorveu todas as empresas de produção, transporte e distribuição de Portugal Continental até então existentes.

O objetivo desta fusão era o de melhorar a rede e continuar o plano de eletrificação nacional, com uma tarifa uniforme para

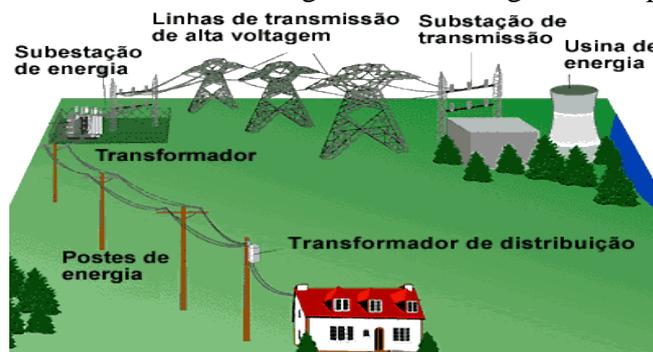


Figura 6 Processo de transformação de energia. Em linha: http://www.gta.ufrj.br/grad/07_1/plc/link4.htm página acedida em 22 fev.2015.

toda a população. A EDP passou a assegurar 95% da produção nacional de eletricidade. A EDP foi reestruturada em 1991, e em 1994 foi aprovado o plano de cisão e a constituição de subsidiárias: os centros produtores de eletricidade ficaram a pertencer à Companhia Portuguesa Produtora de Eletricidade e os pequenos aproveitamentos hidroelétricos e centrais eólicas passaram a ser geridas por empresas específicas; a atividade de transporte e interligação ficou centrada na Rede Elétrica Nacional (REN) que explorava a rede nacional de transporte e também geria o sistema de despacho nacional e as interligações com Espanha. A distribuição de energia passou a ser da responsabilidade de quatro entidades: Eletricidade do Norte (EN), Eletricidade do Centro (CENEL), Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo (LTE) e Eletricidade do Sul (SLE). No início do ano 2000, a fusão das quatro empresas de distribuição deu origem à EDP-Distribuição.

O quadro que se segue dá conta das barragens construídas por esta empresa até 1990.⁴ Deve salientar-se que os aproveitamentos remontam a 1922 com a barragem do Lindoso no rio Lima, prolongando-se pelas bacias do Cávado, Ave, Douro, Mondego e Tejo. Verifica-se também o forte investimento em energia hídrica durante os anos 1950 e 1960, consonante com os relatos dos meus interlocutores sobre as suas deslocações de uma obra para outra: começando enquanto jovens, continuando depois até à sua reforma. Se

⁴ Em linha:

<http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/publicacoes/PublicacoesGerais/Hidroelectricidade%20em%20Portugal%20-%20Mem%C3%B3ria%20e%20desafio.pdf>, página pela última vez acedida em 25 mar.2015.

observarmos a produtividade anual destes aproveitamentos constatamos a importância da exploração do rio Douro na produção global de energia hídrica.

A narrativa dos meus interlocutores começa na barragem de Castelo de Bode e termina na barragem de Crestuma-Lever. O território simbólico reclamado é por isso, não apenas o estaleiro, mas também a empresa a que pertenceram durante este período.

Picote representaria um ponto alto na estratégia nacional. Como a etnografia procurará mostrar, constituiu-se como *locus* identitário dos barragistas.

Numa simples notícia de jornal, como nos lembrou B. Latour misturam-se reações químicas e reações políticas. Os atores, as questões e as proporções não são comparáveis e no entanto estão todas na mesma página, na mesma história.

Misturar natureza, política e discurso continua a revelar-se fonte de mal-estar por parte das ciências especializadas: a menos que o conceito de hibridismo de Latour supere as tradicionais dicotomias natureza-cultura, conhecimento-poder, em favor de uma rede de compreensão.

Opera-se com a noção latouriana de rede: ela é mais flexível do que a de sistema, mais histórica do que a de estrutura, mais empírica do que a de complexidade, como afirmou em *Nous n'avons jamais été modernes – Essai d'anthropologie symétrique* (1997).

A antropologia simétrica permite compreender que nenhum facto social pode ser visto nem recortado nas categorias comuns de natureza, política, discurso, uma vez que o facto está povoado por objetos (humanos e não-humanos) mobilizados para a sua construção: barragistas, estaleiro, rio, máquinas, memorialística, num primeiro contexto, estudantes, barragem, gravuras rupestres, no outro.

Hidroeletricidade e identidade social

Quadro 8 – Aproveitamentos hidroeléctricos explorados pela EDP até 1990 com potência >10 MW

Aproveitamento	Bacia	Curso de Água	Tipo	Entrada em Serviço	Área da Bacia Vertente (km ²)	Altura de Queda Média (m)	Cap. Útil da Albufeira (hm ³)	Potência Instalada (MW)	Produtibilidade Média Anual (GWh) ⁽¹⁾
Lindoso	Lima	Lima	Peq. Amaz.	1922	1 508	179	0,9	50 (2)	260
Alto Rabagão	Cávado	Rabagão	Albufeira	1964	210	169	550	72 (R)	95
Paradela		Cávado	Albufeira	1958	167	426	159	135	535
Venda Nova		Rabagão	Albufeira	1950	342	395	95	42	175
Salomonde		Cávado	Albufeira	1953	623	113	57	64+74 (R)	185
VIL. Furnas I e II		Homem	Albufeira	1972/1987	78	407	116	60	283
Cançada		Cávado	Albufeira	1955	160	103	144		
Ernal	Ave	Ave	Albufeira	1947	122	82	21	10,8	27
Senhora do Porto	Ave	Ave	Peq. Amaz.	1945	28	52	1,1	10	14
Miranda	Douro	Douro	Peq. Amaz.	1960	63 500	57	6	174	868
Picote		Douro	Peq. Amaz.	1958	63 750	68	13	180	941
Bemposta		Douro	Peq. Amaz.	1964	63 850	88	20	210	1 034
Pocinho		Douro	Peq. Amaz.	1983	81 000	20	12	186	530
Valeira		Douro	Peq. Amaz.	1976	85 395	27	12	216	748
Régua		Douro	Peq. Amaz.	1973	90 800	26	13	156	662
Carrapatelo		Douro	Peq. Amaz.	1971	92 040	31	16	180	662
Crestuma/Lever		Douro	Peq. Amaz.	1985	96 520	9	19	105	363
Vilar-Tabuço		Távora	Albufeira	1965	359	452	96	64	148
Chocalho		Varosa	Albufeira	1934	306	180	13	22	34
Tomão		Tárnega	Peq. Amaz.	1988	2 252	52	77	144 (R)	254
Agulheira		Mondego	Mondego	Albufeira	1981	3 100	60	253	270 (R)
Raiwa	Mondego		Peq. Amaz.	1982	3 326	16	12	20	44
Sabugueiro	Rib.ª Caniça		Albufeira	1947	14	594	15	13,2	43
Ponte Jugala	Alva		Fio de Água	1923	42	238	-	12,6	40
Vila Cova	Alva		Peq. Amaz.	1937	47	209	-	11,8	39
Fratel	Tejo	Tejo	Peq. Amaz.	1974	59 582	22	21	130	382
Belver		Tejo	Peq. Amaz.	1952	1 830	12	12	80	239
Pracana		Ocreza	Albufeira	1950	1 411	41	102	14,7	41
Santa Luzia		Unhais	Albufeira	1943	45	313	51	23,2	57
Cabril		Zázere	Albufeira	1954	2 340	108	614	97	312
Bouça		Zázere	Peq. Amaz.	1955	2 525	57	-	50	162
Castelo do Bode		Zázere	Albufeira	1951	3 950	80	900	139	412
Total									3 016

(1) Líquida de bombagem

(2) Limitada pelo canal existente

(R) Equipamento reversível

Figura 7 Fonte: Centro de Informação REN. Em linha

<http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/publicacoes/PublicacoesGerais/Hidroelectricidade%20em%20Portugal%20-%20Mem%C3%B3ria%20e%20desafio.pdf> página acedida em 25 mar.2015.

O quadro seguinte mostra a bacia do Douro em território português e os estaleiros em que os barragistas trabalharam. Note-se também, de acordo com os dados do INE em 2014, o aumento de população em Picote nas décadas de 50 e 60.

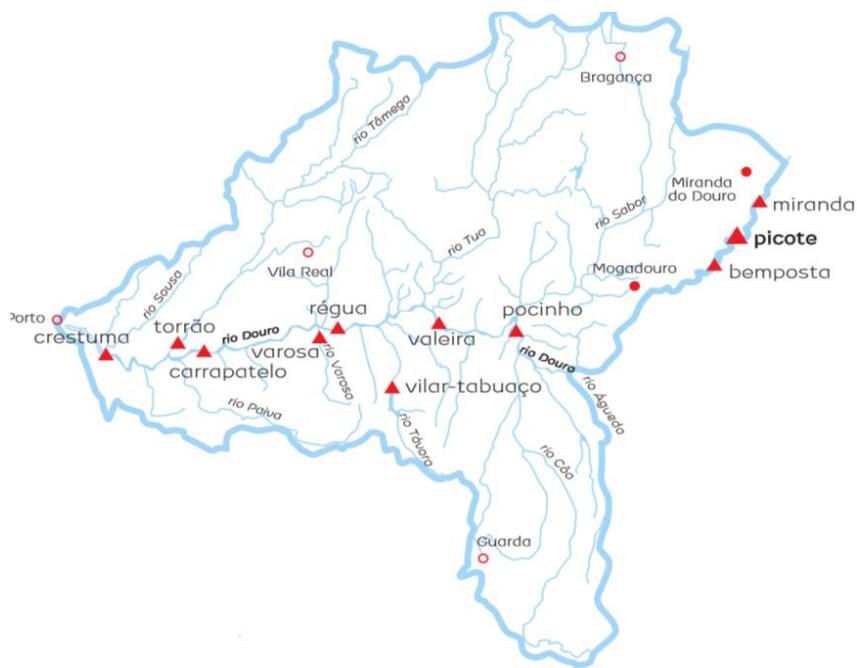


Figura 8 A parte da bacia do Douro em território português. Em linha: http://www.a-nossa-energia.edp.pt/arquivo_conteudos/

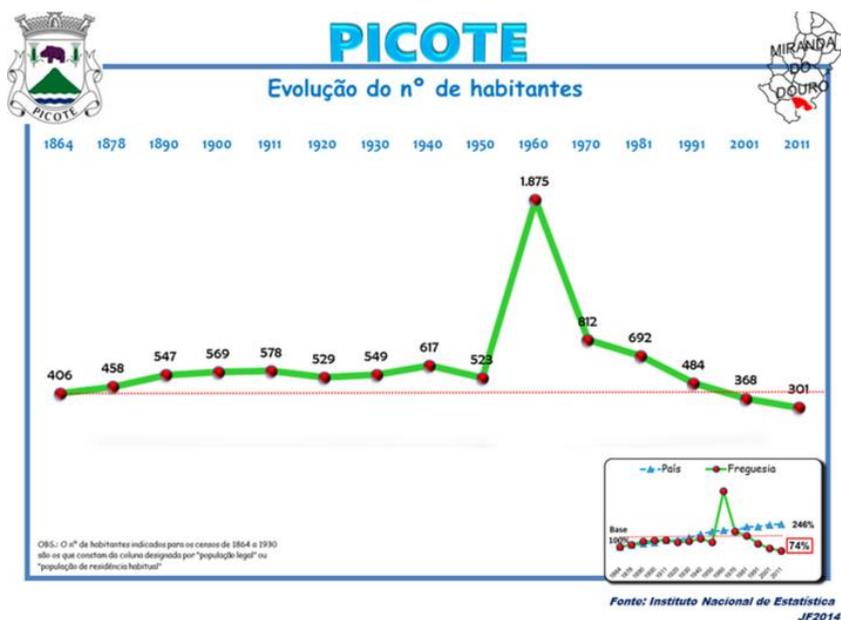


Figura 9 Evolução da população de Picote entre 1864 e 2011. Em linha: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Picote>, página pela última vez acedida em 30 mar.2015.

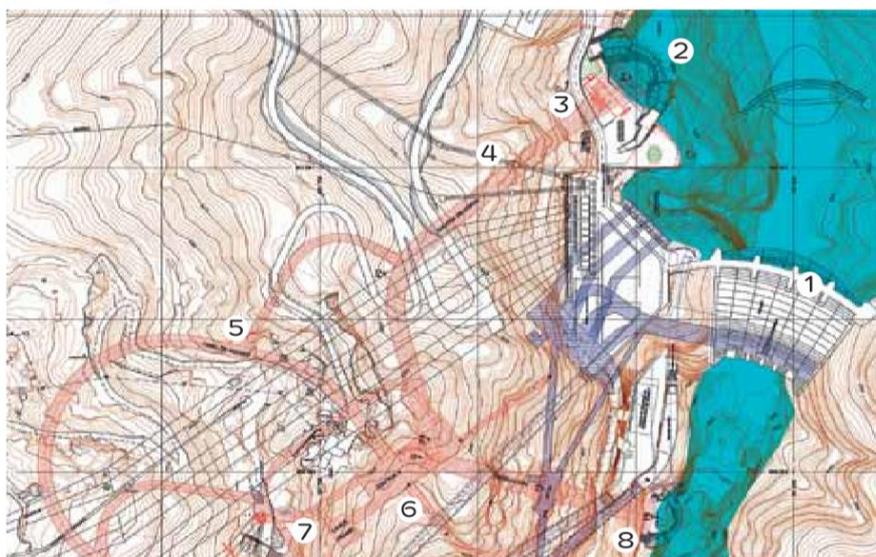
3. Picote: dados sobre a barragem.

A fotografia que se segue mostra uma panorâmica do aproveitamento hidroelétrico: mostra a barragem e a central de comando. Foi tirada em 2014, quando decorriam as obras de reforço de potência. (cf. FERREIRA, C. 2012; FONSECA, G. 2013).



Figura 10 Barragem de Picote, 2014, fotografia da autora.

planta geral



- | | |
|---------------------------|----------------------------|
| 1 barragem | 5 túnel de acesso |
| 2 ensecadeira de montante | 6 central em caverna |
| 3 tomada de água | 7 caverna do transformador |
| 4 túnel em carga | 8 restituição |

Figura 11 planta geral do aproveitamento de Picote. Em linha: http://www.a-nossa-energia.edp.pt/arquivo_conteudos/

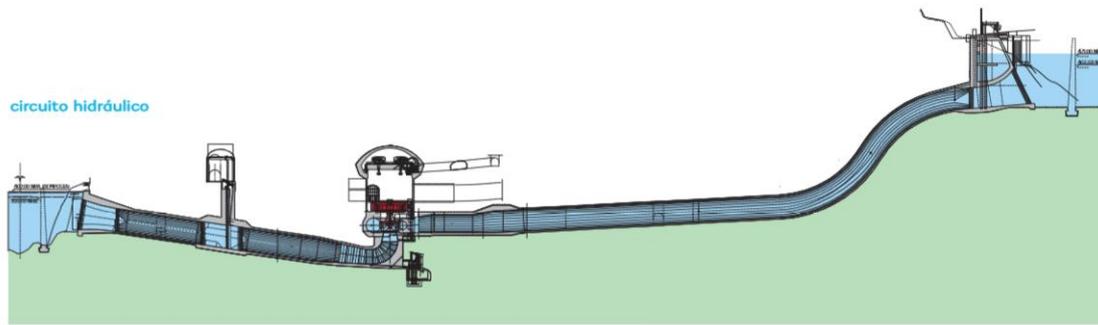


Figura 12: Circuito hidráulico, barragem de Picote. Em linha: http://www.a-nossa-energia.edp.pt/arquivo_conteudos/

principais características técnicas

ALBUFEIRA

Nível máximo normal		471.00
Superfície inundada	km ²	2,44
Capacidade total	hm ³	63
Capacidade útil	hm ³	13
Caudal de cheia milenária	m ³ /s	11 000

BARRAGEM

Tipo	Abóbada dupla curvatura	
Cota coroamento		480.00
Alt. máxima acima da fundação	m	100
Desenvolvimento do coroamento	m	139

CIRCUITO HIDRÁULICO

Tomada de água		
Comportas de segurança		
Tipo de comportas	Vagão	
Quantidade de comportas	2	
Dimensão das comportas	m	4,2x10,6
Restituição		
Tipo de comportas	Vagão	
Quantidade de comportas	2	
Dimensão das comportas	m	4,2x10,6

TURBINA

Tipo	Francis	
Quantidade	1	
Potência nominal	MW	248,1
Velocidade nominal	rpm	115,38
Caudal máximo turbinável	m ³ /s	400
Altura de queda nominal	m	67,5
Altura de queda útil nominal	m	66,6
Altura de queda máxima	m	71,5
Altura de queda mínima	m	60,4

ALTERNADOR

Potência aparente nominal	MVA	273
Tensão nominal	kV	18
Pd ²	tm ²	55 400

TRANSFORMADOR PRINCIPAL

Potência aparente nominal	MVA	278
Razão de transformação	kV	18/220

PRODUTIBILIDADE MÉDIA ANUAL	GWH	239
-----------------------------	-----	-----

EMISSÕES DE CO ₂ EVITADAS/ANO	KT	122
--	----	-----

Figura 13 Dados técnicos, barragem de Picote. Em linha: http://www.a-nossa-energia.edp.pt/arquivo_conteudos/ página acedida em 25 mar.2015.

Capítulo 1. Hidroeletricidade e identidade social.

La memoria y el tiempo, mientras lo recordaba, se habían destruido mutuamente – como cuando dos ríos se unen -, convirtiendo mis recuerdos en fantasmas (...)
Julio Llamazares, *El río del olvido*, p.14.

1.1. Modernidade, progresso, técnica.

Para compreender as representações barragistas, é preciso inseri-las no universo de onde emergem: o Portugal dos anos 1950, e dos anos 1990. É preciso ainda compreender o quadro epistemológico de leitura das novas paisagens técnicas, já que não são independentes dos desenvolvimentos que assumem a nível transnacional, nacional e local (RIBEIRO,G., 1997a).

Jürgen Habermas apresentou contributos fundamentais para a caracterização da modernidade, através do desenvolvimento do conceito de razão comunicacional, para dar conta dos processos intersubjetivos da praxis quotidiana. Este recorte teórico permite compreender a memória da técnica enquanto processo de compreensão e ação nas rotinas de uma população em trânsito.

Nos anos 1960, no seu livro de homenagem a Herbert Marcuse “Técnica e Ciência como Ideologia” (1987) discutiu as consequências que Marcuse retirou do conceito de racionalidade técnica weberiano. Se para Max Weber a progressiva racionalização da sociedade se ligava à institucionalização do progresso científico e técnico com os consequentes processos de desencantamento, para Marcuse, a técnica configurava-se como ideologia, modo de dominação sobre a natureza e sobre o homem. Desta forma, a técnica cercearia a liberdade individual ao mesmo tempo que criava maior comodidade na vida.

Já na sua discussão com Marcuse, Habermas se orientava para uma compreensão mais profunda da praxis e da teoria do agir comunicacional, questionando modelos que seguem a cisão do eu nas suas diferentes configurações sociais a partir de Hegel, autor que assumiu como fundador da constituição moderna do sujeito.

O sujeito moderno seria assim o eu que se constitui como representação a partir do outro, numa dialética negativa, em que o outro desempenha um papel essencial na constituição

do sujeito como autoconsciência. Desta forma, as mudanças sociais operadas pelo desenvolvimento técnico podem ser entendidas no quadro mais geral de reconfiguração das relações intersubjetivas.

Em “O discurso filosófico da modernidade” (1990), Habermas prosseguiu a sua linha interpretativa em diálogo com Friedrich Nietzsche, Theodor Adorno, Jacques Derrida, Michel Foucault, procurando assinalar os limites das filosofias da consciência aí elaboradas. O seu objetivo era, nesta obra, o de desenvolver os pressupostos de uma filosofia da ação centrada no paradigma da compreensão:

No paradigma da intercompreensão, é, antes, a atitude performativa dos participantes da interação que coordenam os seus planos de ação através de um acordo entre si sobre qualquer coisa no mundo. Enquanto o ego executa um ato de fala e o alter define posição perante ele ambos entram numa relação interpessoal. Esta é estruturada através do sistema das perspetivas intercruzadas de falantes, ouvintes e assistentes não participantes (HABERMAS, 1990:277).

O paradigma da compreensão mútua permite compreender um mundo de vida comum, intuitivamente assumido, indismembrável e holístico. O discurso fornece os recursos e o contexto para o processo de compreensão:

Partindo da perspetiva frontal dos próprios sujeitos que agem tendo em vista a compreensão mútua, o mundo de vida, que é sempre “dado em conjunto”, tem de evitar a tematização. Enquanto totalidade que possibilita as identidades e os esboços biográficos de grupos e indivíduos está apenas presente no modo pré-reflexivo. (...) É que o mundo da vida reproduz-se na medida em que cumprem estas três funções que transcendem a perspetiva do ator: a propagação de tradições orais, a integração de grupos por normas e valores e a socialização por gerações vindouras. O que fica assim à vista são (as) propriedades dos mundos de vida estruturados do ponto de vista comunicativo em geral (HABERMAS, 1990:278-279).

Habermas procurou, neste período, identificar as instâncias de mediação que os críticos modernos deixaram de fora, encontrando-a a um nível elementar, que é o da cooperação e comunicação entre os participantes.

O mundo da vida, entendido como recurso, divide-se de acordo com as componentes dos atos da fala, constituintes de caráter proposicional, ilocucional e intencional, a saber, cultura, sociedade e pessoa (HABERMAS, 1990:314-315).

A reprodução simbólica do mundo da vida efetua-se de forma circular, sendo a reprodução cultural que assegura a transmissão cultural de forma suficientemente coerente para garantir a compreensão mútua da praxis quotidiana. A integração social assegura e consolida a identidade dos grupos. A socialização assegura que as situações novas sejam associadas às situações vigentes no mundo, integrando as formas individuais da vida nas formas coletivas (HABERMAS, 1990:315).

As sociedades modernas conservam no agir comunicacional um centro virtual de auto compreensão, apesar de largamente descentralizadas:

A transposição, *sem mediação*, do saber especializado para as esferas privadas e públicas do quotidiano pode, por um lado, pôr a autonomia e o sentido próprio dos sistemas de saber em perigo e, por outro lado, ferir a integridade dos contextos do mundo da vida. Um saber especializado apenas em pretensões de validade, (...) desequilibra a infraestrutura comunicacional do mundo da vida. Intervenções subcomplexas deste tipo conduzem à estetização, respetivamente à cientificação ou moralização de domínios individuais de vida e provocam efeitos dos quais as contraculturas expressivistas, as reformas impostas tecnocraticamente ou os movimentos fundamentalistas fornecem exemplos drásticos (HABERMAS, 1990:312).

Carlos Locatelli, em “Comunicação e barragens” (2014) retomou as teses estruturais do pensamento de Habermas para caracterizar a relação entre esfera pública e deliberação. O seu trabalho inseriu-se no debate sobre a construção de barragens no Brasil, analisando o crescente impacto dos meios de comunicação perante os processos de decisão nas políticas públicas. Para Locatelli, as categorias de Habermas não se alteraram muito desde os anos 1960, continuando a auxiliar as ciências sociais na sua pesquisa sobre novas dinâmicas sociais. Este aspeto será analisado adiante.

Também Bruno Latour (1997) apresentou elementos teóricos de reflexão sobre a modernidade. Evidenciou o novo registo do tempo, relacionado com a aceleração, ou rutura. Moderno remete sempre, por contraste, para um passado arcaico e estável. Além disso significa também a existência de um conflito permanente (antigos e modernos) com

ganhadores e perdedores, o que dá ao conceito de moderno uma assimetria estrutural (LATOUR, 1997:20). A dificuldade do uso da palavra *moderno* relaciona-se assim com esta assimetria, dadas as novas significações do tempo e também dos papéis e diversidade dos participantes.

O moderno designa dois tipos de práticas, segundo Latour: em primeiro lugar, as que criam, por tradução, misturas entre géneros de seres novos, híbridos de natureza e de cultura. Em segundo lugar, as que criam, por purificação, duas zonas ontológicas: humanos e não humanos. Estas, que dizem respeito às sociedades estáveis criam uma partição entre o mundo natural, e um discurso independente, sendo que, para o autor referido, a segunda possibilitou a primeira (LATOUR, 1997:20-21). A partir daqui, a sua pergunta: - *E se nunca tivéssemos sido modernos?* foi desenvolvida na direção destes dois conjuntos de práticas:

Os modernos têm, com efeito, o sentimento de uma flecha irreversível do tempo, de uma capitalização, de um progresso. Mas como esta temporalidade é imposta a um regime temporal que corre de outra forma, os sintomas de desacordo multiplicam-se. Tal como Nietzsche notou, os modernos têm a doença da História (LATOUR, 1997:93).

Definindo o tempo como resultado provisório da relação entre os seres, Latour apresentou um outro olhar sobre a questão da modernidade e dos modernos. Mudando a temporalidade, que não é senão uma forma entre muitas de classificação, muda também com ela a possibilidade de interpretar de novo os mesmos acontecimentos.

A consequência relevante desta reflexão foi que o objeto passou a ser considerado não como coisa em si mas como coletivo, atribuindo às instâncias de mediação nova importância.

A antropologia simétrica vai ao encontro de uma necessidade de estabelecer princípios científicos deslocados destas assimetrias características da modernidade.

Em *Enquête sur les modes d'existence. Une anthropologie des Modernes* (2012), Latour abriu a discussão sobre o significado da modernidade ao público leitor, criando uma plataforma (AIME)⁵ na qual todas as pessoas podem participar.

⁵ <http://www.modesofexistence.org/>, acessado a 8 jan. 2015. A plataforma continua recolhendo dados mediante inscrição e participação nas discussões.

A plataforma é de livre acesso e permite a qualquer utilizador da web inteirar-se dos comentários, pesquisas e ações desenvolvidas a partir do livro com o mesmo título.

Neste estudo compara os *modos de existência* desenvolvidos pelos Modernos, que nunca se efetivaram. Por *modo de existência* ele entende o conjunto de conectores que dão às redes as suas características próprias. Os inquiridos a que qualquer utilizador pode aceder têm como objetivo dar uma definição mais precisa das experiências associadas ao conceito de modernização, de modo a proceder à recomposição deste conceito.

O livro, também disponível na plataforma mediante uma inscrição, é constituído por três partes: a primeira interroga a possibilidade de um inquirido antropológico sobre os modernos, removendo obstáculos metodológicos; a segunda questiona como beneficiar da pluralidade dos modos de existência; a terceira parte analisa a utilidade do inquirido para redefinir de outra forma a própria noção de coletivo, revisitando os termos tradicionais da economia e da sociedade.

A plataforma tem um glossário, um setor de documentação e um conjunto de contribuições para o debate alargado. Alex Hebing, investigador na universidade de Utrecht e colaborador, apresenta o livro chamando a atenção para o facto de as teorias da cultura terem experienciado uma viragem ontológica ou material, sob a pressão da crise ecológica e do aquecimento global. Na sua opinião, o afastamento das aproximações linguísticas e epistemológicas deve-se à necessidade de focagem em teorias capazes de dar conta das agencialidades das forças não humanas. Modo de existência, expressão que Latour retira de Étienne Souriau, designa o modo de conexão do que é específico de uma rede. Hebing salienta ainda o facto de se tratar de uma pluralidade de representações, mas de apenas um mundo (monismo).

Na introdução do livro de Latour podemos identificar o seu ponto de partida: entre modernizar e ecologizar, é preciso escolher. Desta forma, a oposição natureza – sociedade é oposição humano-não humano, que origina a multiplicação de híbridos de ciência e sociedade.

Progressivamente interessado nas questões ecológicas, que são globais e exigem novas atitudes reflexivas sobre o modo de produção, Latour devolveu a palavra ao leitor anónimo, dando a possibilidade a cada cidadão de participar na resposta à questão sobre o que somos, orientando-se assim para uma antropologia filosófica, onde as bases teóricas da antropologia simétrica continuam operacionais.

Em Habermas e Latour observamos abordagens epistemológicas diferenciadas que constituem também diferentes modos de compreender o espaço público e a participação

dos cidadãos nas questões globais. Elas têm em comum a preocupação com a prática, com os processos de autocompreensão da modernidade, e com o papel da indústria e da técnica nas novas agencialidades. A antropologia liga-se assim à filosofia na sua pesquisa sobre novos modelos teóricos de interpretação da praxis quotidiana.

Frederic Jameson (1998) redirecionou a reflexão sobre a pós-modernidade para a perspectiva histórica e para a ancoragem económica das novas configurações culturais. Nesta obra, reabilitou o papel da memória no desenvolvimento das competências e responsabilidades críticas das teorias.

O desaparecimento do sentido da História e a perda da capacidade de reter o próprio passado tornou a sociedade pós-moderna refém de uma amnésia histórica. A mudança permanente traduziu-se num esquecimento do passado, a favor de um presente perpétuo (JAMESON, 1998:20). Neste processo de esquecimento, os *media* ocuparam um papel determinante, já que operaram de forma decisiva em dois domínios essenciais do pós-modernismo: a transformação da realidade em imagens, e a fragmentação do tempo em séries de presentes perpétuos.

Jameson apresentou uma análise sobre as dimensões cultural, socioeconómica e geopolítica do pós-moderno, o que implicou dar atenção às transformações económicas que acompanharam a emergência da cultura pós-moderna.

O seu objetivo foi o de relacionar a emergência de novas formas culturais com a de novos tipos de vida social e uma nova ordem económica, que designou como eufemística, de modernização, sociedade de consumo ou pós-industrial, sociedade dos *media* e do espetáculo, ou capitalismo multinacional (JAMESON,1998:3). Este novo período remonta ao *boom* do pós-guerra nos EUA, no final dos anos 1940 e princípio dos anos 1950. O pós-modernismo emergiu nas estruturas atuais do capitalismo multinacional.

A sua aproximação totalizante assumiu a reconstrução histórica como condição de uma intervenção no *agora*, que representa uma recusa das fatalidades e uma condição fundamental para impedir as tendências de reificação.

A abstração desfamiliariza e distancia: por isso mesmo permite mudanças efetivas na ação. Concordando com Habermas, o importante nas instâncias de comunicação não é a verdade, mas sim a eficácia. Deste modo, o antropólogo e o seu objeto de estudo desenvolvem sistemas de mútua compreensão que estão fora das significações da linguagem, num registo prático de negociação e partilha.

Em “Como as sociedades recordam”, Paul Connerton (1993) analisou a transmissão e conservação da memória nos grupos, assumindo a memória social como legitimação do

presente. Na linha do conceito de Maurice Halbwachs (1877-1945) segundo o qual toda a memória social é construída não podendo separar-se da memória individual, analisou momentos históricos em que o despojamento da consciência nacional é realizado através de processos de esquecimento organizados (CONNERTON; 1993:17).

As imagens do passado e o conhecimento dele recolhido, a sua forma de transmissão e conservação, são processos que dependem dos grupos, que por sua vez procedem a uma cartografia da memória. Desta forma, ao analisar as cerimónias comemorativas, chamou a atenção para a invenção de rituais por parte das elites, recorrendo à estrutura dos mitos para mostrar que o seu conteúdo não está sujeito à mudança. No mito não há contingência, mas ele funciona com constantes: luta, sacrifício, vitória (CONNERTON, 1993:51).

A transição de uma cultura oral para uma cultura escrita é transição de práticas de incorporação para práticas de inscrição.

Em *How Modernity Forgets*, Connerton (2010) questionou a importância crescente da memória nos últimos anos, analisando os processos de esquecimento moderno. Enquanto no início do século XX, a memória foi psicologizada, no final do século ela assumiu a dimensão cultural. A memória cultural tornou-se indústria cultural.

Os processos de esquecimento sempre existiram, mas existem tipos de esquecimento característicos da modernidade. Connerton referiu Jameson, Hobsbawm e Le Goff e os seus contributos para esta análise: a incapacidade de reter o próprio passado (Jameson), a destruição do passado como um dos fenómenos mais característicos do século XX (Hobsbawm) e a amnésia coletiva (Le Goff).

A maior fonte de esquecimento está associada a processos que separam a vida social da localidade e da escala humana (CONNERTON, 2010:5): a velocidade sobre-humana, as megacidades, tão grandes que não podem ser recordadas, o consumismo ligado ao processo laboral, entre outros fatores.

A distinção entre memorial e *locus* tem a ver com as relações que ambos têm com os processos de esquecimento. O *locus*, que representa aquilo que é facilmente compreendido pela memória, como uma casa ou uma rua, é mais importante do que o memorial porque é vivenciado de forma mais desatenta e distraída (CONNERTON, 2010:34). O memorial liga-se ao medo de esquecer.

Existem inúmeras práticas materiais implicadas nos processos de esquecimento cultural. Por esse motivo, ele distingue no calendário de um indivíduo diferentes categorias de temporalidade: o tempo do processo laboral; o tempo do consumo; o tempo das estruturas de carreira; tempo da produção da informação e dos *media*. Daqui resultam dois

corolários: primeiro, cada temporalidade particular reforça as outras e é o seu efeito combinado que gera uma forma sistemática de esquecimento cultural. Segundo, nenhuma das temporalidades pode ser entendida sem compreender as dimensões espaciais que são o seu ingrediente intrínseco (CONNERTON, 2010:40).

A primeira coisa a ser esquecida é o processo do trabalho. O tempo de trabalho, princípio supremo das atividades humanas e dos artefactos tecnológicos, foi tornado explícito no capitalismo, como nunca tinha sido antes. Para os seres humanos, a disciplina do tempo passou a ser a pressão do tempo. Por outro lado, o esquecimento induzido culturalmente é reforçado pela temporalidade do consumo, determinada ela própria também pelo ciclo de vida dos consumíveis (CONNERTON, 2010:63). O controlo do tempo foca-se agora no desejo. À ideia de Max Weber sobre a racionalidade instrumental como desencantamento do mundo, Connerton acrescentou o efeito do ambiente televisivo e a sua desmaterialização. As simultaneidades permitidas pelos *zappings* criam tempos próprios, independentes dos contextos sociais. A aceleração do tempo coloca os indivíduos num hiperpresente (CONNERTON, 2010:88). A cidade, saturada de imagens e de impressões simultâneas evidencia a ideia de que os processos de esquecimento levam, inevitavelmente, à questão do *lugar*.

No capítulo desta obra dedicado às topografias do esquecimento, ele pergunta qual o efeito que os espaços produzidos na cultura contemporânea têm na transmissão da memória cultural. Este efeito é o da amnésia cultural, que tem três características essenciais: a escala da fixação humana, a produção da velocidade e a repetida destruição intencional do ambiente construído. Em primeiro lugar, as cidades tendem à dispersão: progressivamente as fronteiras da cidade desmantelam-se. Em segundo lugar, a produção de velocidade assinala um novo modo de perceção, panorâmica, que apaga gradualmente a distinção entre habitar e viajar (CONNERTON, 2010:111). Por último, a destruição do ambiente construído, numa época em que o esquecimento triunfa sobre a memória, na era dos objetos.⁶Através destes mecanismos, o capitalismo cria a amnésia cultural.

A análise destes processos evidencia a importância que têm os livros de memória e as narrativas do passado dos meus interlocutores. Através da escrita, eles fazem permanecer a importância do seu *locus* identitário: as narrativas referem-se sempre ao começo da construção das barragens do rio Douro, em particular a de Picote. Através das histórias

⁶ Cf. (CONNERTON, 2010:124):“A memória de um computador ou uma imagem eletrónica não são coisas no sentido em que não podem agarrar-se com as mãos; só podem ser acedidas pelas pontas dos dedos.”

que os habitantes do bairro do Barrocal do Douro contam aos visitantes, eles tornam presente esse passado, constituindo-se como parte das novas paisagens técnicas do Douro. Em *The Spirit of Mourning* (2011), Connerton explorou a inscrição da memória nos corpos humanos e as múltiplas formas como as memórias são incorporadas em instituições, histórias e tradições. A semiose que ocorre ao nível corporal tem a sua própria forma de articulação, história e propósitos.

No capítulo que dedicou aos processos de esquecimento, ele aprofundou sete tipos diferentes: o primeiro é o esquecimento prescritivo, que é precipitado por um ato de estado e que se acredita ser do interesse de todas as partes da disputa prévia. O segundo é constitutivo da formação de uma nova identidade:

As narrativas preservadas pela memória coletiva podem desempenhar um papel causal influenciando as disposições das pessoas; ou podem desempenhar um papel normativo, providenciando critérios pelos quais os modelos de ação se formam (CONNERTON, 2011:37).

O terceiro processo de esquecimento é a anulação. Estes três processos têm sucesso no sentido em que contribuem para estabelecer laços sociais. Mas outros tipos de esquecimento são contrários aos interesses humanos por lhes serem impostos: o apagamento repressivo. Este tipo de apagamento pode ser usado para negar uma rutura histórica, da mesma forma que para atualizar um intervalo histórico (CONNERTON, 2011:41). Existe um tipo de apagamento que se realiza através da comida: partilhar o pão, na liturgia cristã associa-se à recordação, mas as influências turcas na comida grega são um exemplo de esquecimento hegemónico.

O quinto tipo de esquecimento analisado é a amnésia estrutural: lembrar o que é socialmente relevante, como por exemplo a transmissão de receitas culinárias que têm mais sucesso. O sexto, a obsolescência planeada refere-se ao sistema capitalista de consumo, em que os planeamentos a longo prazo perdem importância: o controlo do tempo foca-se mais no desejo de consumo do que na disciplina do trabalho.

Por fim, o sétimo processo de esquecimento analisado diz respeito ao silêncio humilhado, correspondente à humilhação e à vergonha.

Ao referir-se a Cícero, em que a arte da memória é uma arte dos *loci*, Connerton acrescenta que ela foi sempre associada a uma performance cognitiva, defendendo que existe um enorme investimento libidinal e afetivo na topografia da memória:

A arte da memória repousa de modo mais fundamental, não num sistema estável de lugares, mas de um sistema estável de lugares no corpo (CONNERTON, 2011:101).

Este aspeto levou-o a analisar as funções das tatuagens, das máscaras, da pele. Estas marcas, que podem ser de honra, de vergonha, existem em todo o lado. Entre muitos exemplos, ele cita o de Kafka, em que a máquina de desenhar no corpo do prisioneiro todos os artigos da lei que ele violou, constituem a marca da vergonha.

Na análise da projeção corporal como projeção empática, mimética e cósmica, Connerton analisou os diferentes tipos de memória afetiva aplicada ao *habitat*, dando ênfase à importância que ela tem para a memória cultural enquanto investimento afetivo nos espaços vitais.

Os teóricos que mobilizei para a análise do grupo barragista têm a função de elucidar o ângulo a partir do qual pretendo interpretar as suas agencialidades enquanto grupo; mostram de que modo a distinção, que remonta a Aristóteles entre o fazer como produção (técnica) e o fazer como ação (prática), se prestam a novas configurações durante o século XX.

A prática, entendida nestes contextos não se dissocia da produção: o como (técnica) e o porquê (prática) coexistem nas redes complexas do discurso. Os livros de memórias e as narrativas construídas pelos barragistas retomam o passado para legitimar o presente, conforme adiante se verá.

Como a etnografia procurará mostrar, a relação ambivalente com a técnica reside no lugar que o indivíduo ocupa no contexto: se é um trabalhador indiferenciado, ele dará aos técnicos o poder de gerir a sua rotina, visto que os técnicos são quem sabe; mas, ao mesmo tempo, os técnicos também são os teóricos que estão do lado de fora da produção. Ordens relacionadas com a segurança no trabalho são motivo de conversa e discussão. O trabalhador faz a obra longe da vista dos técnicos, adaptando ferramentas que evitem os acidentes como a queda das fragas durante os processos de descasque. Nas histórias que contam, “os capacetes de alumínio não salvam vida nenhuma”.



Figura 14 Construindo a barragem do Carrapatelo. Fotografia cedida pelo engenheiro Pereira dos Santos.

Para os técnicos, a coordenação das equipas e o cumprimento de cada tarefa individual são a condição de sucesso do empreendimento. A disciplina é essencial para o resultado final. Este resultado é por sua vez contado como elemento de uma missão que é a de contribuir para o desenvolvimento do país.

Agrupei três tópicos de análise para esta delimitação: transnacionalidade, territorialidade e conflitualidade. Eles permitem observar comportamentos comuns às dinâmicas sociais envolvidas nas grandes construções e problematizar as representações de progresso.

Permitem também observar diferentes relacionamentos entre o domínio público e o privado, entre agencialidades locais e globais, bem como os interesses e medidas que governos e corporações tomam face a estes impactos.

1.2. Transnacionalidade.

A construção de barragens é ocasião de reconfiguração de identidades: novos conceitos emergiram da era tecnológica e das grandes construções, a partir dos anos 30 (HARDMAN, 1988; DUNAR & MCBRIDE, 2001), associando-se a metáforas de progresso e desenvolvimento e a uma crença na indústria enquanto protagonista da sociedade do futuro. Com esta crença modificaram-se os modos de vida, as relações sociais, o território e a paisagem.

David E. Nye analisou a vivência de um sentido do sublime associado às grandes obras públicas e à multidão anónima dos novos espaços (NYE, 1994; 2010).

O sublime tecnológico é uma parte integrante da consciência contemporânea. Não é apenas uma construção social, mas um encontro único com a realidade, através da experiência pública de tecnologias particulares. Ao observar a vivência das grandes construções na América do Norte do século XIX, Nye caracterizou-o como razão em evolução (NYE, 1994:61), por se orientar para um futuro com o auxílio de instrumentos que anulam o tempo e a distância como os comboios ou os aviões.

A sua análise do sublime tecnológico tem a particularidade de identificar o *locus* de onde emerge o poder das corporações e as novas representações em torno da produção ligada à indústria. A polémica à volta dos projetos hidroelétricos do Niagara é interpretada como resultante do conflito entre o sublime natural e o sublime tecnológico.

Nos anos 1920 e na década seguinte, os empreendimentos hidroelétricos tornaram-se símbolo de progresso e prosperidade na América. O autor refere descrições da barragem de Hoover como *a maior pirâmide do deserto americano*, ou *a nova sinfonia dos nossos dias* (NYE, 1994:137). À sombra da barragem de Hoover, sente-se que o futuro não tem limite (NYE, 1994:140).

Na vista da cidade elétrica surge o sublime não intencional. O fascínio pela luz subverte a ordem natural: está separada do fogo, não precisa de oxigénio, não é afetada pelo vento. A paisagem elétrica emerge assim como parte importante da fenomenologia da sociedade industrializada (NYE, 1994:197).

Em *America as a second creation*, Nye (2004) analisou o impacto dos povos que ocuparam a América vindos da Europa: eles transformaram o espaço descontrolado e desabitado, abstrato, num espaço tecnologicamente definido (NYE, 2004:4). A paisagem técnica construiu-se assim como um recomeço, uma narrativa fundada na tecnologia. O fascínio público pela tecnologia não foi objeto de estudo, apesar de o sentido americano do espaço urbano ser inseparável dela.

As obras públicas são também lugar de criação de memória, e de disputa ideológica (Le GOFF, 1984a:46; CONNERTON, 1993:7), protagonizada pelos atores diretamente envolvidos nas construções, e pelos cidadãos, mobilizados em novas reconfigurações simbólicas.

Os contextos da construção das *novas catedrais do progresso* - termo usado por Oswaldo Sevá (2008) - variam no espaço e no tempo, de acordo com as alterações políticas e estratégicas, com complexidades específicas de natureza transnacional, nacional, regional e local conforme mostraram os trabalhos de Gustavo Lins Ribeiro (1997;1997a).

Uma barragem é um dispositivo construído quase sempre para produzir eletricidade, aproveitando a energia proporcionada pela água represada. Durante o século XX, os complexos industriais conhecidos como *Dam industry* (McCULLY, 1996), aumentaram as suas construções nos rios de todo o planeta, em proporção e escalas cada vez maiores.⁷ O aumento do aproveitamento dos rios provocou alterações de natureza geológica, geográfica, hidrológica, fluvial – as barragens são hoje *cirurgias de grande porte na paisagem terrestre*. (SEVÁ, 2008):

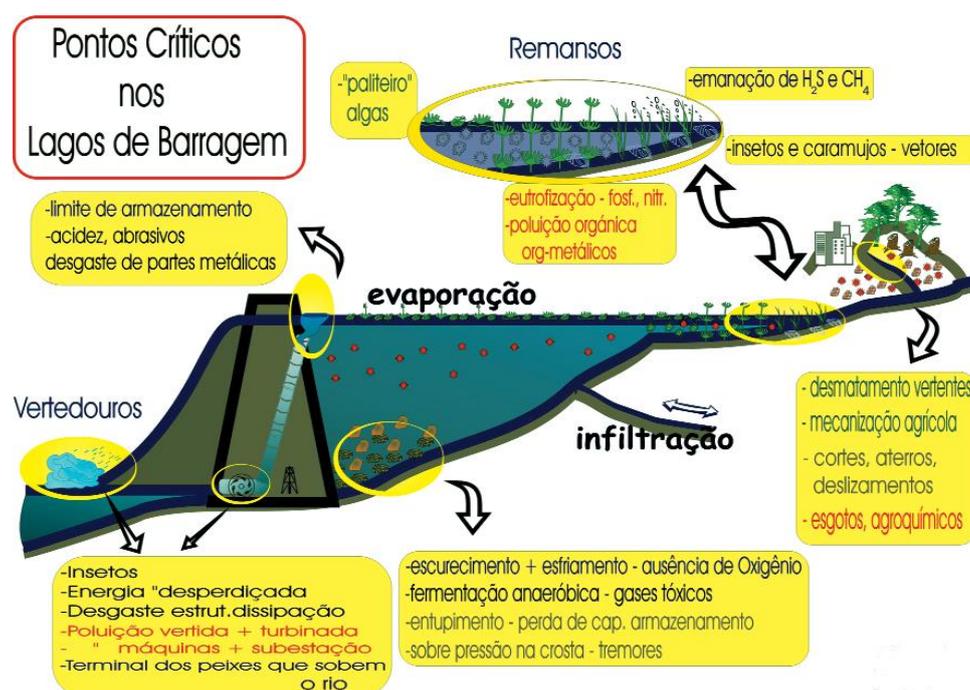


Figura 15 Fonte: Sevá, 2008. Página acedida em 6 junh.2010.

O Instituto de Pesquisa Económica Aplicada, fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil tem promovido debate e pesquisa na área dos impactos ambientais em obras de grande escala, sendo de evidenciar o estudo de Igor Ferraz da Fonseca (2013) sobre os processos de licenciamento ambiental em países emergentes.

⁷ A título ilustrativo, referem-se alguns dados relativos à construção de grandes barragens (localização, data de conclusão, número de pessoas realojadas) segundo PHADKE (1999): Three Gorges, (China) 2015, 1.300.000; Sardar Sarovar, (Índia) 2004, 330.000; Xiaolangdi (China), 2001, 181.600; Bargi (Índia), 1990, 113.600; Srisaïlam (Índia), 1984, 100.000; Pong (Índia), 1974, 150.000; Danjiangkou (China), 1974, 383.000; Assuão (Egito/Sudão), 1970, 113.000; Mangla (Paquistão), 1967, 110.000; Kaptai (Bangladesh), 1962, 100.000; Zhaxi (China), 1961, 141.000; Sanmenxia (China), 1960, 410.000; Xinanjiang (China), 1960, 306.000; Dongpinghu (China), 1958, 278.000; Hirakund (Índia), 1957, 110.000. Ver também o vídeo de 12 minutos em <http://www.treehugger.com/clean-technology/google-earth-explains-where-dams-fit-in-a-warming-world.html> (acedido em 8 jan. 2015), que mostra impactos de grandes barragens.

O seu estudo sobre a construção de grandes barragens no Brasil, China e Índia apresenta dados sobre estes países para compreender as relações entre o estado, a economia e as políticas sociais no que se refere às políticas públicas, em que a problemática ambiental adquiriu crescente importância.

De acordo com este estudo, a questão ambiental fortalece-se graças ao aumento da participação cívica e à melhor organização da sociedade civil. Os exemplos escolhidos são: A barragem de Belo Monte, no rio Xingu (Brasil), o complexo hidroelétrico do rio Nu, (China), e a barragem de Sardar Sarovar, (Índia). Estes países são os maiores utilizadores de barragens na produção de energia elétrica: somados, eles respondem por 35,3% da eletricidade produzida mundialmente.

Atualmente, a China ocupa o primeiro lugar na produção de energia hidroelétrica (722 TWh), correspondente a 20,5% da produção mundial, seguida pelo Brasil (403TWh) com 11,5% da produção mundial (FONSECA, 2013).

As principais consequências deste facto são de natureza ambiental e social: alagamento de florestas, desvio de rios, alteração dos lençóis freáticos e mesmo tremores de terra (dada a elevada quantidade de água armazenada). No que diz respeito aos impactos sociais, os mais importantes são o impacto imediato nas formas locais de subsistência e a deslocação de populações, muitas vezes sem planeamento.

Os processos de decisão variam consoante as políticas de cada estado e as suas dinâmicas e conflitos internos.

A barragem de Belo Monte, no rio Xingu – um dos afluentes da margem direita do Amazonas –, já estava no Plano Nacional de Energia Elétrica (PNE) de 1987-2010 como obra central no aproveitamento deste rio. O licenciamento da obra teve início em 2002, sendo as infraestruturas situadas em Altamira, o que representava impactos diretos nos municípios de Altamira (267km²), Vitória do Xingu (248km²) e Brasil Novo (0,5km²) (FONSECA, 2013).

Em 2003, o governo chinês adotou um processo formal de avaliação ambiental devido a pressões internacionais. O estudo de impacto ambiental (EIA) *Nu River Project* foi o primeiro projeto a ser submetido a essa inovação, representando uma mudança nos processos de decisão. O projeto prevê a construção de 13 barragens, com 21,320 MW de potência instalada, semelhante à potência da barragem das Três Gargantas, cujos processos de decisão foram no entanto bastante diferentes, sem que a sociedade civil pudesse, na época, ter algum papel.

O projeto no rio Nu operou uma mudança na legislação, dando visibilidade aos conflitos governamentais e chamando a sociedade civil à participação. Destacou-se também a progressiva adesão aos pactos globais ambientais.

Um aspeto referido neste estudo é a tolerância do governo chinês para com o ativismo das organizações ambientalistas: utiliza-as para fiscalizar a atuação de governos locais, que se tornaram mais autónomos no processo recente de industrialização (FONSECA, 2013), financiando algumas, designadas por Gongos (de ONG). Poderá pensar-se que estas formas de ativismo não representam ameaça à hegemonia do Partido Comunista Chinês (PCCh) e que estas dinâmicas poderão ter consequências na reformulação dos processos de decisão, afirma este estudo.

Sendo o rio Nu internacional, os planos de desenvolvimento para a região permanecem em segredo de estado, mas a construção de barragens mantém-se como elemento chave da aposta em energias renováveis.

Estas intervenções de grande escala, com fortes investimentos financeiros, tecnológicos e industriais têm tido impacto ambiental a vários níveis: deslocação de populações, modificação dos ecossistemas, alteração das economias locais.

A barragem de Belo Monte continuava, em 2014, a ser um dos exemplos mais mediáticos. O movimento cívico contra a construção da barragem levou à suspensão do licenciamento das obras em 2006. Até 2009, os ativistas desta causa desenvolveram várias ações em defesa das populações indígenas afetadas.

Em 2014, atores do mundo do espetáculo, intelectuais e cientistas continuavam a tomar posição sobre Belo Monte, em prol de um novo conceito de desenvolvimento e progresso. Em Outubro de 2009, as lideranças caiapó, as populações indígenas diretamente atingidas enviaram uma carta ao então presidente Lula da Silva, mas apesar deste esforço caiu a liminar que suspendia a construção. Foi nesta altura que Sting, cantor britânico, se juntou a Raoni, o chefe indígena que protagonizou a defesa das populações. Em 2010, a causa ganhou um novo adepto, o cineasta James Cameron. Em 2011, as manifestações continuaram e conseguiram a suspensão da licença parcial para a construção da barragem. Em 2012, a população indígena local ocupou o estaleiro.

O documentário realizado por André d'Elia⁸ “Anúncio de uma guerra” apresentou os dados e atores deste confronto em torno dos recursos.

⁸<http://www.youtube.com/watch?v=091GM9g2jGk> Documentário independente filmado em 3 expedições à região do rio Xingu, Altamira e arredores, São Paulo e Brasília, Abril de 2012. Acedido em 8 jan. 2015.

É um conflito que envolve ONG, estados e governos direta ou indiretamente ligados à construção de barragens.

A sociedade civil juntou-se aos protestos indígenas no Brasil, mas também fora do Brasil. A comunidade científica que incluía antropólogos, geógrafos, economistas, realizou ações diversificadas, entre as quais se destacaram os encontros científicos voltados para as questões de impacto local e ambiental.

Raoni, líder kaiapó, do ramo metuktire, resumiu bem a discussão: “Eu não vou sozinho, vai o mundo inteiro comigo.”⁹ Ou o cantor Sting, que declarou neste documentário contra Belo Monte: “O que acontecer ao povo dele acontecerá com todos os povos ao redor do mundo.”¹⁰

A população indígena estava zangada com a presidente Dilma Roussef, e também com Lula da Silva, que tinha prometido na sua campanha eleitoral suspender a construção da barragem de Belo Monte. Antropólogos, sociólogos, organizações ambientais fizeram suas as palavras do líder ameríndio.

A questão local de Belo Monte tornou-se até aos dias de hoje, uma questão global: envolve novos conceitos de desenvolvimento, progresso, direitos humanos. A favor da construção da barragem os argumentos são os do crescimento económico, do desenvolvimento, das necessidades energéticas do Brasil. Contra a sua construção os argumentos são: a violação dos direitos humanos, o desrespeito pela cultura indígena, as promessas não cumpridas na construção de outras barragens, que trouxeram miséria, doenças, prostituição, desemprego.

Em “A condição da transnacionalidade” (1997) Gustavo Lins Ribeiro analisou o caso da construção da cidade de Brasília. Neste estudo, mostrou de que forma a globalização procedeu a uma dinâmica seletiva de criação de elites. Esta dinâmica gerou a necessidade de os cidadãos de todo o mundo se localizarem em novos cenários, contrabalançando as novas tendências hegemónicas. O capitalismo transnacional redefiniu assim as relações regionais internas e externas.

A cidade de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Num quotidiano dominado por uma intensa atividade produtiva, o discurso era manipulado, constituindo-se uma visão idealizada da construção da cidade. Para este autor, a evolução do Brasil, desde os tempos coloniais até ao presente, apresentava um fio condutor: a interiorização do país correspondia também a uma lógica de penetração do capitalismo, sob a capa de um

⁹ <http://www.youtube.com/watch?v=091GM9g2jGk>, (1h24'42''). Acedido em 17 jan. 2015.

¹⁰ <http://www.youtube.com/watch?v=091GM9g2jGk> (1h30'40''). Acedido em 17 jan. 2015.

discurso político centrado no entusiasmo, na capacidade de realizar obra, no progresso, na técnica (RIBEIRO,G. 1997:46). Nesta visão idealizada do progresso, os trabalhadores não tinham voz. O planeamento da cidade não contemplou habitação para os operários. A questão central da transnacionalidade é a da relação entre os territórios e as diferentes configurações socioculturais e políticas que orientam os novos processos de pertença: coloca em perigo a lógica e eficácia dos modos pré-existentes destas pertenças. Assim, discutir este conceito significa também modificar os conceitos de cidadania, de responsabilidade e de sensibilidade.

A transnacionalidade faz parte de uma família de categorias classificatórias através das quais as pessoas se localizam geográfica e historicamente. São sujeitos coletivos – famílias, linhagens, clãs, segmentos, tribos, reinos, impérios: um *nós* imaginado, com graus variáveis de eficácia simbólica (RIBEIRO,G. 1997:3). O intercalar de segmentos étnicos sob uma mesma unidade política tem aumentado ao longo de tempo, causando relações cada vez mais complexas entre forças de homogeneização e heterogeneização. Assim, os níveis de integração têm poderes diferentes sobre os agentes e sobre as instâncias de formação identitária.

Em *Transnational Capitalism and Hidropolitics in Argentina – the Yacyretá High Dam* (1997a), Ribeiro desenvolveu a ideia de que projetos de grande escala constituem uma forma de produção que se liga à expansão dos sistemas económicos. Neste estudo comparativo procedeu à análise da complexidade dos grupos de poder em torno dos projetos de grande escala, bem como dos atores nacionais e internacionais e suas relações com a população. No prólogo a esta obra, Eric Wolf (1923-1999) chamou a atenção para o facto de estes empreendimentos corresponderem frequentemente a um certo ideal de progresso, que tem subjacente a intenção de redimir uma área da sua situação de atraso, para a conduzir ao desenvolvimento.

Procedendo a um exame antropológico do projeto de Yacyretá, barragem construída no rio Paraná, entre a Argentina (Ituzaingó) e o Paraguai (Ayolas), Ribeiro mostrou que a construção desta barragem representou um novo fenómeno de carácter inter e transnacional, com questões que adquiriram relevância mundial. Interessou-se pelos *atores invisíveis* destas obras de grande escala, desenvolvendo assim o conceito de *projeto de grande escala como forma de produção*.

Um projeto desta natureza pode entender-se como um sistema recorrente noutros contextos históricos e geográficos. Implica a transformação das realidades orientadas por

móviles locais em realidades nas quais é de fundamental importância compreender a intrincada relação entre os interesses políticos e económicos nacionais e internacionais. O seu campo de trabalho envolveu as interações entre as realidades locais e supralocais, mas também as modalidades de expansão de uma dada economia política e o seu significado para a população local. Procurando a compreensão de um projeto de grande escala em contexto, o da expansão do capitalismo transnacional, assumiu a necessidade de considerar as determinações e interações entre os diversos níveis (local, regional, nacional e internacional) do poder político e económico.

Assim, a análise de um projeto como o de Yacyretá representou uma unidade de análise adequada para a exploração etnográfica de questões antropológicas fundamentais: a crescente interdependência entre as realidades internacional, nacional, regional e local; a emergência das populações transnacionais; a formação de mercados laborais segmentados etnicamente; a distribuição desigual do poder político e económico no interior dos sistemas sociais e a discussão sobre o desenvolvimento da ideologia (RIBEIRO, G. 1997a). É neste estudo que ele refere o bicho de obra.

Bicho de obra é uma expressão usada em espanhol para classificar os nómadas industriais da obra da barragem de Yacyretá. Abrange a população envolvida na obra que tem em comum a perda da sua identidade de origem e a sua reconstrução em novos territórios. *Bichos*, em espanhol, significa insetos.

Ribeiro seguiu as redes sociais definidoras do quotidiano, operando no universo do grupo doméstico, da educação formal e do trabalho.

O bicho de obra é o habitante das pequenas aldeias do sistema mundial e representa o trânsito de uma identidade moderna para uma pós-moderna. Constituída por uma maioria de homens, insere-se nos processos migratórios associados às grandes obras das companhias transnacionais, caracterizadas pelo gigantismo, pelo isolamento e pela temporariedade. Esta temporariedade é vivida de modos diferentes, consoante o lugar do trabalhador na hierarquia.

A partir da análise de Yacyretá, Ribeiro identificou as diferenças entre trabalhadores não especializados e especializados. A estes eram dadas infraestruturas como casas, clubes, escolas, numa palavra, condições de reprodução social. Daqui resultava, para os engenheiros e para os mestres-de-obras, um poder pessoal bastante expressivo.

Os bichos de obra são pessoas que entram no circuito migratório das grandes obras e nele permanecem durante todo o período de vida ativa. Em regra vão ficando, de umas obras

para outras e este nomadismo industrial acabou por transformá-los em trabalhadores diferenciados.

A sua perda fundamental reside no facto de não poderem realizar uma identificação unívoca entre território, cultura e identidade. Assim, eles próprios se rotulam como expatriados, ciganos, cidadãos do mundo. O seu território é o dos grandes projetos, dos acampamentos das pequenas aldeias do espaço global. O seu desenraizamento cultural dá lugar a um novo tipo de território, que é definido pela esfera do trabalho.

O processo de construção identitária do bicho de obra não pode desligar-se dos fenómenos de globalização e da criação das elites do capitalismo transnacional:

Uma discussão completa sobre os panoramas culturais e ideológicos transnacionais teria de incluir a elaboração da ideia de humanidade (Robertson 1992); o papel utópico quase intocado da matriz discursiva tecnocientífica com o conseqüente avanço da razão instrumental; a prevalência do inglês como *créole* do sistema mundial; a cultura do consumo (Sklair 1991); a cultura *pop* internacional (Ortiz 1994); e diferentes discursos políticos e religiosos que dão forma a comunidades transnacionais sagradas e leigas. Porém, no restante desta seção, das muitas ideologias centrais para encarar ao mundo como uma única entidade, mencionarei brevemente apenas duas, desenvolvimento e ambientalismo. São forças poderosas na criação da modernidade e do mundo contemporâneo tanto quanto na estruturação de discursos utópicos sobre o destino da humanidade (RIBEIRO;1997:17).

A pesquisa de Gustavo Lins Ribeiro continua seguindo as linhas da Antropologia do Desenvolvimento e da Globalização. Na sua atividade e reflexão teóricas, tem vindo a discutir o estatuto epistemológico da Antropologia e a sua academização, procurando novas perspetivas de pesquisa nestas áreas. Nesta mesma linha de reflexão sobre as tarefas atuais da Antropologia, Ângela Alonso (2009) refere a progressiva importância dos movimentos cívicos no século XXI, e a necessidade de interpretar a rotinização destes movimentos sociais, que ganham escala global, carácter violento e se concentram em bandeiras identitárias.

Lygia Sigaud (1945-2009) analisou também aspetos das deslocações motivadas pela construção de barragens, tendo trabalhado os casos das barragens de Sobradinho (Bahia, Brasil) e Machadinho (Santa Catarina / Rio Grande do Sul, Brasil). A sua análise evidenciou as mediações em torno das mudanças sociais e de impacto para as populações

afetadas. Interessou-se pela relação entre o direito e os movimentos sociais, observando alterações nas práticas que não corresponderam às expectativas iniciais de avaliação dos empreendimentos. A barragem de Sobradinho, localizada no vale do rio São Francisco obrigou à deslocação de 70 mil pessoas.

As ciências sociais têm beneficiado destas pesquisas para a produção de conhecimento na área da construção de barragens, apresentando investigação relevante para a interpretação de comportamentos e negociações similares em outros países.

A referência a estes autores tem o objetivo que clarificar os processos investigados na etnografia elaborada. Como os capítulos de desenvolvimento vão revelar, os trabalhadores migrantes constituem o seu território identitário na esfera das relações de trabalho, não sendo o seu discurso indiferente ao que acontece noutros países, com o avanço da indústria e um conceito de técnica ancorado e sustentado ideologicamente em noções de progresso e desenvolvimento. Por outro lado, o estudo comparativo efetuado com as movimentações cívicas dos anos 1990 permite observar dinâmicas de crescente protagonismo dos movimentos cívicos em causas que são locais e também nacionais.

A etnografia elaborada permite também compreender de que forma os livros de memória e as ocasiões comemorativas permitem reforçar os laços identitários dos barragistas: são ocasiões de lembrança e esquecimento.

1.3. Territorialidade.

Jorge Moraga (2001) estudou o conflito RALCO e a sua imposição modernizadora.

A construção desta barragem no rio Bío Bío, o mais importante do Chile, constava de um projeto de seis barragens, que inundariam 22 mil hectares de terreno do território mapuche pehuenche, no meio de imponentes nevados dos Andes. O projeto obrigaria ao realojamento de 600 famílias indígenas, 900 camponeses chilenos e 400 pehuenches.

Na tradição pehuenche as águas paradas são associadas ao mal, e as lagoas são considerados lugares malditos, onde vivem seres míticos noturnos. Moraga estudou esta tradição, concluindo que estruturas tradicionais não podem responder perante a aceleração do processo imposto pela ENDESA, empresa chilena que se tornou posteriormente parte da transnacional espanhola com o mesmo nome.

A construção de RALCO ignorou os custos sociais, culturais e económicos para o povo mapuche pehuenche e subestimou as dificuldades políticas criadas. O empreendimento constituiu, do ponto de vista de Moraga, um ponto inicial de uma rutura entre o estado

chileno e as populações indígenas, remontando o seu historial ao final dos anos 1980. A usurpação dos territórios sem o reconhecimento dos direitos das populações indígenas foi caracterizado como um exemplo de intolerância e de agressão continuada. O estado, a sociedade chilena e o povo mapuche foram os principais atores deste processo de imposição modernizadora.

A primeira avaliação da área afetada foi realizada por Rodrigo Valenzuela, na altura estudante de Antropologia. Ele concluiu que as mudanças sociais, culturais e económicas apenas beneficiariam a empresa, não possuindo o Chile meios para diminuir estes impactos: não existiam leis de natureza ambiental, nem de proteção da população indígena. Valenzuela foi exonerado destas funções tendo posteriormente integrado o Grupo de Ação do Alto Bío Bío, uma organização não-governamental (ONG).

Uma outra forma de manipulação ocorreu, segundo Moraga, com Veronica Tagle, antropóloga com experiência nesta área. O seu estudo, baseado em observação direta e conversas informais foi truncado, alterado e distorcido.

Em 1993, foi promulgada a lei indígena nº 19.253 de 8 de outubro, que definia que as terras indígenas só poderiam ser usadas quando acompanhadas por membros da mesma etnia. As pessoas individuais puderam alugar as suas terras por um período de cinco anos. Em face desta lei, a empresa foi obrigada a aceitar um acordo e partiu para a negociação individual, abusando do analfabetismo da população. Em agosto de 1999, o comité da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Eliminação da Discriminação Racial, recomendou ao estado chileno que pedisse perdão publicamente, pela ação discriminatória exercida sobre as comunidades indígenas. Em março de 2000 a ENDESA voltou a contratar pessoal para a barragem, quando já estava construído 30% do empreendimento. O conflito atingiu tensão máxima em maio de 2000.

Moraga concluiu que a oposição indígena às centrais do Alto Bío Bío criou mudanças significativas nas relações entre o povo mapuche, o estado e a sociedade civil chilena.

RALCO representou uma metáfora das fissuras culturais que convivem e lutam num país que todavia acredita na homogeneidade nacional. O conflito expressa a tensão entre a modernidade e a tradição na sociedade chilena. Uma vez mais se verifica a sobreposição dos aspetos económicos globais, aos sociais e culturais. Verifica-se ainda que existem entendimentos diferentes relacionados com a recuperação de terras. Para os pehuenches é o seu território ancestral, mas para os encarregados da área de desenvolvimento indígena recuperar as terras significa melhorar os solos degradados. O estado pensa nas questões

relacionadas com a igualdade de direitos, mas os principais agrupamentos mapuches enfatizam o contrário, insistindo na diferença e separação da sociedade chilena.

Clara Saraiva (2005) elaborou um estudo sobre o impacto da construção da barragem na vida da população da aldeia da Luz, que se situava perto de Mourão, no distrito de Évora.¹¹ Esta aldeia ficou submersa após a conclusão da obra, tendo a população sido transferida para uma réplica da anterior aldeia, construída pela EDIA, a empresa concessionária daquele empreendimento hidroelétrico e de fins agrícolas. Houve participação da população em decisões sobre o planeamento e execução do novo lugar.

Nos anos 1990 deu-se cumprimento ao Projeto Alqueva, que já vinha sendo referido desde os anos 1950. O objetivo fundamental era o de constituir uma reserva de água capaz de minimizar os efeitos de secas prolongadas e obrigou ao realojamento dos habitantes da aldeia da Luz, processo realizado entre o verão e o outono de 2002. Ao longo da execução do projeto, Clara Saraiva registou as mudanças de perspetiva envolvendo estudos de avaliação de impactos, movimentos de opinião, entre outros. Realizaram-se três colóquios com a população implicada, em 1996 (Moura), 1999 (Beja) e 2001 (Évora). A transferência da população da aldeia motivou trabalhos de caracterização social, económica, demográfica e patrimonial.

Clara Saraiva procedeu à caracterização da aldeia e ao seu modo tradicional de vida, que se alterou a partir dos anos 1960, por via das mudanças políticas nacionais (êxodo rural, divulgação da mecanização). O êxodo rural devido à mecanização agrícola ou ao simples abandono dos campos provocaram o aumento da população nas principais cidades do sul do país.

A análise dos tempos e espaços festivos evidenciou também o impacto dos anos 1960 na vida rural. A decisão de prosseguir o projeto Alqueva, com ou sem apoio comunitário deu-se em 1993, tendo a aldeia pago o peso excessivo da interioridade:

A Luz pagou o peso excessivo da interioridade: um meio muito fechado e pouco aberto a mudanças que de repente viu um mito antigo transformar-se numa realidade palpável (...) que despoletou mudanças radicais no espaço físico habitado, mas sobretudo nas novas estruturas sociais e relações de poder existentes (SARAIVA, 2005:219).

¹¹ Na linha desta preocupação com os efeitos locais das políticas globais, se insere a pesquisa de Fabienne Wateau (2004) sobre os efeitos e mudanças provocadas pela construção da barragem de Alqueva, no rio Guadiana, em Portugal. Da mesma autora foi publicado em 2015 o livro *Querem fazer um mar* (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais), que não pôde aqui já ser contemplado.

O expoente máximo de violação da privacidade dos habitantes da Luz deu-se com a trasladação dos defuntos, que teve lugar antes do realojamento dos vivos. Este processo desencadeou uma catarse coletiva e um sentimento de solidariedade derivado da consciência da união na dor (SARAIVA, 2005:237).

A população sofreu ao longo de todo este processo de negociação (casa por casa, terra por terra) conflitos resultantes das novas dinâmicas criadas. A criação do museu permitiria a existência de um espaço de memória identitária. A construção da parte monumental da nova aldeia da Luz iniciou-se em 1998, com a participação de um museólogo (Benjamim Pereira) e de uma antropóloga (Clara Saraiva). Esta parte incluía o museu, a igreja matriz e o cemitério.

O aspeto mais importante deste estudo é o papel reservado à memória e patrimonialização da aldeia. Clara Saraiva identificou os conflitos e negociações durante o processo de criação da nova aldeia, e as mudanças operadas ao nível dos *loci* da memória. A construção do museu foi lugar de negociação e diferenciação, atravessada por uma desconfiança em relação às instituições envolvidas e com dificuldades de ordem institucional, afetiva, identitária.¹²

1.4. Conflitualidade.

Como se referiu anteriormente, Carlos Locatelli (2014) desenvolveu pesquisa sobre o poder da comunicação das organizações e dos *media* na construção de barragens no Brasil. Tomando como objeto de pesquisa empírica a construção da barragem da Foz do Chapecó, que foi construída entre novembro de 2006 e outubro de 2010 no rio Uruguai, entre as regiões oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul, o seu objetivo foi indagar os processos de comunicação vinculados à construção desta barragem (LOCATELLI, 2014:28).

Este trabalho aborda no plano da teoria questões ligadas à construção de grandes empreendimentos: as realidades locais, regionais e nacionais e os interesses envolvidos. Discutem-se conceitos centrais da filosofia de Habermas, (mundo da vida, sociedade civil e movimentos sociais), enquanto os resultados da pesquisa empírica evidenciam essas relações complexas. Tal como refere, citando os trabalhos de Maria Eduarda Gonçalves

¹² Sobre o processo de musealização: SARAIVA, 2007. Em linha: <http://etnografica.revues.org/2013#tocfrom1n6>, acessado em 17 jan. 2015.

(2001), a construção de uma barragem pode ser um importante laboratório de análise sociopolítica. Casos como o que Locatelli apresentou neste estudo existem um pouco por todo o mundo, sempre que estão em causa projetos de grande escala, com consequências diretas nas populações afetadas. O autor interessou-se pelo papel desempenhado pelos meios de comunicação.

As barragens materializam as ideologias da modernização (LOCATELLI, 2014:87). Desta forma, a pesquisa empírica conduzirá inevitavelmente à questão do desenvolvimento, do progresso e da globalização. Através da análise dos processos mediáticos, é possível encontrar novos polos de tensão entre os agentes sociais, na elaboração e estruturação ideológicas da prática quotidiana:

Dependendo de sua natureza e intensidade, se voltada mais para o interesse público ou privado, a comunicação pode deslocar os atores para distintas posições, que vão do maior controle do Estado e do concessionário à maior participação da sociedade civil nas decisões cotidianas do projeto que afetam as pessoas e o ambiente (LOCATELLI, 2014:327).

O papel da comunicação é assim determinante para o presente, mas também para o futuro, onde decisões que envolvem os diferentes agentes podem ser decididas pelas tensões nos *media* e pela maior ou menor capacidade de se fazer representar no discurso.

Parry Scott (2009) estudou os efeitos do projeto e da barragem de Itaparica, onde moradores da beira do rio São Francisco, no sertão, pernambucanos e baianos foram submetidos a uma migração forçada. Também aqui se observou uma miríade de agentes sociais mobilizados em torno de objetos em conflito. O realojamento, entre outubro de 1987 e maio de 1988 de camponeses, trabalhadores e pequenos agricultores originou comportamentos de resposta ao *stress* como a bebida, o ócio, a desorientação e incerteza (SCOTT, 2009: 20). A economia regional foi profundamente afetada pela construção da barragem. Um dos aspetos salientados é a perda de controlo sobre a força de trabalho familiar (SCOTT, 2009:37). As transformações acentuaram mais a dependência da população afetada, já que esta perdeu o domínio da distribuição e acesso à terra e à água. Outro aspeto importante neste estudo é a violência administrada, que consistiu em frustrar, com a execução dos programas de desenvolvimento, as promessas feitas à população e as suas expectativas relativamente ao progresso (SCOTT, 2009:94).

Um dos efeitos mais cruéis deste tipo de violência é a proibição implícita ou explícita de realizar atividades produtivas comuns. Estes fatores levaram a conflitos domésticos, assaltos, tráfico de substâncias tóxicas, alcoolismo.

A construção física e simbólica do ambiente novo associou-se às finalidades principais das empresas contratantes. O estudo seguiu as novas configurações familiares após o realojamento, concluindo ser o caso de Itaparica um exemplo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento. O sentimento de insegurança provocado pelo Estado gerou violência doméstica. Observando este sentimento coletivo como tendo origem em várias fontes, o estudo agrupou três formas de insegurança essenciais: a estrutural, a administrada e a coletiva local.

O primeiro tipo de insegurança decorreu da natureza do estado brasileiro, que sujeitou todos, especialmente os mais pobres, a serviços inadequados e insuficientes. Dessa forma minou a crença na existência, fator agravado pelos discursos locais que também incorporaram a exclusão sistemática. O segundo tipo de insegurança ocorreu quando o inesperado se tornou realidade, criando dramas sociais na população local. O Estado tornou-se aqui alvo de vigilâncias que ele mesmo estimulou. O terceiro tipo de insegurança resultou do modo como os indivíduos se inscreveram noutra identidade coletiva. As hierarquias destruíram-se e reconfiguraram-se, elaborando novos patrimônios mentais e materiais. O processo de realojamento de Itaparica decorreu num período de saída do regime de ditadura, intensificou-se no processo de democratização e prolongou-se no período de estabilização democrática.

Judith Sans (2010) estudou a participação social na gestão dos recursos hídricos, na região do Baixo Sabor, em Portugal. Os atores envolvidos foram classificados em dois grupos, hegemónico e contra-hegemónico. O primeiro enquadrava as condutas e discursos de discriminação e dependência, o segundo as condutas de resistência e libertação. O discurso hegemónico teria sido protagonizado pelo então Ministro do Ambiente Arlindo Cunha, e o contra-hegemónico pelo partido Os Verdes. As conclusões deste estudo evidenciaram que a participação pública foi tratada a nível técnico e político, mas não correspondeu a uma efetiva participação da população local, que registou pouco envolvimento nas decisões. Assim, decisões centralizadas e exigidas por lei não se teriam traduzido numa participação ativa, mas passiva.

Alexandra Silva (2007) analisou o papel das mulheres nos movimentos de luta e resistência à construção de barragens no Brasil. O seu estudo concluiu que o papel das

mulheres se relaciona sobretudo com a gestão do espaço doméstico e as desigualdades de gênero transversais às sociedades.

1.5. Representações de progresso.

Que significado têm os conceitos de desenvolvimento e progresso no discurso barragista? A etnografia elaborada seguiu o discurso barragista nos seus lugares de memória mas também nas suas atitudes atuais perante a questão dos recursos energéticos. Torna-se no entanto importante uma referência ao conceito de progresso e a aspetos da sua evolução ao longo do tempo, relevantes para esta problemática.

A ideia de progresso correspondeu a uma configuração moderna da noção de destino (MAGALHÃES-VILHENA, 1979:16), ligada ao desenvolvimento técnico e científico moderno. Também a crença no progresso foi anterior à sua forma doutrinal, onde conceitos como o de humanidade e universalidade adquiriram particular relevância (MAGALHÃES-VILHENA, 1979).

A ideia de progresso não foi estranha à Antiguidade (DODDS, 1973:24-25), mas só foi aceite pelo público cultivado num período limitado do século V. A aceleração do progresso material fez nascer o medo do progresso, característica do século XX, mas a ideia explícita de progresso desenvolveu-se entre o nascimento da imprensa e a Revolução Francesa. Na segunda metade do século XVIII o conceito apareceu ligado às invenções da ciência moderna e à confiança na Razão. Tornou-se um tema da moda nos salões de Paris e tema de reflexão. No século XIX, apareceu associado à ideia de civilização e como recusa da nostalgia dum retorno ao passado. Mas foi no século XX, com BURY (1920) que a crítica à ideia de progresso ganhou novos contornos, preparando o terreno ideológico do fascismo (Le GOFF, 1984).

Em 1936, Georges Friedmann escreveu *La crise du progrès*, refletindo sobre a desvalorização da razão e da ciência, a ressurreição do espiritualismo e as utopias tecnológicas, que acompanhavam o progresso técnico (medicina). Depois de 1945, com o despertar do Terceiro Mundo como consequência das independências políticas dos territórios coloniais, desenvolveram-se novos quadros interpretativos: Samir Amin (1973), com a ideia de que o desenvolvimento implica a transformação das relações sociais; Hitchen Djait (1974), cujo ideal de modernização supõe o reforço da democracia, insistindo na importância da ciência e da cultura. Para Hitchen Djait a modernização é mais do que um projeto de reforma social, é um projeto de civilização.

A partir de 1975 assistiu-se à crise da ideia de progresso, com as questões relacionadas com a energia, a inflação, o desemprego.

1.6. Enquadramento da energia hídrica.

No ano 2000, na apresentação do relatório final da Comissão Mundial de Barragens, (*World Commission od Dams*, WCD) afirmava Kader Asmal que a água é um bem para conservar, partilhar, e que após este relatório será também um catalisador para a construção da paz.

Esta comissão constituiu-se em 1998 para investigar o impacto mundial da construção de barragens e questionar as estratégias de desenvolvimento a elas associadas. Foi apoiada pelo Banco Mundial e pela União Mundial pela Natureza e tinha por missão avaliar esses impactos e definir estratégias de desenvolvimento para o futuro. Era constituída por doze representantes dos setores industrial, governativo e académico e foi na época presidida por Kader Asmal, então ministro dos Recursos Hídricos da África do Sul.

Até à apresentação deste relatório¹³ a comissão tinha reunido um conjunto de dados, tendo no total observado 1000 barragens em 72 países. Concluiu-se que, apesar dos benefícios que as barragens representam para a produção de energia elétrica essas obras tinham provocado efeitos relacionados com a deslocação de populações de grande significado.

Após as conclusões deste relatório, muitas das suas recomendações se tornaram determinações legais em vários países. Propunham-se as seguintes prioridades estratégicas: a partilha dos rios deve inserir-se em dinâmicas de desenvolvimento direcionadas para a paz e para a segurança; a avaliação deve incluir o estudo dos riscos ambientais e as consequências para as populações desalojadas, obrigando-se as corporações a proceder a uma exame rigoroso desses riscos e a preservar os interesses e direitos locais; as barragens devem ser construídas na sequência da aceitação pública; no interesse de regular as assimetrias diagnosticadas, as empresas transnacionais já não deveriam intervir no meio ambiente e nos locais sem o prévio acordo informado das populações envolvidas e das estratégias ambientais globais.

Os países reagiram a estas prioridades estratégicas de modos diferentes, quer incorporando essas estratégias na sua política nacional (Alemanha, Nepal, África do Sul,

¹³World Comissiono of Dams, relatório 2010. Em linha: http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/wcdbriefingkit_spa.pdf, pela última vez acedido em 17 jan. 2015.

Suécia, Vietnam), quer acolhendo com maior ou menor reserva essas prioridades (países membros da OCDE).

Em 2005, o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) afirmaram que iriam ter em conta estas recomendações nas prioridades de financiamento a barragens, embora esta afirmação não tenha sido acompanhada de um real compromisso político.

Em 2010 a Comissão Mundial de Barragens publicou um mapa do cumprimento mundial das diretrizes acima referidas.¹⁴

Em 2004, no Canadá, a empresa Manitoba Hydro integrou a sabedoria local das comunidades afetadas no projeto, que se revelou fundamental para a minimização dos danos de natureza ambiental (barragem de Wuskwatim no rio Burntwood).

Em 2007, o município de rio Hondo (Guatemala) referendou a construção de três barragens no rio Colorado, na cordilheira de Sierra de las Minas, após o que as obras foram suspensas. Um ano depois, o projeto sobre o rio Chixoy foi aprovado apesar de ter sido reprovado no referendo.

Alguns países ignoraram as determinações acima referidas: Panamá, México, Índia, mesmo com fortes movimentos de resistência.

Projetos em rios que são partilhados em vários países também ignoraram estes princípios, como por exemplo a barragem de Farakka (Índia, Bangladesh) no rio Ganges, a barragem Gibe3 (Etiópia, Quênia) no rio Omo, a barragem Ilisu (Turquia, Iraque, Síria) no rio Tigre, a barragem no rio Langcang (China, Birmânia, Tailândia, Laos, Camboja, Vietnam).

No Quênia, o governo suspendeu o investimento em recursos hidroelétricos, após anos de seca. Em 2010 um grupo de investidores da Holanda e do Quênia iniciaram projetos de energia eólica, passando a partir daí a existir incentivo financeiro para as energias renováveis.

Em Portugal, o Decreto-lei nº 45/94 de 22 de fevereiro definiu as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada dos recursos hídricos, elaborando 15 planos de bacia hidrográfica e o Plano Nacional da Água. O artigo 2 previa o planeamento e gestão equilibrada dos recursos, tendo em conta o desenvolvimento regional e a racionalização dos usos da água. Foi a partir de 1995 que se observou um aumento do investimento em energias renováveis, embora no ano 2000 a maior parte da energia produzida em Portugal ainda fosse de origem térmica (69,1%). Neste ano a produção de energia hídrica aumentou

¹⁴ http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/wcdbriefingkit_spa.pdf página pela última vez acedida em 17 jan.2015.

de 19,8% em 1999 para 30,8%, desenvolvendo o plano de substituição da energia térmica pelas renováveis, aqui incluindo as centrais hidroelétricas.¹⁵

A administração dos recursos hídricos em Portugal foi estabelecida pela primeira vez em 1887, com o Regulamento dos Serviços Hidráulicos. Em finais dos anos 70, criou-se um departamento dedicado exclusivamente aos recursos hídricos, sendo que as preocupações de planeamento integrado só aconteceram nos finais dos anos 1980 e princípios dos 90. Embora o desenvolvimento científico e técnico fosse similar em Portugal e Espanha, a evolução dos seus planeamentos seguiu ritmos diferentes. Os acordos estabelecidos ao longo do tempo entre os dois estados ibéricos evidenciam as mudanças estratégicas e as principais alterações na política de gestão de rios comuns.

O Tratado dos Limites (1864) dizia respeito à zona de fronteira: definia a fronteira entre Portugal e Espanha desde a foz do rio Minho até à confluência do rio Caia com o rio Guadiana. Dois anos depois, o anexo I a esse Tratado acrescentou que os rios que serviam de fronteira seriam de uso comum aos dois países, dependendo as obras a realizar nesses troços das licenças de ambas as partes. A partir de 1912, Portugal e Espanha entraram em negociações sobre o aproveitamento industrial dos rios. Em harmonia com este acordo, surgiu em 1927 o Convénio para o Aproveitamento do Douro Internacional, que estabeleceu a repartição do troço fronteiro em dois lanços, com desníveis aproximadamente iguais, respetivamente a montante e a jusante da confluência do rio Tormes. Este convénio foi substituído em 1964, pela Regulação do Aproveitamento Hidroelétrico do rio Douro e seus Afluentes Águeda, Tourões e Mente. Quatro anos depois um novo convénio regulou o uso e aproveitamento dos troços internacionais dos rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana e Chança, bem como os seus afluentes e troços nacionais adjacentes.

Em 1998, realizou-se a Convenção sobre Cooperação e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-espanholas. Nesta convenção se definiu um quadro de cooperação destinado à proteção da água e ao aproveitamento sustentável. Tratava-se de uma visão mais holística e ambientalista do uso dos recursos, tendo-se criado também uma Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção (CADC).

No que diz respeito a associações cívicas, a COAGRET (*Coordinadora de Afectados por Grandes Embalses e Traslases*) só surgiu em Portugal em 2007, apesar de ter sido

¹⁵<http://pt.scribd.com/doc/16633187/Plano-Nacional-da-Agua-Vol-01-Ministerio-do-Ambiente>, página acedida em 04 mai. 2014.

fundada em 1995 em Zaragoza, com o objetivo de juntar pessoas e instituições afetadas por infraestruturas hidráulicas. Tem atualmente uma delegação portuguesa em Mirandela e continua até ao presente a divulgar e a promover ações cívicas em defesa das populações afetadas por barragens.¹⁶

Os efeitos da construção de barragens e deslocamento de populações ganharam ao longo do tempo contornos diversos, conforme a ação dos governos.¹⁷

O impacto do relatório da WCD refletiu-se no reposicionamento dos atores, como ficou dito.

Novos conceitos de desenvolvimento emergiram, partilhando a ideia da gestão controlada e sustentável dos recursos. Isto explica a adequação progressiva da legislação dos governos a este novo conceito. O papel dos atores locais e as suas ligações a circuitos urbanos de participação conformaram novos protagonismos cívicos. Como anteriormente se referiu, culturas locais parecem sair perdedoras nas promessas de desenvolvimento dos estados e corporações.

O caso da construção e suspensão das obras da barragem de Foz Côa mostra, como se verá, o modo como atores locais e nacionais se comprometem e lutam. Este aspeto será analisado na segunda parte da pesquisa.

As novas configurações acompanham a evolução moderna do conceito de sujeito e de subjetividade. Os movimentos sociais não podem interpretar-se sem a dinâmica de afirmação/ apagamento de novas subjetividades.

Os movimentos sociais do século XX, no contexto de mudanças macrossociais teriam criado novas formas de dominação, de carácter essencialmente cultural, numa nova relação entre o domínio público e o privado, conforme analisou Ângela Alonso (2009). Desta forma, os conflitos deslocaram-se para uma nova configuração da subjetividade, agora já não associada ao mundo do trabalho e à luta de classes, mas ao viver quotidiano, reivindicando a democratização das suas estruturas, uma politização da vida privada. Nesta linha se situariam teóricos como Jürgen Habermas - já referido - e Alain Touraine. Este último contribuiu para estas interpretações distinguindo dois tipos de movimentos sociais: um, característico da sociedade industrial, tem por centro a indústria, dividido

¹⁶<http://www.coagret.com/> . Secção portuguesa em <http://coagret.wordpress.com/> .acedido em 17 jan. 2015.

¹⁷ PHADKE R. (1999) em *Dams, displacement, and community reconstruction – an annotated 1999 bibliography and reference guide* apresentou uma extensa bibliografia com uma lista de filmes e de organizações envolvidas na construção e realojamento de populações afetadas pela construção de barragens.

entre a produção (técnica) e a reprodução (cultura); o segundo, decorrente da era pós-industrial, assiste à descentralização do trabalho, apresentando uma interpenetração entre técnica e cultura e uma mistura entre público e privado. Neste sentido, os conflitos não se situam já em setores fundamentais à atividade social, mas eles estão em toda a esfera da vida privada (família, educação, sexo), configurando novas dimensões simbólicas:

O conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está em toda a parte (TOURAINÉ, 1989:13).

Os novos atores são agentes de persuasão, atuam na sociedade civil, mas não combatem o Estado.

Nos anos 1990, os movimentos sociais passaram a ser vistos como fluxos contínuos de interação social.

Os novos problemas destas dinâmicas sociais profissionalizaram-se (ALONSO, 2009). A globalização do ativismo e a formação de uma opinião pública transnacional criaram novas mobilizações em torno da circulação e produção de conhecimento, em nome da democratização.

Volto ao livro de Pierre Bourdieu, que trazia no bolso, naquele dia em que completei o registo de imagens do Barrocal do Douro. Volto à imagem da fraga que entra pela janela, imponente. Quem são estas pessoas? Como se situam perante as mudanças, e nas mudanças que no seu período de vida observaram e viveram? E de tudo o que mudou nas suas vidas, como recordam? O que esquecem? Que decisões são as que ainda hoje marcam a sua decisão de pertencer ao grupo barragista? Alerta-me este livro para a ilusão biográfica (BOURDIEU, 1994:81). As histórias de vida pressupõem sempre uma visão da história e dos acontecimentos, um caminho, uma estrada com início e fim. É uma vida organizada como narrativa, em que a ordem cronológica também é uma ordem lógica. Os acontecimentos biográficos são deslocações no espaço social, distribuições das diferentes espécies de capital em jogo em cada campo.

Neste sentido, não podemos compreender uma trajetória se não tivermos construído previamente os estados sucessivos do campo no qual essa trajetória se desenvolveu.

Capítulo 2. O rio Douro.

Más allá de sus límites, el paisaje sostiene las huellas del pasado, reconstruye recuerdos, proyecta en la mirada las sombras de otro tiempo que sólo existe ya como reflejo de sí mismo en la memoria del viajero o del que, simplemente, sigue fiel a ese paisaje.

Julio Llamazares, El río del olvido, p.13.



Figura 16 Rio Douro, em Miranda do Douro. Vista a partir da Pousada Parador de Santa Catarina, 2010. Fotografia da autora.

Visto da Pousada de Santa Catarina, em Miranda do Douro, o rio entra em território português numa curva apertada que se prolonga para a barragem. Observado a partir das varandas da pousada, o monumento tecnológico (BRANCO, 2013:945) insere-se na paisagem numa cota mais baixa. A jusante, a paisagem contrasta com a de montante, inóspita e agreste: a paisagem das arribas.

Se consultarmos a página da câmara municipal¹⁸, esta pousada figura entre os alojamentos disponíveis para o visitante, ao lado de outros, como a Pensão da Gabriela. O visitante em causa não é inocente na sua decisão de fotografar, já que ele revisita um passado. A pousada, a pensão, a barragem e as arribas, são lugares de construção de memória.

O ângulo em que tiro esta fotografia poderia ser também o daqueles visitantes que aí procuraram lembrar esse tempo, o tempo da construção das barragens do Douro internacional e que se designam a si próprios como barragistas. Lembrar torna-se por esse motivo uma categoria central: o rio é sempre ocasião de retorno a um passado que a memória preserva, contra o esquecimento a que inevitavelmente são votadas as multidões de trabalhadores anónimos que constroem as grandes obras, como foi analisado no capítulo anterior (Le GOFF,1984; CONNERTON,1993; LATOUR, 1993;2010; RIBEIRO,G. 1997,1997a).

Os primeiros contactos para identificar este grupo foram-me facultados pela Associação de Reformados da EDP/REN (AREP). Após algumas conversas informais, dei início às entrevistas: aos engenheiros Fagulha Vaz (1919,-), F.C. (1924,-) e Pereira dos Santos (1929,-), que residiam na altura em Lisboa. Todos se identificaram como barragistas, tendo-me contado que se reuniam mensalmente para almoçar, nessa condição. A primeira aconteceu com o engenheiro F.C., na pastelaria A Mexicana, em Lisboa. Mostrou desde logo interesse em colaborar com a minha investigação. As entrevistas seguintes tiveram lugar em sua casa, num escritório voltado para uma avenida principal, perto do Areeiro. O primeiro encontro com os outros dois engenheiros decorreu também em pastelarias perto das suas casas. Fagulha Vaz combinou comigo na cafetaria do espaço comercial *El Corte Inglés*, Pereira dos Santos na pastelaria Califa.

As entrevistas de continuação decorreram em suas casas, perto dos locais referidos. Foi durante este período que recolhi materiais sobre os processos de construção das barragens do Douro internacional: a barragem de Picote (1954-1958), primeira a ser construída, a de Miranda (1957-1960), a segunda a que se aludiu acima, e Bemposta (1960-1964), a terceira deste conjunto.

A construção da barragem de Picote foi considerada a mais difícil, em parte por ser a primeira de um rio que os engenheiros consideravam temível, com um grande caudal, um desafio para as suas ainda jovens carreiras profissionais.

¹⁸ <http://www.cm-mdouro.pt/>, página pela última vez acedida em 29 out. 2014.

Sem que eu tivesse planeado, uma outra barragista se juntou ao grupo de entrevistados: Maria Fernanda (1936,-), mulher do engenheiro Pereira dos Santos, que se apresentou como tendo realizado serviço social nas barragens do rio Cávado, enquanto funcionária da Hidroelétrica do Cávado (HICA). Deste facto resultou a gravação de entrevistas com a sua participação, onde pude recolher informações sobre as populações migrantes que já vinham dessas construções e que se tinham encaminhado para Picote.

Além das entrevistas, o engenheiro Pereira dos Santos facultou-me um relatório sobre as condições de vida dos trabalhadores das barragens, datado de 1956, para que eu o fotocopiasse. Apresentou-me o documento chamando a atenção para os problemas que a construção de uma barragem envolve, que, segundo comentou, se repetem em todas as barragens. Na sua opinião, bem como na opinião de Maria Fernanda, as barragens foram obras civilizadoras, trouxeram progresso às populações.

Esse relatório constituía por esse motivo um documento importante. Para além do texto, onde constavam informações sobre as

condições de vida, existiam fotografias das acomodações dos trabalhadores. Não havia certeza sobre a autoria das imagens, mas a pesquisa posterior permitiu pensar que se trataria do padre Telmo Ferraz, capelão da empresa Hidroelétrica do Douro (HED), constituída para a construção do conjunto das três barragens: a HIDOURO, como posteriormente se referiu à empresa que a partir de 1953 tomou a seu cargo a obra.

Foram-me também cedidas fotografias das diversas obras que Pereira dos Santos percorreu como engenheiro fiscal. Viam-se pessoas e estaleiros: engenheiros de outros países, os amigos, os momentos de lazer, as casas onde morou. Comentou com particular pormenor tudo o que se relacionava com os laboratórios de ensaio do betão, com as máquinas que usava. Maria Fernanda evidenciou os problemas sociais, os conflitos, o seu papel na busca de soluções para as famílias.

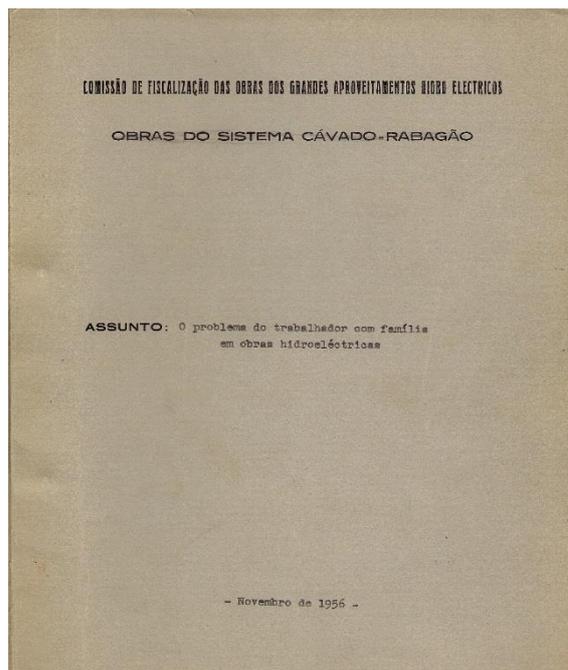


Figura 17 Capa do relatório cedido pelo engenheiro Pereira dos Santos.

O relatório apresenta informação sobre a população migrante e suas condições de vida. Apresentam-se os dados referentes a essas dificuldades e propostas para o futuro. A lápis, o engenheiro Pereira dos Santos acrescentou os custos equivalentes na fase de construção da barragem de Miranda, como se pode verificar na figura seguinte:

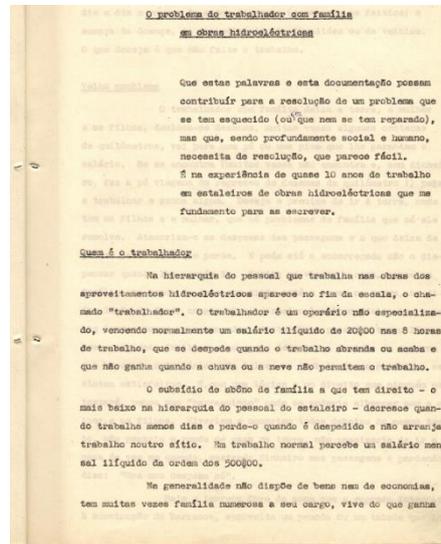


Figura 18 Página do relatório de 1956, cedido pelo engenheiro Pereira dos Santos.

O conteúdo deste relatório será analisado adiante, mas nele pude observar pela primeira vez as fotografias das habitações que rodeavam o espaço exterior ao estaleiro. Sabia da sua existência pelo relato dos meus interlocutores e também pela leitura dos livros de memória.

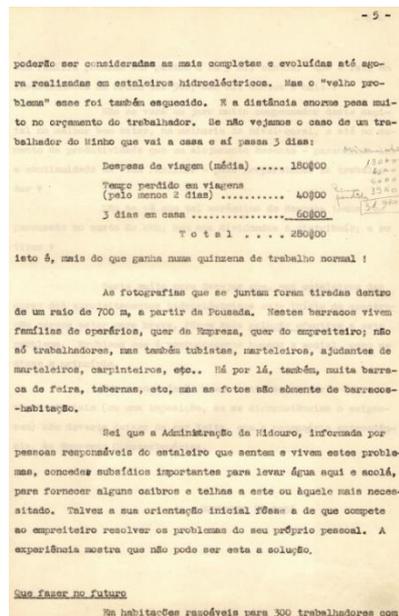


Figura 19 Página 5 do relatório de 1956 anotada por Pereira dos Santos

Nesta figura observa-se o caráter precário do alojamento, que apesar de tudo era preferível ao isolamento a que era votado o trabalhador sem família. Estas habitações não obrigavam ao pagamento de uma renda e permitiam que a família estivesse reunida.

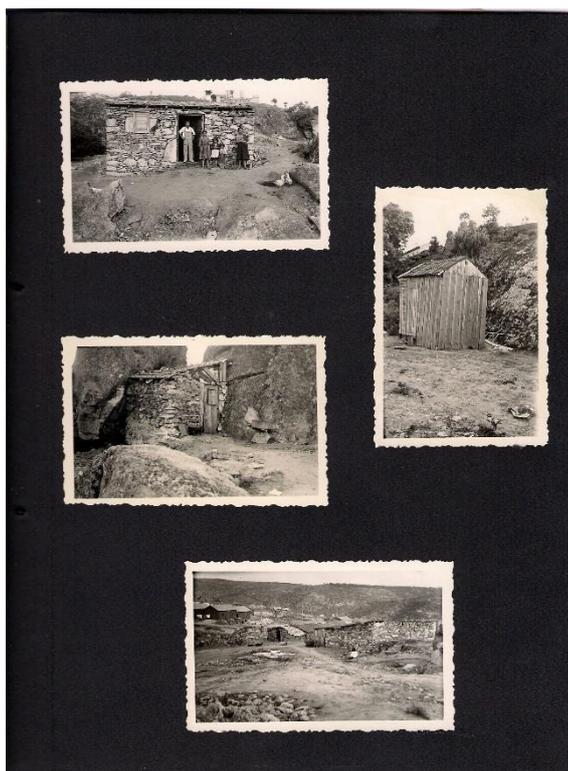


Figura 20 Página da documentação fotográfica do relatório cedido pelo engenheiro Pereira dos Santos.

As coberturas eram feitas com sacas de cimento vazias e pedras que as seguravam, porque a telha era cara. Na imagem seguinte apresenta-se um pormenor desses telhados: Pereira dos Santos invocou este relatório para mostrar as preocupações sociais dos engenheiros e da empresa.



Figura 21 Pormenor das habitações com sacas de cimento, do relatório de 1956.

Fagulha Vaz era conhecido entre os barragistas, por ter sido dos primeiros a chegar a Picote. Quando o entrevistei pela primeira vez, tinha 92 anos e repartia os seus dias entre Lisboa, onde morava, Carcavelos onde morava o filho, e Melides, onde tinha uma casa de férias. Falava do rio Douro como *um senhor*, com um caudal enorme, e narrava esses

anos com um misto de humor e comoção. Perguntei-lhe se recentemente tinha ido a Picote e respondeu-me que não tencionava lá voltar, dada a comoção que lhe causavam aquelas pedras. Além das entrevistas, cedeu-me vários folhetos sobre as barragens e centrais térmicas, mostrou-me a condecoração que recebeu por ocasião da inauguração da obra de Picote. No conforto da sua casa, esses eram elementos de um passado distante que, repetiu muitas vezes, lhe dizia muito, porque estava a servir o país, levando a eletricidade às populações.

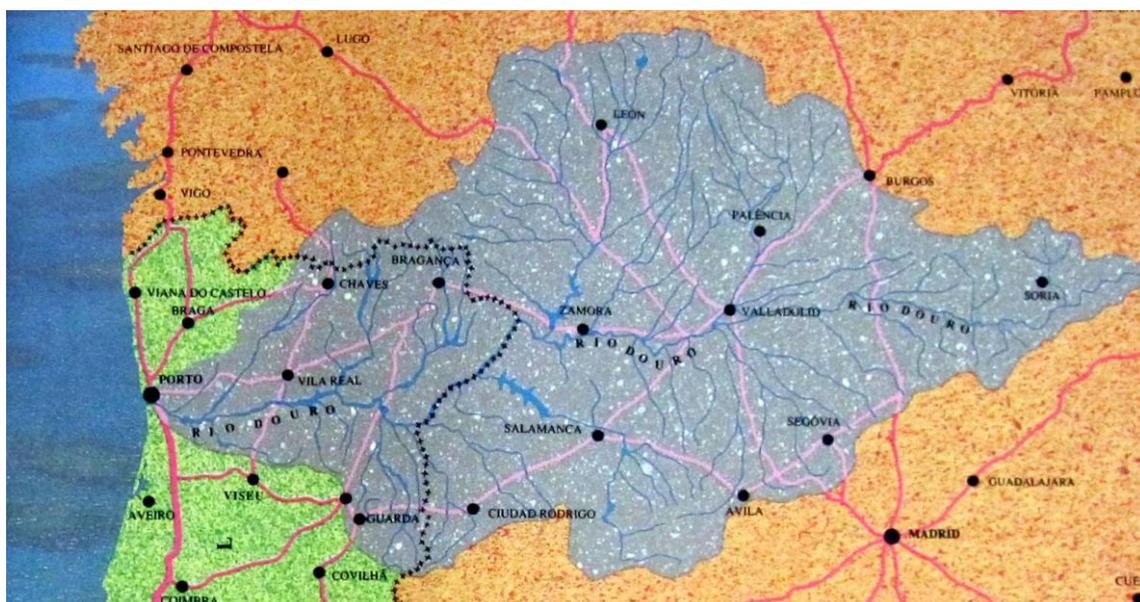


Figura 22 Bacia hidrográfica do rio Douro. Folheto cedido pelo engenheiro Fagulha Vaz durante a realização das entrevistas.

Em todas as entrevistas se referiu com ênfase a Ferreira Dias, *o pai da eletricidade*, como sempre o designava. Mostrou-me ainda duas fotografias suas, tiradas pela casa Alvão, no Porto. Eram desta casa enviava os fotógrafos que iam documentando o avanço das obras. Esta sequência de entrevistas conduziu, pelo seu conteúdo e pelos nomes evocados, a outras, que realizei no Porto: o padre Telmo Ferraz (1925, -) e A. M. – entretanto falecido – eram referidos como pessoas essenciais à minha investigação.

No Porto, entrevistei ambos: o primeiro encontrava-se de férias alojado na Casa do Gaiato, o segundo era frequentador assíduo da Associação de Reformados da EDP (AREP).

Foi por esta altura que ouvi dizer do rio Douro que era um rio zangado, ou também, uma autoestrada líquida. Foi também aqui que tive acesso a um livro editado pela EDP documentando os aproveitamentos hidráulicos feitos no rio Douro (APROVEITAMENTO, 1986). Se a atitude de A. M. era comovida, entrecortada por silêncios e lágrimas, a do padre Telmo Ferraz era de hesitação, sobretudo quando lhe perguntava se as barragens trouxeram o progresso esperado. Foi nesta entrevista que tive acesso aos textos de outro barragista, Henrique Pinto (1939-). Contou-me o padre Telmo que se preparava um livro sobre os barragistas, a partir de textos, que o autor já havia publicado na revista da AREP. Tinha-lhe sido pedida uma opinião para a edição. Explicou-me que esse material era bastante fiável para a minha investigação e cedeu-me o manuscrito para fotocopiar.

Uma vez mais, durante este período, as descrições do rio Douro evidenciavam as dificuldades de aí construir barragens, os grandes caudais, as fragas.

A. M. cedeu-me alguns folhetos e uma revista, onde se falava dele. Contou-me da homenagem que tinha sido feita ao engenheiro Paulo Marques, homem que muito admirava “por ser alguém que se preocupava com os pobres”. Foi com grande emoção que me mostrou os folhetos e a revista onde existia uma reportagem sobre os barragistas. Nessa altura ele estava na barragem do Carrapatelo, e a reportagem não foi muito bem vista pelo regime, porque segundo relatou, falava daquela miséria. Foi também um dos condecorados por ocasião da inauguração da barragem de Picote, mas disso não falou durante a única entrevista que lhe fiz. Quem tinha estabelecido o contacto tinha sido o meu tio materno (1940-), que reside em Crestuma-Lever, também barragista.

Procedi à busca da reportagem publicada no semanário “O Século Ilustrado”. Encontrei-a na Hemeroteca Municipal de Lisboa, podendo assim reunir a informação que me faltava, dado que me tinha sido dado um dos números e a reportagem tinha seguimento em número posterior.

Estes materiais permitiram-me esboçar uma imagem do rio Douro.

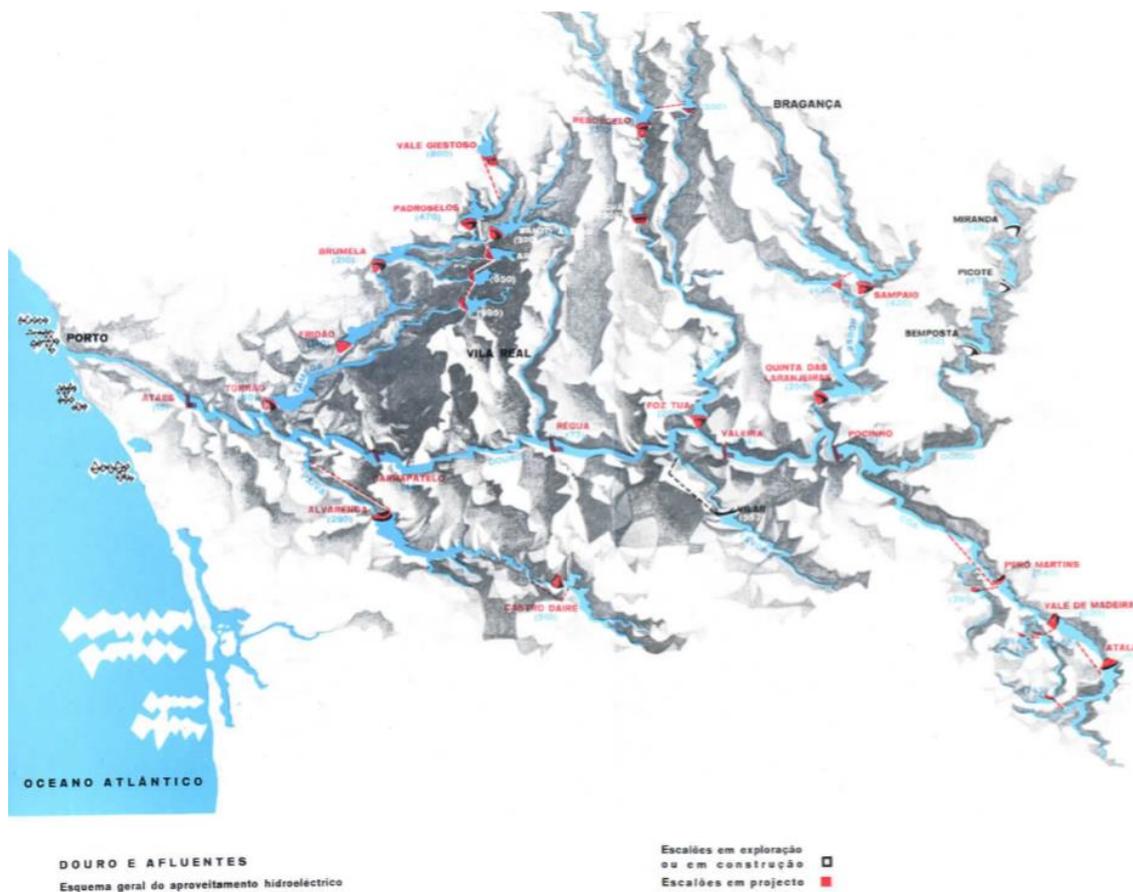


Figura 23 Rio Douro e afluentes. Folheto cedido pelo engenheiro Fagulha Vaz.

O nome prestava-se ao sentir de quem por lá passou, em trabalho ou em viagem. Trabalhadores indiferenciados, engenheiros, arquitetos, comerciantes que nele viram oportunidade de negócio. Poetas, escritores, narrando o ensurdecido silêncio, o voo espiralado dos abutres, o contrabando, a fronteira entre cá e lá, fosse a ocupação do território um modo de se esconder da polícia, um modo de saltar para a vizinha Espanha ou um pensamento sobre o regime que mantinha as aldeias às escuras, contavam os entrevistados. Da nascente até à foz, o rio foi motivo de reflexão poética, estratégica, política, económica. Ao longo do tempo, os usos do rio foram variando ao ritmo das culturas, romana, árabe, francesa, dos ideais das Luzes. Ao ritmo das populações que nas suas margens se fixaram. Para além dos testemunhos recolhidos em entrevista, procedi à pesquisa documental sobre o rio Douro. Chamou-me a atenção o ano de 1931. Nesse ano, Manoel de Oliveira (1908-2015) no seu documentário mudo intitulado Douro, Faina Fluvial (20') mostrou a ponte D. Luís, os seus pormenores, a sua ligação à foz do rio Douro. As pessoas e as coisas foram filmadas com recurso a grandes planos de rostos,

da faina, das máquinas. Juntas de bois, barcos, redes, trabalhadores. Homens e mulheres nas rotinas de aproveitamento dos recursos, transportando, recolhendo o peixe nas canastras para vender. Ao lado dos grandes planos das juntas de bois e do esforço humano, o comboio. Outros grandes planos focavam pormenores de ferro, peixe, gelo. Sem palavras ou diálogos, a banda sonora do filme tinha a assinatura do compositor Luís de Freitas Branco (1890-1955), mais tarde substituída por Emmanuel Nunes (1941-2012), na nova versão que o cineasta realizou em 1994.¹⁹

Nasce longe, este rio da faina: na serra de Urbion, nos Montes Ibéricos, a 1700 metros de altitude, numa paisagem de escarpas montanhosas e lagos. Nesta paisagem protegida, de pinheiro, zimbro, faia, bétula, habitam lobos, veados, javalis. Durante 525 quilómetros, o rio percorre território espanhol. Entre a nascente e a ribeira de Castro recebe cinco afluentes: Pisuerga, Valderaduey e Esla, na margem direita, Adaja e Cega, na margem esquerda.

A ribeira de Castro assinala a entrada do Douro em território português, servindo de fronteira com Espanha numa extensão de 112 quilómetros até Barca de Alva. Aqui, três afluentes espanhóis confluem para o seu leito: Tormes, Huebra e Águeda, este último definindo também a fronteira entre os dois países.

O plano de aproveitamento hidroelétrico, com Picote, Miranda e Bemposta, as três barragens deste troço, foi cumprido nas décadas de 1950 e 1960.

A jusante da confluência do Águeda, o Douro nacional percorre 213 quilómetros até desaguar no Atlântico. Para o seu leito confluem, na margem direita, Sabor, Tua, Corgo, Tâmega e Sousa e na margem esquerda, Côa, Távora e Paiva.²⁰

A história dos usos do rio ao longo do tempo reparte-se entre o aproveitamento ribeirinho, com azenhas e zonas de pesca, e a ambição de torná-lo navegável.

O curso do rio, no troço que serve de fronteira, apresenta uma paisagem agreste de arribas de xisto e granito onde nidificam aves de rapina, pontuadas por zonas de mata (zimbro, carvalho, esteva). Com curvas muito apertadas e muito escavado, formando um canhão, foi durante séculos impraticável à navegação continuada, motivo de tentativas sucessivas desde a Idade Média para eliminar os obstáculos. As monografias históricas referem dados sobre uma ocupação remota: os romanos tinham atraído a população para os vales férteis abrindo estradas para atividade agrícola e mineira; a marca árabe traduz-se em

¹⁹Vídeos disponíveis em: <http://www.youtube.com/watch?v=c5AyIdoLUvI> *Douro, faina fluvial*, Manoel de Oliveira, 1931. http://www.youtube.com/watch?v=p5HgOBZ_C3s. Idem, versão 1994.

²⁰ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SpainDuroBasin.png> – bacia hidrográfica do rio Douro.

vestígios da toponímia, como Mogadouro e Miranda; entre os séculos XII e XIV fixaram-se, na margem direita, a ordem dos Templários, na esquerda, a de Cister (cf. APROVEITAMENTO, 1986:10).

A rede viária em Trás-os-Montes e Alto Douro seguiu o traçado romano até à Idade Média, sendo os caminhos percorridos por almocreves até meados de oitocentos, com a chegada do caminho-de-ferro. Por este motivo se colocava a questão da navegabilidade do rio e de alguns afluentes, para escoamento de produtos.

2.1. Usos do rio.

Os entrevistados falavam do estaleiro, dos trabalhos, das máquinas. A isto acrescentavam com maior ou menor ênfase as condições de trabalho daquele tempo, ora valorizando as dificuldades em vencer os obstáculos que a natureza agreste do lugar exigia, ora chamando a atenção para as condições das famílias deslocadas. A partir da documentação cedida pude assim começar a identificar os territórios de que falavam.

Comecei pela questão da navegabilidade do rio. Foi uma prioridade estratégica para o vinho. A partir do século XVI empreenderam-se tentativas para tornar navegável o troço que vai da cidade do Porto até São João da Pesqueira. Durante o governo do Marquês de Pombal foi criada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Foi a primeira medida política no sentido de colocar o rio ao serviço da utilidade pública. Fez-se o registo dos obstáculos à navegação, indicando os pontos a suprimir. Uma lei de 16 de dezembro de 1773 determinava a demolição de pesqueiras, de azenhas e de outros equipamentos no prazo de 30 dias.

A garganta da Valeira era o principal obstáculo à navegação. Em 1780, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro fez o levantamento da zona alta do rio entre o Cachão da Valeira e os limites das freguesias de Lagoaça e Bruçó. Foram designados para esta tarefa o comissário José Vítor Magalhães, o escrivão Manuel Moreira Garcês e o arrais Manuel Pinho Macho. O relatório descrevia o Douro para cima do Cachão: o mapa das freguesias confinantes com Castela, o resumo das estradas e seu itinerário. A viagem foi realizada por terra. Indicaram-se os locais onde se deveria demolir pesqueiras, açudes e azenhas, onde era necessário rebentar fragas. E os locais onde não era possível alar.

(...) entre grandes rochedos encontravam-se cinco pontos formidáveis (Cadilhais, Risco, Bodegas, Cordas, Fragas das Cordas) e não se pode alar; daí para cima a mesma situação, pior que o Cachão da Baleira (...) enfim, causa horror olhar para semelhantes rochedos (...) (D'ABREU, 2007:47).

A destruição do Cachão da Valeira, pedida pela primeira vez em 1510 ao rei Manuel I, foi realizada no reinado de D. Maria I. Inicialmente da responsabilidade do padre António Manuel Camelo, foi por morte deste dirigida pelo técnico italiano José Maria Yoca, entre 1780 e 1791 (APROVEITAMENTO, 1986:55).

Destruído este obstáculo, o conhecimento e intervenção no rio com vista ao seu uso para o comércio continuaram durante o século XIX. Em 1815, depois do Congresso de Viena, que se seguiu à derrota de Napoleão, discutiu-se a navegabilidade dos rios europeus. Havia um grande interesse de Castela em escoar os seus cereais pelo Douro e os comerciantes de vinho do Porto estavam interessados em dispor dessa mesma via de transporte.

Navegar no Douro era penoso. O barco rabelo, usado para o transporte de pipas tinha uma tripulação de 13 ou 14 marinheiros para navegação e movimentação da carga. Para descer o rio agarravam-se firmemente à espadela - remo longo que fazia de leme -, demorando de dez a doze horas para um percurso de cerca de 95 quilómetros. A subida podia durar seis dias, puxando-se as embarcações com cordas. Criou-se assim o direito de alagem, que foi eliminado na segunda metade do século XIX. Em meados deste século havia cerca de 600 embarcações que subiam do Porto à Régua, com sirga de bois. Quando isso não era possível, usavam-se homens. De Espanha desciam cereais, farinhas, lãs, cortiças, subiam couros, alúmen, alpiste. De Portugal, vinho e cereais.

Foi no Cachão da Valeira que morreu num naufrágio o barão de Forrester (1809-1861), produtor e comerciante de vinhos e um dos interessados na destruição deste obstáculo. Os mapas do rio, desde o oceano Atlântico até ao salto da Sardinha, por ele elaborados, foram editados em Londres, em 1845 (cf. APROVEITAMENTO, 1986).

As dificuldades que o rio colocava à navegação foram resolvidas com a construção das barragens. Entre 1961 e 1986 construíram-se cinco com eclusa: Carrapatelo (1971), Régua (1973), Valeira (1976), Pocinho (1983) e Crestuma-Lever (1986). Em 1986 foi aberto o tráfego do troço Porto-Régua e em 1990 o rio tornou-se navegável.

Construiu-se assim ao longo do tempo a paisagem atual do rio Douro. Nos pontos de menor dificuldade primeiro, arribas acima depois, obedecendo à estratégia do comércio

do vinho, que consagrou o rio sob a designação de Douro vinhateiro. As barragens vieram posteriormente, cumprindo a ambição do plano de eletrificação do país, que também fechou o ciclo da navegabilidade. Foi assim que o rio se tornou ao longo do tempo também um recurso energético.

Como já referi, a assinatura do Convénio Luso-Espanhol, em 1927, definiu a partilha com vista ao aproveitamento hidroelétrico que se designou por Douro internacional. Portugal utilizaria a parte compreendida entre a origem do troço internacional e a confluência do afluente espanhol Tormes, Espanha a restante parte a jusante. Cada um dos países teria direito a utilizar todo o caudal, alienação recíproca ditada por razões de ordem técnica. Foi definido também que nenhum dos países diminuiria o caudal que deveria chegar à origem de cada zona de aproveitamento.

Em 16 de Julho de 1964 concluiu-se o Convénio Luso-Espanhol Para Regular o Aproveitamento Hidroelétrico dos Troços Internacionais do Douro e seus Afluentes, como já se disse.²¹ O respetivo articulado foi publicado no Diário do Governo (DG) de 23 de outubro desse ano, e no *Boletín Oficial del Estado* (BOE) em Espanha, em 19 de agosto.

Os estudos sobre o aproveitamento energético do rio Douro remontam a 1918, com a inventariação do potencial feito pela Direção Hidráulica Agrícola. Foi levado a efeito o reconhecimento dos rios, com prioridade para o Douro e o Cávado. O primeiro levantamento do rio Douro, à escala 1/2500 foi realizado em 1923, e entre 1929 e 1931 foram feitas duas tentativas de aproveitamento do Douro, que não chegam a concretizar-se.

Em 1943, a Direção Geral dos Recursos Hidráulicos procedeu a uma recolha intensiva de elementos para o estudo do aproveitamento do Douro, de natureza topográfica, hidrométrica e geológica.

Durante o Estado Novo, os estudos de reconhecimento do Douro avançaram e em 1942, Ezequiel de Campos pediu a concessão de um aproveitamento em Carrapatelo.

Em 1949, depois de em 1947 ter sido elaborado o Plano Geral de Aproveitamento do Douro internacional, o engenheiro Pedro Arsénio Nunes submeteu-o, nos EUA, à apreciação do *Denver Office* do *Bureau of Reclamation*.

Em 1951, o governo encarregou a firma americana Knappen-Tippetts-Abbett- McCarthy (T.A.M.S.) de elaborar um estudo sobre o Douro e os seus afluentes. Os primeiros

²¹ <http://aguapublica.no.sapo.pt/lusesp/conv64.htm>, acessido em 2 abr 2012.

técnicos da Knappen chegaram a Portugal ainda em 1951, e recomendaram que a barragem de Picote fosse considerada prioritária entre os aproveitamentos hidroelétricos a realizar na bacia do Douro. A aprovação oficial da obra deu-se em 1953.

O governo promoveu então a constituição da Hidroelétrica do Douro.

Maria Fernanda Rollo (2008) analisou o apoio de que Portugal beneficiou no contexto do Plano Marshall e a relação com o futuro empreendimento.

A ajuda entrou de forma discreta, mas significativa (cerca de 90 milhões de dólares). A esta verba somaram-se ainda os fundos portugueses de contrapartida no montante de 552 milhões de contos, tendo a quase totalidade desta verba sido aproveitada entre 1950 e 1951. Segundo esta autora, até 1957, desenvolveram-se 50 projetos com impacto económico, envolvendo 98 técnicos portugueses e 74 estrangeiros. Um dos projetos de maior relevância foi o do estudo da bacia hidrográfica do Douro, onde a opção pelo troço internacional ganhou relevância face às alternativas até então consideradas.

Foi neste contexto que se iniciou a construção da barragem de Picote.

2.2. Como os barragistas veem o rio.

Os barragistas também me falavam da navegabilidade do rio Douro. Eu não entendia por que motivo se dava tanta importância à construção daquilo a que chamavam autoestrada líquida. A edificação de barragens, sobretudo no troço nacional do rio resolveu este problema com a construção das eclusas. Serviriam para produzir energia elétrica segundo o plano de Ferreira Dias (que irei ainda abordar) e para a regularização fluvial e proteção das cheias.

A população migrante que construiu as barragens deste rio, e que vinha já de outras obras, no Cávado e no Zêzere, entre outros, encontra aqui nova convergência identitária: a obra constitui um território por si, o valor estruturante da ação é o trabalho norteado pelo ideal de progresso e da realização duma missão nacional.

A hidroeletricidade surgiu num contexto estratégico nacional, eliminando pontos dispersos de produção de energia em prol de um plano geral de eletrificação. A esta ideia associou-se uma nova, de progresso baseado na industrialização, onde os engenheiros barragistas



Aparelho dosadores do ar introduzido nos betões
Figura 24 Fotografia cedida pelo engenheiro Pereira dos Santos.

encontraram o terreno fértil para o exercício da sua profissão e dos seus sonhos juvenis: o engenheiro era agora autor e protagonista de progresso.

O Barrocal do Douro, uma localidade construída de raiz para os trabalhos da barragem de Picote, representou uma síntese resultante dum plano de eletrificação protagonizado por engenheiros, e a formação de uma geração de arquitetos do Porto. Todos os barragistas que entrevistei referiam o papel central do engenheiro Ferreira Dias, e do seu papel na eletrificação do país. Foi-me aconselhada a leitura do seu livro *Linha de Rumo*, escrito em 1945. Visitei então o Centro de Recursos do Museu da Eletricidade, em Lisboa, com a finalidade de aí encontrar o livro. Passei aí algumas tardes, lendo a edição de que o centro dispunha, de 1990. Foi também aí que obtive informações sobre as fotografias da Casa Alvão, no Porto. Muitas dessas imagens tinham na altura localização incerta, poucas constavam da base de dados. Em edições da EDP usaram-se algumas dessas fotografias de reportagem das obras realizadas, como consta da bibliografia. Não encontrei fotografias da “feira”, espaço limítrofe dos estaleiros, onde muitas famílias permaneciam até arranjar trabalho. Por este motivo pedi autorização ao engenheiro Pereira dos Santos para usar as fotografias do relatório que me tinha emprestado.

Lida a “Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa” pude compreender a razão da admiração dos barragistas pela personalidade e ação de Ferreira Dias.

José Nascimento Ferreira Dias Júnior (1900-1966) era licenciado em engenharia eletrotécnica e em engenharia mecânica pelo Instituto Superior Técnico, onde foi professor. Em 1925, iniciou a sua atividade profissional na CUF. Em 1936, foi nomeado presidente da Junta de Eletrificação Nacional. Em 1947, foi nomeado presidente da Companhia Nacional de Eletricidade, no ano seguinte dirigiu a comissão para o Plano do Metropolitano de Lisboa. Foi designado presidente da Câmara Corporativa em 1957. Entre 1940 e 1944 foi subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria e ministro da Economia entre 1958 e 1962 (ROLLO, 2011).

No primeiro Congresso de Engenharia, em 1931, enquanto Manoel de Oliveira filmava *Douro Faina Fluvial*, Ferreira Dias afirmava que a técnica resultava de uma necessidade coletiva e que teria de cumprir a sua finalidade com desassombro. (DIAS, J. 1990:10). A eletrificação era vista como condição de progresso e o único modo de redimir Portugal do atraso a que parecia condenado. O discurso sobre a modernização passou pelo envolvimento do estado na produção de energia. Com a aprovação do plano de

eletrificação do País²² iniciou-se a construção das centrais hidroelétricas, doravante uma prioridade estratégica do governo.

A sua personalidade é-nos assim apresentada, por J. M. Brandão de Brito:

Juntando o pragmatismo do engenheiro ao espírito de missão que reiteradamente assumiu, abriu primeiro as portas à aceitação do que lhe parecia inevitável, ou seja, que a vocação eminentemente agrícola não passava de um argumento, de um preconceito vulnerável facilmente rebatível no plano das ideias; depois, aproveitando as oportunidades que lhe foram surgindo, foi construindo a obra na qual outros antes dele tinham falhado: transformar a “horta” a que Portugal parecia irremediavelmente condenado numa Nação industrializada (BRITO, 1990: X).

A primeira metade do século XX viu surgir uma ideologia estruturada em conceitos como otimismo, produtivismo, eficiência e voluntarismo, a que se chamou engenheirismo (BRITO, 1990: XI) e que tinha em Ferreira Dias um dos seus defensores e protagonistas. Na verdade, foi uma corrente progressista que surgiu no interior do regime, assumindo a eletrificação do País como desígnio do estado e condição da industrialização que modernizaria e retiraria Portugal do atraso a que parecia condenado:

E o objetivo a alcançar é tão simples de formular como a proposta de como fazer: construir linhas por onde silenciosamente caminham a *luz, a força, o conforto, a civilização*, é, pelo menos tão nacional, tão útil, tão benemerente, como construir estradas (BRITO, 1990: XIII).

A nomeação de Ferreira Dias para ministro da Economia, em 1958, representou uma primeira rutura com a inércia, apesar das reservas dos deputados da Câmara Corporativa, que receavam o despovoamento dos campos e o conseqüente êxodo rural, as temidas concentrações de operários nas duas principais cidades do país, - Lisboa e Porto -, com os conflitos sociais inerentes (BRITO, 1990: XVII). A industrialização punha em causa a política social do regime.

Contra estes argumentos, defendeu a melhoria das condições de vida das populações, os benefícios de conforto e melhoria do bem-estar, só possíveis optando pela

²²Lei n.º 2002, da eletrificação do país, Diário do Governo (DG), I Série, 26 de dezembro de 1944.

industrialização. Em certos textos louvou até os *antagonismos de classe, que afinal, fazem parte integrante do progresso* (BRITO, 1990: XIX). Permaneceram na sua atuação três vetores fundamentais: o afastamento de inércias em relação à eletricidade e à indústria; o combate às pretensas vantagens das indústrias caseiras que “mantém legiões de trabalhadores em ambientes insalubres, em condições de vida abaixo do razoável”; e, por fim, a defesa de uma elevação cultural da classe operária, defendendo o aumento dos salários na indústria e criticando a política económica dos anos 50 (BRITO, 1990: XXIII). O prefácio a “Linha de Rumo”, de 1945, é eloquente pelo diagnóstico que faz, desde logo do seu percurso de estudante, desgostado com o pouco progresso das ciências físico-químicas e com a mediocridade da produção industrial portuguesa. Descrevia assim as suas primeiras experiências em fábricas e oficinas:

Aqui, tinha-se como título de glória a construção de uma locomotiva – uma só! – e mesmo nessa, as peças principais eram recuperadas de máquinas fora de serviço e que tinham vindo, quando novas, da França ou da Alemanha; além, conseguira-se o triunfo de construir em série máquinas de vapor – mas as máquinas eram de dez cavalos e a série não excederia a dúzia; mais além fabricava-se aço mas andava no ambiente da oficina certa falta de confiança – porque o aço nem sempre saía bem (DIAS, J. 1990:7).

Foi este atraso estrutural que criticou, propondo um novo olhar sobre o papel da técnica e da indústria na libertação desse atraso. Associando o poder industrial ao vigor económico, era a produção do aço que o fascinava, fruto do engenho humano e sinal da modernização pela qual se bateu em textos e intervenções:

Isto era do melhor que havia nessa data quando eu, aspirante a engenheiro mecânico, fazia tirocínio. De tudo o que então vi, já lá vão mais de 22 anos – foi o convertidor, com seu penacho de estrelas de fogo, onde se elaborava essa prodigiosa mistura que é o aço, que me deixou a sensação mais forte do poder industrial do homem, do vigor económico de um povo (DIAS, J. 1990:7).

Enquanto professor expressava o seu desconforto pelo atraso português no que diz respeito à indústria. Certas máquinas não podiam sequer mostrar-se aos alunos, têm de ser desenhadas com giz, porque não existem em Portugal (DIAS, J. 1990: 9). Criticava

desta forma o ensino essencialmente livresco, que justificava a fuga dos estudantes e a extinção de cursos: mecânica, química, minas.

Enquanto português e defensor da industrialização, criticou a “economia de vão-de-escada” e a inferioridade portuguesa “que às vezes se elogia como sobriedade” (DIAS, J. 1990:13). Mas foi nas suas meditações enquanto materialista que distinguiu os “cultores da arte dos cultores do utilitário” (DIAS, J. 1990:16), ora criticando o “estigma” que pesa sobre os homens de ciência, os engenheiros, os “técnicos de ideias acanhadas”, ora exaltando a necessidade de diálogo entre técnica e arte para criação da prosperidade, sem a qual não existe beleza:

Mas se os cultores da ciência, ou para usarmos a palavra nefanda, os cultores do utilitário, não têm em mesquinha conta os cultores da arte – e é sabido que não têm – porque não hão-de estes, num gesto de urbanidade, tratar aqueles com atenção recíproca, mesmo que continuem, por coerência, a alumiar-se com archotes e velas de sebo para não reconhecerem à luz elétrica o direito de se considerar fator de civilização? (DIAS, J. 1990:16).

O sarcasmo e a ironia atravessaram as intervenções que fez ao longo da vida. A crítica à técnica e aos técnicos que os “cultores da arte” protagonizavam, afinal, nada mais fez do que manter o estado das coisas e o imobilismo do país. Ferreira Dias chamou a si o espírito de missão, zurzindo os rótulos com que o regime disfarçava o indisfarçável atraso, a evidente estreiteza de perspectivas. Era também aos intelectuais das galerias de arte que se referia, criticando a ausência de ação e envolvimento no esforço de modernização do país.

Glorificar como mais portuguesa, porventura como modelo de povoado rural, uma aldeia suja e rude (agora, ao que dizem, muito escanhada), só porque tem umas pedras de há muitos séculos (e para elas se fizeram os museus) é de um espiritualismo que eu não compreendo, mesmo com esforço (DIAS, J. 1990:16).

Ao refletir sobre o papel da ciência, defendeu a ética como responsável pelas más escolhas dos homens – a técnica sempre serviu para suavizar a rude vida do homem, desde os tempos mais recuados (DIAS, J. 1990:18). Criticou as obras de fachada do regime, os seus sinais de insensibilidade e pedantismo, o facto de o conceito do belo estar reservado

à meia-luz das galerias de arte, reivindicando o estatuto do belo para as teorias científicas e as linhas elétricas.

Portugal é *jardim da Europa à beira mar plantado* mas quem faz o comércio de flores é a Holanda; é *laranjal em flor sempre odorante*, mas quem vende laranjas é a Espanha (DIAS, J. 1990:20-22).

A técnica protagonizava o progresso que desejava para o país. Os técnicos, tão maltratados pelos intelectuais, eram na verdade a condição para a construção de um país moderno.

A técnica é acusada de coisas horrendas que são chamadas monstruosidades do nosso tempo, sem que se lhe desconte nos pecados alguma rara virtude; mas os escritores que fazem história e não folhetim confessam que as desumanidades, as violências, as injustiças sociais, os abusos de toda a ordem eram piores há dez séculos do que há cinco, e há cinco do que hoje (DIAS,1990:26).

Mesmo quando se referia às opções do plano hidroelétrico português, as suas palavras eram de crítica mordaz:

O problema hidroelétrico português tornou-se então um curioso *puzzle* em que as pessoas se divertem a pôr o Douro à frente do Tejo, ou o Tejo atrás do Ocrea, ou o Ocrea adiante do Zêzere, ou o Zêzere por cima do Côa, à procura de uma ordenação ótima que tem o seu quê de cabalístico (DIAS, J. 1990:201).

Compreende-se que as suas funções tenham sido exercidas no seio de permanente polémica. Durante o seu combate pela industrialização, o desgosto sentido perante a inércia dos diferentes atores permanecia nas suas reflexões.

Como professor do Instituto Superior Técnico, deixou uma influência que é visível nos relatos dos engenheiros que entrevistei.²³ Em muitos desses relatos ouvimos a palavra missão, mesmo quando se tratava de avaliar a política atual sobre recursos energéticos. Os engenheiros chamaram a si esta missão, sem que isso se tornasse uma bandeira. Realizaram a obra, comprometeram-se nas relações intersubjetivas.

²³ No projeto feito a propósito do centenário do IST encontram-se testemunhos convergentes, como por exemplo o do engenheiro Francisco de la Fuente Sánchez (BRANCO, 2013: 829-842).

Estas representações de progresso dos engenheiros, que corresponderam à disseminação da modernidade na sociedade portuguesa (BRANCO, 2013: 945) formam um componente relevante da identidade barragista.

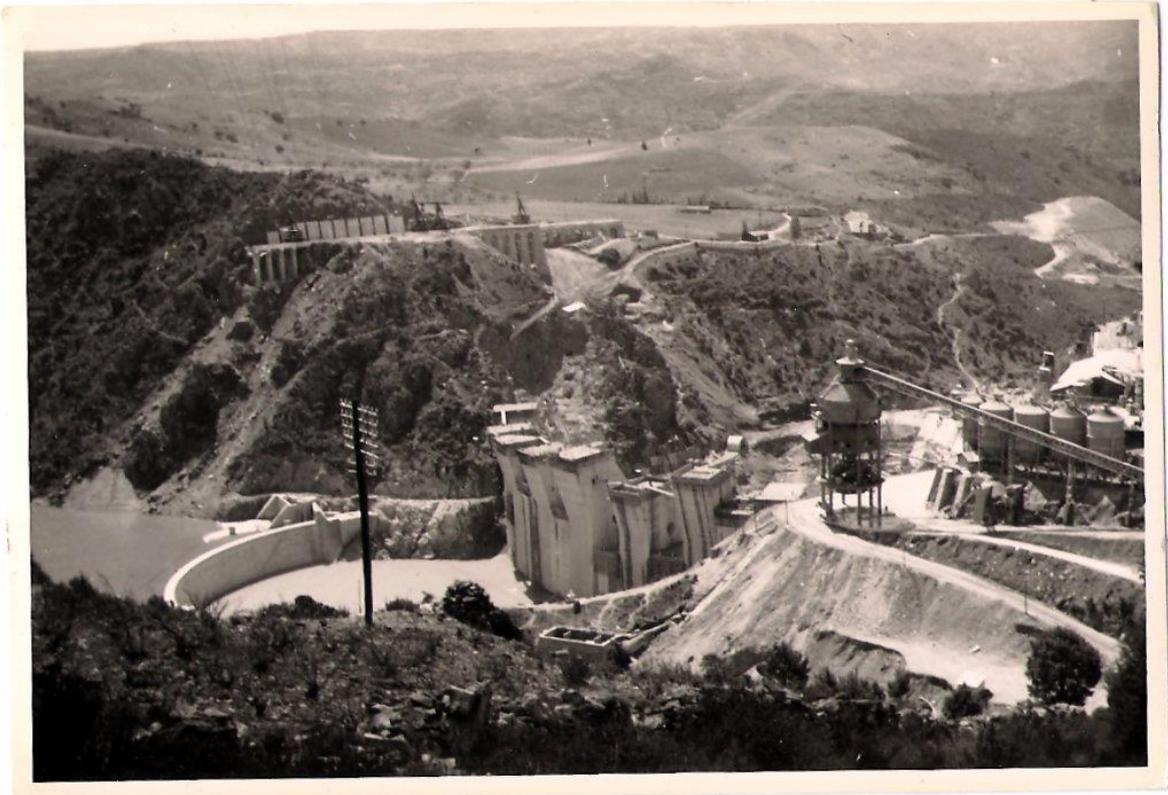


Figura 25 Construção da barragem de Picote. Fotografia cedida pelo engenheiro Pereira dos Santos.

As barragens, inicialmente planeadas para dominar o curso do rio produzindo energia elétrica, são o *locus* de reciprocidades subjetivas e de construção de identidades. Perante a sublimidade da técnica tal como a analisou David E. Nye (1994), os trabalhadores, as mulheres e os filhos, acompanham essa vertigem de progresso, apropriando-se numa primeira instância do território da obra, e depois numa construção de memória através de escritos, festas e ações diversas. O objetivo destas diversas ações é o de reivindicar essa lembrança do momento moderno de desenvolvimento técnico. Depois de reformados, continuam ainda hoje a organizar eventos para evocar os heróis anónimos desse tempo.

Quem é dono do rio? Quem fez as barragens?
Sem o saber, os barragistas assumem-se como protagonistas da resolução efetiva da navegabilidade, há séculos esperada. As suas narrativas, faladas ou escritas, têm como traço comum a ação, sendo essa a marca de caráter que mais referem, quando se lhes pergunta quem são:

– Os barragistas são gente de fazer.

2.3. Técnica, trabalho e sublime.

Para a eletrificação do país foi elaborado um plano de construção de barragens. A concretização realizar-se-ia graças ao concurso de gente heterogénea: engenheiros inspirados

trabalhadores e suas famílias em busca de sustento.
A obra, lugar de reciprocidades e ponto de chegada, constitui-se como território de agencialidade. No estaleiro, o trabalho reconfigura símbolos.

Elabora-se outra paisagem. As máquinas, o betão, a luz artificial, apresentam-se como ruturas nas rotinas do planalto mirandês. Uma cidade iluminada é o aspeto que tem o estaleiro de uma barragem. Ferros, andaimes, gente

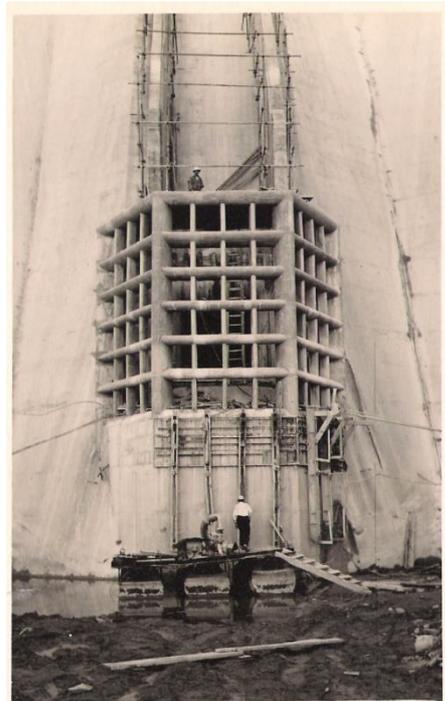


Figura 26 Pormenor da construção da barragem. Fotografia cedida pelo engenheiro Pereira dos Santos.



Figura 27 Construção da barragem do Carrapatelo, fotografia cedida pelo engenheiro Pereira dos Santos.

empoleirada, *jeeps*, camiões, guas. A barragem modifica a paisagem, as relações intersubjetivas, a linguagem.

À pólvora que destruiu o cachão da Valeira no tempo do Marquês de Pombal, seguem-se agora os trabalhos de construção de ensecadeiras, e de túneis diante do espanto das populações locais, habituadas a um rio indomável e ruidoso, contornando as arribas. A este espanto das pessoas seguir-se-á um sentimento de admiração pela obra e pelos seus protagonistas.

A construção das barragens Picote, Miranda e Bemposta permite o uso controlado da força contida no rio. Agora é o conhecimento técnico que se constitui como alavanca de progresso e dominação.

Ferreira Dias, no discurso que proferiu por ocasião da inauguração da primeira barragem do Douro internacional²⁴ estabeleceu uma analogia com a gesta da expansão quinhentista para evidenciar a importância da indústria e da eletrificação para o país.

Desde o século XIX que as máquinas eram antropomorfizadas: as “guas com mãos, as fornalhas que gritam, o aço fundido que rugem, a “mãe industrial” que faz nascer o aço, a fábrica que se compara a um corpo de mulher” (NYE, 1994:133). Nas narrativas recolhidas e nos livros de memória barragista encontramos alusões semelhantes, atribuindo-se nomes aos camiões e introduzindo elementos da linguagem de todos os dias nas alcunhas dos trabalhadores. A descrição das máquinas decorre da sua função e duma analogia feita com o corpo humano.

Nas suas narrativas, a eletricidade e a luz conferem novas significações às rotinas diárias. Não havia Natal, nem fins-de-semana, havia a obra, os seus ritmos e necessidades. Os hábitos dos locais de origem dos trabalhadores misturavam-se em novas rotinas marcadas pelo calendário da construção.

Esta comparação evidencia o sentido global e globalizante das construções sociais e simbólicas que emergem em torno da era tecnológica moderna, e da emergência de novas representações nas sociabilidades que em torno das grandes obras se constroem.

²⁴http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php_nome_da_pasta=06535.073.16237&bd=IMPrensa Notícia da inauguração da Barragem de Picote, em 19 de Abril de 1959, Diário de Lisboa. Acedido em 17 jan 2015.

http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php_bd=IMPrensa&nome_da_pasta=06535.073.16237&numero_da_pagina=17 Discurso do Ministro das Obras Publicas, engenheiro Arantes de Oliveira, e o Presidente da Hidroelétrica do Douro, engenheiro Paulo Marques. Acedido em 17 jan 2015.

http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php_bd=IMPrensa&nome_da_pasta=06535.073.16237&numero_da_pagina=28 Discurso do Ministro da Economia, Engenheiro Ferreira Dias. Acedido em 17 jan 2015.

De um modo geral, o sentimento de pertença e o sentimento do sublime pareciam ser comuns às diferentes narrativas dos barragistas, quer se reportassem a operários e trabalhadores indiferenciados, quer dissessem respeito aos engenheiros e técnicos envolvidos nas obras do Douro internacional, em especial a de Picote, por ter sido a primeira.

Elementos como a ponte pênsil que primeiro ligou as duas margens do Douro para servir as obras, são recorrentes nas histórias contadas em Picote ou em Lisboa. O aço, material do futuro, liga os homens ao mundo e só apresenta segurança para quem sabe da sua resistência: havia quem não conseguisse passá-la, tal era o abismo que atravessava.

A produção memorialística destinada a resgatar um passado em que os narradores foram atores, critica o presente, visto como negação de progresso, destituído de visão de futuro.

O tempo é assim construído tendo por referente esse lugar de utopia, e de força técnica.

Tive vários encontros com Henrique Pinto. No seu testemunho escrito (que seria publicado em 2012), procura destacar os elementos essenciais à identidade dos barragistas. É um livro de memórias, escrito na primeira pessoa, onde a obra dos homens adquire particular importância, bem como a sua ligação às barragens, que começa quando o seu pai se desloca para a obra de Picote. Desta forma, a narrativa de Henrique Pinto faz remontar essa ligação à infância, à saudade do pai que partiu:

Eu ainda não conhecia a Barragem de Picote e já me demorava, repetidas vezes, a olhar para um pequeno troço de cabo de aço em exposição na montra dum estabelecimento comercial da cidade do Porto. (...) Naquele tempo eu, imberbe adolescente, sentia uma especial atração por aquele objeto, frio, imóvel, sem vida, mas que se deixava penetrar para lá da sua fria materialidade, levando-me até junto do meu pai, que desde há tanto tempo andava sozinho naquelas tão longes terras, albergado em casa da senhora Mariquinhas, a ganhar o pão para a sua prole. (...) Não passou muito tempo e lá estava eu na Ponte Pênsil, a ver e a apalpar os cabos que a constituíam, a atravessá-la, a sentir o seu baloiçar com o movimento que lhe transmitíamos. (...) Os desfiladeiros que ela unia eram tenebrosos. As águas do Douro, num resmungar zangado naquela funda e apertada garganta, impunham um respeito religioso que ninguém violava. (...). Hoje, no Porto, naquela montra, já não está aquele bocado de cabo de aço. Agora, estão cabos e cordas de *nylon* (PINTO, 2012:30).

O cabo de aço, exposto numa loja do Porto representava em primeiro lugar um elemento de ligação do jovem adolescente ao seu pai, que trabalhava já no descasque da barragem de Picote. Simbolicamente, a ponte Pênsil que unia Portugal a Espanha correspondia a uma ligação (entre Portugal e Espanha, entre o pai e o filho), a uma evasão e a uma vitória, uma conquista de duplo significado: a dominação do “Douro zangado” (Henrique Pinto), “esse senhor” (Fagulha Vaz), prova de coragem a que todo aquele que enfrenta a natureza se deve submeter.

O respeito, (quase de índole religiosa) pelo rio era referido para sublinhar o domínio humano. Os “desfiladeiros tenebrosos” unidos pela ponte reconfiguravam uma nova identidade de união entre a obra e a origem, matriz emocional que a memória evocava (a ponte que une pais e filhos e as gentes ao seu mundo).

O espaço ampliava-se para as regiões inóspitas onde o desconhecido é ao mesmo tempo destino e conquista. O território na memória identitária é assim o do trânsito. É no Porto que está o cabo que simbolicamente une o passado ao futuro. A obra é o espaço de interação social daqueles trabalhadores migrantes. O tempo idealizado pela memória do narrador, coloca no centro um ideal de progresso jamais superado. Ideal que exigiu sacrifício e trabalho, mas que representou um ponto alto ao qual se seguem as cordas de *nylon* dos tempos modernos e a evocação, nessa montra do Porto, de um passado, de uma saudade. Passado e saudade cujo sentido é construído pela obra, não a de Picote em particular, mas a obra, elevada a categoria central das reciprocidades subjetivas e da construção identitária do barragista. No seu testemunho, a designação barragista não pertence só aos marteleiros, nem aos engenheiros. Aqui, as mulheres, os feirantes, as prostitutas, todos os que de algum modo estão, direta ou indiretamente associados à obra, passam a fazer parte dessa comunidade.

A descrição da inauguração da barragem de Picote expressa admiração e sentimento de pertença, utilizando imagens poéticas, onde a ironia se mistura com o respeito pela obra feita:

Foi aquele momento único em que o orgulho de agente ativo da coisa nos remete para o interior de nós mesmos, para o gozo do dever cumprido e para a saudade daqueles que mais mereciam estar presentes e que a vida, no seu contínuo caminhar, afastara de nós! (...) Libertado o perímetro de segurança às entidades oficiais e aos cerca de 600 convidados oficiais, tínhamos tudo à disposição para ver e contar uns aos outros, como se fora a primeira vez que nos víamos e a primeira visita a um local que nos era tão familiar! Depois de

petiscar e conviver no Refeitório, muitos de nós íamos em grupos, estrada abaixo, ao jeito de quem sabe que não vai a nada, mas a dizerem-se uns aos outros e de si para consigo mesmos: - Vamos ver a obra! E não é que a Barragem se nos apresentava num esplendor de simplicidade radiosa? Que nela parecia ter-se inspirado a elegância da *toilette* azul celeste, daquele dia, da esposa do Sr. Arquiteto Paula, assim ao jeito de anunciar a vinda dum mundo novo para a gente desta Terra sofrida? A Barragem era agora, para nós, a materialização da esperança numa vida melhor. Olhávamo-la como se olha o inocente encanto do olhar duma criança. (...) E, no fim da jornada, todos regressaram a casa. Todos mas não tudo. O *Packard* do Senhor Ministro das Obras Públicas ficou connosco, com avaria da sua caixa de velocidades automática, para ser removido dias depois, em cima dum camião, como se fora o símbolo dum mundo velho em inexorável mutação (PINTO, 2012:76).

A inauguração é um momento ritual. A narrativa é construção de memória: a evocação dos mortos, o início do funcionamento da barragem protagonizado pelo chefe de estado que sanciona o carácter nacional do projeto, a bênção da igreja, a festa popular que se segue ao momento solene, onde todos celebram a grandiosidade da obra.



Figura 28 Fotografia cedida pelo engenheiro Pereira dos Santos.

A inauguração confere assim sentido ao sacrifício e à existência. Inaugurada, a obra torna-se nova – em muitos momentos o narrador evoca essa estranheza perante a obra feita e a necessidade de a ela voltar, “só para ver, como se nunca a tivesse visto”. A *toilette* azul celeste da esposa do engenheiro, une a obra e o homem, num sincretismo de natureza estética e existencial. A supressão do tempo ante a inauguração explicita-se na visita à

obra. E as máquinas, essas, acompanham as diferenças de classe: o *Packard* de mudanças automáticas do ministro avaria-se, sintoma de uma tecnologia externa a essa identidade da obra – é o camião que devolve o *Packard* ao seu lugar, fora dos elementos materiais de construção de sentido.

O trabalhador faz parte do coletivo anónimo que aprecia a objetivação celebrada naquela inauguração. Porém, diferentemente do imaginário americano abordado por Nye, o “sublime natural”, (onde o rio Douro e as fragas constituem as representações mais recorrentes), mistura-se de forma contraditória com o impacto da técnica. Os relatos sobre a força e a beleza do rio misturam-se com a beleza da água expelida pelas turbinas. Aqui não há diferença entre a obra, a natureza e a vida.



Figura 29 Fotografia cedida pelo engenheiro Pereira dos Santos.

A comunidade constitui assim um território simbólico, onde o lugar na estrutura é definido pelos sentimentos de pertença e pelas mediações externas: do estado, da natureza e dos seus lugares de origem. O trabalho é o *locus* de onde irradia o sentido de pertença. A circulação dos livros e textos que se escrevem perpetua a memória identitária. Os artigos, livros e crónicas têm a nota comum de contar, ou recontar o que se passou naquele

tempo em que à construção da obra se juntava a juventude, a constituição da família. Quer os textos apresentem relatos do quotidiano da construção da obra, ou memórias de infância, eles têm em comum esse espaço de trânsito, efêmero, onde as sociabilidades decorrem da obra e nela se estruturam.

2.4. Uma construção política da paisagem.

Os critérios para a escolha dos locais de implantação dos aproveitamentos do Douro internacional foram de ordem geológica, topográfica e económica. As albufeiras deste troço estão encaixadas num desfiladeiro, conhecido por canhão Luso-Leonês (APROVEITAMENTO, 1986:41), com margens pedregosas e muito escarpado, separando as zonas planálticas de Mogadouro e de Miranda das de Zamora. Em virtude da sua localização, estes aproveitamentos obrigaram à ampliação e beneficiação das estradas nacionais na área envolvente. O coroamento das barragens de Miranda e de Bemposta permitiram fácil acesso a Espanha.

A construção das barragens do Douro internacional modificou o ecossistema fluvial transformando-o num de lago. Existem duas ordens de espécies piscícolas, as sedentárias, constituídas por bogas, escalos e barbos, e as migradoras, como o sável, a savelha, a tainha, a enguia, a lampreia e o esturjão. Este último encontra-se extinto. As espécies sedentárias sofrem modificações importantes apenas no Douro nacional.

As espécies migradoras exigem a construção de *eclusas* para permitir a circulação das espécies. São incorporadas nestas barragens as *eclusas Borland*, usadas na Escócia, mas também em aproveitamentos europeus e americanos. São constituídas por uma câmara inferior e outra superior, ligadas por um poço vertical, com um sistema de comportas. Uma *eclusada*, ou ciclo completo de funcionamento, consiste numa primeira fase de pesca (entrada dos peixes na câmara inferior), seguida do enchimento (ligação à albufeira), e finalmente a saída para a albufeira e esvaziamento (regresso à situação inicial). A pesca fluvial envolve muitos agregados familiares, em especial em Afurada, Foz do Douro, Porto, Valbom e Areíño.

Os meios mobilizados para a construção de uma barragem implicam vários tipos de ações: acesso às frentes de trabalho; abastecimento de água e energia; transporte de materiais e equipamento; alojamento de pessoal e seus familiares, com a respetiva assistência social; abastecimento de energia elétrica. Implica também uma derivação provisória do rio, para parte do seu leito, operação efetuada através da ensecadeira. No Douro internacional, a

derivação fez-se através de galeria em forma de ferradura, escavada na rocha, numa das margens. Deste modo, foi possível pôr a seco de uma só vez todo o leito do rio:

Em Picote e Miranda as ensecadeiras de montante, com uma altura máxima de 30 metros, eram constituídas por abóbadas delgadas de betão, galgáveis, fundadas sobre socos maciços de enrocamento consolidados por meio de injeções. Previamente era cortada a corrente do rio por meio de um dique de *gabions* obrigando-o a seguir pela galeria de desvio provisório, então já construída; a montante deste dique eram lançados enrocamentos para permitir a cravação de cortinas de estacas pranchas que, conjuntamente com o enrocamento consolidado pelas referidas injeções, constituíam o solo ou infraestrutura da abóbada (APROVEITAMENTO, 1986:77).

Se na época do Marquês de Pombal a prioridade da navegabilidade era o comércio do vinho, nos anos 80 a navegabilidade do Douro ficou associada à produção de energia.

Quem regularizou o rio? Quem entregou esta força indomável ao conforto dos lares e da evolução da indústria? O *Bebe Água*, motorista da Hidroelétrica do Douro; o *Zé Pequeno*, que transportava as pessoas de Sendim até Miranda do Douro. Mas também o *Manga Lavada*, o *Canetas*, o *Pardal sem Rabo*, o *Cavalinho de Luxo*: motoristas, administrativos, eletricitas e outros. Parte de um todo que constituía a obra, não precisavam de conhecer as opções estratégicas do país para se considerarem elementos essenciais de progresso e bem-estar. A eletricidade tinha entrado nas suas vidas em momentos de frio agreste, nos bairros pré-fabricados da obra, pela central elétrica de Castro, em Espanha. Ali ninguém tinha frio nas noites geladas e brancas do planalto mirandês. As casernas, bem como as casas desmontáveis, eram aquecidas. Para eles, o progresso estava dentro de casa, na obra, no talento dos engenheiros e das suas ordens. Uma equipa, como muitos entrevistados referiram, uma família, como alguns caracterizaram os barragistas.

Desta gente não nomeada nos discursos de inauguração ninguém falava. Só se depara com um parágrafo de uma publicação posterior da EDP, reportando-se ao livro que se tornou referência para todos os barragistas “O lodo e as estrelas”. Nele se afirma que a barragem começou com fúria.

Perguntei ao padre Telmo, se as barragens trouxeram progresso às aldeias. As aldeias mirandesas eram fartas, e as pessoas viviam felizes, contou-me mais do que uma vez. Se

as barragens traziam esse progresso, sim, traziam, mas com elas vinha a fome dos que não conseguiam trabalho, as famílias desenraizadas do seu lugar de origem, a doença, a prostituição. Em volta desses protagonistas anónimos, as suas orações interpelavam Cristo, perguntava-se, num diálogo interior, que Cristo era este. Foi ele que celebrou a missa de inauguração da barragem de Picote. Provavelmente com o mesmo alheamento com que celebrou a missa em sua homenagem, ocorrida 60 anos depois, na sua aldeia natal.

O Zeca vomitou sangue. Um sangue vivo. Quase encheu um tacho! (...) Temos os mesmos nomes e a mesma vida, no nosso pequeno mundo – uma barragem. (FERRAZ,1985:11)

-Num queremos la corta... num queremos acá la barraige.

O Ismael tirou o boné. Começou a tremer-lhe o queixo. Os homens tiraram os chapéus e ficaram em sentido. As mulheres aconchegaram-se. E todos à uma, fascinados pela velha, exclamaram: - Num queremos la corta! Num queremos acá la barraige! (FERRAZ,1985:15).

O rio vai dourado; areia miudinha, barro e lodo, maravalhas limadas e, dizem, ouro diluído.

Cresceu, cresce e segue cada vez mais enfurecido. Enfurecido consigo próprio, com as rochas e os arbustos.

As arribas sufocam-no!

Ele ruge e baba-se!

Leão com raiva!

Quando as arribas, medrosas, se encolhem, ele espraia-se, descansa e perde-se em carícias pelas margens como um cordeirinho manso!

Os homens e a técnica fizeram um buraco enorme na margem direita.

Sentiu-se ferido. Desconfiou das cordas de aço, dos tubos, de tanto motor a rugir, de tantos homens e do tiroteio infernal, que a todo o momento lhe faz tremer a espinha.

Tomou peito, olhou as margens, galgou as enseadeiras e... engoliu o buraco!

Vingou-se. Quis mostrar. Deu uma lição.

Vi-o! Não o censurei. Tirei a boina e fiquei silencioso, a rever no seu dorso o pão de muita gente. Embora muito desse pão seja duro como as rochas que o apertam e enraivam (FERRAZ, 1985:25-26).

Capítulo 3. Picote, anos 50. Etnografia de um estaleiro.

*El viajero, andando por el agua, contempla sobrecogido
la soledad inmensa que, desde hace ya algún tiempo, le rodea.
Julio Llamazares, El río del olvido, p.23.*



Figura 30 Na barragem: contrafortes e soleira do descarregador, 2009. Fotografia da autora.

Como contam os barragistas a sua história? Procurei interpretar os relatos orais e escritos. Ambos mantinham a nota comum de salientar a dificuldade do empreendimento. Evidenciavam também as rotas migratórias, as preocupações com os salários e as condições de vida.

Comecei por registar no diário de campo as viagens a Picote. Em seguida, agrupei nos materiais recolhidos os relatos relacionados com a chegada ao estaleiro. Esse facto levou-me ao cruzamento dos conteúdos das entrevistas com os materiais entretanto recolhidos em Lisboa e no Porto. Por esse motivo, a etnografia segue as memórias que cada indivíduo selecionou para colaborar com a minha pesquisa. Nos pontos seguintes apresentam-se os barragistas que entrevistei, de acordo com a sua chegada ao estaleiro e à construção da nova paisagem.

3.1. Chegar.

O percurso de Lisboa a Picote faz-se por autoestrada a maior parte do tempo, podendo observar-se a mudança de paisagem, a partir da Beira Alta em direção a Trás-os-Montes. A partir de Vila Nova de Foz Côa, o trajeto faz-se pela IC2, dando a ver a paisagem do Côa e o vale que remata as encostas de xisto onde a vinha amadurece ao sol, esperando a vindima. Por enquanto as folhas das videiras são verdes, antecipando os tons amarelos, dourados e vermelhos do fim do verão.

Para chegar a Picote, é preciso entrar na paisagem do planalto mirandês: as arribas agrestes e profundas são cortadas pelo leito do rio Douro, que as contorna e escava criando assim a fronteira de Portugal com Espanha.

Não sei se o nome do rio se deve à dureza da paisagem que o envolve, às frequentes curvas do seu curso, designados por saltos (ou pulos), ou aos tons dourados e amarelos das encostas de zimbro e giesta, que sobrevivem ao granito das fragas e aos trabalhos dos lameiros e da vinha.

A giesta, que pode ver-se na beira da estrada e espalhada por toda a paisagem, apresenta uma flor amarela, contrastante com o tom escuro do granito de onde emerge. Os ramos deste arbusto são resistentes e verdes, difíceis de cortar com a mão. Eram usados para espalhar pelos caminhos das ovelhas no final do dia, e juntamente com os excrementos fazer o adubo para os campos.

Apresentam-se-me então estas flores amarelas no arbusto verde enquanto procuro a aldeia de Picote. Na memória, uma ideia vaga de uma aldeia de que se fala nos encontros familiares, uma gaita-de-foles abandonada, algumas palavras em mirandês, que o tempo foi tornando mais escassas pelo facto de os meus pais não pertencerem àquele lugar.

A máquina fotográfica e o gravador estão prontos para documentar as entrevistas semiestruturadas entretanto preparadas em Lisboa. As pessoas a entrevistar vivem na povoação de Barrocal do Douro, a cerca de quatro quilómetros de Picote, na direção do rio. À fotografia da giesta na beira da estrada, terei em tempo de acrescentar betão e sacas de cimento vazias, *jeeps* e *blondins*, de outra caminhada, mais áspera, em que não havia estradas mas caminhos, e os topógrafos começavam os primeiros levantamentos para a construção da barragem.

Segundo me relatou o engenheiro Fagulha Vaz, que esteve neste empreendimento desde o início, 1952 foi o tempo em que se iniciou a primeira barragem da cascata de

aproveitamento do Douro internacional formada pelas três a que me tenho referido: Picote, Miranda e Bemposta.

Por agora, deixo-me impressionar pela paisagem, pelos desfiladeiros profundos, e pela paisagem orlada de azinheiras, carvalhos, e zimbros. Pelo calor. É mais fácil viajar para este lugar no verão, com fins de tarde prolongados que convidam à conversa na soleira da porta. Aqui e além uma mancha branca na paisagem – um pombal.

Os pombais, em forma de ferradura que ainda se podem observar nesta paisagem serviam, na sua origem, para criação de pombos comuns, também designados de pombos-das-rochas. Estes pombos espalhavam o seu estrume pelas terras, adubando-as, vendiam-se ou serviam de alimento. Eram construídos de forma a evitar o assalto de predadores como ratos, cobras e lagartos, mediante a colocação de uma rampa de lage, ou de metal, no ponto de acesso das aves. Porém, os estorninhos ocupavam



Figura 31 Pombal, na zona de Mogadouro. Fotografia da autora, 2013.

frequentemente o pombal, o que levava as populações a designá-lo também de estorninhal (CASTRO, 2008:136). A face plana, também a mais baixa da construção era voltada a sul numa construção de granito e xisto nas paredes, e telha de barro ou ardósia nos telhados.

Além dos pombos e dos estorninhos, a paisagem do planalto mirandês conta com os grifos e os abutres-do-egito, que sobrevoam as montanhas em grupos de dois ou três, a maior altitude. Contrastam em envergadura e no voo, diferente do estorninho, que voa em grandes grupos, em movimentos rápidos e de maior vivacidade.

Se procurar bem na minha memória, talvez encontre alguma recordação do arroz de borracho (pombo pequeno), ou do alvoroço em torno da descoberta desses borrachinhos, pequeninos e frágeis. Talvez também identifique o cheiro a penas e excrementos das redondezas do pombal. Por ora, identifico essas pequenas manchas brancas da paisagem, agora em recuperação e requalificação.

3.2. Naquele tempo. In Illo Tempore. Yá tiempo fui.

Naquele tempo, até um pombal se alugava a quem vinha de fora para os trabalhos da barragem. Esse tempo. Se discuto esse conceito, discuto a modernidade, como notou Latour ao discutir a doença moderna de encarar o tempo como uma flecha irreversível (LATOURE, 1997:93).

Fala-se do passado, de como tudo aconteceu. Da mesma forma que se fala de uma



Figura 32 Fotografia cedida pelo engenheiro Pereira dos Santos.

barragem e de todas as barragens em que se trabalhou, o tempo que duram estas entrevistas repete-se noutros locais do país, onde os acontecimentos são uma evocação. As histórias são performativas (CONNERTON, 1993): contar o que aconteceu no início da barragem é em primeiro lugar falar de si, do lugar onde se estava, de como tudo aquilo evoluiu e cresceu, do seu lugar relativo na estrutura, nas relações de poder, nas redes de sociabilidade dos atores (LATOURE, 1997).

Quer esteja em Picote, ou em Lisboa, a conversa gravada suspende o tempo do lugar em que me encontro, e evoca a juventude, os tempos difíceis que os mais novos já não conhecem. Essa dificuldade apresenta muitos matizes, conforme a origem dos barragistas. Um engenheiro vem do Algarve, e forma-se no Técnico, antes de trabalhar nas barragens do Douro internacional. Mas também pode vir de outra barragem, no Cávado, ou do Alentejo. Em todos os casos, a narrativa é sempre pontuada por uma grande emoção, e pela seleção dos episódios e histórias de vida mais significativos. Quando se evoca essa memória, as representações e expectativas são situadas no contexto atual, ganhando significado consoante aquilo que cada um estabeleceu para construir o seu sentido e o seu lugar na estrutura.

O passado legitima o presente, aquele presente de entrevista na soleira da porta, com perdigueiros e abutres, uma estrada que se construiu e não se vê, apenas se sente e se sabe, como depreendi das entrevistas que fiz a Lázaro. Um passado onde já havia giestas, e

fome, que o presente legitima. “Hoje estamos bem, porque sofremos muito, no passado”. E esse sofrimento sarado nas casas e rotinas do bairro moderno de 2013 explicita-se nas histórias: de novo se evoca a penúria, a silicose e o trabalho infantil contados e recontados nos jornais regionais e nacionais, na internet e nas páginas do *facebook*. “Se tudo não tivesse sido tão difícil, não estaríamos aqui a falar com estudantes e jornalistas”. É por essa razão que uso o conceito performativo sugerido por Paul Connerton.

Entre 2010 e 2014, os habitantes do Barrocal do Douro foram fotografados, filmados e entrevistados. Alguns periódicos da região trouxeram notícias sobre as suas histórias de vida, e é possível aceder a alguns desses materiais nas redes sociais. Os filhos dos barragistas que continuaram a viver no Barrocal perpetuam essas memórias através das novas formas de comunicação.

3.3. Barrocal, Porto, Lisboa: vozes daqui e dali.

Como povoação, o Barrocal do Douro surgiu da necessidade de alojar a mão-de-obra, que a partir de 1952 começou a demandar Picote. Era aí que a estrada terminava, sendo necessário percorrer por monte cerca de quatro quilómetros até ao rio. Foi assim que os entrevistados descreveram os primeiros anos: para aceder ao local onde seria construída a obra era preciso deslocar-se em burros, ou



Figura 33 Placa indicativa de localidade, 2010. Fotografia da autora.

a pé. Construíram-se acessos e uma pousada. Os primeiros engenheiros ficaram alojados na aldeia de Picote, até que as primeiras casas pré-fabricadas estivessem prontas.

Até à chegada dos topógrafos, as aldeias do planalto mirandês viviam num regime de grande isolamento, num clima marcado por verões quentes e invernos frios e onde predominava a produção animal (bovinos, asininos, ovelha-churra) e o cultivo de cereais e forragens, nos lameiros (trigo, centeio, aveia). Predominava a pequena exploração familiar praticando uma agricultura de sequeiro. Nas casas de Picote não havia requisitos de conforto. Só havia monte, contaram, e fragas medonhas.

Nas arribas do Douro, predominantemente graníticas, nidificavam as aves rupícolas, e cresciam, no meio das rochas, zimbros e azinheiras.

A partir de 1952, depois da chegada dos primeiros topógrafos, apareceram umas casinhas pintadas de verde. Foi em janeiro desse ano que se iniciaram os trabalhos. Era preciso transformar os caminhos em estradas, e trazer eletricidade a partir da central elétrica de Castro, em território espanhol.

Era o Baptista que conduzia o autogerador a diesel de corrente alternada com que se alimentavam as máquinas de soldadura para a montagem da linha de alta tensão desde essa central até ao estaleiro.

Henrique Pinto descreve no seu livro as pessoas com nomes ligadas ao início da obra (PINTO, 2012:109). Construiu-se a pousada provisória, onde o engenheiro Fagulha Vaz se alojou logo que ficou pronta. Até lá, tinha um Petromax, um quarto num anexo em casa do padre António, sem lavatório nem aquecimento e um estirador para desenhar. Como chegou a Picote?



Figura 34 Engenheiro Fagulha Vaz, em sua casa, Natal de 2010, foto da autora. Sobre a secretária estão os documentos que me emprestou para a pesquisa.

Eu devo dizer que não sou muito falador, a minha mulher queixa-se disso [risos] ... falar sobre esta matéria, isto diz-me muito, porque eu vivi aquilo com muito interesse... e sobretudo, porque aquilo não era para enriquecer ninguém! Aquilo era um bem público, era muito importante, essa sensação de criar uma obra, criar isto é, não era eu só que a criava, ... participar na criação de uma obra, para o bem geral do país. E que não visava o lucro... para enriquecer fosse quem fosse, mas... e por isso, eu já lá fui duas vezes, e aquelas pedras parece que falavam... falavam...²⁵

A sua intenção era estudar em Grenoble, decisão adiada devido à Segunda Guerra Mundial, e só quando ela terminou decidiu rumar a Paris, para a Escola Superior de Engenharia. Após a conclusão dos estudos, foi preciso pedir uma equivalência no Instituto Superior Técnico, perante um júri onde se encontrava, na época, o engenheiro Ferreira Dias. Foi na sequência desses contactos que começou a trabalhar na *Standard Elétrica*, na instalação de rádio e telefone.

²⁵Engenheiro Fagulha Vaz, entrevista realizada em Lisboa, em 4 de março de 2010, 1h07'02''.

Chegou a Picote depois de uma separação na vida privada. Quis afastar-se de Lisboa, naquele tempo não havia divórcios, e foi por esta razão que aceitou o convite.

Ali, tudo era inóspito, agreste. Esteve isolado durante cinco dias, com o topógrafo que o acompanhou nessa primeira deslocação, tendo sido considerada a hipótese de ser resgatado por um helicóptero, por ordem da empresa concessionária, a HIDOURO²⁶, segundo me contou. Aquilo era para ele uma aventura. Os primeiros *jeeps* a chegar nem sempre estavam em condições, faltavam peças, o dele nem travava bem. Além do frio de janeiro e da paisagem, tinha sobre si a responsabilidade do setor elétrico da barragem.

Havia duas classes de engenheiros, os civis, mais importantes e os eletrotécnicos, vistos como engenheiros de segunda, disse sorrindo. A HIDOURO determinou que engenheiros civis e eletrotécnicos dirigissem a construção, razão pela qual dirigiu os trabalhos, com uma equipa por si escolhida.

A constituição da equipa contou com alguns conhecimentos que tinha: um eletricitista recrutado no Alentejo – em Alter do Chão – fez carreira na empresa, pelo valor do seu trabalho, tendo sido condecorado após a inauguração da barragem. Na sua equipa todos tinham voz até se tomarem as decisões. Uma vez decidida a ação, ninguém podia desobedecer. É por isso que diziam ser duro, mas justo. Este eletricitista a que se referiu nas entrevistas era A. M., que eu tinha entrevistado no Porto e que também me tinha falado deste engenheiro. Havia um respeito mútuo na forma como se referiram um ao outro. Fagulha Vaz falava de aproveitamento, palavra que preferia a barragem, A. M. afirmava que uma barragem se podia comparar a um porco, em que tudo se pode aproveitar.

Foi em janeiro de 1954 que Fagulha Vaz foi nomeado responsável pela supervisão da eletricidade e mecânica do estaleiro para a construção da barragem e central de Picote. Regressou ao Porto em 1959, após a inauguração da barragem, ainda responsável pelo estaleiro, e ligou-se em 1963 à construção da central térmica do Carregado. Em 1964, foi para Lisboa, em 1978 foi nomeado diretor da rede de transporte. Reformou-se em 1985, como inspetor geral da área de gestão e administrativa. Gosta de passear nos jardins da Fundação Gulbenkian, em Lisboa, com a sua neta.

Pelo livro de Henrique Pinto confirmei muitas destas informações. Pude ainda verificar por pesquisa documental, que ambos foram condecorados na inauguração da barragem de Picote. Na última entrevista que realizei a Fagulha Vaz, mostrou-me a sua, de

²⁶ Hidroelétrica do Douro, ou também HED.

Cavaleiro da Ordem de Cristo. O modo como se referiu a esta homenagem, um pouco irónico e distanciado inseria-se no seu modo de contar a história daquele começo. Para ele, a preocupação era a de constituir uma equipa dedicada, de garantir a segurança dos trabalhadores e ajustar as decisões melhores para a população que crescia, no estaleiro e nos arredores.

– Aquelas pedras parece que falavam.

Tinha ido a Picote há dois anos, e o lugar comoveu-o a ponto de não querer lá voltar. Estava sozinho, no início, os fins-de-semana eram passados em casa de um engenheiro amigo, que também se encontrava lá com a família. Mas sentia-se um intruso, apesar da gentileza e amizade com que era recebido, contou.

Quando se mudou para a pousada provisória, a sua comodidade aumentou. Sabia que se falava de tudo, ali. Dizia-se que ele tinha um caso amoroso com a Henriqueta, a governanta dessa pousada, um exemplo de profissionalismo. Mas não era verdade, dizia-me sorrindo, o que se contava tinha várias origens. Se os trabalhadores valorizavam muito alguns dirigentes, ele colocava dúvidas sobre algumas das decisões. E repetia-me que aquilo era uma causa, contribuir para o desenvolvimento do país, nunca entendera o seu trabalho de uma forma pessoal, mas sempre integrado numa decisão de trazer progresso ao país, que era um país rural, atrasado.

Lázaro era criança, quando tudo isto começou, guardava ovelhas. Entrevistei-o no bairro, tendo-me sido indicado pelo meu tio. Tal como Fagulha Vaz, assistiu ao arranque da obra, tendo arranjado trabalho logo no início, primeiro dando água aos trabalhadores, como pincho, depois como trabalhador da pá e pica, abrindo as estradas que dariam passagem às máquinas e aos materiais para a



Figura 35 Lázaro e sua mulher, Barrocal do Douro, 2010. Fotografia da autora.

construção. Vivia em Picote e, na história que contou evidenciava-se o poder da técnica, que mudou a paisagem e as relações sociais. Dali ou de fora, todos tiveram um papel na criação do Barrocal do Douro, local onde ainda vive. Hoje “aldeia atual”, então “cidade ideal” construída para a obra (cf. FALCÃO, 2009), o bairro tinha cinema e centro comercial. Tudo se concentrou para produzir obra de interesse geral: desde empresas estrangeiras e nacionais, a gente com hábitos diferentes daqueles que conheceu na

infância. Picote deixou de ser uma aldeia do planalto mirandês, para passar a ser um lugar de trânsito e de surgimento de uma paisagem tecnológica nova. O trabalho passou a ser o lugar de pertença.

Lázaro dormia embrulhado numa manta quando guardava as ovelhas durante a noite. O monte, terra de trigo e centeio, era terreno duro.²⁷ Quando os topógrafos e os primeiros engenheiros começaram os trabalhos, ele tinha 18 anos: um pincho ia buscar água, transportava ferramentas para a obra, por vezes a dois ou três quilómetros de distância. Trazia água às costas, para os trabalhos da pá e pica, na abertura de estradas e das valas onde passariam os cabos, colocação dos postes de transformação e de transporte da energia. De pastor passou a trabalhador indiferenciado.²⁸ Ao longo dos anos perdeu a visão. A empresa providenciou uma formação na Fundação Martin Shein para ser telefonista.

Justiniano, outro barragista atualmente residente no Barrocal, também começou por ser pincho. Fazia recados para o setor administrativo, mas diferentemente do que se passava com os trabalhadores dos empreiteiros (ETELLI e OPCA), que ganhavam à hora, a HIDOURO pagava menos, mas oferecia mais estabilidade. Ambos, Justiniano e Lázaro, puderam escolher entre trabalhar para um



Figura 36 Justiniano e sua mulher, Barrocal do Douro, 2010. Fotografia da autora

empregueiro ou para a HIDOURO. Decidiram-se por esta última, onde permaneceriam até à reforma. Trabalhar como pincho num escritório era para Justiniano uma melhoria de vida. Estava abrigado, com salário certo, eram uns 200 escudos, quer chovesse ou fizesse sol. No empreiteiro, se não se trabalhava por alguma razão imprevista, como cheias ou chuvas, não se recebia.

Justiniano veio para Picote com a família, para uma casa alugada. Era dali que seguia para a obra, a pé, calçando umas sulipas (chinelos de madeira, com um alça de cabedal ou borracha por cima).²⁹ A habitação que alugaram era térrea, com uma sala-cozinha-

²⁷Entrevista gravada em 27 de julho de 2010, a Lázaro, Barrocal do Douro, em sua casa, 3'32''.

²⁸Entrevista gravada em 27 de julho de 2010, a Lázaro, Barrocal do Douro, em sua casa, 4'56''.

²⁹Entrevista gravada em 26 de julho de 2010, a Justiniano Pinto, Barrocal do Douro, em sua casa, 24'52''.

quarto, onde todos, os pais e os irmãos, dormiam. A casa tinha a rocha por parede, com telha por onde passava a chuva. Lembrava-se bem de estar a comer com a água a pingar.³⁰

Antero, natural de Barcelinhos, tinha três filhos e vivia na Póvoa de Varzim. Antes de rumar a Picote, já tinha estado no Brasil e nas minas de volfrâmio. Era serralheiro mecânico e foi na sequência das obras do



Figura 37 Casa de família. Relatório de 1956 cedido pelo engenheiro Pereira dos Santos.

Cávado que se deslocou para Picote. Ficou alojado nas casernas destinadas aos trabalhadores que aí chegavam sós. Posteriormente a família deslocou-se para Picote logo que Antero conseguiu alojamento facultado pela HIDOURO.

Orlando, meu tio materno, foi o primeiro filho a ir ter com o pai. As viagens eram caras, perdiam-se três dias para ir de Picote até à Póvoa de Varzim. No empreiteiro, esses dias não eram pagos. O seu primeiro trabalho foi como ajudante de enfermagem, na HIDOURO. O posto de saúde era provisório embora estivesse equipado com o essencial. Era preciso receber os feridos em acidentes de trabalho



Figura 38 Orlando e o irmão Nelson, conversando com o padre Telmo, Porto, 2010. Fotografia da autora.

e por vezes fazer de imediato pequenas cirurgias. Se o mal era grande, o trabalhador seguia para o hospital mais próximo, em Miranda do Douro, cujas condições eram más. A HIDOURO tinha uma equipa de médicos e enfermeiros capaz de lidar com as situações que apareciam. A abertura de túneis nas fragas provocava acidentes. Confiava-se no pessoal da empresa. Eram bons médicos e bons enfermeiros.

Orlando contou-me com emoção as situações de acidentes mortais – cabeças esborrachadas, explosões fatais. Ver os acidentados era violento, e o pai procurou tirá-lo desse serviço. Ao fim de algum tempo, Orlando passou para o serviço administrativo da HIDOURO. O pai não o queria no estaleiro. Com frequência proporcionavam-se ocasiões

³⁰Entrevista gravada em 26 de julho de 2010, a Justiniano Pinto, Barrocal do Douro, em sua casa, 23°24'.

de mobilidade laboral dentro da empresa. De forma semelhante a outros migrantes em grandes obras (cf. RIBEIRO, G. 1997), o trabalho permitia a especialização e a mobilidade social. Desta forma, afastar-se do estaleiro representava para Orlando ter melhor salário e poder obter mais qualificação. Reformou-se na empresa e vive perto da barragem de Crestuma-Lever. O bairro construído para esta barragem foi vendido aos trabalhadores que quiseram comprar as casas. No início havia muita gente pouco qualificada. A qualificação obtinha-se por experiência anterior ganha em outras obras. A empresa mantinha essas pessoas nos seus quadros, porque entretanto iam adquirindo mais conhecimentos.

– Em Picote não havia doutores! – contou.

Vivia-se do amanho da terra e do gado. Saía-se de lá para a tropa ou para o seminário. Os doutores vieram com a barragem. A relação ambivalente com os doutores e engenheiros resultava da consciência de eles terem estatuto superior na hierarquia por um lado, e, por outro, da sujeição às decisões por eles tomadas. Assim acontecia no contexto inicial da construção da barragem. Os técnicos traziam eletricidade e trabalho. Traziam progresso. A razão para largar o local de origem era querer melhorar as condições de vida. O trabalho, por sua vez, era fortemente segmentado, separando as classes sociais e discriminando-as no acesso a determinados recursos: alojamento, escolaridade dos filhos. Coincidindo com o caso estudado por Gustavo Lins Ribeiro (1997a) também aqui os trabalhadores entravam como indiferenciados e progrediam, noutras obras, já como especializados, e assim iam continuando até se reformarem.³¹ Orlando casou com Teresa, originária de Vila Chã, uma aldeia próxima de Picote. Tiveram três filhos que puderam estudar e qualificar-se. Ele próprio concluiu ainda ao serviço da empresa, o 12º ano. Os filhos vivem atualmente no Porto. Em Picote casou-se ele, também a irmã, nasceram os filhos e as sobrinhas.

João, um dos companheiros de quarto de Orlando em Picote, nasceu na Beira Baixa, e cresceu em Santarém. Cumpriu o serviço militar e não quis prosseguir estudos. Um tio que trabalhava na barragem arranhou-lhe emprego e assim livrou-se de emigrar. O pai tinha destinado que quando saísse do serviço militar a família emigraria para o Brasil. O estaleiro foi um escape à estrutura familiar e um início de vida independente.

³¹Entrevista gravada em 26 de julho de 2010, a Justiniano Pinto, Barrocal do Douro, em sua casa, 57'29''.

A chegada a Picote foi aventureira, com lugares de que nunca tinha ouvido falar: Freixo de Numão, Vesúvio, a escuridão nas estações de comboio apenas iluminadas por uma candeia, a sensação de estar no fim do mundo. Para ele, chegar à barragem e ao clarão de luz elétrica que dela emanava significava também estar por sua conta e risco. Foi esse clarão de luz artificial que mais o impressionou quando chegou ao Barrocal.

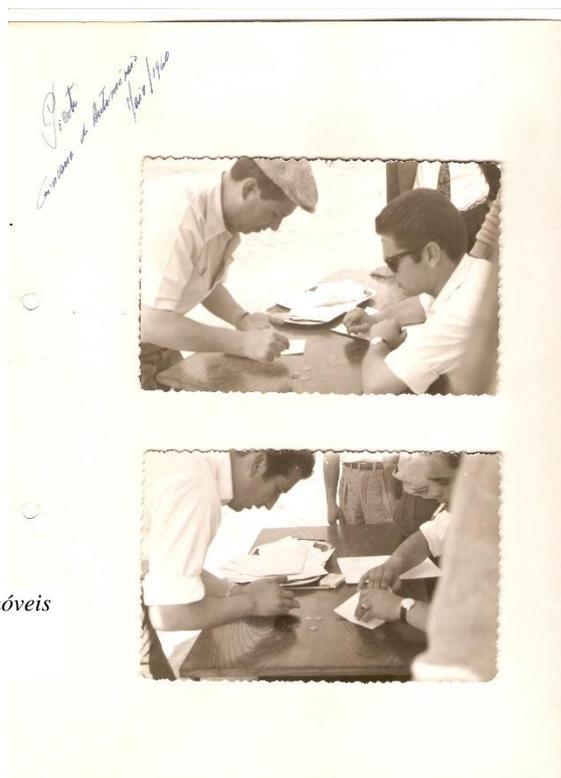


Figura 39 João organizando uma gincana de automóveis em 1960. Fotos cedidas

O meu primeiro encontro com Guida decorreu por acaso, quando fazia trabalho de campo no Barrocal do Douro. Reparei que, enquanto fotografava, ela se ia aproximando de mim, e depois identificou-me como sendo filha de João. Tinha-me visto por aquelas bandas, fazia pouco tempo, por ocasião dos 50 anos de casamento dos meus pais e lembrava-se de eu ter feito um ramo de giestas para dar a minha mãe. Foi assim que as nossas



Figura 40 Guida, capela do Barrocal, 2010. Fotografia da autora.

conversas começaram e se estabeleceu a relação. Nasceu na Póvoa de Lanhoso, e os pais vinham já da barragem do Cabril. Quando chegaram a Picote, ela tinha cinco anos. A mãe costurava.³² O pai encontrou trabalho em Picote, a razão da deslocação familiar. Não saiu

³²Entrevista gravada no adro da Capela do Bairro, Margarida Vale, Guida do Neca, Barrocal do Douro, 27 de julho de 2010, 0'34''.

mais daquele lugar, simples e bonito, nas suas palavras. Continua a viver no bairro, de onde só pretende sair num caixão, para se juntar ao Neca, o seu marido, que ali morreu. No planalto mirandês vivia o padre Telmo Ferraz. Natural de Bruçó, cedo se integrou na obra de Picote. Para ele, as pessoas de Picote receberam a obra com entusiasmo, sobretudo uma enorme admiração pelos engenheiros, a quem toda a gente queria bem.

– Pequenos deuses – afirmou, que entravam pelas casas das pessoas, ajudando a resolver problemas ou tomando decisões.³³ Telmo Ferraz era o capelão da HIDOURO. Rapidamente se tornou uma referência para os barragistas.



Figura 41 Padre Telmo Ferraz, autor do livro “O lodo e as Estrelas”, conversando ao telefone com João, Porto 2010. Fotografia da autora.

Para os engenheiros a deslocação e a constituição do estaleiro apresentavam dificuldades relacionadas com o clima, a morfologia do terreno e as necessidades de abastecimento de energia para a construção. Para os migrantes de outras obras vindos de todo o país, tentar a sorte por um salário melhor contava com dificuldades de vária ordem: as famílias (que ficavam nos locais de origem até surgir uma oportunidade), as deslocações e as rotinas de trabalho, as doenças.

Nas entrevistas que fiz, poucas pessoas falaram de um barracão existente na periferia do bairro, onde estavam os doentes de silicose – o hospital dos silicóticos. Durante as escavações para a obra, e enquanto não se introduziu nos martelos pneumáticos a água que fazia do pó de sílica lama, evitando penetrar nos pulmões, muitos marteleiros chegavam já doentes ao estaleiro de Picote. Eles são os trabalhadores mais referidos nos livros de memória barragista. Representam o sacrifício e a dureza das condições de trabalho. Eram os primeiros a chegar e os primeiros a partir. São sempre descritos como os heróis anónimos que deram a vida pela obra.

O barracão alojava os trabalhadores doentes e sem família. Era uma antecâmara da morte, o destino provável de todos os que a certa altura começavam a tossir e a cuspir sangue. Não existem descrições detalhadas de como funcionava esse barracão, referido no livro de Henrique Pinto e no do padre Telmo. Não deixam de ser parcas as referências.

³³Padre Telmo, entrevista realizada no Porto, 9 de agosto de 2010, 40’30’’.

A HIDOURO exigia um exame aos pulmões. Se não estavam limpos, não havia trabalho. Assim, tossir muito e cuspir sangue significava o fim do trabalhador e da sua família, que para ali se tinha deslocado. As famílias que chegavam temiam pelos seus homens. O padre Telmo deu voz a esse lado sombrio e trágico da vida no bairro, dedicando o seu livro às vítimas de silicose:

Estava estendido na cama, a tossir. Ao pé da cabeça, uma camisa velha, enroscada. De minuto a minuto, levantava a cabeça e deitava lá sangue. Sangue da boca, sangue dos pulmões. Sangue que lhe passou pelo corpo todo. O seu corpo de marteleiro, gasto e cansado e só com trinta anos.

– Já trabalhei na Caniçada.

– E agora?

Eu digo o resto: quer ir para a terra, com a mulher e os filhos – curar ou morrer – e não tem dinheiro para a viagem.

Quanto valem os seus pulmões?

Ninguém compra os pulmões do António?

Ele ajudou a fazer o conforto de muitos lares.

Ele ajudou a fazer o lucro de algumas Companhias.

Levantem-se! Tirem o chapéu.

É o António que passa! (FERRAZ,1985:34).

Muitas pessoas que trabalhavam no campo rumaram a Picote, contou A. M. quando o entrevistei no Porto. Aí, tornaram-se uns eletricitistas, outros serralheiros. Referiu-se sempre a eles como “diamantes em bruto”. Pessoas simples, no meio das pedras.³⁴ Foi premiado várias vezes, mas não referiu esse facto na entrevista. Tinha-me sido indicado por Orlando, com a informação de se tratar de uma pessoa:

– Que estava no meio, via para cima e para baixo. –

As suas memórias acompanharam as barragens do Douro internacional e nacional. Por várias vezes referi ao engenheiro Fagulha Vaz esta entrevista, e em todas elas o engenheiro se lembrava da enorme capacidade de trabalho de A.M. Tinha-o tirado do Alentejo, onde ganhava muito mal, mas foi através do trabalho e da competência que subiu. O arranque do empreendimento pedia gente com determinação, capaz de fazer tudo. A HIDOURO foi admitindo trabalhadores e a sua qualificação realizava-se na obra.

³⁴A. M., entrevista no Clube de Pessoal da EDP, Porto, 09 de agosto 2010, 7'15''.

Por esse motivo tornou-se uma empresa respeitada e amada pelos trabalhadores indiferenciados, que ali encontraram condições de acolhimento para si e para as suas famílias.³⁵

Conceição conheceu o estaleiro numa visita feita para ver o pai e o irmão. Esta sua primeira viagem foi cheia de peripécias, num comboio em que chovia no interior. Nunca tinha feito uma viagem de comboio de guarda-chuva aberto. Quando chegou ao destino, um *jeep* esperava-a, para a levar ao Barrocal, para junto do pai e do irmão. Foi aí que soube que os pneus dos carros protegem as pessoas da tempestade. No meio daquele temporal, o motorista do *jeep* dizia-lhe,



Figura 42 Conceição, 2010, Oeiras, fotografia da autora.

– Não tenha medo, menina, aqui não cai nenhum raio. – Tudo o que pensou, nesse momento foi: – Mas para onde é que eu vim?

Começou a trabalhar com 14 anos, na costura. O pai, trabalhador migrante, não podia financiar os estudos dos filhos. Era a mais velha, por isso começou a trabalhar. Nessa altura já lhe tinham morrido duas irmãs, uma delas ao seu colo. Sempre se lembrou bem das vindas do pai a casa. Da meiguice, da saudade e do mimo. O pai trazia-lhe sempre um presente, uma moeda. O pai era trabalhador especializado, ganhava pelo empreiteiro, que pagava mais, e foi em Picote que transitou para a HIDOURO. Foi viver numa das casas de madeira construídas pela HIDOURO para o pessoal especializado. Enquanto o pai esteve alojado nas casernas, era ele que ia a casa ver a família.

– Aquilo era estranho –, confessou.

Não havia mar, e o rio era assustador, com aquelas máquinas, aquela luz, de dia e de noite. Assustavam-na os rostos angulosos, o pó. Sabia que o rio dava trabalho e que por isso devia ser respeitado, tal era a recomendação que o pai fazia. Lembrava-se de mais tarde ir ver o pai trabalhar com as máquinas na fase de enchimento de betão. Admirava-se com aquela obra. Mas o mais importante da história de Conceição foi o amor que lá encontrou: um rapaz simpático, bem-parecido, bem-falante, companheiro de quarto do seu irmão,

³⁵A. M., entrevista no Clube de Pessoal da EDP, Porto, 09 de agosto 2010, 11'05''.

que a protegeu no primeiro baile da barragem. Ainda voltou à Póvoa de Varzim, mas as cartas do rapaz convenceram-na a voltar e a casar em Picote. Quando o fez, a mãe e os irmãos já se encontravam também em Picote. Todos moravam nas casas que a empresa tinha construído para as famílias. Para ela, o importante era estar junto da família. Foi a sua mãe que esteve ao seu lado quando nasceu a primeira filha, em casa, assistida pela enfermeira parteira da HIDOURO. As mulheres dedicavam-se à casa e aos filhos. Podiam costurar para as mulheres dos engenheiros, mas a vida acontecia com as rotinas domésticas, no meio de falatórios permanentes. Conceição não gostava muito de falatórios, falava pouco mas sabia que se contavam ali muitas histórias e que havia zangas entre as mulheres, muitas vezes por competição. Ela tinha os pais, os irmãos e o marido perto de si, o bastante para manter uma atitude reservada e afastada dos mexericos.

O engenheiro Pereira dos Santos pertenceu à comissão de fiscalização da obra. O seu primeiro alojamento foi nas casas de madeira, assentes em placa de granito, aquecidas e com as condições essenciais para enfrentar a dificuldade do clima. Vive hoje em Lisboa, no bairro de Benfica. Como referi antes, o relatório chamava a atenção da HIDOURO para a situação dos trabalhadores indiferenciados



Figura 43 Engenheiro Pereira dos Santos, Lisboa, 2009. Fotografia da autora.

e com família, nos aproveitamentos hidroelétricos. Era um relatório da Hidroelétrica do Cávado (HICA), que fazia o diagnóstico da situação e propunha soluções para melhorar as condições sociais desses trabalhadores. Entre outros aspetos, nele se refere que um trabalhador não especializado ganhava um salário líquido de 20 escudos nas suas oito horas de trabalho, sendo despedido no fim da obra e perdendo o direito ao abono de família. Nunca chegava a mais de 500 escudos mensais – o salário de um engenheiro rondava os 3000 escudos – o que significava que manter trabalho era a sua principal preocupação. Em geral, começava por trabalhar para o empreiteiro, mas quando a HIDOURO oferecia oportunidade preferia mudar-se para esta última, porque proporcionava melhores condições de vida às famílias do seu pessoal. Mas também havia os que gostavam da azáfama da obra, do ruído do estaleiro, e que seguiam de obra em obra, com o objetivo de ganhar mais. O trabalhador com família saía do seu lugar de origem, para percorrer por vezes dezenas de quilómetros a pé, em busca de trabalho. Se

tinha sorte, ficava na pá e pica. Caso contrário, voltava para casa. Quando arranjava trabalho, tornava-se difícil visitar a família: o encarregado nem sempre autorizava a ausência e perdia os dias de salário respeitantes à viagem. Sozinho na obra, a vida na caserna era-lhe estranha, sentia a falta da mulher e dos filhos. Foi desta forma que começaram a nascer barracas. Uma casa onde pudesse ter a mulher e os filhos, onde não fosse preciso pagar renda nem viagens. A empresa tinha isolado a área do estaleiro, por isso as barracas nasciam fora do espaço demarcado. As rochas de granito serviam de paredes e as sacas de cimento vazias de cobertura. Alugava-se o terreno por um preço inflacionado e o trabalhador fazia as paredes depois do seu horário de trabalho. Ao fim de algum tempo trazia a família e alguns haveres. Durante o inverno, com a chuva, os sacos de cimento cediam e a água entrava dentro de casa. A telha era cara. Esta situação, vivida pelo Justiniano, já relatada, era a de muitos trabalhadores que já vinham das obras no Cávado. Nesta perspetiva, o engenheiro Moutinho Cardoso elaborou o relatório, para que a situação na HIDOURO fosse analisada e resolvida. Ao relatório juntou fotografias. Neste documento fazia-se menção ao facto de a Hidroelétrica do Cávado ter já iniciado alguns procedimentos com o objetivo de atenuar estes problemas. Na Paradela tinham sido colocadas 100 casas desmontáveis para alojar trabalhadores com as suas famílias, mediante o pagamento de um pequeno aluguer. As casas não tinham casa de banho, mas um bloco sanitário central. Representavam um progresso. Mas não era ainda a melhor solução. Na Caniçada, por ser uma zona povoada, os trabalhadores conseguiam alojamento. Por esta razão, em Picote as condições de alojamento revelaram-se mais difíceis: um local ermo (a povoação mais próxima ficava a quatro quilómetros), distante dos seus locais de origem e com um inverno rigoroso e um verão quente. Um trabalhador do Minho precisava de três dias para ir a casa. Gastava em média 180 escudos na viagem, uma quinzena de salário, para visitar a família. O relatório apresentava imagens a preto e branco das barracas construídas num raio de 700 metros do estaleiro e mencionava outras servindo de tabernas e de barracas de feira, que não foram fotografadas. A HIDOURO forneceu água a estas famílias e telhas para cobertura das casas, embora considerasse ser obrigação do empreiteiro cuidar desta situação. No relatório propunha-se ser a HIDOURO a assumir a solução da questão. Estimava em 4 ou 5 mil contos a despesa na construção de casas para as famílias, importância pequena para os cerca de 600 mil contos de despesa total da obra. O pedido de uma solução efetiva foi feito com base nos argumentos em defesa da humanização das condições de trabalho, condição de maior produtividade e qualidade de vida.

A primeira leitura que fiz deste relatório era coerente com o material que tinha recolhido na primeira série de entrevistas. Já tinha lido os dois livros dos barragistas (CASTRO, 2008; FERRAZ, 1985), mas agora estava perante um relatório interno cujo objetivo era o de resolver alguns dos problemas dos trabalhadores migrantes. Por esse motivo o digitalizei, tendo posteriormente devolvido o original ao engenheiro Pereira dos Santos, que entretanto tinha também cedido as fotografias de que já falei.

Durante este período pude também entrevistar a mulher do engenheiro Pereira dos Santos, que se revelou profundamente conhecedora da situação. Maria Fernanda começou a trabalhar na barragem contratada pela HICA na área do serviço social. Para ela, as barragens tiveram uma missão civilizadora, levaram progresso a toda a região, embora as condições dos trabalhadores fossem precárias. A sua missão era resolver dificuldades das famílias. Um dos problemas mais difíceis que enfrentava eram as dificuldades de comunicação, os hábitos culturais das diferentes famílias consoante as proveniências, os conflitos que resultavam dos mal-entendidos daí decorrentes, o consumo de álcool.

A barragem começou com fúria, como pode ler-se n' "O lodo e as estrelas", do padre Telmo Ferraz. Em todas as casas se falava da *barrage*, das gentes que por ali começaram a aparecer em bandos:

– El aparece por *ende* cada *angeinho!*, – dizia um.

– Julguei que num *houbisse* tanto *artimanho!*, – tornava outro (FERRAZ, 1985:17).

O padre Telmo vive atualmente em Malange. Deixou a barragem para se ligar à Casa do Gaiato, volta a Paços de Sousa todos os anos, pelo verão. Não atende o telemóvel, porque está sempre a fazer qualquer coisa mas, se calha fazê-lo, falará como se ainda ontem estivéssemos estado juntos, pergunta pela família, ri-se de coisas que falaram há 50 anos. Como se nunca tivesse saído de Picote. Sabe que casou os meus pais, interessa-se pelo trabalho que estou a fazer, oferece-me o seu livro, indica quem são as pessoas que me podem ajudar, e é assim que recolho o conjunto de crónicas, então ainda inéditas, de Henrique Pinto.

O seu livro "O Lodo e as Estrelas", cuja primeira edição de autor saiu em 1958, narra os episódios do dia-a-dia da construção da barragem de Picote, num permanente diálogo com Cristo. Um diálogo solitário, como se fosse um ajuste de contas com o criador, por permitir a existência daquelas condições de trabalho e de miséria.

Entre o padre Telmo e o seu Cristo, estão os operários e trabalhadores da barragem e as suas famílias, a dureza das fragas, o frio de janeiro e a silicose.

O seu primeiro trabalho foi entrar nessas casas, falar com as pessoas, inteirar-se dos seus problemas. Sob a capa de capelão, podia falar com a administração, pedir mais condições. Quando isso acontecia e os engenheiros queriam ver a miséria de que falava, aconteciam situações caricatas como a que me descreveu. Depois de avisar a família da visita do engenheiro, a família cobriu todos os caixotes provisórios que faziam de mesa e de cadeira e colocou mantas e toalhas minhotas, limpou a casa, disfarçou a miséria. E o engenheiro nada viu. Se ele tivesse levantado aquelas mantas tinha visto. Mas isso não aconteceu. As barracas também não eram todas iguais, as alentejanas estavam sempre muito limpas, ao contrário das minhotas.

O padre Telmo ria-se com gosto do salário que a sua mula recebia da HIDOURO. Os filhos dos engenheiros gostavam de a montar, e daí ter tido direito a um salário.

Os meus entrevistados manifestaram por ele um grande carinho. Contaram episódios de fornecimento de mantas e cobertores, comida, dinheiro. Quando recebia o seu salário distribuía-o no caminho de casa. Esta generosidade, que implicava também frequentes negociações com a empresa tornou-o querido por todos.

O seu livro não é muito citado nas publicações da EDP dedicadas aqueles aproveitamentos hidroelétricos. Focam a vertente técnica e arquitetónica, mas os trabalhadores estão ausentes dessa escrita, talvez devido ao facto de se tratar de uma população nómada, que terminada uma obra segue para outra. O funcionamento e a manutenção de uma barragem exigem pouca gente. A barragem de Picote, porque construída num lugar despovoado, nem sequer obrigou ao realojamento de populações. Este livro do padre Telmo constituiu-se como elemento central de construção de memória barragista a dois níveis.

Enquanto texto, regista episódios vividos. Independentemente das funções que exerceram ou do posto que ocuparam, todos se identificam com a narrativa elaborada em “O Lodo e as Estrelas”. O livro é um elo de ligação à empreitada e à comunidade barragista. Produz pertença com o bando, com o bairro, com a fúria do rio já descrito como selvagem – não será por acaso que existem pelo mundo cursos fluviais denominados rio Bravo – com a obra levada a efeito.

O segundo elemento consiste na repetição oral dos episódios fixados naquela obra, feita em conversas durante os convívios. Lembram o tempo vivido, os nomes das pessoas, os lugares. O livro é o centro emocional da identidade barragista. Sobre o autor permanece nos relatos uma aura mística e uma indefinição quanto ao lugar onde está agora, se se encontra vivo, se está em Portugal, se foi preso na altura por causa do livro.

Quando eu tentava localizá-lo pela primeira vez para esta pesquisa, ouvi versões díspares sobre o seu eventual paradeiro. Em regra, os barragistas do Porto passavam as informações sobre o lugar onde estão as pessoas através do Clube de Pessoal da EDP do Porto, local de reunião de muitos deles, e onde fiz as entrevistas. Quando entrevistei o padre Telmo no alojamento da Casa do Gaiato onde passava férias, alguns barragistas reformados esperavam por ele, para o abraçar.

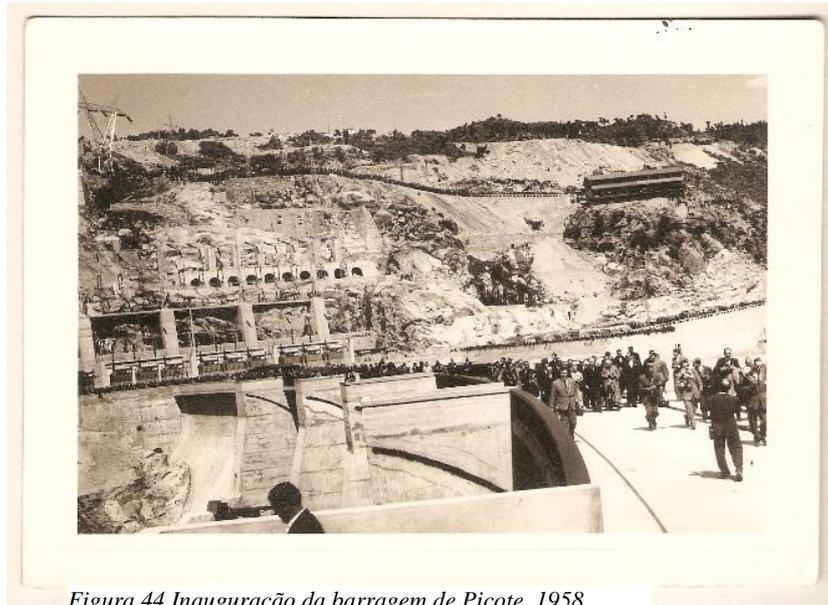
A construção da barragem mobilizou recursos e afetos. Em relação às pessoas de Picote e das aldeias vizinhas, criou um sentimento de desconfiança e de curiosidade. A construção era uma oportunidade de trabalho, e esse foi o principal agente mobilizador das populações. A migração dos trabalhadores de outras obras, contratados por empreiteiros, começou a acrescentar pessoas, em primeiro lugar homens que vinham sós, e depois com as suas famílias. Os entrevistados referem principalmente pessoas vindas da Beira Baixa, do Minho e do Alentejo.

Foi esta população que se alojou na periferia da zona das obras. Começou a crescer, na periferia, a feira, João e A. M. reportaram-no com insistência.

Porque se tornou o livro do padre Telmo tão importante? Conta-nos ele que na feira se encontrava de tudo: produtos regionais, legumes, patos, galinhas, provenientes das aldeias. A feira englobava também as tais casas construídas sem condições sanitárias, tabernas e prostituição. O vinho dava frequentemente origem a rixas cujo pretexto podia ser uma mulher, um insulto, um gesto mal medido. O seu livro nomeava as pessoas e os lugares, interpelando Cristo; João, Aníbal, Orlando, Maria Fernanda, Lázaro, Justiniano afirmaram que os conflitos se deviam essencialmente à diferença de hábitos e comportamentos, como se ilustrará adiante.

Em 1958, a obra estava feita. A barragem de Picote foi inaugurada em 19 de abril deste ano³⁶, e o bairro do Barrocal permaneceu. Algumas casas desmontáveis foram retiradas, outras permaneceram até hoje. O tamanho do bairro circunscreve-se hoje às casas definitivas do pessoal especializado, onde vivem Lázaro, Guida, Justiniano, que quiseram ficar no bairro, tendo permanecido ligados à empresa até se reformarem.

³⁶ Notícia da inauguração da barragem. Em linha: http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=06535.073.16237&bd=IMPRESA, página pela última vez acedida em 1 mar.2015.



*Figura 44 Inauguração da barragem de Picote, 1958
fotografia cedida por João Pequito.*

3.4. Esta barragem, outras barragens: as pessoas são o território.

A prioridade dada aos aproveitamentos no Douro internacional foi de ordem geológica, topográfica e económica

Os meios mobilizados para a construção desta, como de qualquer outra implicaram a instalação de uma logística em grande escala: o acesso às frentes de trabalho; o abastecimento de água e de energia, o transporte de materiais e equipamento, o alojamento de pessoal e seus familiares, a assistência social.

Grande parte dos trabalhadores da barragem de Picote vinha da construção de outras barragens situadas no Cávado, no Rabagão ou no Zêzere. Além destes, também as populações rurais se deslocavam para aqui, a fim de encontrar trabalho. A migração para Picote atraiu gente, chegando a contar cerca de 6000 pessoas.

O cimento necessário ao fabrico do betão era fiscalizado na fábrica de Maceira-Liz, em Maceira, perto de Leiria antes de ser expedido para a obra. Seguia pelo caminho-de-ferro em contentores de 5 toneladas até à estação do Pocinho, onde os vagões da via larga eram substituídos pelos de via estreita a fim de percorrer a distância até Sendim. Nestas duas localidades encontravam-se duas brigadas de trabalhadores: no Pocinho, para passar os contentores da via larga para a via estreita; em Sendim, para os retirar e carregá-los para os camiões Volvo, com um atrelado para duplicar a capacidade de transporte até às

instalações de descarga e ensilagem, nos estaleiros (PINTO, 2012:71). Aqui procedia-se aos ensaios regulamentares de controlo no laboratório de betões.

Os inertes usados no fabrico do betão tinham várias origens. Em Picote, foram obtidos a partir do material escavado para dar lugar à obra subterrânea e às fundações do paredão. A construção de uma barragem implica a derivação provisória do rio, para parte do seu leito, operação efetuada através da ensecadeira. No Douro internacional, a derivação fez-se através de galeria em forma de ferradura, escavada na rocha, numa das margens. Deste modo, foi possível pôr a seco de uma só vez todo o leito do rio.

Neste caso, dado ser uma região despovoada, não houve deslocamento de populações, a não ser as diretamente envolvidas na construção da obra, a partir de 1952. Os engenheiros protagonizavam o progresso e o desenvolvimento do país:

Os engenheiros ganhavam o estatuto de deuses modernos à luz do discurso oficial corrente. Na construção das grandes barragens de produção hidroelétrica, obra máxima de transformação de Portugal num país de séc. XX, finalmente com meio século de atraso, os engenheiros protagonizariam o renascer do país (DIAS, J. 1997:17).

Para além das entrevistas que realizei no Barrocal do Douro e no Porto, havia as representações da obra que me tinham sido transmitidas pelos engenheiros barragistas em Lisboa. Como se inclui a sua história, no contexto de Picote? Como analisavam e falavam da sua missão enquanto engenheiros? Ao relato do engenheiro Fagulha Vaz que tinha participado na obra de Picote, acrescentei o do engenheiro F.C., engenheiro civil, que também participou na construção da barragem de Miranda do Douro. Pretendia observar o modo como se falava da obra em geral, e como se autorepresentava enquanto engenheiro de barragens. A sua história de vida incluía o Alentejo, o Douro internacional, e Moçambique.

O pai era armador da pesca do atum, em Tavira. A sua vida inteira foi dedicada às barragens, desde o primeiro trabalho que fez, a barragem da Tourega, no Alentejo. Formou-se no Instituto Superior Técnico em engenharia civil e passado pouco tempo surgiu a oportunidade de emprego. Naquele tempo, um engenheiro tinha de ir para onde houvesse trabalho.

– E havia!

Mas também tinha de se fazer de tudo. Na altura já namorava a sua atual mulher que o acompanhou toda a vida pelas muitas obras em que esteve. A experiência no Douro internacional deu-se em Miranda do Douro, onde as questões sociais do pessoal envolvido na obra foram objeto de diagnóstico e de tomada de medidas. Já tinha estado no Cabril e na Bouçã, mas remonta à Tourega a sua tomada de consciência das assimetrias sociais. Confrontou-se com a miséria das pessoas, as condições de trabalho precárias, os comportamentos retrógrados de alguns proprietários.

– Luxos despropositados que conviviam com uma camisa vestida toda a semana e um caldo mal aquecido – conforme me ia recordando.

– O que um engenheiro recém-formado podia fazer? Pouca coisa. Podia pedir trabalho para alguns, mas o problema estrutural do atraso do país, esse não podia resolver.

Essa experiência marcante da miséria a que assistiu no Alentejo e da riqueza provinciana de alguns proprietários ficou na sua memória para sempre e repetiu-se noutros locais. As injustiças sociais foram vividas de forma mais aguda em Moçambique:

– A minha barragem – como a designou.

Racismo, ignorância que se traduzia numa crueldade do colonizador de baixa condição, mas também nos técnicos e quadros superiores. As tarefas do engenheiro eram diversas e difíceis. Não se tratava apenas de técnica, mas também de capacidade negocial para as expropriações, atenção ao meio envolvente e às suas necessidades, visão globalizante e integrada da obra a realizar. Desde os processos de expropriação dos terrenos necessários à construção da barragem até à gestão de afetos e emoções, tudo passava pelo engenheiro. A realidade com que se confrontou na construção da barragem da Tourega, não era muito diferente daquela que encontrou em Moçambique: conflitos, miséria, trabalho sem direitos. Em Moçambique confrontou-se com condições de trabalho muito precárias, associadas a uma atitude de discriminação que considerava intolerável, que nunca mais esqueceu. No Alentejo observou os *ratinhos*, originários da Beira Baixa, em permanente conflito com os alentejanos pela busca de trabalho, e os algarvios. Bandos, como lhes chamavam, a percorrer zonas inteiras em busca de trabalho. Um país atrasado, rural, onde a industrialização era a única saída para a humanização da sociedade. Também aqui, de forma semelhante ao engenheiro Fagulha Vaz. A experiência firmou-lhe a convicção de que o pior inimigo do homem é a ignorância, porque é dela que surge a incompreensão e a discriminação. Vasco, o seu motorista em Moçambique, contava-lhe o que acontecia. A população que comia terra, porque sempre havia algum nutriente e a fome era muita. A barriga inchada que provocava a morte. A cegueira dos trabalhadores, que deixavam de

ver por causa da alimentação incorreta; uma colher de óleo de fígado de bacalhau que resolvia o problema. Os cipaios prendendo pessoas com uma rede para enviá-los para o trabalho compulsivo. Os contratos rasgados depois de cumpridos, para nova sujeição do trabalhador, um regime de autêntica escravatura. Viu de tudo. A revolta que sentiu em Moçambique deu-lhe vontade de escrever um livro. Não aceitou mais convites para África. O pai desaconselhou-o:

– Vê lá o que vais escrever ...!

Optou por não escrever. Tinha consciência das consequências que podia ter a denúncia. Para além das realidades que o engenheiro encontrava quando se deslocava, ele tinha de contar também com o modo como era visto pelos trabalhadores da obra. Muitas vezes era chamado para resolver conflitos familiares, derivados das precárias condições de vida: o trabalho, o álcool, os desentendimentos. A situação repetia-se em todas as obras por onde andou. O engenheiro significava ali antes de mais autoridade. Naquele tempo comunicava-se através de um telefone interno. Algumas ações exigiam capacidade de antecipação e rapidez na decisão, pouco compatíveis com hesitações ou dúvidas. No rio Távora conseguiu evitar a morte de dezenas de pessoas por causa de uma cheia. O engenheiro concebe, o trabalhador executa, numa hierarquia em que também se misturam as relações afetivas e os poderes: o de quem tem livre acesso ao gabinete, o de quem não pode lá entrar. O de quem pode falar e o de quem não pode falar. A medida é a da competência técnica: dominar o rio, dar trabalho, proteger as famílias. E enquanto se está ali, na obra, o sentido constrói-se em volta do betão, da ensecadeira, dos túneis. É essa mediação da obra pelas pessoas que nela trabalham que dá a distância que o engenheiro ganha em relação ao sentido de missão de que anteriormente se falou. A obra, a sua, a de todos é também a que deixa atrás de si os mortos, as aldeias submersas.

– Alternativas? Nenhuma!

Nesse tempo não se colocava a questão da sustentabilidade com a urgência que entretanto adquiriu, na discussão sobre a gestão dos recursos energéticos.

F.C. vive atualmente em Lisboa e faz parte do grupo de barragistas que se encontram para almoçar, uma vez por mês. As representações da obra e do papel dos engenheiros foram contados num contexto semelhante ao que havia encontrado em Fagulha Vaz. Para ele, uma obra são todas as obras: as barragens trazem riqueza ao país. Aqui ou em Moçambique, as tarefas do engenheiro são tarefas de conceção, mas também de negociação. Contou-me um episódio, que considerou marcante. Um professor do Instituto Superior Técnico reparou nele durante uma visita de estudo.

– O senhor vem da província, tem por isso mais capacidade de entender diferenças,–
relatava sorrindo.

Afirmou-me que essa capacidade tinha sido muito importante durante toda a sua vida ativa. As histórias que contou repetiam-se em todas as obras em que participou. Quando lhe perguntei como olhava para a obra realizada, ele referiu-se ao seu trabalho em Moçambique com particular carinho, por ter sido a barragem em que assumiu maiores responsabilidades (cf. PEQUITO, 2013). No seu escritório, um quadro, uma secretária, uma janela de onde se podia ver a avenida João XXI. Geralmente eu era conduzida pela empregada a esse escritório, onde me recebia com um sorriso, perguntando:

– Então como vão os trabalhos?

As nossas conversas decorriam sem um ponto de partida, ele começava por um ponto qualquer, contando um episódio, e depois comovia-se quando falava das injustiças e das condições de trabalho que observou em diferentes locais. Quando foi para Moçambique, ele e a mulher viajaram de avião, a empregada seguiu de barco. Era uma empregada que a sua mulher já tinha ao seu serviço, razão pela qual achou indicado levá-la também, para que a esposa não ficasse sozinha. Afirmou-me mais do que uma vez que a vida da mulher de um engenheiro não é fácil, porque, tal como o marido, ela tem de se adaptar a novas circunstâncias. Não cheguei a conhecer a mulher deste engenheiro, nem a sua família, embora por várias vezes ouvisse nos corredores da casa a voz de um dos netos. Orgulhava-se de ter três gerações de engenheiros civis na família. Eram todos formados no IST, com vivências muito diferenciadas durante os respetivos períodos de estudantes. Foi por sua mediação que marquei as entrevistas com o engenheiro Pereira dos Santos.

Um seu companheiro barragista dos almoços em que também participavam outros engenheiros.

Depois do primeiro encontro no café Califa, em Benfica, as entrevistas realizaram-se em sua casa, dadas as melhores condições para as gravações.

Tinha sempre muito cuidado com as condições em que o equipamento de



Figura 45 Pereira dos Santos e Maria Fernanda, em sua casa, Benfica, 2010, fotografia da autora.

gravação estava, de modo a otimizar as informações que, na sua opinião, poderiam contribuir para o meu estudo. A sua mulher tornou-se ao longo deste período uma interlocutora relevante, porque ia contando episódios de que se lembrava, fazendo alusões

ao marido sobre as pessoas que ambos conheciam. Ainda jovem, ao serviço da HICA, foi muitas vezes chamada a intervir em situações de conflito ou de necessidades prementes de trabalhadores das obras. Em muitos casos, relatou, era preciso contornar a lei para que as famílias recebessem indemnizações em caso de acidente de trabalho do chefe de família.

– Fazia o que podia. – contou.

O marido confirmava este relato, dizendo que ela dizia sempre o que era preciso, que não temia a direção da empresa, nem deixava de reportar situações de conflito. A preocupação com as condições dos trabalhadores verificava-se já na Hidroelétrica do Cávado, tendo depois tido continuidade nas políticas da Hidroelétrica do Douro.³⁷ Era preciso fazer o acompanhamento das necessidades das famílias e atenuar tensões. Além deste acompanhamento, Maria Fernanda tinha reuniões frequentes no Porto que por vezes terminavam muito tarde, demorando a viagem de regresso ao Cávado cerca de cinco horas, por estradas quase intransitáveis. O seu lugar na empresa correspondia a uma instância de mediação entre as chefias e os trabalhadores. Por esse motivo, tinha alguma liberdade para discutir situações de injustiça, mas aquilo que se podia fazer estava limitado pelas características do regime político, que não via com bons olhos qualquer contestação. Em sua opinião, a vida de um engenheiro não era fácil, ele tinha de ir para onde havia trabalho, levar a mulher, constituir família nessas andanças. As mulheres dos engenheiros de igual modo sujeitavam-se às condições precárias em que os maridos ficavam. Contou experiências de alojamentos em telha-vã, com ratazanas a entrar no quarto, ou as vaquinhas lambendo os pés, enquanto dormiam. Tais situações não duravam muito tempo, porque se resolviam com alguma rapidez tratando-se dos engenheiros. E o marido lembrava que tais condições precárias eram normais para aqueles que nunca nada tinham conhecido antes.

– ... Miséria para nós, para eles era normal. Eles não tinham nada.³⁸

Para ele, tal como para a esposa, a construção da barragem foi uma ação civilizatória, quer pela introdução de direitos no trabalho, pela observação de normas de higiene e da oportunidade de instrução formal. Para eles, a Hidroelétrica do Douro, como já anteriormente a do Cávado, foram empresas pioneiras nestes aspetos.

³⁷Entrevista ao engenheiro Pereira dos Santos 17 de maio 2010, em sua casa, acompanhado de sua mulher, Maria Fernanda, 7'12''.

³⁸Entrevista ao engenheiro Pereira dos Santos 17 de maio 2010, em sua casa, acompanhado de sua mulher, Maria Fernanda, 24'41''.



Figura 46 Fotografias cedidas pelo engenheiro Pereira dos Santos.

Os quadros da empresa, preenchidos com trabalhadores deslocados de obra em obra, permitiam que a competência e a experiência técnica adquiridas não se perdessem, funcionando assim como uma mais-valia da própria empresa. A criação de condições de trabalho, de assistência na saúde e na escolaridade dos filhos, tornava atrativo um lugar no quadro.

– Aqui está o menino, quando foi para Picote – comentava este engenheiro, olhando as fotografias nos períodos em que podia conversar comigo, no intervalo das suas obrigações com os netos.

O sentimento dos trabalhadores perante a sua situação de exploração era também a consciência da salvação que representava a obediência aos técnicos que dirigiam a obra: fazer o seu trabalho a tempo e a horas, era condição de sobrevivência. A distância criada pelas diferenças de classe, marcada no território, convivia de forma contraditória com os afetos criados.

– Pequenos deuses!

Os engenheiros eram amados, porque o sustento das famílias dependia da sua competência técnica. A hierarquização social ditava uma ordem no bairro e nas pessoas. Algumas sociabilidades cruzavam os grupos sociais gerando trânsitos relacionais em sentido ascendente e também horizontal: trabalhadores entre si, engenheiros *inter pares*, em termos mais restritos e reservados engenheiros e trabalhadores.

3.5. Representações da obra: livros de memórias.

3.5.1. Barragistas e emoções. Identidades.

A pertença ao grupo, decorrente de uma hierarquia estabelecida pela competência técnica, liga-se às solidariedades ante a obra. Em alguns casos, pela responsabilidade dos quadros dirigentes, que além dos seus anseios juvenis de carreira, tinham de corresponder à expectativa criada pelos trabalhadores indiferenciados.

A competência técnica é território de disputa: a obra é de todos, sem exceção. E a linguagem acompanha essas rotinas, nas margens do território de decisão moral e técnica. As máquinas têm nomes de pessoas. Máquinas e pessoas convivem no imaginário contado em entrevista. Vejamos como se fala da obra.

Escrita e oralidade compõem a razão escrita, aqui socorrendo-me da noção proposta por Jack Goody (1987). Representam os contextos subjetivos de relação com o território nómada onde se construiu a identidade barragista. Assim, definido o território simbólico como sendo o da obra, os atores constroem as suas representações numa rede de significações e reciprocidades atualizada nos encontros e festas.

Foi por ocasião de um destes encontros a propósito do lançamento do livro de Henrique Pinto que pude encontrá-lo.

O livro é uma compilação das suas crónicas, que eu já conhecia, mais alguns textos acrescentados para esta edição, entre os quais, um do padre Telmo. Fui avisada por telefone, e dirigi-me Associação de Reformados da EDP em Lisboa. Cheguei um pouco antes da hora e foi num café ao lado da associação que o reconheci, pois apesar de ter já ouvido falar dele e dos seus testemunhos, ainda não nos tínhamos encontrado pessoalmente. Isto aconteceu em outubro de 2012, quando foi apresentada a edição de “Barragistas e emoções”. Henrique Pinto disse-me para dar particular atenção ao início do livro *Dor d’Oiro*. O encontro foi pontuado por abraços fraternais e pela rememoração desse tempo da obra barragista. O presidente da AREP³⁹ congratulou-se com aquele acontecimento, referindo o facto de alguns dos textos já terem sido publicados na revista da associação. Um engenheiro barragista, companheiro dos almoços de convívio referidos anteriormente fez a palestra de apresentação. Caracterizou o grupo como sendo uma comunidade, salientando a intervenção e o incentivo do padre Telmo à edição. Referiu a EDP, por não ter dado financiamento. Na sua opinião, isso aconteceu porque a empresa “já não é o passado”.

³⁹ Associação de Reformados da EDP/REN. Em linha: <http://www.arep.pt/Paginas/Home.aspx>

Jorge Castro, autor do livro “Farândola do solstício”, tomou a palavra em seguida, para se referir às emoções criadas pelos aproveitamentos hidroelétricos do Douro internacional. Assumiu-se como entusiasta, ativista, vigilante e apaixonado pelas arribas do Douro. Evidenciou os valores barragistas: gente ciente e orgulhosa do seu caminho, que melhorou de vida graças às barragens. Citou uma página do livro em que se afirma que para o barragista o importante é o que se faz, e como se faz, pois disso depende o êxito da obra. Todos os intervenientes concordaram na caracterização do grupo como símbolo de vontade e ação, cultivando a diferença e o respeito pelo outro. Um livro de afetos, um resgate do passado, uma intervenção humana que cria e constrói a paisagem. Henrique Pinto fez a última intervenção daquela sessão, começando por afirmar:

– Quase somos pedras que falam, já!

A sua intervenção, pontuada pelas emoções que cria a simples vista do leito do rio Douro, mas também pelos vivos que o procuram, levou-o a considerar a edição feita como testemunho desse tempo, que pretendeu tornar presente com a sua escrita. O padre Telmo foi a figura de referência da sua intervenção. No seu discurso sublinhou a profunda ligação à empresa EDP. A sessão contou com a presença de umas 20 pessoas, quase todos septuagenários. A conversa que se seguiu ao lançamento foi uma oportunidade de convívio, com todos e cada um contando histórias desse tempo. Ouvi, no meio de risadas, a apresentação que me foi feita por uma das pessoas que já tinha identificado nas crónicas: o Índio.

– Eu era conhecido pelo índio – disse-me. – Quando cheguei a Picote, com uma mala de cartão, não havia luz. A palavra barragista enche muito. Em Picote não se conhecia o dinheiro, só se conheciam as coroas, eles ficavam desconfiados com as notas, não as queriam.

Ouvi histórias sobre o padre António, sempre disposto a obter algum lucro, facto que já me tinha sido referenciado em entrevistas. Riam-se com episódios como o de boicote às inaugurações, colocando pedras intransponíveis no caminho. Mas o que soltou a gargalhada geral foi a história de como Picote foi a única aldeia onde ganhou Humberto Delgado: a elevada consciência política dos picotenses, os votos de Humberto Delgado guardados no bolso, colocados no lugar dos outros votos.

– Os barragistas estão a chegar! Guardem as nossas mulheres e as nossas filhas! – comentava-se aqui e ali. Antes deles já por lá tinha andado o caminho-de-ferro, deixando muitas raparigas com filhos.

O elemento central do livro de Henrique Pinto é a obra e as sociabilidades que em torno dela se constroem.

“Barragistas e emoções” procede à caracterização da identidade do barragista como gente de fazer, disposta a abandonar o seu torrão natal em busca de uma vida melhor. Para tal, é preciso coragem, determinação e sentido do coletivo. O que se lembra, neste livro de memórias?



Figura 47 Henrique Pinto e sua mulher em Bruçó, por ocasião da homenagem ao padre Telmo, 2013, fotografia da autora.

Naquele tempo, a vida de um barragista começava quando ouvia a expressão – *É palhantré!* – ... ao chegar à estação de comboio de Sendim, expressão usada para indicar o local da barragem: é para diante, é lá à frente.

Deixando para trás o túnel do Juncal, a primeira paragem de comboio era na Régua, seguindo-se o Pinhão, o Tua, o Vesúvio, até ao Pocinho. Aí mudava-se para outro comboio de via estreita até Moncorvo até chegar a Lagoaça, outro lugar de paragem: “o cavalo-de-ferro reclamava o seu quinhão de água.” (PINTO, 2012:32) A chegada a Picote inaugurava o território de pertença: naquele lugar inóspito e longínquo a identidade barragista crescia com o betão, o ferro e o cimento. Lembremos a referência aos cabos de aço, de que anteriormente se falou, expostos numa montra do Porto, o seu passado, a saudade daquele tempo e do seu pai. A escrita constrói e representa a comunidade barragista, constituída pela população nómada (que transita de umas obras para outras), abandona o seu lugar de origem e traz um património cultural. Ao mesmo tempo esta população adquire novos comportamentos e valores na construção da obra. Vinha-se das barragens da Pracana, Castelo de Bode, Bouçã, Cabril, mas também das minas da Panasqueira, Borralha ou São Domingos (PINTO, 2012: 161). A colocação da ponte pênsil era motivo de várias histórias que se contavam, por ser estreita e oscilante e se situar a grande altura. Algumas pessoas não conseguiam atravessá-la, ou eram tomadas de pavor na iminência de o fazer. Os trabalhadores eram vigiados pela Guarda Nacional Republicana (GNR), Legião Portuguesa (LP)⁴⁰ e Polícia Internacional e de Defesa do

⁴⁰ A Legião Portuguesa foi criada em 30 de setembro de 1936 (decreto-lei 27058), com uma milícia de voluntários, nacionalista e anticomunista. Foi extinta após a revolução de 25 de abril de 1974. Em linha: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223289>, página acedida pela última vez em 1 mar.2015.

Estado (PIDE)⁴¹. Contava-se que por lá havia gente foragida a trabalhar e que acontecia serem presos. Não se conhecia bem a razão, mas sabia-se que não voltavam. Esta situação foi-me confirmada por Lázaro e João. Lázaro contou um episódio ocorrido em Picote, João outro, a propósito de um interrogatório feito a um colega sobre o jornal *Avante!*, apreendido no bairro. Ambos sentiam a pressão da polícia política, que se comentava em voz baixa em casa.

Também Maria Fernanda, se confrontou com membros da Legião Portuguesa, a quem tinha de dar conta do que fazia, e com quem por mais de uma vez, entrou em conflito, invocando os interesses da empresa contra os da Legião. Nestas circunstâncias, os engenheiros serviam muitas vezes de mediadores entre as autoridades e os trabalhadores. As empresas envolvidas na construção da barragem são sempre referidas através do nome dos trabalhadores que a elas estavam ligados.

A Demag, uma grua com rodados pneumáticos e de elevação hidráulica para a carga e descarga de materiais e equipamentos, nunca se avariou nas mãos do Inácio, que apenas usava duas das seis velocidades disponíveis.

O camião Willeme, pedido pelo engenheiro Fagulha Vaz para o transporte das peças de grande porte, era conduzido pelo Lúcio, pelo Lagoaça e pelo Ricardo Santiago.



Figura 48 Camião Willeme, fotografia cedida pelo engenheiro Pereira dos Santos.

O encaminhamento de cargas pesadas e de dimensões excepcionais exigia as tarefas mais diversas: arranjo e consolidação de pontos da via, remoção de obstáculos existentes à

⁴¹ Organização criada em 1945 substituindo uma anterior, pelo Ministério do Interior, para exercer funções administrativas, de prevenção criminal e de repressão.

Em linha: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4279956>, página pela última vez acedida em 1 mar.2015.

beira das vias e sua remontagem noutros locais, corte de árvores, negociações com as populações das povoações a atravessar, ... (PINTO, 2012: 52).

Uma barragem origina uma albufeira. A água imprime rotação a uma turbina, cuja energia cinética é transmitida ao seu veio, que por sua vez aciona o rotor de um alternador. A água, pressionando as paredes da albufeira poderia criar grandes problemas, se houvesse fissuras. A RODIO era a empresa de sondagens que monitorizava a resistência do betão, fechando as possíveis fendas existentes. Tinha uma equipa chefiada por um italiano, Angelo Belo. Foi para esta empresa que foi trabalhar o Custódio, aos onze anos de idade, depois de ter feito o exame da 4ª classe em Miranda do Douro. O rapaz qualificou-se na empresa, na área da metalomecânica. A vida dos trabalhadores na construção de uma barragem misturava-se com a da família, entre os filhos que nasciam e as máquinas que operavam. Tal como a família, o bairro e a obra cresciam, dentro de significados e representações relacionadas com aquele território, onde todos e ninguém eram estrangeiros. Henrique Pinto sublinha a relevância das histórias de humor, porque transformavam as rotinas em momentos de evasão.

Os engenheiros insistiam no uso de capacetes no estaleiro. Na opinião dos trabalhadores eram coisa ridícula, de nada serviam, constituíam motivo de troça. Logo que o fiscal da obra virava costas, tiravam-no. A segurança era sentida pelos trabalhadores como sendo assunto da sua exclusiva responsabilidade. Quando se partiu uma viga de betão, caindo uma comporta de 20 toneladas, morreram três operários da SOREFAME. Os acidentes matavam, as famílias ficavam sem sustento e sem abrigo, já que os seus alojamentos pertenciam à empresa.

Em 1957, quando Henrique Pinto chegou a Picote, o Barrocal fervilhava de atividade. É a memória do autor que descreve o dia-a-dia da obra e a disposição das casas e do estaleiro. No topo, o bairro do pessoal dirigente e a estalagem, com *suite* presidencial, dirigida pelo senhor José Pereira. O complexo do centro comercial, campo de ténis e piscina também estavam já construídos.

O hospital dos silicóticos, construção em pedra solta e coberta com papel de sacos de cimento, encontrava-se a sul, nas escarpas, com catres e enxergas para os doentes, fora da vista do bairro dos engenheiros.

Do lado poente encontrava-se já concluída a capela e um pouco mais ao fundo a pousada dirigida pela menina Henriqueta, onde permaneciam os técnicos e os quadros que para aí se tinham deslocado sem as famílias. Crescia também o bairro definitivo e o bairro verde, este em pavilhões de quatro habitações.

A nascente que localizavam-se as casernas, onde viviam os trabalhadores sem família, protagonistas do trabalho mais pesado.

Junto da estrada que conduzia à obra, estava o refeitório destinado ao setor operário, com o seguinte leque de refeições: de primeira, por 5 escudos, de segunda por 3.50 escudos e ainda havia uma sopa, mais barata. Mesmo assim, muitos trabalhadores levavam o seu farnel.

Muitos trabalhadores indiferenciados viviam em condições precárias e em grande solidão. O transporte dos trabalhadores da obra para o refeitório era feito na caixa dos camiões *Euclid*, que despejavam os trabalhadores, acionando a báscula, como se fossem carga. Também Lázaro me contou este episódio em entrevista, rindo-se perante a evocação dos homens caindo uns em cima dos outros.

Perto da obra existia o hospital, onde se faziam algumas cirurgias e se atendia e acompanhava a população da barragem.

As tabernas surgiam no perímetro da feira, a mais conhecida era a do Santavalha. O Santavalha também tinha rumado a Picote. O seu nome era o da sua aldeia de origem. Contava-se que no fim do dia se sentava numa mesa com três copos, bebendo um de cada vez, seguindo os seus três nomes: *Bebe tu, António, agora tu, Hermínio, agora tu, Santavalha*. Era aqui que se encontravam a *Espanhola* e a *Maria Grande*, duas prostitutas. O Santavalha tinha um revólver na gaveta, pelo que se dizia que aquilo era o *Far West*. Na *Meia Curva*, um pouco mais adiante, também havia prostitutas. As condições deste lugar eram descritas como contrastando com as casas definitivas que se iam construindo no Barrocal.

Os fotógrafos da Casa Alvão não fotografavam estes lugares, embora fossem os fotógrafos da obra. Segundo o narrador, andavam sempre empoleirados e com o tripé às costas. No arquivo da Casa Alvão encontra-se documentada a evolução da obra. As versões variavam sobre o paradeiro dos negativos: no Museu da Eletricidade, em Lisboa, ou nos arquivos da EDP, no Porto. Não consegui esclarecer esta questão.

No estaleiro a atribuição de alcunhas, uma forma de reimposição de nome, dava às pessoas uma identidade circunscrita à realidade da obra. Da mesma forma que as máquinas eram antropomorfizadas. As alcunhas eram quase todas da responsabilidade do Miguel França. O autor enumerava-as de memória, prestando homenagem ao humor, elemento da identidade barragista (PINTO, 2012:126).

Com o auxílio de João consegui identificar algumas das profissões: Cristo, que tinha sido jogador de boxe em França, Garrafão (motorista), Bebágua (motorista), Águia Negra

(serralheiro mecânico), Guarda Monteiro (plantão), Manga Lavada (motorista), Pardal sem Rabo (chefe dos serviços administrativos), Índio, o mesmo que referi anteriormente (empregado de armazém), Zé Pequeno, que conduzia o autocarro da empresa, que levava as pessoas a Sendim ou a Miranda do Douro.

Ninguém escapava às alcunhas: Pena de Morte, Aguardente, Palheta, Zig-Zag, Cigano, Santavalha, Espanhola, Maria Grande, Minaus, Bolacha, Polícia da Régua, Pinta-Ratos, Fafe, Cavalinho de Luxo, Patusco, Serafim da Linha, Caracol, Maria Marreca, Maria Lambelha, Coça o Cú, Verruga, Pata Larga, Manel Dezoito, Maria Bragança, Rapazes da Régua, Lopinhos, Mugilho, Júlio Papão, Manobras, Brigadeiro, Cabo Zé, Peludo, Zarolho, Tono Comprido, Rato Elétrico, Xá da Pérsia, Cara de Ferro, Catrapilha (deformação fonética de *Caterpillar*), Chéu, Raposal, Lixívia, Zé Catraio, Lagoaça, Menina dos Telefones, João Professor, Lafaete (possivelmente de Lafayette, IN, sede da empresa *Caterpillar*), Canetas, Tijolo, Mamão, Corneteiro, Copi, Presunto, Trinta Pelos, China, Taranta, Tremuras, Zé Nabo, Perna Fina, Covelinhas, Rodas Baixas, Tono Doutor, Ciborro, Compressor, Facit, Sagui, Caga Azeite, Vinhateiro, Lampião, Bicórnio, Jali, Caga Fogo, Piolho, Piáli, Fonsemina, Matéria Prima, Arriosta, Maria Santíssima, Boga, Canário, Balão, Jericó, Esquiva-te, Peito d'Aço, Cú-de-Lã, Marcoleta, Presilha.

O humor tornava as rotinas mais suportáveis e estabelecia cumplicidades. As condições de trabalho foram melhorando ao longo do tempo, sobretudo pela influência da HIDOURO e de alguns engenheiros empenhados nessa tarefa. A especialização realizada na obra tornava-se uma mais-valia para a empresa, razão pela qual integrava os trabalhadores nos seus quadros facultando apoios à escolarização e à capacitação profissional. No tempo vivido pelo autor deste livro de memórias, todos tinham acesso à escola, embora também as escolas reproduzissem as diferenças de classe. O exame da 4^a classe era feito em Miranda do Douro, mas para prosseguir estudos era preciso ir para o liceu em Bragança. Esse era um dos obstáculos que os filhos dos trabalhadores encontravam para prosseguir os estudos.

Vicenzo e Ernesti eram os dois técnicos italianos da ETELLI: o primeiro era responsável pelas áreas de engenharia e mecânica e o segundo pela atividade do estaleiro. Contava-se que a filha do Ernesti tinha fugido com o seu motorista para o Estoril. Quando voltaram, e o rapaz propôs casamento, Ernesti respondeu que o salário do motorista nem dava para o tabaco da filha. A filha regressou a Itália.

O livro de memória evidencia os heróis sacrificados na obra. Os marteleiros são descritos de forma pungente: magros, de mala de cartão, vivendo sem quaisquer condições,

escavando a rocha, são as “toupeiras das barragens”. Trazem um fogareiro a petróleo e louça de alumínio. São os primeiros a chegar e os primeiros a partir. Os marteleiros, sempre homenageados em encontros e em registos escritos, são a ferida. Os que menos tiveram, os que mais se sacrificaram, os que são resgatados nas representações e nas narrativas. A memória apropria-se assim dos que ficaram esquecidos pelo tempo fora, chamando ao presente o segmento do trabalho mais duro e reclamando a dignidade.

Os relatos sobre a força do rio misturam-se com a beleza da água dominada pelas turbinas. O trabalhador cria o seu próprio sentimento nacional, o dos homens que fazem obra sem ruído e montam os postes de alta tensão que hão-de trazer às famílias o domínio dos rigores dos invernos. É esse o seu poder.

A comunidade constitui assim um território simbólico, onde o lugar na estrutura é definido pelos sentimentos de pertença e pelas mediações externas: do Estado, da natureza e dos seus lugares de origem. O trabalho é o *locus* de onde irradia o sentido de pertença. É neste sentido que o texto de Henrique Pinto representa uma recusa do esquecimento, assinalando esse território de disputa onde o grupo anónimo se converte em protagonista e ator. O resgate do passado e dos atores anónimos do progresso concretiza-se na escrita e é atualizado nos encontros e festas. De cada vez, a narrativa contempla diferenças de opinião em relação ao que realmente aconteceu. Se alguns episódios são aceites sem discussão, outros são objeto de repetida discussão: datas, pessoas, comportamentos. “Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder.” (LEGOFF, 1984:46). A modernidade da era tecnológica encontra aqui novas formas de protagonismo dos atores.

3.5.2. O lodo e as estrelas. Contradições.

“O Lodo e as Estrelas” (1958), publicado com o apoio da Companhia de Jesus, é o principal memorialístico da identidade barragista. Sobre o efeito que o livro terá tido junto da direção da empresa, das instâncias governamentais e na vida do capelão à época circulam ainda hoje opiniões que não convergem.

Começa por uma dedicatória a todos os trabalhadores que morreram de silicose, quer tenham vindo de minas ou tenham adoecido nos trabalhos das barragens. O relato, sob a forma de pequenas crónicas, é bastante cru, descrevendo a miséria vivida pelos trabalhadores mais pobres. A descrição da barragem, dos *jeeps* e das máquinas aparece

sempre em contraponto às fragas, ao frio e à neve da paisagem, ou às giestas e carrascos que sobrevivem à adversidade do clima.

Também aqui, à semelhança do livro anterior, os acontecimentos se ligam aos nomes das pessoas, sobretudo no que diz respeito aos trabalhadores que viajaram sós para a obra, ou aos que se deslocaram com as suas famílias.

As barracas que foram aparecendo em Picote tinham “ninhadas” (quatro ou mais filhos, vivendo em condições precárias) e nas casernas circulavam bandos, grupos de trabalhadores. É a eles que declara pertencer.

Relata que, por volta de 1955, a Conceição pagava 60 escudos de renda por um lugar que dias antes tinha sido ocupado por um porco. Ela deitava uma manta nas lajes, onde depois dormiam os filhos, cobertos com um xaile.



Figura 49 Abrigo de família, relatório de 1956, cedido pelo engenheiro Pereira dos Santos.

O Pedro e a mulher viviam numa barraca, na encosta. De tudo se via à porta: cascas de batatas, restos de lenha, cacos e excrementos dos filhos. Eram duas tarimbas: numa dormiam os pais com os filhos de colo, e noutra, mais quatro filhos. Havia famílias abrigadas nas fragas, sem outro telhado onde pernoitar. Também neste livro se dão os nomes a este exército anónimo. António, doente de silicose, não tinha dinheiro para ir morrer a casa. Ricardo, de Moncorvo, não tinha trabalho há 15 dias e vivia num pombal,

os filhos estavam a morrer de fome, na terra. Os homens choravam quando lhe contavam estas histórias, escreve, retorciam os bonés, tinham vergonha de pedir.

A Olímpia vinha do Alentejo e a sua casa estava sempre limpa, os filhos também. Gostaria de ter uma casa com sobrado, comentava, enquanto varria a casa com uma vassoura de giesta. O marido já tinha trabalhado em cinco barragens. Quem vinha das minas ganhava 18 escudos por dia. Estas crónicas acusam a hipocrisia de um cristianismo que permite estas condições de vida: o capelão da HIDOURO interroga o seu Cristo, num diálogo interior e direto. Mesmo quando os trabalhadores tinham direito a seguro e assistência, mesmo que o tribunal do trabalho lhes desse razão, o processo demorava tanto tempo que o trabalhador não sobrevivia.

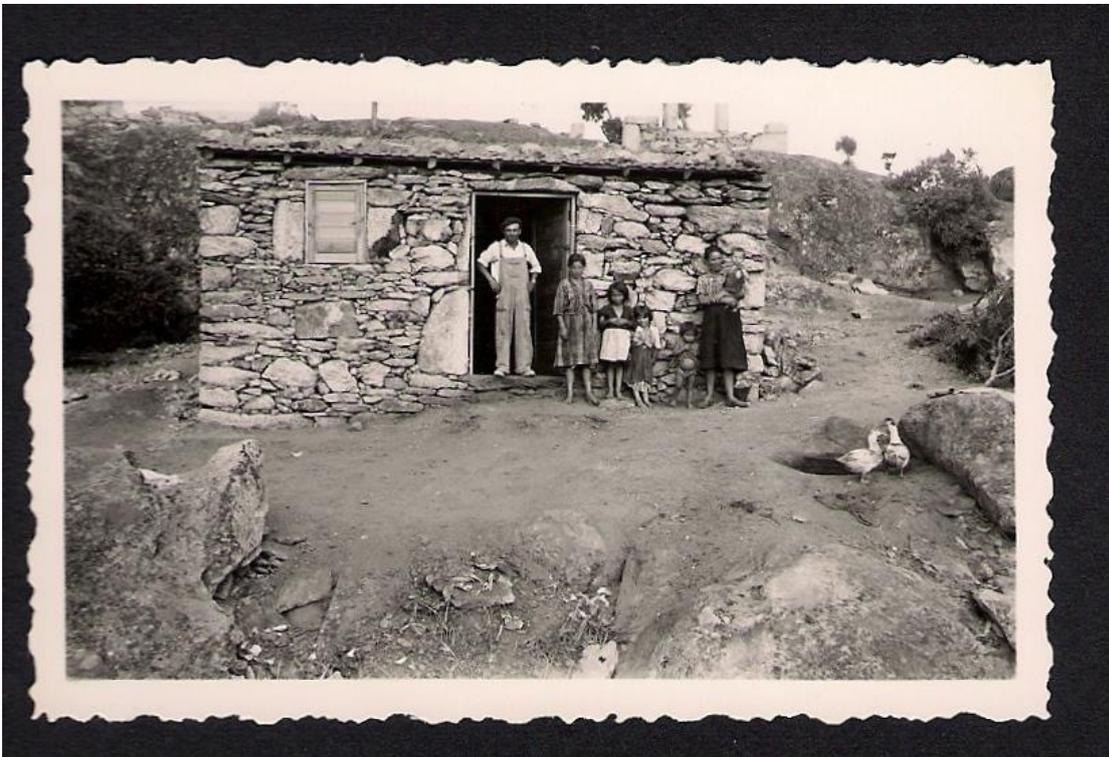


Figura 50 Abrigo de família, relatório de 1956, cedido pelo engenheiro Pereira dos Santos.

As missas eram primeiramente celebradas num barracão. Na mesa do altar, um operário tinha colocado “uma linda colcha azul”.

Onde havia oito pessoas a comer, seis filhos, pai e mãe, o salário era de 20 escudos. Nunca chegava, morria-se de fome e de frio.

Sobre as barracas voavam abutres. Diante da do Araújo, onde tinha ido levar fruta, escarros. E o precipício medonho, com dentes de granito, das arribas do Douro (FERRAZ, 1985:63). Ser plantão numa caserna significava ganhar 30 escudos para sustentar a

família. Com esse salário, não se podia comprar medicamentos. Quando os trabalhadores adoeciam pensavam em matar-se, enlouqueciam, choravam. Outras vezes consolavam a mulher e os filhos. Pediam esmola. Todo este horror lhe criava revolta, escrita nas questões que colocava no final da história. Na obra, nada mais do que os pulmões mirrados e doentes dos marteleiros. Se uma mãe se prostituía para dar de comer aos filhos, pediam-lhe que tirasse de lá as miúdas, que pequeninas também andavam por detrás das fragas, com os rapazes pequenos.

Nas tabernas, onde os operários iam “beber um copo” ao meio dia, ressequidos do calor e do pico (FERRAZ,1985:81) o balcão era sujo, as canecas manchadas, as garrafas sebentas. Emborrachavam-se à noite. Mas para o narrador não havia diferença entre as borracheiras da tasca e do salão: as tascas existiam para matar a solidão. O mal era portanto a miséria, a falta das famílias e da terra de origem.



Figura 51 Abrigo de família, relatório de 1956, cedido pelo engenheiro Pereira dos Santos.



Figura 52 Abrigo de família, relatório de 1956, cedido pelo engenheiro Pereira dos Santos.

Nas tascas também se jogava e se perdiam dias inteiros de salário. Muitas crianças andavam descalças no lodo, rotas e cheias de sarro. Dias de “faturinha” (FERRAZ,1985:83) eram os dias em que a FNAT deitava fora fardos de bacalhau a cheirar a petróleo. A assistência das suas missas cheirava a urina e a silicose, cheiro que reconhecia quando falava com os operários doentes. Morriam “anjinhos”, crianças pequenas que não sobreviviam à doença e à fome. No meio de tanta desgraça, o Zé Manel, que nunca tinha visto um prato, andava alegre. Comia num caçoulo, sentado no chão. Sujo, roto, não sabia rezar, falava mal, fazia coisas feias, dormia com uma irmã. Todos os dias apanhava duas sovas, da mãe e uma do pai. Quando podia roubava para comprar rebuçados, que trocava por botões que depois jogava. E era bom, um fenómeno. Quem via comer pão e uma isca de bacalhau e se sentava a uma mesa com toalha branca e vinho, sopa, bife e café, não podia comer o bife, escreveu. A narrativa nunca refere o que o narrador fazia para atender às dificuldades das famílias. Descreve as pessoas e situações e faz perguntas incómodas ao seu Cristo, que muitas vezes parece estar distraído. Percebe-se na leitura das crónicas a sombra da censura oficial, que não admitiria referências mais explícitas. Mesmo assim, a publicação do livro não foi bem vista. O padre Telmo sabia que o livro era incómodo, que tinha havido conversas sobre si e que o engenheiro Brás de Oliveira tinha respondido diretamente a Salazar que nada se faria ao padre da HIDOURO (Salazar tinha perguntado: – O que fazemos com o vosso padre?). Contou-me isto quando conversámos, porque lhe perguntei o que aconteceu quando publicou o livro. Referiu estes episódios sorrindo, como se esse fosse um assunto de pouca

importância. Verifiquei mais tarde, conversando com a maior parte dos entrevistados, que o episódio teve várias interpretações. Em alguns casos, pensava-se que ele tinha sido preso por causa do livro. Noutros, que tinha sido enviado para a barragem de Cambambe, em Angola, para não ser preso. O mistério que envolve ainda hoje o livro e as respetivas circunstâncias faz dele um ponto de ancoragem da memória coletiva.

A segunda edição, que acrescenta as crónicas do seu tempo de Cambambe, já no contexto da Fundação da Casa do Gaiato, de Malange, reproduz as mesmas assimetrias sociais, a miséria e a injustiça que havia reportado em Picote. Da mesma forma, interpela o seu Cristo sobre o porquê de o cristianismo ser melhor compreendido por certos materialistas do que pelos católicos.



Figura 53 Abrigo de família, relatório de 1956, cedido pelo engenheiro Pereira dos Santos.



Figura 54 Abrigo de família, relatório de 1956, cedido pelo engenheiro Pereira dos Santos.

Em agosto de 2013, os barragistas organizaram-lhe uma homenagem em Bruçó, sua terra natal. Fui avisada por Henrique Pinto. Desloquei-me a esta aldeia, próxima de Mogadouro. Em agosto, muitos emigrantes voltam a Portugal para participar nas festas das aldeias em que nasceram.

De Mogadouro a Bruçó percorre-se a EN221 em cerca de meia hora, na direção do rio Douro. É a paisagem característica do planalto mirandês. As encostas escarpadas são pontuadas por olivais, em socalcos. E vinha. Continuo a inteirar-me sobre a localidade pela página web.⁴² O centeio era semeado no Outono, colhido entre maio e junho e seguia-se um período de pousio de um ano, até ao Outono seguinte. O pão, feito a partir da farinha de centeio era cozido em forno comunitário. O grão era moído num engenho de água, também de gestão coletiva. Bruçó fazia parte do caminho de Santiago, razão pela qual a igreja tem talha dourada. Era nesta igreja que o bispo de Bragança ia celebrar a missa em homenagem ao padre Telmo. O lagar de azeite, também de uso comunitário, foi desativado nos anos 1980, como consta da página web que consultei na ocasião. A vida comunitária de Bruçó foi-se perdendo no tempo, restando ainda alguns usos esporádicos, como o do forno, para cozer o pão no Natal. Realiza-se ainda a festa do Velho, no Natal, ocasião em que se acende uma grande fogueira no centro da aldeia. O velho e o mordomo

⁴² <http://www.bragancanet.pt/bruco/> página pela ultima vez acedida em 31julh2014.

fazem um peditório que depois é leiloado no adro da igreja, à semelhança do que se faz também noutras aldeias desta região. O forno, o moinho e o lagar fazem parte do património da aldeia, e encontram-se em três rotas de memória propostas para o turismo: a do pão, a do azeite e a da castanha, que percorrem as redondezas da aldeia em cerca de 11 km. A sua desativação e patrimonialização foram ocorrendo a partir dos anos 60.⁴³ No centro da aldeia exibe-se, junto ao fontanário, um carro de bois, comprovativo desse processo de patrimonialização.



Figura 55 Centro de Bruçó no dia da homenagem. Fotografia da autora.

A homenagem ao padre Telmo estava marcada para as 17 horas, com uma missa rezada pelo bispo de Bragança. Às três horas da tarde já se encontravam muitos automóveis estacionados na aldeia.

No café, ao lado da junta de freguesia que anunciava o evento, uma família de emigrantes perguntou do que se tratava, pois não conhecia o homenageado. Os seus filhos e netos, ocupados, cada um com seu portátil, permaneceram muito tempo sentados na esplanada. A junta de freguesia colocou altifalantes em pontos estratégicos da aldeia, para que todos

⁴³<http://51-henrique.blogspot.pt/2012/03/aldeia-de-bruco.html>, página acedida em 6out2013.

pudessem participar na missa. No largo central, perto desse café, tinha estacionado a carrinha da Casa do Gaiato de Paços de Sousa, junto do fontanário. Já não se usam carros de bois em Bruçó, mas antes carros de alta cilindrada e *jeeps*. Pela pronúncia, muitas pessoas pareciam vir de França.

Começou a missa com a igreja atulhada de gente. Primeiro projetou-se um documentário sobre a vida do homenageado, realizado por estudantes da Universidade Católica. Seguiu-se uma sessão de autógrafos de dois livros seus e de um outro com testemunhos de amigos e conhecidos. No exterior preparava-se o convívio.

Nas ilustrações seguintes podemos ver os organizadores da homenagem, e rapazes da Casa do Gaiato de Paços de Sousa, cantando e tocando músicas com versos alusivos ao evento. Os rapazes da Casa do Gaiato tinham preparado uma canção, mas a maior parte das pessoas queria abraçá-lo, conversar com ele, pedir um autógrafo do seu livro. Por esse motivo chegou atrasado ao convívio.



Figura 56 Edifício da Junta de Freguesia.

A homenagem terminou já de noite. O padre Telmo regressou com os rapazes da Casa do Gaiato a Paços de Sousa. Regressaria a Malange em Outubro.



Figura 57 Rapazes da casa do Gaiato ensaiam músicas para o padre Telmo. Fotografia da autora.

Conhecido entre os barragistas por “Santo dos pobres”, todos queriam recordar-lhe como e quando os ajudou, o que entretanto sucedera aos filhos e aos netos. O bispo de Bragança exaltou a sua missão humanitária. A todos ouviu atentamente, de todos se lembrava. Porém, a homenagem era-lhe estranha. Não se ocupou muito das retóricas: os terrenos que percorreu (a barragem de Picote e



Figura 58 padre Telmo assistindo à música que lhe foi dedicada. Fotografia da autora, 2013.

depois a de Cambambe), não se compadeciam com palavras, exigiam ações concretas.

As pessoas que se reuniram nesta homenagem sentiam que a sua vida, ligada às barragens, foi reconhecida por ele. Através das crónicas, deu voz a essa multidão que se juntou em Picote, Na Caniçada, na Bouçã, para fazer obra. A homenagem foi por isso muito pontuada por histórias que cada um quis contar: - Sabe quem eu sou? Foi daquela vez.... Todos têm alguma coisa a contar: uma



Figura 59 Festa convívio. Fotografia da autora.

manta emprestada, leite para os filhos. A festa é ocasião de lembrança e de culto.

3.5.3. Farândola do solstício. Lembrar, esquecer.

Segundo o autor, Jorge Castro,⁴⁴ um barragista que viveu a sua infância em Miranda do Douro, o título deste livro evoca as festas do planalto mirandês. Recuariam a uma época pagã, que o catolicismo entretanto adaptou: realizam-se pelo solstício de Inverno e evocam figuras rituais: o Carochó, a Velha de Constantim, o Velho de Vale de Porco, entre outros. Registam-se memórias de infância por terras de Miranda, situando-se sobretudo na barragem de Miranda do Douro. Também aqui encontramos elementos comuns às narrativas já analisadas. O autor revive recordações de infância: as pessoas, as coisas, os bichos, os lugares. As coisas são identificadas nos contextos do uso que lhes dava enquanto criança e jovem rapaz. As memórias percorrem os objetos descrevendo o seu dia-a-dia com outras crianças do estaleiro. Os paus, as pedras, as esferas, o arco, o pião, as físgas. O sucesso que tinha uma bicicleta. Alguns brinquedos eram feitos às escondidas, nas oficinas do estaleiro. O arco feito de ferro limado, guiado por uma gancheta de arame de estendal de roupa fazia correr os rapazes por aquelas ladeiras abaixo, por vezes terminando em grande trambolhão, outras vezes resvalando para o lado onde estavam as raparigas. As esferas de rolamentos subtraídas aos *Euclid* da obra, eram disputadíssimas e motivo para fazer o percurso da escola até casa, que em regra demorava cerca de 20 minutos, demorar duas ou três horas: em grupos, os rapazes mediam o caminho a lançamento de esferas. Recolhiam-nas também das máquinas, quando iam para reparação, junto dos desperdícios, onde também se conseguiam os rolamentos para os carrinhos. Com as físgas, feitas de pau, restos de pneu e couro pedido ao sapateiro, raramente se matavam pássaros. O alvo preferido da garotada eram os postes de eletricidade. Além dos brinquedos feitos a partir de desperdícios da obra, havia os bichos. Mais ou menos simpáticos, mais ou menos ameaçadores, ou alvo de patifarias infantis: tirar o grilo de uma toca com uma palhinha seca, laçar pacíficos lagartos verdes, puxar o rabo à lagartixa. Imaginar os lobos, que eram difíceis de ver. Temer os abutres e o seu voo largo, espiralado, longínquo. Fazer armadilhas para as fulecras e para as lavandiscas, para as levar para gaiolas, ou fritar como petisco. Duas dúzias de pardalitos apanhados com armadilhas ou pressão de ar, atadas à cintura, que faziam a dor de cabeça das mães.

⁴⁴ Assisti ao lançamento deste livro no Museu da Eletricidade, em 2008.

Em linha: <https://dionisioleitaoweb.wordpress.com/2008/06/03/farandola-do-solsticio-novo-livro-do-jorge-castro/> página pela última vez acedida em 1 mar.2015.

Das pescarias dos rapazes, poucos resultados se viam. Em regra, os poucos que se apanhavam à linha iam para o lago de casa, ou morriam no transporte.

As memórias de Jorge Castro diferem das de Henrique Pinto, dado o lugar que um e outro ocupavam no estaleiro. Jorge Castro podia frequentar a piscina, privilégio que decorria da profissão do pai, mas Henrique Pinto não: um serralheiro não podia lá entrar.

Os lugares do pessoal dirigente e dos quadros e técnicos eram território sagrado, não se lhes podia chegar, como várias vezes ouvi.

A condição dos trabalhadores das barragens convive nesta narrativa com as coisas e os lugares. Criança da obra andava na rua, ia à escola, tinha a mãe em casa cuidando dos esfolões de joelhos, das mil aventuras que ocupavam os dias e as rotinas. Ou trabalhava, primeiro ilegalmente, depois no empreiteiro, ou na HIDOURO, quando atingia a idade mínima.

Se a memória de uns recorda folguedos e partidas, a de outros recorda a fome e a miséria. A memória é assim uma escolha que legitima um presente. As privações e as duras condições de trabalho são descritas no meio dessas rotinas. O padre Telmo, os pobres, o livro. Juntavam-se os sacos de cimento vazios, que eram empilhados e a ele entregues, para que este os destinasse à cobertura dos casebres. Relata-se ainda como os trabalhadores que comiam refeições que não correspondiam à sua condição eram levados pela GNR e castigados, sujeitando-os a um duche frio. As feiras de gado de Miranda davam ensejo a histórias e peripécias, como a do burro comprado por rapazes por 25 tostões⁴⁵ a um cigano. Depois de tentarem montar o burro, deixaram-no preso a uma argola na parede do castelo. No dia seguinte o bicho desaparecera, talvez pela mão do cigano, que pela calada da noite o recuperou.

Bichos, objetos, paisagens, pessoas. A narrativa legitima a infância e o passado pela relação entre os locais e as emoções, nos assuntos domésticos. A identidade barragista é construída nessa confluência de costumes e nas diferenças de classe determinadas pelo trabalho.

A construção de uma barragem, neste caso, aquela em que o autor passou a sua infância – a de Miranda do Douro – era uma obra humana para dominar a natureza: o rio Douro, fera que era preciso domar, força da natureza, selvagem, bravo, era dominado em ação coletiva. Uma luta contra o tempo, contra as fragas, contra o rio (CASTRO, 2008:196). Oprimido pelos paredões de cimento, como refere o autor, o rio galgou-as mais do que

⁴⁵ A quantia corresponde a 2,50 escudos ou 2\$50.

uma vez, matando gente, impotente perante a determinação dos homens que transformaram essa força em energia elétrica.

O hospital de Miranda terá sido começado a construir em 1956. Em 1958, estava concluído. Serviu para atender às necessidades das três barragens (Picote, Miranda e Bemposta). Até aí, os casos mais graves de doença ou acidente só podiam ser tratados no Porto, que ficava a um dia de carro. Foi a chegada de cada vez mais trabalhadores indiferenciados que criou a necessidade de reformar o hospital de Miranda, dotando-o das condições imprescindíveis para assistir o pessoal operário. Foi, aliás, o médico Costa Leite que pela primeira vez usou o termo barragista, que depois se generalizou. Eram os trabalhadores indiferenciados nómadas, que se deslocavam para as obras com as suas famílias, e que se alojavam em qualquer lugar, em condições precárias.⁴⁶ O termo barragista generalizou-se depois a todos os que participaram na obra, sendo hoje parte do património cultural do grupo que com esta designação se identifica. Tornou-se um termo transversal às classes sociais.

O reconhecimento sanitário desta primeira população barragista evidenciava as doenças próprias das condições de vida: uma alta taxa de tuberculose pulmonar e de doenças infetocontagiosas nas crianças, acompanhada de uma elevada mortalidade infantil no primeiro ano de vida; uma elevada sinistralidade no trabalho; silicose.

Naquele tempo, as gentes colhiam e depois picavam giestas e tomilho para atapetar as ruas cheias de lama, para melhorar a circulação. (CASTRO, 2008:173). A giesta, fotografada na beira de estrada e os seus usos: fazer uma vassoura, atapetar as ruas lamacentas, esconder as aventuras amorosas. A sua resistência e adaptabilidade ao clima inóspito poderia ser um símbolo da identidade barragista.

Inventavam-se ferramentas para resolver problemas práticos. O saber-fazer antecedia o diagnóstico das necessidades decorrentes do descasque: antes mesmo de usar uma nova ferramenta a mando dos responsáveis, alguns operários inventavam soluções de proteção. Por esse motivo, muitas vezes tinha de se adaptar o material ao seu uso. Por exemplo, as perfuradoras do granito, que alguns operários aumentavam, para poder fazer a perfuração de forma menos perigosa. Perfurar a rocha trazia perigos: um pedaço maior podia soltar-

⁴⁶“Eram, como então se começou a chamar-lhes, os barragistas em mais uma das suas habituais migrações, em busca de trabalho, que ocorriam ao ritmo do lançamento de novas obras.” Citado pelo autor (CASTRO, 2008). *In* Costa Leite, 1993: Ação Pioneira da Hidroelétrica do Douro na Assistência e Prevenção Médica nos Estaleiros (CASTRO, 2008:239).

se, resvalar. Faziam-se então extensões da perfuradora, para poder perfurar de lado, de modo a proteger de alguma queda imprevista.

Podia começar-se a trabalhar muito cedo, por vezes antes dos 14 anos, embora esta não tenha sido a situação do autor. Ele conta a sua infância no meio das pessoas, dos bichos e do rio, numa rememoração que também identifica os símbolos mais importantes do grupo a que afirma pertencer. Nesta ou noutra obra as rotinas não eram muito diferentes. As pessoas que nelas trabalhavam eram as mesmas, as lógicas de sociabilidades idênticas e segmentadas.

Lembrar é um processo de construir a identidade barragista: a obra, o rio, os heróis sacrificados (os marteleiros), são a lembrança comum e transversal ao lugar ocupado na construção da barragem.

As memórias de infância são também decorrentes dessa divisão. Se um filho de um operário evidencia o cabo de aço da ponte pênsil, é porque quer lembrar a ausência do pai, ou o seu próprio trajeto de vida, começando a trabalhar cedo, como serralheiro. Os medos, construídos nessa adversidade (doença, miséria, morte) são descritos como a dificuldade necessária à causa pública, lembrando desta forma os heróis anónimos das grandes construções. Mas a memória de infância pode também evocar a diversidade de hábitos e de linguagens, a paisagem e os grupos de pertença.

Se a seleção narrativa decorre desta divisão, dando origem a diferentes perspetivas da obra e do seu contexto social e natural, aquilo que se patrimonializa identifica o grupo e as relações de pertença. Desta forma, existe um calão, um conjunto de histórias e um registo comum aos diferentes segmentos. Nas festas (por ocasião do lançamento de um livro, ou de um convívio para homenagear alguém), evocam-se acontecimentos que todos lembram, pessoas que tiveram lugar de destaque no combate a essa miséria e a essas condições de trabalho. A criação de bairros para os trabalhadores e a assistência médica são sempre referidos como elementos de grande valor.

Trabalhadores e engenheiros viviam na mesma obra, embora em mundos diferentes. Desta forma, o pessoal dirigente que é chamado a cada evocação é aquele que fez alguma coisa pelos mais pobres. Alguns engenheiros, médicos e dirigentes são homenageados pelo serviço humanitário que prestaram.

Jacques Le Goff exorta os antropólogos, bem como os historiadores, jornalistas e sociólogos, em suma, os profissionais da memória, a fazer da democratização da memória social um dos imperativos da sua objetividade científica. Neste sentido, a recuperação das narrativas dos atores envolvidos na construção de grandes obras em Portugal nos anos

1950 e 60 mostra um desses processos de democratização, onde a construção de grandes empreendimentos públicos se torna território de confronto simbólico.

A técnica surge como instância de mediação no discurso identitário e é transversal às classes sociais. O impacto da técnica, na perspectiva da ligação entre os símbolos tecnológicos e o comportamento das grandes cidades e das multidões anónimas, ilustra a recorrência desta ligação. As referências a esse imaginário de máquinas que rugem e falam, o sentimento de sublimidade e a participação coletiva, são elementos que se podem identificar no trabalho etnográfico realizado.

3.6. Leituras da paisagem: Edgar Martins e Pedro Cabrita Reis

Em 2011, a EDP, prossequindo a sua política de expansão da hidroeletricidade exibiu, no Museu da Eletricidade uma exposição do fotógrafo Edgar Martins,⁴⁷ “O lugar das máquinas” foi apresentado por João Pinharanda, como artificialidade assumida, que conduz o objeto fotografado a uma dimensão de irrealidade e fantasmagoria.

O levantamento realizado nestes equipamentos da EDP recupera um passado de exaltante inovação tecnológica e crença otimista no futuro, regista espaços e objetos que caracterizam um tempo suspenso, o do Moderno: máquinas e salas que, ao mesmo tempo, nos colocam em verdadeiros cenários de ficção-científica e num inevitável campo de melancolia. Porque, o futuro ali anunciado já aconteceu; e hoje, sabemos-lo, nada se passou como a narrativa ideológica do Moderno nos quis fazer crer que tudo se iria passar.”⁴⁸

Para o comissário desta exposição, a beleza e melancolia das máquinas fotografadas assenta num fundo de sonho tecnológico cuja inocência se perdeu face às injustiças sociais e à destruição da natureza que se seguiu. A era tecnológica, inocente e utópica nos anos 1950, isolada no seu contorno estético, torna-se elemento essencial da luta ideológica em torno dos recursos e do conflito de interesses dos grupos sociais intervenientes.

⁴⁷Edgar Martins nasceu em Évora, em 1977, cresceu em Macau e formou-se em Belas-Artes e Fotografia em Inglaterra, em 1996.

⁴⁸PINHARANDA, João, Catálogo da exposição “O lugar das máquinas”, de Edgar Martins, que teve lugar no Museu da Eletricidade de 14 de outubro a 11 de dezembro de 2011.

Quando Edgar Martins fotografa os espaços onde se inserem as máquinas, desequilibra o seu isolamento: contextualiza-as, retira-lhes protagonismo e volume, diluiu-as em conjuntos mais vastos, prescinde mesmo delas na vertigem de certas “paisagens interiores”: termo que se justifica pelo olhar panorâmico com que constrói amplos espaços a partir de espaços que são duplamente fechados (interior de salas no interior da terra) antes de serem, também, subjetivamente interiores – quando paira sobre eles um manto de delicada melancolia.⁴⁹

Este desamparo das máquinas fotografadas é também uma solidão e um retorno a uma subjetividade. O facto de só na última fotografia aparecer a água, força motriz e matricial das máquinas, é lido como escolha propositada do artista, que assim nos reenvia para uma tensão entre a interioridade/subjetividade e a exterioridade.

O artista discorda do comissário. Para ele, o texto de João Pinharanda, por se situar num registo estético, perde a dimensão histórica e social que o autor quer ver representada.⁵⁰

São as narrativas que podem ser criadas tendo em conta esta temporalidade alargada, ou uma quase intemporalidade. É um projeto que se situa no presente, mas que faz referência ao passado. Queria que as pessoas experienciassem esta noção plástica do tempo. Queria que se abstraíssem do presente e que, através destas imagens, conseguissem imaginar-se no passado a olhar para o futuro. É um pouco daqui que vem o tema *The Time Machine* que dá título à exposição e ao livro.⁵¹

Edgar Martins coloca aqui uma questão importante, ao reivindicar para o terreno do histórico e social, o que João Pinharanda coloca no terreno estético. Para o artista, esta estetização esvazia o conteúdo social que quis colocar nas suas fotografias.

A escolha sobre a dimensão do tempo é a escolha sobre o modo de legitimar as representações do presente:

⁴⁹PINHARANDA, João, Idem.

⁵⁰“Mas isso é terrível porque significa que quase não tem conteúdo, que acaba por ser apenas forma sobre conteúdo, despido.”, in *Público*, 17.10.2011, Entrevista a Edgar Martins “Fotografias para nos vermos “no passado a olhar para o futuro”. Por Sérgio B. Gomes. Ver também: <http://fundacaoedp.pt/exposicoes/the-time-machine-edgar-martins/40> , página pela última vez acedida em 15 mar.2015.

⁵¹Idem.

O mundo do inteligível, definido em termos de experiência temporal, é um corpo organizado de expectativas baseada na recordação (CONNERTON, 1993:5).

De forma consciente ou não, Edgar Martins separa o sentido estético da conotação ideológica, que quer ver representada.

Em 28 de fevereiro de 2012, Eduardo Souto Moura apresentou o projeto para o edifício do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua. Envolvida em acesa polémica e desencadeando movimentos de contestação, a EDP investiu numa imagem culturalmente estruturada, cuja moldura ideológica, passou nos *media* pela defesa dos valores de desenvolvimento sustentável e de natureza ambiental. A arte foi aqui chamada para cumprir este desígnio. Aos artistas foi dada a liberdade de usarem os meios que entendessem. A arte ligou-se às políticas energéticas na defesa da construção de barragens.⁵²

O discurso dos anos 1950, que apresenta a técnica como fator de progresso encontra a sua primeira rutura importante nos anos 1990. A partir daí, será o discurso ecológico, ambiental e culturalmente sustentado, a integrar a argumentação das escolhas políticas relacionadas com os recursos.



Figura 60 Barragem de Bemposta, 2014. Fotografia da autora.

A intervenção de Pedro Cabrita Reis na barragem de Bemposta fazia parte desta estratégia enraizada no novo conceito de património cultural, que a EDP protagonizava.⁵³

⁵²“Souto Moura em Foz Tua, Calapez e Cabrita Reis em Picote e Bemposta”, <http://www.a-nossa-energia.edp.pt/noticias/artigo.php?id=90>, em 24 abr. 2012.

⁵³ <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/article1069763.ece> em 02 abr. 2012.

Novos atores se configuraram então, perante esta intervenção: cidadãos anónimos ou habitantes das proximidades discutiram a obra de arte. O espírito português foi assim caracterizado, de acordo com as representações ideológicas implícitas, como um espírito “saloio, cinzento, incapaz de aceitar o novo, preso a preconceitos de toda a ordem”. A nação mostrava-se “incapaz de olhar o futuro sem medo”, incapaz de aceitar a “novidade”.

“Saloio” tanto pode designar o amarelo da intervenção de Pedro Cabrita Reis – porque o amarelo destoa da paisagem e é feio, agressivo – quanto a incapacidade de aceitar a novidade – o cinzentismo português, incapaz de aceitar uma intervenção estética daquela natureza.

Os defensores das intervenções no espaço público, argumentaram que essa intervenção deve ser precedida de um debate e consulta públicos. Alguns títulos, como “EDP e a Escravatura Amarela”⁵⁴, moldaram discursos radicais usando as palavras crime e destruição para condenar a obra.

A reação da população local a esta intervenção de Pedro Cabrita Reis foi variada: o tom amarelo chocava a generalidade dos entrevistados, que oscilava entre uma viva condenação da cor e uma defesa do cinzento como menos chocante na paisagem protegida. O seu sentimento de estranheza reenviou para os técnicos a decisão sobre esta intervenção.⁵⁵

Escolheram-se dois comentários a esta notícia:

João, Lisboa. 28.02.2012 23:35

Eu cá gosto muito do modo como o amarelo está a cobrir parcialmente o betão, fazendo com que a mancha amarela quebre a massa monolítica da estrutura, que já em si tem uma grande beleza, na minha opinião. A dicotomia homem-natureza é o grande problema nas argumentações ditas ambientalistas. O homem é parte da natureza, e estas discussões mostram sempre o lado ideológico daqueles que deveriam ter um discurso científico sério, aberto e descomplexado. Não há nenhum perito em conservação da paisagem e da natureza que possa construir argumentos sólidos contra esta obra do Pedro Cabrita Reis. Ou se tem um raciocínio sério sobre aquilo que aqui importa, que é a questão da imagem, ou então não vale a pena.... Mas claro que a minha opinião é apenas baseada nesta foto.⁵⁶

Anónimo, Bemposta. 28.02.2012 20:03

⁵⁴ http://www.linhadotua.net/3w/index.php?option=com_content&task=view&id=758&Itemid=37 em 02 abr. 2012.

⁵⁵ <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/article1069763.ece> em 02 abr. 2012.

⁵⁶ <http://m.publico.pt/Comments/Index/1535507/1>, em 21 jan.2013.

Não está no contexto do parque natural.

Se os senhores do Parque Natural pegam por qualquer coisa, por mto mesquinha que seja será que na altura andavam com morrinha nos olhos para não ver tal aberração, então não viram o impacto negativo quer a nível natural como a nível da fauna, ou será que agora terá que se fazer uma caçada aos pássaros para os pintar da mesma cor, só assim é que a obra de arte ficaria completa talvez mais parecida com 3D, o mesmo fazê-lo aos peixes para se verem melhor nas águas verdes do rio e esta hemmmm. Que tal este Sr. artista plástico vá falar com o Sr. Eng. Filipe Menezes e lhe propõe pintar com a mesma cor o lado de Gaia junto da ponte D. Luís até ao quartel pois tem ai mto betão para dar largas à imaginação.”⁵⁷

João de Lisboa e o leitor anónimo de Bemposta representaram duas maneiras distintas de interpretar a arte e a obra. No primeiro caso, a obra de arte vale por si, e a intervenção estética valoriza um contexto de grande beleza, que não põe em causa os equilíbrios de natureza ambiental. Para ele, a incapacidade de aceitar esta intervenção é o sinal de um espírito complexado, que se opõe à seriedade de que se deve revestir um debate desta natureza. Curioso é que neste, como em muitos outros comentários, se diga sempre que não se sendo especialista, e apenas emitindo uma opinião, se está a ser “sério”, contra o “outro”, que aqui representa toda essa estupidez, mediocridade e estreiteza de vistas.

Pergunta-se: como seria a narrativa de João, se o seu território (o seu bairro, a rua onde mora) fosse de repente invadido por esta cor?

O leitor anónimo de Bemposta não cuida da sua expressão escrita. As abreviaturas e reticências são expressivas de uma revolta contra os senhores da cidade que vão pintar longe dos seus centros de decisão. A aberração do amarelo não lhe retira o humor, ao sugerir que se pintem os peixes e os pássaros da mesma cor.

Pergunta-se: o que acharia este leitor anónimo de Bemposta, de uma intervenção estética desta natureza, numa barragem espanhola? Condená-la-ia do mesmo modo? Ao nível



Figura 61 Em linha: <http://51-henrique.blogspot.pt/2012/02/mogadouro-utilizadores-do-facebook-dao.html> em 21 mar.2015.

⁵⁷ <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/article1069763.ece> em 02abr.2012. Corrigidos alguns erros ortográficos. Em 21 jan. 2013 : <http://m.publico.pt/Comments/Index/1535507/1>

local também encontramos comentários variados, como este, em “O Mensageiro de Bragança” em que o amarelo é pintado de vermelho, numa alusão ao recente negócio com a China⁵⁸.

Pedro Cabrita Reis e Edgar Martins representaram dois discursos diferentes perante a obra. Para Pedro Cabrita Reis, a barragem pintada de amarelo foi uma homenagem às máquinas que fizeram a obra, aos seus trabalhadores. A paisagem, assim reconfigurada politicamente inseriu essa marca simbólica no território da obra, com o apoio financeiro e logístico da EDP.

Edgar Martins fotografou o silêncio e abandono das máquinas, evidenciando um sonho de industrialização não cumprido e uma vanguarda transformada em passado. Ao fotografar um parafuso ou uma ferramenta, remeteu para a expressividade dos objetos nesse abandono.

Assinalado o terreno de disputa, a memória não se separa das dinâmicas sociais envolventes e dos interesses estratégicos.

A EDP não financiou nenhum dos livros produtores de memória e geradores da identidade barragista anteriormente discutidos. Como afirmou Henrique Pinto, estes barragistas são, eles também:

– Pedras que falam, ...

Estão colocadas num passado que se quer esquecer e que a sua escrita pretende recordar.

⁵⁸<http://www.mensageironoticias.pt/noticia/3806> página acedida em 06 abr. 2012. Posteriormente a página deixou de estar acessível, podendo aceder-se a esta imagem em: <http://51-henrique.blogspot.pt/2012/02/mogadouro-utilizadores-do-facebook-dao.html> página acedida em 21 mar.2015.

Capítulo 4. Barrocal do Douro: etnografia de um bairro.



Figura 62 Bairro dos engenheiros, Barrocal do Douro 2013, fotografia da autora.

Pero el tiempo no pasa de igual forma para los que se quedaron que para los que se fueron. El tiempo tiene un ritmo distinto para los jóvenes e para los viejos y, a la entrada de La Mata, en la primera casa, tía Lina sigue sentada como si por ella no pasara el tiempo.

Julio Llamazares, El río del olvido, p.90.

Quem chega ao Barrocal do Douro, será orientado pelos habitantes para a pousada e para o bairro dos engenheiros. Não é preciso procurar muito para descortinar, no meio da vegetação e das rochas de granito, uma volumetria arrojada, expressão da arquitetura que presidiu àquele planeamento.

Ali o tempo passou. Pode adivinhar-se o que terá sido o bairro pela estrutura das casas e pela sua localização. Uma delas está aberta, a convidar o curioso a visitar aquele passado. Lá dentro, quase nada. O que resta, não podia ser levado – até as gavetas dos roupeiros dos quartos desapareceram, bem como as portas, os puxadores.

– Levaram tudo – contou-me a Guida.

Depois os engenheiros foram-se embora, aqui há muita malandragem também. Arrombaram as portas, os fogões de sala, tinham aqueles gradeamentos, bonitos, à antiga, não ficou com um! Nenhuma casa tem aqueles gradeamentos, porque eles roubaram tudo! Gente da aldeia. Gente que já sabia os meios para entrar e para não entrar, arrombaram janelas, pintaram para aí a maleita... levaram tudo a eito, tudo a eito, e na pousada também já estavam a

começar a ir lá dentro. Até depois agora resolveram pôr uns gradeamentos, e agora fizeram aquelas obras, ...⁵⁹

A casa, no entanto, irradia uma presença. Esventrada, exhibe ainda a lareira de sala em granito, as varandas sobre as fragas. A cor branca iluminada pelo fim de tarde vai acolhendo os tons dourados da paisagem, e as heras vão invadindo as janelas, partindo os vidros, entrando pela casa.



Figura 63 Janela de uma casa fotografada em agosto de 2013, interior de uma sala.

Sei que aquela casa tem um passado de entusiasmo e fantasia, de rigor e inspiração, e por isso observo a melancolia do espaço, partilhado com as rochas e os zimbros. Visito o bairro para ver o Moderno Escondido.

Naquele tempo, aquelas casas eram intocáveis, tinham-me dito João, Lázaro, Justiniano. Estavam longe das casernas, do bairro verde, da feira. Ali viviam os engenheiros responsáveis pela obra e os médicos. Eram casas para famílias, com grandes áreas e um

⁵⁹Entrevista gravada no adro da capela de Picote, Margarida Vale, Guida do Neca, Barrocal do Douro, 27 de julho de 2010, 54'35''.

jardim, cuidado por um jardineiro da HIDOURO, que também fazia as compras domésticas, segundo também me relataram. Quando precisavam de sair, as mulheres dos engenheiros eram transportadas por motoristas da empresa. Os seus filhos estudavam em escolas separadas dos outros meninos do bairro. Por vezes, os jovens trabalhadores indiferenciados iam espreitar a piscina, onde não podiam entrar. Era preciso uma autorização. Orlando contou que, depois do 25 de abril de 1974, foi decidido que a piscina seria aberta a todos os trabalhadores e um deles levou o seu filho à piscina, que se encontrava vazia. Os engenheiros não queriam misturas.

No início, dado ser um local despovoado, construíram-se as casernas, cada uma para 200 homens. Dormia-se em beliches e a caserna servia frequentemente de abrigo durante o inverno. Havia quem fugisse das casas feitas nas fragas, para pedir a Lázaro pernoita, para aquecer. Muitas vezes Lázaro deixava, embora não fosse permitido. Mas que havia ele de fazer? Além das casernas, havia os pavilhões, com quartos.

A chegada da mão-de-obra aumentou a partir de 1954. Ficava-se em qualquer lugar: um palheiro, um pombal. Este problema do alojamento criou o contexto de construção do bairro do Barrocal: primeiro as casas de madeira, depois as definitivas que foram habitadas em 1958. Após a inauguração da barragem, os trabalhadores migraram para outras obras, e o Barrocal foi diminuindo gradualmente a sua população; agora ficavam os dos serviços de exploração. Nos anos 60, segundo o cálculo que me fez Justiniano, não eram mais de 600 pessoas.

O bairro e a sua construção responderam a uma necessidade já diagnosticada anteriormente e a uma decisão política da HIDOURO. Mas aqui confluíram também os jovens protagonistas deste projeto, engenheiros e arquitetos, unidos no desafio de construir a “cidade ideal”. O engenheiro visionário protagonizava, em conjunto com o arquiteto, conseguir uma articulação entre o moderno e o tecnológico. A hierarquia instalada no seio da empresa foi reproduzida na estrutura do bairro e das habitações.

– Para quem nunca teve nada, – comentava-me o engenheiro Pereira dos Santos – aquilo era o paraíso.

Casa com aquecimento, salário, subsídios para a escolaridade dos filhos, possibilidade de



Figura 64 A pousada, 2014, fotografia da autora.

progredir dentro da empresa, segurança. À volta do bairro, a miséria crescia, na razão inversa dos sonhos de modernidade dos arquitetos.

Agora ninguém quer aquelas casas. A pousada foi recuperada e está apenas disponível para uso dos quadros dirigentes da EDP.

Quando foram vendidas as casas definitivas, a EDP fez um loteamento em que não incluiu as dos engenheiros. Os que tinham permanecido no bairro compraram casa, bem como alguns dos seus filhos. Foi o caso do filho de Justiniano, que adquiriu uma e trabalha na barragem de Picote. As outras casas foram ficando, sem destino certo. Conta a Guida que a vandalização ocorreu por gente das proximidades, que sabia como entrar, e foi levando tudo. E tudo se foi deixando levar, sem impedimentos.



Figura 65 Casas do pessoal dirigente, pormenor. Fotografia da autora.

Em 2010, realizou-se um documentário sobre o Barrocal do Douro, conforme já referi, disponível na página *Memoria-media E-museu do património imaterial*.⁶⁰ Apresenta uma visão geral do bairro, no relato das pessoas que ainda aí vivem e fizeram parte da sua construção. É apoiado pela associação FRAUGA – Associação para o desenvolvimento integrado de Picote, e por TerraMater, Ecomuseu de las tierras de Miranda. O vídeo é da autoria de José Barbieri: filma alguns moradores e mostra as várias zonas, onde o Lázaro, o Justiniano e a Guida contam as suas histórias do tempo do início da construção, e da organização das rotinas do Moderno Escondido.

É a Guida que abre a capela para a visita, explicando que as esculturas foram visitadas recentemente pelo filho do escultor Barata Feyo, que fotografou as obras realizadas pelo pai (1899-1990).



*Figura 66 Guida, mostrando a capela.
Fotografia da autora.*

Relata a visita frequente de arquitetos do Porto:

– Eles vêm lá do Porto –disse-me muitas vezes. – Vêm muito aqui, com os estudantes, à Cidade ideal.

⁶⁰ Em linha: <http://www.memoriamedia.net/index.php/exposicoes/barrocal-do-douro> , página pela última vez acedida em 6 mar.2015.



Figura 67 Casas dos engenheiros e pessoal dirigente, abandonadas. Fotografia da autora.

Lázaro evidencia a dificuldade que era viver ali no início dos anos 1950. A fome e as dificuldades do clima são o que mais o impressiona. Justiniano tem, neste documentário, uma visão mais humanista da empresa. Para ele, a HIDOURO teve uma política de desenvolvimento para a região, e é essa a razão que permitiu aos trabalhadores progredirem e melhorarem as suas vidas.

Cada um deles conta episódios significativos desses tempos em que tudo era difícil e os seus relatos são performativos, chamando a si os arquitetos, as características inóspitas daqueles montes, a política de integração da empresa.

O seu estatuto atual advém da sua ligação à obra, e em cada episódio narrado o aspeto mais incisivo é o da marcação, no território, das diferenças e assimetrias do bairro. A mulher do Lázaro mostra o lugar onde se escondia para ver as senhoras na piscina.

No adro da igreja, os entrevistados referem-me o momento da missa em que se fechava o missal. Uma vez fechado, contam, se houvesse bruxas, ficavam lá dentro. Mas um dia, o padre não fechou o missal, e à saída, foi confrontado com a possibilidade de as bruxas não terem ficado presas. Coisa que nem imaginava, essa das bruxas. Os lugares e objetos

do passeio com os realizadores do documentário são pontuados por paragens para mostrar alguma coisa misteriosa ou lendária. O casamento de Lázaro, a pia de água benta no jardim da estalagem. Os barragistas são conhecidos em todo o lado, toda a gente sabe quem são, dizem. E o motivo que cria aquela identidade é a obra e o seu papel nela. A sua narrativa adquire importância para os especialistas que visitam o bairro: investigadores de arquitetura e de antropologia, alunos de arquitetura do Porto, biólogos que trabalham na área protegida do Alto Douro. Cada um chama a si o património que considera mais relevante para justificar o facto de viver ali. O destino do centro comercial é observado na soleira da porta, nas rotinas de quem ficou. A memória dos que ficam é narrativa das sociabilidades ali construídas e em processo de patrimonialização.

Numa das casas provisórias de madeira, está instalada a oficina de Ângelo Arribas, construtor de gaitas-de-foles e professor deste instrumento. Também faz bombos e pertence a organizações que visam a preservação e patrimonialização da gaita-de-foles transmontana. Foi barragista e é a referência fundamental para as pesquisas sobre este instrumento musical.⁶¹

Poucas pessoas vivem atualmente nas casas desmontáveis. Há alguns anos um incêndio eliminou muitas. As restantes encontram-se degradadas embora algumas continuem habitadas. Reconhecem-se os vestígios das hortas que existiram no tempo em que lá vivia muita gente: uma figueira, uma videira, agora crescendo por entre as rochas de granito.

Em 2011, um grupo de jovens, fez um pequeno vídeo “Okupar o Moderno Escondido”. O estado da casa aberta é o mesmo que encontrei em 2013: a mesma fantasmagoria, o mesmo fascínio pela luz e pelas varandas de onde se vê o lugar da obra feita, no meio das arribas. As imagens distorcidas e a música de fundo do pequeno vídeo sublinham o contraste entre aquela



Figura 68 Aspeto do bairro provisório no Barrocal, ao fim da tarde. Ao fundo, a antiga escola, onde agora funciona um café. Barrocal do Douro, 2013, fotografia da autora.

⁶¹Sobre a sua oficina, pode ver-se o vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=k5UhNpGHdD4>, onde Ângelo Arribas explica o funcionamento e construção da gaita transmontana.

conceção de espaço e o estado de abandono em que se encontra.⁶²

No plano social as assimetrias das primeiras construções provisórias foram transpostas para o Bairro Moderno.

4.1 Do Porto ao Barrocal: uma utopia realizada.

O grupo de responsável pelo projeto do Barrocal do Douro era constituído por três arquitetos ao serviço da Hidroelétrica do Douro: João Archer de Carvalho (1928-), Manuel Nunes de Almeida (1924-) e Rogério Ramos (1927-1976). Ainda na qualidade de estudantes participaram nas ações da ODAM (Organização de Arquitetos Modernos). Esta organização constituía o núcleo do movimento moderno na arquitetura, pautado pelas questões da produção em série, da nova tecnologia, da



urbanística (CANNATÀ, 1997:25). Para estes arquitetos, apresentava-se aqui uma oportunidade de concretizar esse sonho num lugar despovoado e inóspito. Abriram-se estradas, construíram as casas provisórias em basamento de granito, e depois a estação de tratamento de água.

Figura 69 Vista do centro comercial. As colunas não eram assim na origem: foram colocadas recentemente, contra o gosto da Guida. Barrocal, 2014. Fotografia da autora.

O planeamento do bairro definitivo incluía estudo de espécies arbóreas compatíveis e outro para os percursos automóveis e pedonais. Incluía escolas, centro comercial, piscina, capela, pousada e habitações de três tipos: para o pessoal dirigente, para o pessoal especializado e para os trabalhadores.

As salas dos geradores foram desenhadas na dimensão estética de uma catedral românica. Entre 1954 e 1959, Luís Archer, já ao serviço da HIDOURO desde o ano anterior, fez as infraestruturas, com a equipa referida. O Movimento Moderno, mediado pela experiência brasileira e pelo racionalismo italiano encontrou aqui um território onde tradição e modernidade se fundiam, num diálogo entre os materiais antigos e novos, cumprindo o sonho futurista: a eletricidade como símbolo do progresso.

O cimento, o ferro e o vidro, convivendo com o granito, a ardósia, a madeira. Fora dos centros urbanos, neste lugar longínquo, os jovens arquitetos inspirados em Le Corbusier

⁶² <http://www.youtube.com/watch?v=hqLfpAOBnPk> . Página acedida em 3 nov. 2013.

e W. Gropius, construíram a “cidade ideal”. A expressão que a Guida usava para descrever o bairro do Barrocal e que vinha da tese de mestrado anteriormente referida, adquiria aqui plena significação. Um ideal, uma cidade no meio de nada.

Não é imediatamente perceptível essa vontade de utopia, quando se chega ao bairro. A capela, que é a primeira edificação para quem vem de Picote, está bem preservada, mantida pela Guida, que vai vendo quem chega para visitar o bairro e cuida da igreja. É uma construção minimalista, branca, contrastando com as casas nos arredores. A torre da capela, retangular, é visível de todos os pontos do bairro.

No interior, as esculturas de Salvador Barata Feyo: uma Nossa Senhora, um “Cristo magrinho”. Assim o designavam os trabalhadores, que viam aquela magreza pouco digna da personagem representada. Contava-se que era o “cristo magrinho da FNAT”, uma alusão à miséria em que muitos viviam. A capela faz parte do conjunto urbanístico planejado para trabalhadores e técnicos.



Figura 70 Vista da capela. Barrocal, 2014. Fotografia da autora.

Antes a missa era rezada pelo padre Telmo, num barracão improvisado.

Depois da capela, o visitante tem três percursos possíveis: pela esquerda subirá até à pousada definitiva e ao bairro do pessoal dirigente. Se seguir em frente, percorrerá uma descida até à central de comando e à barragem. Do lado direito, um pouco abaixo da capela, está o que resta do bairro moderno.

Michelle Cannatà e Fátima Fernandes coordenaram a edição de um livro fundamental para se compreender a arquitetura das centrais hidroelétricas do Douro (CANNATÀ e FERNANDES, 1997). O espírito de vanguarda na arquitetura não pode separar-se da estratégia pensada por alguns setores para modernizar o país. Embora influenciada, desde os anos 1920 pelo espírito do modernismo, a arquitetura fez parte da estratégia de obras públicas protagonizada pelo Estado, onde Duarte Pacheco (1900-1943) teve um papel decisivo. O bairro construído para a barragem de Picote apresentava algumas especificidades que o constituem ainda hoje como referência do modernismo em

Portugal.⁶³ Em 1997, quando o bairro foi redescoberto, já nada se parecia com o que aconteceu naquele tempo. O centro comercial, as casas do pessoal dirigente, a escola, estavam abandonadas, entregues aos caprichos do tempo. No que foi o referido centro comercial funciona agora uma pousada de juventude gerida pelo município. Na antiga escola existe hoje o bar do Clube de Pessoal da EDP, onde os moradores do Barrocal vão ao fim da tarde ou depois de jantar. Uma das salas de aula da escola tem uma mesa de *snooker* e o quadro de ardósia permanece na parede, com escritos diversos.

A pousada e a piscina eram só para os “cartomantes”, para os “maiorais”.⁶⁴ Guida recorda-se que houve um período em que a pousada era de livre acesso, mas depois fechou, e quando começou a ser vandalizada, foi protegida até à sua recuperação. Na altura comentou que aquilo já não seria para eles:

– Os de baixo, os que não têm escada para subir ...– Na realidade, assim aconteceu. A pousada encontra-se vedada ao público.

O conjunto planeado pelos arquitetos incluía a barragem, os equipamentos técnicos e a área residencial. Era um sistema autossuficiente. A utopia tecnológica era assumida nos terrenos selvagens e inóspitos, construindo uma realidade nova, urbana, civilizada e ordenada de acordo com uma postura vista como moderna. O arquiteto criava sem continuidade com o que já existia. Tratava-se dum artifício assumido que pretendia suscitar algo verdadeiramente novo.

As grandes naveas subterrâneas, que alojam os geradores, foram concebidas sob uma ótica idêntica à que presidiu ao mobiliário da pousada: artificiais, belos.

A escolha dos sítios e o controlo das escalas na volumetria dos edifícios harmonizavam-se com a dimensão e características do território. Havia uma obsessão com o detalhe, usavam-se materiais caracterizadores do moderno: betão, reboco pintado, materiais cerâmicos, ferro.



Figura 71 Pormenor do centro comercial (zona da padaria) agora com uma chaminé para churrascos. Barrocal, 2014, fotografia da autora.

⁶³Vídeos sobre o Moderno Escondido: http://www.youtube.com/watch?v=mTndv_orq2s e http://www.youtube.com/watch?v=AiZEiKcJ_UU&feature=relmfu, in Ruínas de Portugal, imagem de Manuel Barreto e edição de Rui Gonçalves, 2011.

⁶⁴Esta expressão, utilizada de forma recorrente pela Guida, designa os poderosos, os dirigentes. Tem provavelmente origem nos *westerns* que passavam no cinema, durante a construção.

Encontrei nas arquiteturas das barragens do Alto Douro a mais radical manifestação da Modernidade que até hoje vi em Portugal (...) Primeiro a própria barragem, depois os equipamentos técnicos e finalmente as áreas residenciais. Todo este sistema se constitui de forma totalmente autossuficiente. Separa-se ostensivamente dos povoamentos existentes e dos terrenos lavrados, recusando qualquer relação funcional ou formal com essa realidade. Procura terrenos selvagens, agrestes ou pedregosos para sobre eles implantar o seu novo mundo de utopia tecnológica. Não se adivinham benefícios diretos para as populações, não se vislumbram reflexos de qualquer desenvolvimento local, nem é isso que importa. Trata-se de uma sociedade marginal, aposta, não sobreposta, moderna, civilizada, urbana, hierarquizada, de operários, técnicos e engenheiros de outras terras (COSTA, CANNATÀ, 1997:10).

O grupo de arquitetos do Porto inspirava-se no movimento Moderno. Aliando razão, paisagem e poesia, o plano urbanístico do Barrocal seguia os 5 sentidos corbusianos: nas casas dos engenheiros e na pousada podem observar-se alguns destes princípios. Os pilares (*pilotis*) elevam o edifício do chão, permitindo a passagem por baixo. As *janelas em fita* aumentam a valia da paisagem. Agindo nesta matriz de inspiração, os arquitetos planearam com os engenheiros os detalhes das construções, tendo em conta o terreno. A originalidade do conjunto do Barrocal ficou a dever-se ao talento destes arquitetos e engenheiros que concretizaram estas inspirações num diálogo permanente com a força e imponência da paisagem.

Michele CANNATÀ (1997:23) refere o protagonismo dos arquitetos neste projeto, chamando a atenção para o diálogo que o conjunto de Picote evidencia, entre inspiração académica, atenção ao lugar, e preocupação social. Na realidade, aquele projeto é realizado para uma população migrante cuja realidade cultural é atravessada pelos lugares de origem e pela criação de identidades novas no contexto da obra. Pela primeira vez, a construção do parque de linhas é pensada em função do conjunto urbanístico planeado. E escolhe-se a zona planáltica que melhor dialoga com a paisagem, para construir o bairro. Na dissertação de mestrado em arquitetura de

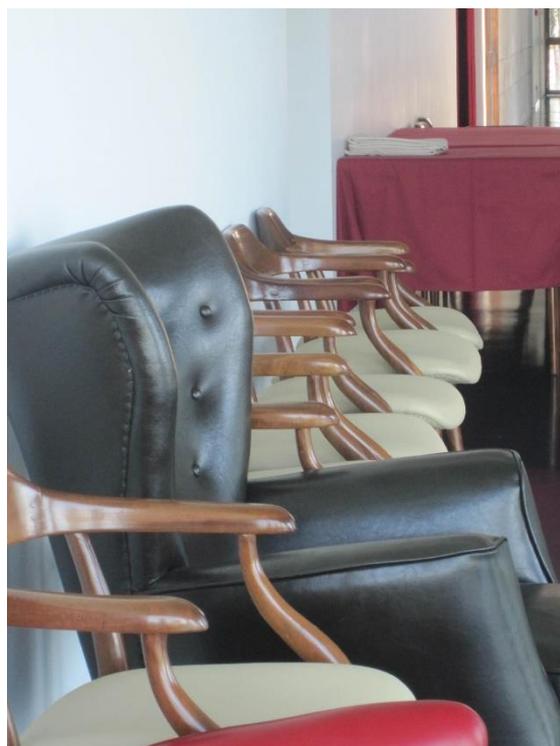


Figura 72 Espreitadela para o interior da pousada: o mobiliário de origem. Barrocal, 2014, fotografia da autora.

Lídia Falcão (2009)⁶⁵ a autora chamou a atenção para o abandono em que se encontrava este conjunto e para a necessidade de o preservar:

O confronto entre a Cidade ideal que foi e a Aldeia Atual que é, mostra-nos a necessidade de sensibilizar aqueles a quem de direito e, acima de tudo, de dever, de forma a mover esforços que atuem sobre esta obra que se encontra parcialmente abandonada (FALCÃO, 2009:131).

Assumindo o progresso como criação do novo, materiais e estruturas misturam-se colocando o conhecimento da engenharia ao serviço da opção estética, partilhada pela equipa contratada pela HIDOURO.

⁶⁵ Esta tese de mestrado analisa a política do Estado Novo no que diz respeito às obras públicas e ao debate entre a ruralidade e a industrialização, contextualizando a intervenção arquitetónica no Barrocal do Douro.

Os ritmos locais (a cadência das colheitas, as rotinas do pasto e dos lameiros), são anulados numa nova construção da paisagem, onde a técnica se constitui como o elemento de progresso protagonizado pelos novos deuses, os engenheiros. Desta forma, a pretexto do alojamento da população da obra, constrói-se a “cidade ideal”, pontuada pelas necessidades da eletrificação sonhada. O bairro inaugura um



Figura 73 Pormenor do bairro dos engenheiros, abandonado, 2013.

começo do país que Ferreira Dias sonhou e Ezequiel de Campos visitou ainda: “... discretamente só, no seu automóvel de cor grená e a sua perinha branca por testemunha.” (PINTO, 2012:111) Feita a obra, os engenheiros e os arquitetos seguem o seu rumo. Para as grandes cidades, ou para as colónias.

O território do bairro constituiu-se como um lugar de memória. O planeamento e a concretização do ideal moderno, ligado ao sonho de industrialização e progresso, permaneceu na urbanização construída, mas não nas sociabilidades.

O visitante encontra agora as janelas das casas tapadas por guarda-sóis, o espaço doméstico adaptado às vivências de quem ficou: pequenos recantos de dalias, brinquedos de netos, sapatos. As casas são propriedade de trabalhadores da EDP que ali ficaram a residir. E cada um, de sua forma, conta como tudo foi acontecendo ou como era a vida naquele bairro.

Em cada casa, em cada aula ou visita de estudo, arquitetos e engenheiros recuperam a memória dessa utopia, desse bairro sem *topos*, porque o lugar da “cidade ideal” apenas existe na memória, nas fotografias a preto e branco. Na cor, na ruína há o desamparo que resultou da projetada cidade ideal.

4.2. No bairro.

Dizia-me Lázaro que havia gente fugida no estaleiro da barragem. Não se sabia bem o que lhes acontecia, só que de vez em quando desapareciam.

Num território onde as pessoas se habituavam ao convívio com a diversidade de costumes, rotinas e trajetos pessoais, o silêncio resultante de prudência perpetua-se até aos relatos recolhidos atualmente.

Havia um posto da Guarda Republicana instalado perto do refeitório, recorda. Sabia-se que por vezes chamavam os trabalhadores, os interrogavam, acontecendo serem presos, ou torturados, algumas vezes voltavam à obra. João também mo confirmou, evocando como o seu amigo se “safou” num interrogatório em que lhe perguntaram se lia o “Avante!”, o jornal clandestino do Partido Comunista. Ele trocou o nome do jornal, “fez-se de parvo.” João sabia que havia no bairro um comunista que foi preso e torturado, seria quem tinha o jornal, e também fazia recolha de fundos para os presos políticos. Havia uma lista de quem contribuía, mas quando foram todos chamados a depor, deixou de existir essa lista.⁶⁶ A única revolta de que Lázaro se lembra foi quando levaram um trabalhador para o quartel e se juntou ali uma multidão furiosa. Contou que essa revolta juntou a GNR de Moncorvo, Mogadouro, Miranda, Vimioso, Bragança, os capitães de Bragança:

Aquilo pareciam bailarinas, assim, de mãos no ar... na altura havia uma rádio, chamada Moscovo onde falavam os revolucionários. No dia seguinte essa revolução aqui já estava falada, consideraram aquilo uma revolução ... uma revolta. Muito pessoal foi embora, e quem cá ficou baixou as orelhas. Entravam nas casernas de metralhadoras em punho, quem estivesse a espreitar pelas janelas todo o mundo saltava, despido ou como estivesse e toca lá para baixo a acompanhar a GNR... foi a revolução maior que houve aqui.⁶⁷

Não se recordou do motivo que levou a esse tumulto, porque a maior parte das vezes os conflitos que aconteciam no bairro não se deviam a razões políticas, mas sim ao vinho. Naquele tempo as pessoas que vinham de fora viviam mal e estavam habituadas ao vinho verde, menos alcoólico do que o palheto. Aos domingos havia bailarico, e era em geral nessa ocasião que a bebida criava situações de conflito que depois se generalizavam. Conforme conta Justiniano, as desavenças resultavam quase sempre da diversidade de hábitos e de modos de falar. As pessoas vinham de muitos locais, e a forma de viver de cada região refletia-se aqui. O alentejano dizia palavrões mais ligeiros do que o

⁶⁶João Nuno Pequito, entrevista realizada em sua casa, junho 2010, 44'35''.

⁶⁷Entrevista gravada em 27 de julho de 2010, a Lázaro, Barrocal do Douro, em sua casa, 1h 16'20''.

transmontano, e isso era mal interpretado. Além disso havia as questões da fidelidade conjugal, outras vezes o vinho, ou simplesmente o ócio, davam origem a esses conflitos.⁶⁸ Lázaro recorda conflitos entre gente de Picote e trabalhadores da barragem. Uns iam para um lado, outros para outro e depois brigavam, com o que estava à mão, como forquilhas, roçadouras, até chegar alguém que acalmasse os ânimos. Em regra era gente da empresa que chamava a GNR, ou simplesmente apartava as partes em conflito.

Na opinião de Lázaro, as pessoas de Picote davam-se bem, mas a concorrência pelo trabalho criava animosidades com os de fora. De uma vez em que o conflito atingiu maiores proporções, um dado domingo, houve um enfrentamento em que os “coitaditos” de Picote passaram a “selvagens”. Os descatos começaram pela tarde, e prolongaram-se até à noite, depois de os mediadores terem abandonado o local. Referiu um episódio ocorrido com um colega que ao regressar da taberna se viu envolvido numa luta, mesmo no estado já ébrio em que se encontrava. Chamavam o Mil e Dez para acabar com a briga, antes de existir GNR. Os envolvidos neste caso foram despedidos. A partir daí é que a GNR se instalou no bairro.⁶⁹

Os moradores atuais do bairro vão frequentemente a Sendim ou a Miranda do Douro. As suas rotinas estão ligadas às dos filhos e netos. As suas posições na empresa foram melhorando ao longo do tempo, onde se mantiveram até à reforma e acabaram donos das casas em que vivem. As suas vidas foram melhorando desde aqueles anos 50. Lázaro reformou-se como telefonista, Justiniano como escriturário, Guida tem a pensão do marido falecido. Não tiveram filhos e o vencimento do marido chegava para os dois.

Para estas pessoas, o bairro é o seu universo. Narram a sua história cada vez que chega gente da cidade. Os especialistas, *os maiores*, são a prova de que o passado se presentifica em cada entrevista, em cada visita de estudo.

Nenhum destes residentes participa na festa anual dos barragistas que tem lugar em julho. Dizem que essa festa é dos mais novos, que foram embora, e que voltam todos os anos, por ocasião das festas de Santa Bárbara.

Quando se percorre o bairro, cada um dos moradores evidencia uma lembrança. Para Lázaro, era o trabalho de pá e pica e depois o lugar onde se encontravam as casernas onde foi plantão, que constituem o cerne das suas histórias. Mais tarde, quando perdeu a visão e a empresa lhe financiou o curso, tornou-se telefonista, e aí surgiram muitos episódios decorrentes dessa sua função. Tinha facilidade em decorar números, o equipamento que

⁶⁸Entrevista gravada em 26 de julho de 2010, a Justiniano Pinto, Barrocal do Douro, em sua casa, 12'47''.

⁶⁹Entrevista gravada em 27 de julho de 2010, a Lázaro, Barrocal do Douro, em sua casa, 1h 09'32''.

foi posto ao seu dispor era moderno, foi um trabalho de que gostou muito. Disse-me com orgulho que o telefonista é a primeira cara de uma empresa. O rigor no trabalho foi o que mais vezes recordou, lembrando que se um trabalhador não fazia bem o seu trabalho era despedido. Pelo contrário, se fazia bem o que lhe estava destinado, podia progredir na empresa.

Guida contou muitas histórias de desentendimentos com familiares, mas os lugares que mais gosta de lembrar são aqueles onde decorriam os bailes.

As recordações de Justiniano centram-se nos diversos trabalhos que fez, desde pincho a empregado administrativo.

4.3. Fora do Bairro.

João, Conceição, Pereira dos Santos, Fernanda, F.C., Fagulha Vaz, vivem em Lisboa. Orlando e A. M. moram no Porto. O padre Telmo reside em Malange. E Henrique Pinto em Castanheira do Ribatejo.

Todos viveram no bairro, todos partiram após concluída a obra de Picote. Uns foram para Lisboa ou Porto, outros trabalharam pelas várias barragens do Douro nacional, até se reformarem. Nestes trajetos biográficos, alguns adquiriram mais competências profissionais e as condições necessárias à mobilidade ascensional dos descendentes.

Para João, o engenheiro Paulo Marques na qualidade de responsável da barragem, era quem zelava pela manutenção da ordem hierárquica vigente no bairro. Refere-a como um sistema de castas, conforme me comentou mais do que uma vez, tratava-se de uma estrutura muito fechada. Para A. M., Paulo Marques foi uma das personalidades que melhor garantiu os direitos dos trabalhadores. Fagulha Vaz não gostava dos tanques de lavar a roupa à porta das casas de madeira.

Desta forma, para as pessoas que saíram, existem bairros diferentes. Se para uns o que ressalta daquelas rotinas é a segregação social, para outros é a vivência de um início de vida temperado pela paisagem inóspita e pelas solidariedades e rivalidades geradas no estaleiro. Longe de tudo, e de todos, entre as fragas e o rio, os abutres e os estorninhos, a neve e o calor intenso, os “caramonicos” (demónios, em mirandês) das tradições do planalto. Assim, as rotinas são narradas em contexto, colorindo este ou aquele aspeto em

que se protagonizou uma solução, contando episódios traumáticos ou catárticos, de acordo com o seu lugar naquela estrutura, que agora se perpetua na entrevista.

Para João, aquele bairro evidenciava as profundas diferenças sociais. Era política da HIDOURO mantê-las, ao mesmo tempo que as condições de trabalho melhoravam. Os trabalhadores só eram despedidos em casos extremos. Nunca se esqueceu do caso de um eletricista. Ele provocou um acidente que obrigou ao adiamento da inauguração. Foi despedido. Com ele foi a família – a mulher e os filhos. Lembrou o momento em que a família saiu da obra, com os seus poucos haveres, para o comboio. Uma situação que podia acontecer, mas que não era a regra. A empresa dava possibilidades de progredir, contribuía para a educação dos filhos, bem diferente das condições dadas pelos empreiteiros. O presidente da empresa estimulava aquela divisão “em castas”, repetia-me. Preponderavam as pessoas vindas do Porto, e todo o barragista conhecia duas famílias: os Lamarosa e os Moreira. Brincava-se com isso, afirmando que *Moreira era de todas a primeira, Lamarosa a mais numerosa*. A família Moreira era a do Walter Rosa, o padrinho dos técnicos do senhor Gonçalo Moreira, da eletricidade. Os Lamarosa eram os do engenheiro Oliveira Nunes.⁷⁰

Os Lamarosas não gostavam das pessoas do Porto, porque não eram barragistas. Eles eram barragistas, já vinham da Caniçada, da Venda Nova e os outros não. Vinham de Castelo de Bode, da barragem Marechal Carmona, da Idanha-a-Nova, da barragem da Ocesa, tudo gente do sul. Entre a rapaziada de barragistas não havia grandes clivagens. As maiores clivagens eram com os senhores que vinham da sede. A sede ficava na rua do Bolhão, nº 36, do Porto. Era o vaticano da empresa e quando ia um senhor da sede, por muito “manga de alpaca”⁷¹ que fosse, era um senhor, como por exemplo Salvador Carneiro, que depois foi gerente na estalagem. Os barragistas olhavam para eles com um certo despeito. As habitações consagravam as separações sociais: o bairro dos engenheiros tinha piscina e campo de ténis. O bairro dos encarregados era onde habitavam os fiscais das obras, onde se encontrava o laboratório de engenharia civil. Depois havia o bairro do pessoal especializado. Marginalmente a este conjunto, que já de si era dividido segundo as “castas” e as origens profissionais de cada um, havia à volta, os bairros dos empreiteiros: o bairro preto e o bairro amarelo. Da ETELLI, da OPCA, os empreiteiros que faziam a barragem.⁷²

⁷⁰João Nuno Pequito, entrevista realizada em sua casa, Junho 2010, 49’02”.

⁷¹Expressão pejorativa para designar o empregado de escritório.

⁷²João Nuno Pequito, entrevista realizada em sua casa, junho 2010, 15’57”.

O bairro verde, do pessoal especializado, tinha um clube, um Centro de Alegria no Trabalho (CAT), da FNAT. Chamavam-lhe a Casa do Pessoal e aí se ocupava o tempo livre. Jogava-se bilhar, matraquilhos, pingue-pongue, havia uma pequena biblioteca. Os homens passavam aí muitos serões. Foi nesses convívios que começou a ouvir falar de ideias de esquerda, com o seu amigo Rodrigues e um contabilista, António Wenceslau de Moraes, correspondente do “Diário de Lisboa”, jornal conotado com as vozes discordantes do regime.⁷³ João substituiu Wenceslau de Moraes quando este foi para outra barragem e contou que quem decidia quais as notícias a enviar para aquele órgão da imprensa era o engenheiro residente. Esteve à frente da Casa do Pessoal, ocasião em que propôs uma reforma do espaço. Aquilo começou por ser uma espécie de tasca, e ele redimensionou-o: chão encerado, biblioteca e um jornal de parede. Aí se fez também, por iniciativa sua, uma conferência sobre o dialeto mirandês. Em Duas Igrejas, o povo emprestou “lindas colchas” para decorar o espaço, apesar de o padre António lhe ter dito que isso era difícil.

Não tinha propriamente uma consciência política quando foi para a barragem, nem se falava muito de política. As rotinas faziam perceber que nem sempre o papel dos engenheiros era fácil, porque de certa forma eram eles que se confrontavam com as realidades de todos os dias, mediavam conflitos, geriam situações. As ideias de esquerda passavam na forma de olhar as relações de trabalho. Se alguns chefes eram compreensivos, outros eram autoritários, referiu. Ao mesmo tempo, havia uma disciplina muito rígida. Se um homem levava uma mulher para o quarto, era despedido imediatamente. Para João, era o engenheiro Paulo Marques o responsável pelas medidas implementadas e pelas decisões, sempre num registo diferenciado, consoante o lugar na hierarquia. Foi por essa altura que ouviu falar, pela iniciativa do engenheiro Costa Santos, da cooperativa, no ideal de cooperativismo de António Sérgio.⁷⁴

O bairro era diferente para uns e outros, mas o que mais o impressionou foi o espaço da feira e das barracas com sacas de cimento por telha: aí, havia um café, o Santavalha, nome da terra originária do proprietário, que tinha um revólver debaixo do balcão. Aquilo era o *far west*, referiu-me. Ali perto, nas casas improvisadas e um pouco mais longe do bairro, havia as prostitutas, que viviam em condições miseráveis. Não havia estradas, tudo aquilo era um lamaçal.⁷⁵

⁷³João Nuno Pequito, entrevista realizada em sua casa, junho 2010, 18’35’’.

⁷⁴João Nuno Pequito, entrevista realizada em sua casa, junho 2010, 1h 03’08’’.

⁷⁵João Nuno Pequito, entrevista realizada em sua casa, junho 2010, 21’44’’.

O primeiro cinema que frequentou era um barracão, fora do espaço do estaleiro. A distribuição da luz era ali mais irregular. O filme era passado pelo senhor Santos, o projecionista, que foi o primeiro a levar para lá o cinema. O cinema ambulante era um sucesso, apesar do seu carácter improvisado. Foi aí que João viu “Os doze da Legião”, com um ator que ainda hoje aprecia muito, Burt Lancaster.

Depois da inauguração da barragem de Picote, foi decidido construir um cinema no lugar onde existia anteriormente o refeitório, que já não era necessário. A empresa propôs e toda a gente colaborou. Foi preciso escavar o chão para criar um desnível suficiente, e arranjar cadeiras. Vieram do antigo cinema Éden, em Lisboa, e foram compradas pela Casa do Pessoal. A Casa do Pessoal contratou então o senhor Santos e iniciou um contrato com uma



Figura 74 João, por ocasião dos seus 50 anos de casamento, conversando com o Arribas, que foi tocar no adro da capela. Barrocal, 2009. Fotografia da autora.

distribuidora para o aluguer dos filmes. Vinha muita coisa má e era preciso ver muitos filmes maus para se poder ver um bom filme, comentou. Lembrava-se bem de atores como Brigitte Bardot, Maurice Chevalier, e de imensos *westerns*. Um dos filmes de que mais gostou foi *West Side Story*. Na sua opinião, este filme deve ter custado “praí uns vinte filmes”⁷⁶. Toda a gente ia ao cinema, uma vez por semana, às vezes duas. Crianças, bebés de colo, tudo.

João casou na barragem. Foi com a mulher mais bonita que alguma vez viu e que apareceu naquele lugar agreste, a visitar o irmão dela, que era o seu companheiro de quarto. A história de como conheceu a sua mulher é contada e recontada aos filhos, aos netos. Para ele, ir para a barragem foi um segundo nascimento.

Pereira dos Santos chegou a Picote em 1958, e aquilo era um desafio para o engenheiro, a barragem de maior caudal que até aí se tinha construído em Portugal. Vinha da barragem da Paradela, onde tinha estado em 1957. Pertencia à Comissão de Fiscalização da obra. Contou que a preocupação com as condições de vida dos trabalhadores remonta às suas

⁷⁶ João Nuno Pequito, entrevista realizada em sua casa, junho 2010, 1.09.48.

primeiras deslocações. Naquele tempo, as regras eram muito apertadas. A obra era complexa e o controlo do betão era feito no laboratório do estaleiro. Um engenheiro não tinha horário: mesmo no Natal, tinha de ficar na obra.

As fotografias que me mostrou documentavam as obras onde trabalhou, Paradela, Picote, Miranda. Revelam aspetos de edificações, dos estaleiros e de laboratórios. Atestam a visita de engenheiros e técnicos vindos de outros países.

Entre os engenheiros, contou, também havia discordâncias relacionadas com o modo como cada um se situava na hierarquia – se alguns eram insensíveis, outros funcionavam como mediadores entre os trabalhadores e a empresa. Para além das questões de natureza técnica da construção, o engenheiro lidava com o problema da segurança no trabalho e com a situação miserável em que se vivia, fora do bairro. As sempre referidas casas cobertas com sacas de cimento eram uma ferida na paisagem e um drama urgente para resolver.

Uma obra é um lugar de solidariedades, de responsabilidades partilhadas. Nem sempre se estava de acordo com as decisões, embora fosse de destacar a política da HIDOURO na gestão dos recursos humanos e na estratégia empresarial. Pagar bons salários, manter os trabalhadores especializados dentro da empresa, eram princípios que contribuíam para a segurança e bem-estar daquela população. Uma obra impõe um sentido coletivo, embora as sociabilidades permanecessem segmentadas por categorias e cargos.

Essa proteção registava-se sobretudo ao nível dos salários e regalias: seguros, indemnizações em caso de acidentes, já que as famílias dependiam totalmente do salário do trabalhador. Por vezes era preciso contornar a lei, para que as famílias não ficassem desamparadas. O ministro não autorizava a reivindicação da HICA de um ano de salário por morte do marido, mas a empresa já pagava essa indemnização em duodécimos que depois ia prolongando por decisão interna. Também se pagavam os estudos dos filhos dos trabalhadores.

Era preciso exercer vigilância permanente sobre os fornecimentos para o refeitório, contou Maria Fernanda. Havia quem roubasse nas contas e nos fornecimentos. A comida do refeitório nem sempre era confeccionada em boas condições. Na HICA, descobriu que, a certa altura, as sopas eram feitas com ingredientes estragados. Depois de uma queixa, foi ver. O cheiro era nauseabundo e ela exigiu que a situação fosse imediatamente resolvida. Lembrava-se bem de ser aplaudida pelos trabalhadores depois de exigir que o refeitório funcionasse em condições. Isso trouxe-lhe problemas com elementos da Legião Portuguesa, que enfrentou invocando que a HICA só pagaria o que efetivamente tivesse

sido comprado. Um dia mediu as sopas que estavam a ser servidas e chegou à conclusão que as sopas feitas eram em muito menor número do que as exigidas pela HICA.

As suas rotinas, enquanto trabalhou no Cávado relacionavam-se com a sua profissão. Muitas vezes tinha de se deslocar a reuniões na sede, que se realizavam no Porto, de onde regressava já muito tarde. O motorista que a acompanhava nessas deslocações tinha frequentemente de resolver problemas relacionados com o mau estado das estradas e dos caminhos. Pneus furados, no meio da noite: o risco era grande de se furar um pneu e depois outro. O motorista tranquilizava-a, os carros eram bons, próprios para aqueles caminhos. Era por vezes necessário pedir ajuda à população local.

O motorista levava as senhoras à feira de Braga e a sua mulher oferecia sempre um chá, muito elogiado por Maria Fernanda, que recordava sempre esse tempo com grande emoção. Era uma vida aventureira.

O marido de Maria Fernanda tinha sempre um pneu a mais no *jeep* e para algumas deslocações ele precisava de uma viatura especial, mais estreito do que o *Land Rover* (um *Willys*) para percorrer caminhos apertados. Um engenheiro tinha de resolver o que aparecesse, e a sua mulher acompanhava as suas rotinas.

Maria Fernanda insistiu nas condições de trabalho e das preocupações com a doença, os acidentes. Verificavam-se maiores conflitos entre os minhotos e os algarvios. Geralmente começavam com as mulheres, que não trabalhavam: as diferenças nos costumes, potenciadas pelas dificuldades de linguagem, que frequentemente criavam equívocos. A terminologia que usavam tinha significados diferentes de região para região, a questão começava com as mulheres, estendia-se depois aos maridos e a confusão estava armada.⁷⁷ Naquele tempo um engenheiro não discutia. Para onde fosse chamado, teria de ir, acompanhado da família ou sozinho. Pereira dos Santos casou com Maria Fernanda já no exercício da sua profissão. Trabalhava no estaleiro, nos ensaios do betão, ligado à comissão de fiscalização que pertencia aos serviços do Estado.

Os álbuns de fotografias que me foram cedidos evidenciam o percurso do engenheiro nas diferentes obras por onde andou. A neve, as máquinas de ensaio do betão, as peças e o transporte nos camiões *Willeme* para a obra. Pode ver-se a evolução da construção de Picote, com as suas catedrais subterrâneas, num mar de ferro e cimento. E os “macacos”, assim os designou o engenheiro, empoleirados, no meio do ferro e do cimento, trabalhando. Um grande orgulho naquela obra, visível no detalhe com que mostrou as

⁷⁷Entrevista ao engenheiro Pereira dos Santos 17 de maio 2010, em sua casa, acompanhado de sua mulher, Maria Fernanda, 33’38”.

máquinas, o estaleiro, a paisagem de neve dos bairros de Picote e de Miranda, na missão de eletrificar o país.

Ambos consideraram que as chefias tinham um papel importante na solução dos problemas, mas não podiam decidir além do seu lugar na hierarquia. Desta forma, sendo os primeiros a confrontar-se com os problemas levantados por aquela convivência na obra, tinham de apresentar soluções. Havia sensibilidades diferentes nas chefias. Recordaram os que realizaram ações mais relevantes do ponto de vista social. Pereira dos Santos sorria frequentemente quando surgiam episódios de humor, que colocavam em perspectiva o poder político. Foi sempre com ironia que descreveu os momentos de solenidade perante a obra: a obra era deles, não do poder político, que apenas valorizava o culto da personalidade. As inaugurações eram sempre ocasião de grande pompa, mas pouco conteúdo. O engenheiro era o homem de ação, o que transformava a paisagem, trazia conforto, identificava os problemas e as suas soluções.

Depois, havia os trabalhadores que saíam da obra, para outras obras. Isto acontecia sobretudo no empreiteiro, já que a HIDOURO tinha uma política de formação e de inclusão dos

trabalhadores
especializados
nos quadros da
empresa.

Ao mostrar-me
esta fotografia,
Pereira dos
Santos

explicou que o
fim de uma

obra tinha sempre, para além da inauguração e dos discursos de circunstância, uma festa onde todos participavam, cada um no lugar que lhe era atribuído. No entanto, foi com um espírito de cumplicidade que comentou os cartazes. Eles diziam respeito ao despedimento iminente dos trabalhadores e à necessidade de rumarem para outras obras.



Figura 75 Cartazes elaborados pelos trabalhadores, no final da obra. Foto cedida pelo Engenheiro Pereira dos Santos.

Olhando o cartaz principal, verifica-se o que já se tinha constatado na memorialística. Valores como a coragem e a dificuldade de vencer a natureza sobrepõem-se aos almoços e confraternizações que consagram a ideologia do



Figura 76 Cartazes elaborados pelos trabalhadores. Fotografia cedida pelo engenheiro Pereira dos Santos.

regime. Aqui, o trabalhador dá lições: sobre a obra feita, o fazer que dignifica a existência. “Comam os senhores a barragem” poderia sintetizar o sentido das quadras exibidas. Porque é do comer (do sustento deles e das famílias) que se trata. A festa de inauguração é-lhes exterior, porque o sentido se construiu na obra feita e tem de continuar a construir-se noutras obras. O trabalhador migrante ganha aqui a sua dignidade.

O “coice” assinala a consciência da precariedade e da condição social. O ato de empunhar o cartaz mostra a ironia possível num regime que não tolerava a livre opinião. Havia a censura, a PIDE, a Legião Portuguesa. Maria Fernanda teve vários problemas com a Legião Portuguesa, comentava-se que poderia ser convocada, se continuasse empenhada. Mas ela defendia apenas os interesses da empresa. Se enfrentava os homens da Legião Portuguesa, responsáveis pelo funcionamento do refeitório da HICA, invocava as políticas da empresa a que pertencia e na verdade, nunca foi chamada por esse motivo. Se havia corrupção e ela a denunciava, a empresa não exercia sanções.

Para Fagulha Vaz, que se deslocou para a obra de Picote logo no início, era a missão do engenheiro o que mais importava. A construção de barragens enquadrava-se no plano de eletrificação nacional e a obra adquiria assim particular relevância. Ele não queria sair de Lisboa, mas de repente lá estava, no meio daquelas pedras com os topógrafos, começando a obra. Nas entrevistas que realizei, nunca se referiu muito às rotinas do bairro. Para os engenheiros, as rotinas estavam na construção, no estaleiro. Por esse motivo lembra com

mais nitidez os seus companheiros de trabalho, as equipas que liderou. Contou que havia brigas e acidentes, mas o principal era o sentido de estar a servir o país.

Para este engenheiro, o sentido prático estrutura a memória. A organização das rotinas do bairro é vista de forma distanciada. Nada daquilo era seu. Se os residentes no bairro tinham galinheiros ou tanques de roupa à porta de casa era assunto que não o afetava. Participava nas decisões respeitantes ao trabalho e às condições da equipa.

4.4. Dentro de casa, fora de casa.

Naquele tempo, cada um organizava a casa de seu modo. A HIDOURO fornecia as condições básicas: aquecimento, salário, subsídios.

A principal diferença entre as casas definitivas e as casas provisórias residia no nível de privacidade. Nas casas de madeira ouvia-se o barulho das que lhes eram contíguas. O bairro definitivo tinha mais conforto graças aos materiais e à sua disposição no terreno. As edificações destinadas ao pessoal dirigente, acima de todas as outras eram as mais resguardadas.

Enquanto os homens estavam no estaleiro, as mulheres cuidavam dos assuntos domésticos: a escola dos filhos, a casa, as compras. Não frequentavam o Clube do Pessoal.

Obra e estaleiro eram um assunto do foro masculino, a casa e filhos uma competência feminina. Havia poucas mulheres a trabalhar no bairro. Uma médica, algumas enfermeiras, as professoras. As mulheres dos trabalhadores podiam ocupar-se de trabalhos de costura para as mulheres de condição social mais elevada. As mulheres podiam colaborar na ajuda às famílias mais carenciadas, muitas vezes em cooperação com a Ordem de São Vicente de Paula.

As ocasiões de maior sociabilidade eram as festas e a missa de domingo.

Os acontecimentos do dia-a-dia ligavam-se às questões do trabalho. Se havia um acidente, todo o bairro sabia. Se havia uma dissidência conjugal, comentava-se.

Para Conceição, que já vinha seguindo a construção de barragens desde o Cávado, onde o pai trabalhou antes de rumar a Picote, a referência era a sua família. Quando conheceu João, tudo aquilo era estranho e difícil. Ela gostou logo dele, porque falava bem, e era diferente das outras pessoas. Mas o facto de estar perto da família era o mais importante. A mãe ajudava-a nas tarefas domésticas, o pai, a quem estava muito ligada, estava perto.

Durante a sua permanência em Picote, um dos seus irmãos conheceu também a sua atual mulher, originária de Vila Chã. Havia casamentos entre os trabalhadores da obra e as mulheres das aldeias limítrofes. Picote representava um ponto de encontro de sensibilidades, hábitos e rotinas.

Confiava-se muito nos médicos e enfermeiros da empresa, eles chegaram a atender e cuidar de pessoas que não pertenciam à obra. Nessa época os filhos nasciam em casa, assistidos por uma parteira: os partos eram mais trabalhosos e arriscados. Depois, os bebés passaram a nascer no hospital de Miranda.

O trabalho assume aqui importância. Se a mulher trabalhava, como era o caso de Maria Fernanda, as contradições sociais eram vividas de uma forma mais direta.

Conceição não trabalhava quando casou, apesar de já ter trabalhado na Póvoa de Varzim, seu local de origem onde aprendeu costura. Depois de casar, trabalhou como costureira para as mulheres dos engenheiros. Referiu-me as mudanças ocorridas com o 25 de Abril. Foi aí que a sua consciência despertou de forma mais assumida pela participação em organizações representativas dos trabalhadores.

Na barragem havia situações de perigo, quando os homens iam pescar para a albufeira, ou quando nadavam nas margens. Sabia de acidentes ocorridos nessas circunstâncias. O marido ia quase todas as noites ao Clube do Pessoal. Jogava xadrez, participava em torneios, dedicava-se a outras atividades. As mulheres temiam pelos seus homens. Se não eram os perigos no estaleiro, podia ser um mergulho mal calculado, uma escorregadela fatal na pescaria. Ela e o marido davam grandes passeios pelo bairro, namorando. As ruas dos engenheiros eram lugar onde muitos passeavam, mas ninguém partilhava privacidade. Como eles, muitos outros casais namoravam, casavam, tinham filhos. Como Justiniano comentou em entrevista:

–Ali não havia nada para fazer, faziam-se filhos!

Na realidade, as famílias barragistas tinham um número elevado de filhos, podiam ter 12 filhos, e esta realidade era transversal às classes sociais. Quando os trabalhadores falam da sua infância, o seu referente é o universo da obra, ora representando uma ligação ao pai (Henrique Pinto, Orlando, Nelson) ora indicando uma mudança no estilo de vida (de pastor a trabalhador de pá e pica, como Lázaro). Se o lugar na hierarquia é mais elevado, as recordações podem reportar-se às vivências na piscina e aos encontros entre rapazes e raparigas, a vivências na escola (Jorge Castro). As brincadeiras de criança realizavam-se depois da saída da escola. Com os bichos, os ferros e as pessoas. De acordo com a rua, a casa, as memórias são as dessas diferentes representações da obra e do lugar.

Dentro de casa, as famílias. Fora de casa, nas casernas, os homens.

O território, marcado pela divisão do trabalho é também vivido na confluência de costumes e valores. Entrando e saindo das casas, os engenheiros, o padre Telmo.

Toda a gente o estimava e lhe abria a porta, principalmente os mais pobres. Era ele que frequentemente conseguia os acordos com os engenheiros – fornecimento de telhas, cobertores, dinheiro, subsídios, comida. Não esperava que alguém lhe contasse sobre as doenças ou sobre a fome; ele próprio via e agia, contra a opinião, contra a hierarquia.

Por esse motivo, a vida do bairro não pode ser compreendida sem a sua ação permanente: a mesma razão que leva os entrevistados a comover-se quando se lhe referem. Todos contaram um ou vários episódios que aconteceram com colegas seus, ou com os próprios. Submetendo-os ou testemunhando alguns ritos de passagem da biografia de um indivíduo: casamentos, batizados e ainda ouvir, reivindicar a Cristo e à administração da HIDOURO.

O padre Telmo sabia a importância das festas e dos convívios nas rotinas do bairro. Por esse motivo, e ainda antes de ser construída a capela do bairro moderno, celebrava a missa de domingo num barracão provisório após a qual se criava uma festa convívio. Era nesse convívio que uns e outros partilhavam as suas diferenças, e as suas dificuldades. Contou-me que os trabalhadores procuravam sempre que o seu período de férias coincidissem com as festas da terra de que eram originários. De certa forma, as pessoas traziam um pouco da sua origem consigo, mas dadas as circunstâncias, havia que criar situações comuns e vivências coletivas.

Havia as festas das aldeias próximas do Barrocal, as festas dos locais de origem dos trabalhadores, e as festas constituídas no bairro, por iniciativa do Clube de Pessoal da HIDOURO. Pedia-se para ir às festas da Senhora da Agonia, às festas do Tabuleiro, de Nossa Senhora dos Remédios. Para além destas, havia as festas de Urrós, Sendim, Bemposta, Duas Igrejas. (PINTO, 2012:53)

As atividades organizadas pelo Clube de Pessoal eram muito participadas. Havia variedades, ilusionismo, bailes, cinema. O ilusionista era conhecido pela alcunha Conde d’Aguilar. A festa de Fermoselle, em Espanha era de difícil acesso. Por vezes nadava-se até à outra margem do rio com a roupa amarrada no cimo da cabeça, mas era arriscado atravessar a fronteira.

A obra inaugura a vida e o sentido constrói-se na colisão dos costumes, da linguagem, e dos efeitos que a migração tem nas famílias e nas relações. Vai-se porque se quer uma vida melhor, e o encontro marcado na obra convive de forma contraditória com o medo e

a desconfiança em relação ao outro, às suas expressões e equívocos de linguagem, aos seus hábitos e rotinas.

4.5. O *comer* e as festas.

Para além das festas da região de origem dos trabalhadores e daquelas nas aldeias mais próximas, havia as ocasiões de convívio do pessoal da obra. Organizavam-se desafios de futebol, campeonatos de xadrez, torneios de pingue-pongue, consoante a época do ano e os intervenientes. A HIDOURO apoiava as iniciativas envolvendo outras concessionárias, como a Hidroelétrica do Cávado (HICA) e a Hidroelétrica do Zêzere (HEZ). Havia equipas de futebol: a da HIDOURO, para os funcionários da obra, a da ETELLI, para os do empreiteiro e a da União Operária, para todos os outros. Existiam ainda equipas constituídas por secção profissional, que eram as mais participadas. Recordam-se episódios cómicos: trocar mercurocromo por vinho tinto, levantar um jogador lesionado com a grua manual. Mas a que todo o barragista conhece, registada por H. Pinto (2012: 44) é a da disputa da bola entre um operário e um engenheiro, em que depois de tomar a bola, o operário pára e diz:

– Chute chute, senhor engenheiro!

Os livros de memórias evidenciam os episódios mais caricatos ou expressivos das diversas personalidades dos jogadores, ora evidenciando o talento para jogar, ora evidenciando as diferenças de classe nas rotinas. Mais importante do que a equipa, era o indivíduo e as suas particularidades. As festas permitiam à população da obra estabelecer diferentes patamares de laços identitários: as pessoas do Minho ou do Algarve, as pessoas de Picote ou de Duas Igrejas, as pessoas da obra, quer se fosse engenheiro ou operário. Para a Guida, uma das festas mais bonitas do Barrocal era a o do baile da Pinhata. Tinha sido trazida de fora:

E havia o baile da Pinhata! Não havia em lado nenhum baile da Pinhata como aqui! Isso era na Páscoa. Arranjavam 25 pares, de pessoas, era rapaz e rapariga, e arranjavam a pinha, uma pinha assim, de abrir, não sei se ouviu falar nisso, e ela tinha uma parte aqui, outra, tinha três partes. Uma levava as garrafas de champanhe e as garrafas para beber. A segunda levava bolos, e a terceira levava pombas. E depois levava muitos fiinhos, muitos fiinhos, e

havia uma que estava agarrada ao meio. E então começavam a fazer aquele sorteio, e o rei, faziam mesmo assim, umas coroas... aquilo era lindíssimo! E vinham pessoas de Bragança, tinha uma fama, aqui o Barrocal do Douro, o baile da Pinhata, foi a coisa mais linda que se aqui organizou. E então a pinha estava no teto, começavam então os rapazes, dançavam, o par número um, a fitinha marcada, número dois, e tudo, punham lá o dedo, um, dois, três, três! aquele que ficasse lá entalado era o que era o rei. Uma capinha abria, os pombos fugiam, os bolos saíam, eram postos em cima de uma mesa, e as garrafas de champanhe, olhe, aquilo era lindo, lindo, lindo, lindo. Olhe, eu digo-lhe uma coisa, em muitos lados fazem o baile da Pinhata e nunca o fizeram como aqui... ainda é do meu tempo, isso. Na Páscoa. Na semana da Páscoa, na Semana Santa. Falavam muito, ui! ... Na Semana Santa baile... não faz mal nenhum, é no Sábado de Aleluia, outras vezes eles faziam no Sábado Aleluia, e no outro Sábado, ou / ... /. Que eles costumavam fazer. Ah, não faz mal, isto já estamos próximos de lá, não faz mal, diziam, a rapaziada nova, a havia muuuuita! rapaziada nova... agora por acaso, alguns foram para a França, outros foram emigrar para Lisboa, outros foram para isto, outros foram para aquilo, ... outros foram para a Suíça, ...

– Esse baile da Pinhata existiu sempre cá? – perguntei.

–Não. Isso foi um senhor que lhe chamavam o Zé Manel, que trouxe de Setúbal para cá. Ele veio para cá trabalhar e é que começou a falar do baile da Pinhata, e ele começou a orientar. Depois começou a fazer-se em Miranda, e tudo, que pronto, toda a gente achava muito bonito, o baile da Pinhata, e começaram a fazer o baile da Pinhata em Miranda, mas mais tarde depois daqui.⁷⁸

Se para a Guida esta era a festa mais bonita, para Henrique Pinto eram os jogos as ocasiões mais significativas. Para A. M., as festas eram ocasião para colocar as populações em harmonia. Quando ele foi para a barragem do Carrapatelo organizou uma procissão por ocasião das festas de Santa Bárbara (padroeira dos mineiros) porque a população estava desconfiada dos barragistas. Segundo contou, isso relacionava-se com os tempos da

⁷⁸Entrevista gravada no adro da capela de Picote, Margarida Vale, Guida do Neca, Barrocal do Douro, 27 de julho de 2010, 39'53''.

construção do caminho-de-ferro, ocasião em que algumas raparigas tinham ficado grávidas de trabalhadores.⁷⁹ A festa quebrava essa desconfiança.

Aos domingos havia bailes. Ao princípio pagava-se a um músico, e era ali que se conheciam raparigas, que se conversava, que se armavam as brigas, quase sempre resultantes do consumo do vinho.

As rotinas devidas às refeições eram determinantes na estruturação do tempo e do espaço. O almoço gerava grande movimentação não só no estaleiro, como em toda a obra. Justiniano, que como se sabe, era pincho levava uma taleiga às costas com a merenda. Lázaro ia a casa comer o caldo de batata. Para ele, a sopa do refeitório, que tinha toucinho, não era pior. Em muitos casos, as mulheres percorriam a pé a distância até à obra para levar o almoço aos maridos ou outros familiares. Nuns casos almoçavam então juntos. Nem todos podiam pagar as refeições servidas no refeitório.

Todos os testemunhos recolhidos coincidem: havia gente sofrendo de fome. A muitos valia-lhes o padre Telmo, com leite em pó e outros alimentos. Guida lembrava-se de nunca ter comido queijo e querer um pouco do que o padre Telmo distribuía.

Eu vou-lhe dizer uma coisa, eu tinha para aí oito ou nove anos, estava aqui o padre Telmo, e davam queijo, e davam leite em pó, às pessoas mais pobres. E eu também era pobre. Os meus pais também não viviam muito bem, mas vivíamos sempre com a sopa e com o pão, e nunca nos faltou essa comida. Mas havia muitas pessoas que então não tinham nem sopa! ... e então iam lá buscar o queijo e o leite. E sabe que eu, que um dia deu-me umas saudades e eu, e digo, – eu também gosto de queijo, e nunca tinha comido queijo... e diz assim a minha mãe, diz assim uma moça minha amiga, – ... Vamos lá acima buscar, eu vou lá acima buscar, que a minha mãe mandou-me, - ... então vou contigo. Cheguei lá e disse assim: – Olhe, também queria assim um bocadinho de queijo, muito pouquinho, que eu gosto, mas queria pouquinho... Ele corta-me assim uma tirinha de queijo, que era daquele de barra, e deu-me dentro de um saquinho de plástico. Eu cheguei a casa, com um bocadinho de pão, muito pouquinho, que eu disse-lhe que queria pouquinho, cheguei a casa com aquilo, e diz a minha mãe: – Ah!, onde é que foste buscar isso?! Digo assim: –, Ó mãe, foi ao senhor Luís Esteves, e trouxe este bocadinho de pão também! – Vai já levar isso imediatamente! Porque há pessoas pobres e nós temos a sopinha e o pão para comer!, Vais lá levar isso! Sabe o que é que eu fiz? Fui-me pôr debaixo de uma

⁷⁹A. M. Entrevista no Clube de Pessoal da EDP, Porto, 09 de agosto 2010, 51'49''.

giesta, por detrás de uma giesta, comi o queijo, comi o queijinho todo, o pão botei-o ao chão, assim para a terra, cheguei a casa e diz a minha mãe: – Foste lá? – Fui, sim senhora. E eu sempre a dizer, é que eu gosto muito de queijo, nunca tinha comido. E é por isso que eu hoje sou uma gulosa por queijo, sabe? Qualquer queijo que não seja salgado me serve bem. Eu adoro queijo. Naquele tempo, eu gosto daquilo, eu nunca tinha provado queijo.⁸⁰

Havia diferenças entre quem não tinha nada. Comer um caldo com o que havia na horta (as couves, as batatas), era melhor do que passar fome. A fome operária não era igual à pobreza da população local, que dispunha de terra e dos animais. Talvez por este motivo o padre Telmo afirmava serem as aldeias mirandesas fartas. A sua hesitação sobre o que se conseguiu com a construção da barragem, é a hesitação entre a pobreza local e o operariado que se constitui para modernizar o país. Para ele, que vinha de uma aldeia mirandesa, não há uma resposta para o que seria melhor para as populações. Os lameiros e a vinha, o azeite e o centeio, ou a eletricidade. Voltando a Justiniano:

O meu pai, por exemplo, trabalhava aqui na carpintaria da HIDOURO e vinha a minha mãe ou a minha irmã trazer-lhe o comer. Eu, durante muito tempo, trazia a taleigazinha com a merenda, para comer ao meio-dia, bacalhau frito, ou o que havia na altura, e depois ao meio-dia comíamos aquilo, vínhamos com a taleigazita às costas. E então era um corrupio de pessoas à hora do jantar, da aldeia de Picote e Vila Chã, para aqui, à hora do almoço, principalmente, a estrada nunca estava sem ninguém!, de pessoas que vinham aqui à obra trazer o comer. Inicialmente era assim. O refeitório era só para o pessoal da HIDOURO, só para o pessoal da empresa. E as pessoas que traziam o comer tinham que vir até uma certa hora, porque senão depois não podiam passar.⁸¹

⁸⁰Entrevista gravada no adro da Capela de Picote, Margarida Vale, Guida do Neca, Barrocal do Douro, 27 de julho de 2010, 7'08''.

⁸¹Entrevista gravada em 26 de julho de 2010, a Justiniano Pinto, Barrocal do Douro, em sua casa, 27'49''.

Para Justiniano as diferenças de classe também se viam nas refeições: muita gente levava a merenda – tudo o que se ganhava, especialmente se se trabalhasse para o empreiteiro, era para a família. E a Guida contou como gostava de pataniscas:

A minha mãe (cozinhava) era arroz, e ... o que é que não era com carne! Arroz, e havia aqueles bacalhauzinhos que havia o quilo a sete e quinhentos, a minha mãe com aquelas postitas, coitadita! Fazíamos aquelas fritas que lhe chamam as pataniscas. Eu muito gosto daquilo! Ainda hoje eu gosto daquilo! Com um bocadinho desfiado, com um bocadinho de cebola, ai! E gosto delas sem ovo, só com aquela farinha, como se fazia antigamente.

– Antigamente não levava ovo? Era só o bacalhau desfiado?

– Não, não. Poderia levar quem tivesse mais nota. Mas na casa da minha mãe era só a farinha. Farinha, salsa, cebola, e a água, e os ovos não levava, e o bacalhau. Fritava-se aquilo bem fritinho, era tão bom! Era uma maravilha ...⁸²

Maria Fernanda emocionava-se:

No serviço social passavam-se uns maus bocados! ... Criou-se a cantina escolar, o último grande edifício, a escola de um lado, um grande edifício ao meio, a cantina escolar. Portanto, quem requisitava as refeições era eu. Todos os dias faltavam muitos miúdos, porque eram cento e tal crianças, e faltavam miúdos. Acontece que as tigelas eram tigelas de alumínio, de um litro. A criança não comia uma tigela de um litro, era pouco mais de meio, algumas comiam, outras nem isso. (...) Passavam-se semanas que eu não ia à cantina. Chegámos à sexta-feira, era a altura de eu fazer a requisição, para a Legião Portuguesa, porque eram as cantinas dos trabalhadores eram geridas pela Legião Portuguesa. E a páginas tantas, começa a Maria Ermelinda a dizer: – Maria Fernanda, tem de requisitar mais sopa. E eu disse: – Não pode ser! Então, se nesta semana faltaram... - ai, faltaram, a sopa não chegou. E eu fui ver à listagem ... Então faltaram tantas pessoas e a sopa não chegou?! – Não pode ser! E não requisitava mais. – Esta tem que chegar! ... Muitas crianças que... sopa que ficava nas panelas, nós ainda dávamos às pessoas, porque à volta dos bairros havia uma ... uma... multidão periférica, em bairros de lata

⁸²Entrevista gravada no adro da capela de Picote, Margarida Vale, Guida do Neca, Barrocal do Douro, 27 de julho de 2010, 9'47''.

que era uma coisa, era uma miséria medonha, e era ... havia muitos miúdos que iam lá buscar ... acontece que, um belo dia, a D^a. Lurdes, que era a senhora que estava lá, vem, a Maria de Jesus, a sopa não chegava. E vem a D^a. Lurdes: – Senhora D^a. Maria Fernanda pode ir lá porque a D^a. Maria de Jesus diz ... a sopa não chega. Que ainda faltam tantos miúdos – Os miúdos já começaram a comer? – Não. – Então, sopa toda para dentro das panelas! Eu já lá vou. E fui. E peguei numa tigela, e resolvi medir a sopa. E faltavam, nas duas panelas, quase 80 litros de sopa! Cada panela levava à volta de 100. E pronto e eu passei a escrever nas requisições, para a sede, para a Legião Portuguesa, anotações... falta isto, falta aquilo... e quando chegou essa hora, faltou isto, tanto... a Legião pagava em função daquilo que era consumido.⁸³

(...) Eu medi a sopa e disse: – Faltam tantos litros. Ah, não lhe pagaram aqueles litros que faltaram. (...)

- Ah, mas alguém tem que pagar... e eu disse, pois, alguém tem que pagar, eu sei quem não paga, com a minha assinatura, a HICA não paga. E ele vira-se para mim, diz ele: – Eu sei que a senhora (ele era da PIDE, e eu sabia) ... Eu sei que a senhora usa de má-fé com a Legião Portuguesa.

– Ponha-se imediatamente lá fora! Eu sei que o senhor não cumpriu as suas obrigações!... Imediatamente para fora do meu gabinete! E pronto, quando isto se soube, na pousada à noite, eram todos ... a senhora... eram os que comiam na minha mesa, eram seis pessoas na direção. Ai, vai de gancho! ... Amanhã vai para Montalegre de certeza absoluta! ... E um, eu levo uns chocalatinhos!...e outro, ela não aprecia muito chocalatinhos ... o Joaquim Carvalho: – Eu levo-lhe umas violetas! (risos) ... mas não há dúvida nenhuma que o homem não recebeu. Eu recusei-me terminantemente.⁸⁴

Depois o engenheiro Machado de Lima ria-se e então? E o Flávio? ... Eu já não sei o nome dele, era um homem que explorava alta e poderosamente os trabalhadores, na cantina. Pronto, e à hora de almoço vem uma multidão de

⁸³Entrevista ao engenheiro Pereira dos Santos 17 de maio 2010, em sua casa, acompanhado de sua mulher, Maria Fernanda, 44'52''.

⁸⁴Entrevista ao engenheiro Pereira dos Santos 17 de maio 2010, em sua casa, acompanhado de sua mulher, Maria Fernanda, 49'50''.

homens, direitos ao gabinete do serviço social, mais de 40 ou de 50, eu cheguei, abri, eu vim à porta e disse: – Entram dois. Todos exaltados... – Então o que é que se passa? – Senhora D^a. Maria Fernanda, na cantina a sopa não se pode comer, é um cheiro a podre, uma coisa, pois, ele pôs ossos podres. E eu fiquei horrorizada, disse assim: – Vamos lá ver isso! E vinha o carro buscar-me para me levar para a pousada e eu fui para a cantina e depois o motorista foi-me lá buscar. Quando cheguei, era um cheiro nauseabundo. Ele tinha lá ossos de vaca e não sei quê, e meteu tudo para a ... era uma coisa horrorosa. – Ah, isso, eles queixam-se por qualquer coisa. – Não, não é qualquer coisa, este cheiro é nauseabundo! Eu quando entrei aqui deu-me vontade de vomitar! Não é ninguém, nem os animais comem uma coisa destas! ... E os trabalhadores: – Ai, em calhando, dão-nos na mesma! - Ai não dão não, não dá que eu venho cá! E assim foi. À hora de jantar o motorista foi-me buscar à pousada e eu fui, vim cá abaixo, e então fui recebida com uma salva de palmas dos trabalhadores: – D^a Fernanda se fosse assim sempre, isto era uma maravilha! Não sei quê não sei que mais, e eu disse: – Como vê, a razão dos homens, eles tinham toda a razão! Tanto disseram o que estava mal, como dizem o que está bom, portanto se o senhor fizer o que fez agora, não tem razões de queixa. O homem não podia comigo nem por nada!⁸⁵

Os relatos de Maria Fernanda respeitantes ao seu serviço na HICA, repetiam-se em Picote, embora aqui sem a sua supervisão. É o padre Telmo que descreve no seu livro o modo como os restos eram deixados para os mais pobres.

Sempre que possível, traziam-se produtos da terra, para consumir nas festas ou simplesmente para matar a saudade.

O consumo alimentar marca diferenças entre indivíduos e entre os grupos sociais. Aqui tratava-se dum choque de universos divergentes. De um lado uma economia doméstica baseada na subsistência familiar. Por outro o desvirtuar da gestão alimentar baseada numa economia de escala.

Acima das injustiças parece ter estado a “Gabriela”, em Sendim. Todo o barragista por lá terá passado em alguma ocasião, para comer a posta mirandesa. Alimentados nos lameiros, os animais davam uma carne muito apreciada. Era grelhada em brasas provenientes das raízes de videiras velhas e das podas anuais. A posta era acompanhada

⁸⁵Entrevista ao engenheiro Pereira dos Santos 17 de maio 2010, em sua casa, acompanhado de sua mulher, Maria Fernanda, 52’10”.

de azeite, vinagre, batatas, pão e vinho. Gabriela tinha estado em Paris e era a dona dum café e pensão. É descrita nos livros de memórias como uma mulher “com uma barba de fazer inveja a muito homem, sempre pronta a dizer palavrões” (CASTRO, 2008:67).

Muita gente ali passou antes de rumar a Picote e ao estaleiro, em mulas, burros, que naquele tempo não havia outra forma de transportar as pessoas que estavam no estaleiro. Visitei a pensão da Gabriela em 2014. Quando cheguei a Sendim, foi fácil encontra-la. Havia dois edifícios, um mais antigo e outro mais recente onde agora está o restaurante. Mal entrei, vi a Gabriela, reproduzida num retrato que se encontrava por cima da lareira da sala.

O restaurante apresentava ícones da memória barragista, que estavam também assim construídos para dar conta da figura da Gabriela como roteiro turístico gastronómico. Pude assim compreender que existem vários motivos para parar naquele restaurante. A posta mirandesa é um prato servido em outros restaurantes na zona e a senhora que me atendeu assim o confirmou. Ela tinha um discurso



Figura 77 : Gabriela. Sendim, 2014. Fotografia da autora.

preparado sobre a confeção do prato. Mas eu queria dizer-lhe que sabia a história daquele retrato, e, ao fazê-lo, a atitude da senhora mudou. Compreendeu que eu estava percorrendo os lugares da memória barragista. Talvez por esse motivo, explicou-me que era neta da Gabriela e mostrou-me as panelas da avó, cuidadosamente guardadas na cozinha, que já não era a original.

As panelas estavam expostas e eu perguntei se ainda usavam as raízes de videira para fazer os grelhados. Disse que sim, fazia-se tudo como naquele tempo. A avó nunca tinha aprendido a mexer num fogão a gás, e deixou aos filhos e netos esse legado: a posta mirandesa, tal como Henrique Pinto referiu no seu livro.



Figura 78 Panelas, Sendim, 2014. Fotografia da autora.

A sala está também decorada com uma aguarela representando os filhos de Gabriela. A neta contou-me que a avó morreu há 47 anos.

Depois do almoço, quis ver o edifício original da pensão onde agora existe um café que vende navalhas de Palaçoulo.

Aí me sentei para tomar um café, no lugar por onde tanta gente passou em busca de trabalho. Aí ouvi também um:

– Donde bens tu, caramonico?

A criança entrou no café e foi a mãe que respondeu ao homem que a interpelou:

– Bem intxado. Intxasteo-o tu?, – disse ainda o homem, mas a mãe já tinha entrado, atrás do seu “caramonico”. Lá dentro também se falava mirandês.



Figura 79 Lareira da pensão Gabriela, pormenor. Sendim, 2014, fotografia da autora.



Figura 80 Café onde era a antiga pensão. Sendim, 2014, fotografia da autora.

A HIDOURO responsabilizou-se pelo transporte dos trabalhadores a partir de certa altura, sobretudo depois de Picote, quando os trabalhadores se deslocaram para outras obras. A família e os filhos que entretanto aumentavam, determinavam muitas vezes que o trabalhador permanecesse numa delas, como residente e trabalhasse noutra (Bemposta, Miranda). Naquele tempo a posta era servida numa sala com uma grande lareira, em mesas com bancos corridos. Um grande pão de trigo, um jarro de vinho e uma tigela de azeitonas iniciavam a refeição. Todos os barragistas se lembram de Gabriela e do prazer dessa refeição.

Sendim era o lugar onde se descarregava o cimento para a obra. Vinha em camiões Volvo, depois de ter chegado de comboio até ao Pocinho. As brigadas de trabalhadores que permaneciam nesta tarefa lidavam com o clima do lugar: temperaturas muito quentes no verão, muito frias no inverno. Existe uma delegação da AREP em Sendim, que realiza encontros e promove atividades.



Figura 81 Largo principal de Sendim, 2014, fotografia da autora.

Ao dar um passeio pelo largo, reparei numa loja, resolvi entrar. Dentro havia de tudo um pouco: toalhas de mesa, ferramentas, garrações de água mineral com azeitonas lá dentro. A dona da loja exortou-me a comprar: que havia ali lindas toalhas de renda. Mas eu quis dizer-lhe que vinha em busca de um passado, e perguntei-lhe pela feira em Picote, nos anos 1950. Por momentos imaginei que ela poderia ser uma das pessoas que rumavam ao Barrocal, para vender um pouco de tudo. Eu não vinha procurar produtos rústicos nem artesanais, vinha saber das pessoas, onde estavam naquele tempo, o que recordavam. Pelo silêncio da dona da loja, pouco pude apurar. Ela fazia meias com quatro agulhas, e costurava. Deixou-me fotografar os objetos mas não quis ser fotografada, por ser muito feia. Para ela, não havia nenhuma história para contar. Queria vender-me uma toalha. Poderia interpretar esse silêncio e imaginar que certas vidas não querem ser lembradas, quando é preciso andar de terra em terra, a vender. Poderia pensar que também ali, ter uma loja no largo de Sendim tenha sido uma



Figura 82 Meia feita com quatro agulhas. – Nada de especial – disse a dona da loja – as toalhas é que são bonitas. Sendim, 2014, fotografia da autora.

melhoria de vida. Poderia naquele momento pensar uma vez mais por que motivo Lázaro, Guida e Justiniano queriam lembrar e esta mulher, em Sendim, não. Para quê, lembrar esse tempo? Então compreendi a necessidade de Lázaro, Guida e Justiniano. Eles eram frequentemente chamados a contar e recontar aquele começo, a quem vinha em demanda desse passado: jovens arquitetos, pesquisadores do Moderno Escondido, antropólogos. A dona daquela loja não fazia parte desse roteiro, razão pela qual nada tinha a recordar.

Fala-se da miséria para evidenciar um papel num empreendimento, para dar sentido ao presente. Ou não se fala. Naquela loja há um pouco de tudo, mas está vazia, como o largo principal de Sendim.



Figura 83 Interior da loja. Sendim, 2014, fotografia da autora.

4.6. Topografias da memória.

O território do bairro do Barrocal é um lugar de memória, onde as várias narrativas estruturam significados⁸⁶. Quer sejam os livros, que organizam os símbolos e o território de acordo com as lembranças dos narradores, ou a história contada no conforto das casas do bairro definitivo, é o passado que legitima o presente, recontado aos visitantes.

Numa das minhas deslocações mais recentes ao bairro, a mulher de Lázaro evidenciou a entrevista que o marido deu a um jornal local, onde os jornalistas pasmavam perante a sua história de vida. As suas narrativas estruturam o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido (CONNERTON, 1989,2010).

Se a capela é ponto de reunião, o convívio que se lhe segue é ainda mais significativo, pelo que representa nas interações entre trabalhadores e o padre Telmo. Aqui se juntam sensibilidades, se evocam culturas e diferenças de linguagem, necessidades das famílias. Para os engenheiros residentes, o bairro e o seu estilo moderno são um elemento importante no património daquele conjunto, mas é a técnica e a gestão do pessoal da obra que estrutura a narrativa. Aquela, como outras obras, são a concretização de jovens engenheiros em início de carreira, marcados pelo sonho de industrialização do país. Em parte, essa visão distanciada decorre da consciência do atraso tecnológico em que Portugal se encontrava.

O centro simbólico do lugar de onde irradiavam as redes de solidariedades e os conflitos era, naquele tempo, o estaleiro. Para aí confluíam máquinas, materiais e pessoas. O

⁸⁶ Sobre a barragem como ocasião de memória, é de notar a referência a outras barragens enquanto *loci* de memória. Cf. RODRIGUES, 2014:28.

desafio de dominar as encostas escarpadas do rio Douro era transversal aos atores. Se para os marteleiros o principal era escavar a rocha, adaptando ferramentas que minimizassem os riscos de acidente, para os engenheiros a coordenação das equipas e a mediação com as instituições fazia parte das tarefas prioritárias. A obra centralizava as relações de trabalho e as sociabilidades. Todos têm uma missão: a de construir aquela barragem.

Conta-se a mesma história muitas vezes. Aos arquitetos que estão em visita de estudo ao Moderno Escondido, aos estudantes que preparam teses em arquitetura, comunicação, antropologia. Aos visitantes, familiares de barragistas, que vivem noutros países, ou em cidades do litoral. Conta-se a mesma história, de um tempo que era difícil, de uma paisagem agreste, solitária, de um rio zangado, dominado pelos técnicos e pela multidão anónima que ali se juntou, uma vez. Do lugar onde se foi feliz e infeliz, onde se viveu e morreu, onde se cresceu.

Hoje vivem poucas famílias no Barrocal do Douro: para a Guida, é a cidade ideal. Para quem vive em Lisboa, é um lugar de memória, pretexto para outras sociabilidades, construídas em torno dos livros que se escrevem e que são lançados no Museu da Eletricidade, ou na sede da AREP, congregando barragistas e emoções. Ou pretexto para passear e conversar sobre os tempos idos, relembrando os episódios de todos os dias durante um almoço mensal ou por ocasião de uma comemoração.

A identidade barragista resulta da relação entre os fatores nacionais, regionais e locais.

O rio é o elemento que a técnica é chamada a dominar.

Talvez seja esse o motivo que justifica ficar no Barrocal. Habitando agora as casas definitivas, os antigos trabalhadores colocam-se no centro da memória e do património tecnológico de Picote. A mobilidade social ascendente de que beneficiaram os seus descendentes é o aspeto mais relevante na vida das famílias que ali se fixaram. Alguns filhos desses pioneiros do Barrocal trabalham na barragem. Como no caso de Justiniano. O território segmentado do bairro moderno deu lugar a novas funções dos edifícios, adaptadas à pequena população que ali vive. Sabem por onde andam os engenheiros, quem volta ao Barrocal, quem pretende perpetuar a memória das populações que ali passaram.

A lógica assente em técnica e progresso que presidiu à construção do bairro não está presente na vida atual. A rotina dos seus moradores é outra: cuidar dos cães para a caça, ir a Sendim ou a Miranda, visitar a família que está no Porto ou noutra cidade, participar no associativismo entretanto surgido dedicado ao património cultural, à caça ou à pesca

fluvial. Todos seguem a política energética da empresa concessionária, agora em relação ao aumento de potência das barragens naquele troço fluvial conforme referido na Introdução.⁸⁷

Para os habitantes do Barrocal, a energia hídrica é energia de futuro, não poluente. O aproveitamento daquele rio é motivo de orgulho, pelo bem-estar que a eletricidade trouxe ao país. Nem os cabos de alta tensão os preocupam, quando se fala nas consequências que poderão ter para a saúde dos habitantes.

Uma giesta envolve a placa de identificação do Barrocal, serve de vassoura, esconde uma menina que quer provar queijo. Mistura-se com estrume para tornar o caminho transitável. E resiste ao granito do planalto, ao lado dos postes de alta tensão.

No meio das fragas e do silêncio cortado pelos bichos, o bairro moderno permanece noutras representações. Colocado ali, naquele lugar longínquo, presta-se à narrativa, às diferentes configurações dos territórios, dos espaços e das emoções.

A vida de todos os dias no bairro do Barrocal não tinha ainda passado. A obra regulava as horas e as rotinas, o trabalho determinava o nível de vida e o trânsito. Por isso, as estruturas familiares tinham grande importância. As histórias que se contam incluem o nascimento dos filhos, o modo como se conheceu o marido ou a mulher naquele lugar, episódios de traição, a solidão de quem não podia levar a sua própria família. Para a Guida, o sentido de estar no bairro é o marido. O casamento foi contra a vontade da sogra.

– Tu gostas de mim? – E eu disse: – Eu gosto.

– Pois, eu também gosto de ti. Quem casa contigo sou eu, não é a minha mãe.

– E fomos, levámos aquilo até ao fim e casámos.⁸⁸

A morte do marido foi-me contada no adro da capela, quando esperava visitantes. Gosta que lhe chamem a Guida do Neca.

De maneira que daí a um bocadito, ele estava assim de frente para a televisão, Estávamos sentados, já tínhamos jantado, coisinha pouca, um ovo estrelado e uma sopa que à noite ele não queria muito a comer... uma postinha de peixe grelhado, naquele dia foi um ovo estrelado. Nisto começa a abanar o braço, e

⁸⁷ Cf <http://www.publico.pt/economia/noticia/edp-inaugura-obras-de-reforco-de-potencia-nas-barragens-de-picote-e-bemposta--1535345>, página pela última vez acedida em 5 mar.2015.

⁸⁸Entrevista gravada no adro da capela de Picote, Margarida Vale, Guida do Neca, Barrocal do Douro, 27 de julho de 2010, 22'35''.

eu quando o vi fazer assim, nesta posição, o braço direito, ... – Ó Neca, tu não estás bem! E diz ele... diz ele... Não respondia! Digo: – Não estás bem! uhhhh...uh...., e eu pensei, entrou em coma ou se calhar desmaiou. Chamei os bombeiros. – Vocês podiam ver num instante, que o Almeida, ele era Manuel, e era Neca para nós. Mas em Sendim era o Almeida, era o bombeiro Almeida. – Vocês podiam vir, o Almeida não está nada bom, deu-lhe qualquer coisa, e dizem eles para mim – Ah, ainda agora saiu daqui tão bem disposto, e digo eu assim, - ... e também comeu bem disposto e conversou comigo *inhantes* bem disposto, e agora deu-lhe qualquer coisa. Quando eles aqui chegaram para os primeiros socorros a ver se conseguiam, ele não deu de nada, depois eu queria ir na ambulância e dizem eles, - Não, a senhora não pode ir, que vem aí o INEM e não gostam que vá ninguém. Mas eles cá fora já tinham dito que ele que me ia morrer. Mas a mim não me tinham dito. Depois eu peguei num carro de um rapaz meu amigo, que é lá vizinho, foi comigo a Miranda e ele estava no hospital em Mogadouro, mas já estava ... Depois a doutora, a doutora Virgínia, é que me disse: – Olhe... Pronto, lá me deu ... o seu marido faleceu, assim, assado ... Que é que a gente havia de fazer, não é?⁸⁹

Guida não teve filhos do Neca. Eram só os dois no mundo e aquele amor. Por isso quando contou esta história ficou em silêncio durante um pedaço, em que foi espantando besouros que por ali esvoaçavam.

Comprei a casa, comprei ainda no tempo do meu marido, compremos a casita aqui, eu agora também não quero ir para outro lado, nem quero ir pagar renda, nem quero ir comprar outra. Porque aqui estou bem. E mais, agora depois de o ter aqui já nunca mais saio daqui. Nunca na vida. Saio daqui mas é quando for num caixão que me levar. Posso ir ao Porto, que



Figura 84 Cerâmica feita pela Guida. Barrocal, 2014, fotografia da autora.

⁸⁹Entrevista gravada no adro da capela de Picote, Margarida Vale, Guida do Neca, Barrocal do Douro, 27 de julho de 2010, 3'17''.

eu tenho consultas no Porto, ou posso ir a Braga à minha terra, a minha mãe tem lá casa, e assim, mas isso é para ir e vir, não é para lá estar muito tempo. Agora depois de ele estar ali...⁹⁰

A Guida ocupa o seu tempo com a capela do bairro, com os visitantes e frequenta um atelier. Foi depois no quintal da sua casa que reparei numa cerâmica.

– Aqui está a Guida e o seu Neca, – comentei. Ela sorriu;

– É.

Quando João e Conceição completaram 50 anos de casados, a festa foi na mesma capela onde tinham casado. João conseguiu que a família (filhos e netos) visitasse a barragem, conhecesse o primeiro lugar onde trabalhou. Na capela, aberta pela Guida, trocaram alianças, levadas por um dos netos numa cesta de giesta improvisada. Uma das



Figura 85 Vista da antiga escola, agora um café. Fotografia da autora.

filhas tinha cortado um ramo grande de giestas para dar à

mãe. Fotografou-se a família, o Arribas foi tocar para eles no adro. A tudo isto assistiu a Guida, Para ela, esta era uma cerimónia bonita, de tão simples. Um ramo tão lindo, ali, de giesta.

Amar e morrer ali, no meio das fragas, enquanto a obra cresce ao mesmo ritmo dos casamentos, dos namoros, das traições. Ficar porque se amou ali, partir porque se quer mais. Ficar porque de repente os engenheiros partiram, porque a obra se constrói noutra lugar e ficamos nós, no bairro. E os dias retomam o seu curso. A caça, os netos que visitam os avós nas férias, a piscina agora abandonada, à espera de uma exploração turística. O centro comercial era naquele tempo também, para além da missa de domingo, o local onde todos se encontravam e conversavam. As mulheres dos engenheiros não faziam as

⁹⁰Entrevista gravada no adro da capela de Picote, Margarida Vale, Guida do Neca, Barrocal do Douro, 27 de julho de 2010, 33'32''.

compras. Comprava-se pão, havia um talho, uma cooperativa. O centro comercial tinha tudo o que era preciso e que vinha do Porto. Para além da azáfama diária do centro comercial, havia as vendas porta a porta: ovos, cerejas, roupa. Estes produtos vinham das populações que viviam nas aldeias próximas. Ao matadouro do bairro chegavam animais. Um trabalhador podia trabalhar no estaleiro e ainda ir trabalhar na vinha. Um produtor particular podia vender os seus produtos no recinto da feira.

Os barragistas iam sobretudo às feiras de Sendim e de Mogadouro, pela maior variedade de produtos. Mais raramente iam a Bragança, faziam-no em grupo indo de automóvel.

Nos terreiros daquele planalto comia-se a posta mirandesa grelhada, com pão. Não era muito barato, mas fazia parte das rotinas masculinas. Foi ali, contou-me João, que um barragista foi preso pela PIDE.

A estrutura concebida para o bairro do Barrocal diferenciava-se da estrutura arquitetónica e paisagística do local envolvente.

A construção da paisagem obedeceu a um ideal de progresso. Neste sentido, os materiais e os meios decorrentes dos novos usos industriais criaram uma realidade nova, independente do local onde estava inserida. Brincava-se com peças do *Euclid*, percorria-se a pé a distância à obra para levar o almoço, usava-se o cimento, o ferro e o betão como telhado, brinquedo, símbolo de poder. As gruas içavam os homens que caíam num jogo de futebol, os *Euclid* despejavam os homens que vinham da obra no refeitório.

Na nova paisagem criada pela técnica, o casario espelhava a hierarquia que caracterizava aquela sociedade. No espaço doméstico, a organização mudou. Animais e pessoas deixaram de conviver no mesmo espaço. Contrariamente às casas das aldeias próximas, as casas do bairro foram construídas em apenas um andar, com quartos, sala, cozinha e casa de banho. Nas casas das aldeias, o



Figura 86 No bairro definitivo, Barrocal, 2014, fotografia da autora.



Figura 87 Bairro de madeira, pormenor. Ao fundo vê-se o basamento de granito das casas, já sem a construção de madeira. Barrocal, 2013, fotografia da autora.

andar térreo era para os animais, era o andar de cima que as pessoas ocupavam, em particular a cozinha, com lume onde se cozinhava e onde a família se juntava. Muitas das tarefas diárias eram feitas também na varanda. As casas do bairro seguiam os modelos urbanos da época. À exceção das casas do pessoal dirigente de que se falou anteriormente, o bairro definitivo apresenta uma organização do espaço doméstico idêntica à das cidades. Na verdade, aquela era uma cidade. Nas casas de madeira, havia um vizinho que ouvia um fado da Amália repetido e repetido, contou João. Não era preciso falar muito alto para se ser ouvido, as paredes contíguas das casas deixavam passar muito ruído. Havia giradiscos, fogão, equipamentos de aquecimento em todas as divisões da casa. Naquele tempo, o frigorífico era um objeto de luxo.

O diálogo entre migrantes e população envolvente fazia-se por ocasião das festas e das feiras. Para além das famílias já constituídas e que se deslocaram para a obra, formaram-se novas famílias, que também entraram no circuito migratório das barragens.

Os barragistas formaram uma população diferente no planalto mirandês, com vida própria e sustentada pela barragem em construção e não pela terra. Hoje, as suas memórias são terreno de disputa. Quem diz a verdade, sobre como tudo aconteceu?

Na inauguração da barragem de Picote, o engenheiro Ferreira Dias, na altura ministro da Economia, fez um discurso de apologia do progresso e da eletrificação do país, convocando símbolos do imaginário simbólico do regime (a vocação expansionista e exploradora dos portugueses, o carácter corajoso da Lusitânia) para comprometer o governo com o progresso e colocar um ponto final na distribuição avulsa e desigual da energia elétrica em Portugal. Esses discursos podem ser lidos no jornal “Diário de Lisboa”.⁹¹



Figura 88 Novos usos da antiga escola. Barrocal do Douro, 2013.

Vieram das minas.

O aspeto não é de Operários, é de mendigos. Mostraram-me o cartão. Na capa, o nome, o número e dezoito escudos por dia.

⁹¹<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06535.073.16237#!28>

Hidroeletricidade e identidade social

Qual o homem que come somente dez escudos por dia?

Sobram oito. São p'rá mulher.

E os filhos? E a roupa? E a renda de casa? E o conforto? E os remédios?

Onde acontece isto?

No nosso mundo. Nos nossos dias. No nosso Cristianismo.

Estes Operários vieram procurar mais dois escudos por dia.

Ai! os nossos rótulos e as nossas bandeiras! (FERRAZ,1985:45-46).

Capítulo 5. Foz Côa: como se suspende uma barragem.

*Valdorria no es un pueblo; es una aparición.
Julio Llamazares, El río del olvido, p.128*

Recordar é construir património. Lugar de disputa, a recordação constrói o sentido existencial: Aqui ou ali, fora ou dentro de casa, a história que se conta mistura-se com as expectativas que se criam em torno da vida, dos afazeres, do futuro do país.

Segundo Paul Connerton (2010), o tempo estrutura-se em torno da produção, do consumo, da carreira. Para o trabalhador migrante indiferenciado, recomeçar com o saber técnico melhorado e especializado nas construções era uma melhoria de vida. Para os engenheiros que rumaram a outras obras, a continuação duma missão.

O tempo passado recorda-se agora nas grandes cidades, ou na “cidade ideal”, sobreposta pelos arquitetos aos lameiros e às fragas.

Contam-se histórias onde a subjetividade nasce de cada ponto por onde se começa, e encontra o fio condutor noutra subjetividade. Aqui e além identificam-se novos começos, lugares revisitados e reconstruídos, ruínas de projetos que não se sonharam. Se cada um conta ou escreve uma história diferente, isso serve para sublinhar a identidade do grupo barragista e para marcar o lugar da sua pertença simbólica: a obra.

5.1. Anos 90: barragistas, progresso e património.

Para os barragistas, o progresso está do lado do trabalho coletivo, no desenvolvimento do país. A polémica dos anos 1990 sobre as gravuras rupestres então descobertas em Foz Côa, foi o pretexto que escolhi para saber a opinião dos meus entrevistados acerca do que eles entendiam por progresso. Essa polémica resultou na suspensão da construção duma barragem.

O betão e o cimento, os ferros e as máquinas, são os elementos concretos do fazer barragista. Se participam na discussão sobre os recursos energéticos, assumem a defesa das barragens porque recurso fundamental, energia limpa, fator de desenvolvimento regional onde são construídas. Se lembram os “sacrificados” dessas obras, é para exaltar um sentido coletivo, para dar voz aos homens e mulheres que não querem ver caídos no esquecimento. Assim, quanto à descoberta das gravuras em Foz Côa consideraram que “(...) gravuras há em todo o lado, mas são as barragens que dão trabalho e progresso.” Céticos quanto ao desfecho da polémica em torno da descoberta destas gravuras, os

argumentos refletem as suas biografias. Para eles as barragens dão trabalho, melhoria das condições de vida, mobilidade social.

Todos consideraram a preservação do património arqueológico secundária se comparada com a importância dos aproveitamentos hidroelétricos. No caso dos engenheiros barragistas era também um discurso sobre o país e sobre a sua missão, enquanto técnicos. De uma forma geral afirmaram que o debate sobre os recursos irá implicar no futuro a conjugação de várias formas de energia, nas quais as barragens têm um papel importante. Encararam assim a questão dos recursos como uma questão crucial para o progresso do país. Habitados a lidar com a resistência da natureza à vontade humana (o granito, a força do rio), as suas respostas colocavam a natureza em perspetiva. Repetidas vezes evocaram os movimentos ambientalistas, que querem “salvar um gato que existiu muito recentemente no Algarve” – o lince da serra da Malcata–, ou umas “florzinhas campestres que até são bonitas. Que todo o vale é bonito, toda a gente sabe,” mas é preciso que esta visão da natureza, idílica e romântica, não deixe de lado o desenvolvimento do país, que necessita de um impulso modernizador. Esta argumentação dos engenheiros entrevistados repetiu-se nas entrevistas aos trabalhadores não especializados, para quem as barragens traziam trabalho. Para eles, o património arqueológico não permite o desenvolvimento da região, tem um valor secundário. É a construção de acessos, estradas, ligações, a produção de eletricidade, que constituem o maior bem para o país. Consideraram esta energia não poluente, face às alternativas que hoje se colocam. A defesa da energia ligava-se às suas representações de progresso. Esta ideia surgia sempre que comparavam as suas condições de vida com as dos filhos, que entretanto se qualificaram e vivem melhor. Em alguns casos, a referência à ascensão social dos filhos criava situações de grande emotividade durante as entrevistas. A. M. mencionou muitas vezes ter uma filha médica, Justiniano sublinhava a vantagem de trabalhar na HIDOURO e poder ter proporcionado qualificação aos filhos. Só ao ouvir as gravações pude aperceber-me do elevado nível emotivo com que falavam dos filhos e como tinham singrado na vida, por vezes não conseguindo conter as lágrimas.

O aspeto comum ao discurso dos barragistas centra-se em duas vertentes. Por um lado, existe unanimidade no que diz respeito à defesa da energia hidroelétrica como recurso essencial ao desenvolvimento do país. A técnica é o fator de progresso real das populações e do país. Por outro lado, revelam distanciamento e ceticismo perante o poder político. Questionam a capacidade do estado para concretizar essa modernização. Expressando-se de formas diferentes, engenheiros e trabalhadores convergem nesta atitude. A identidade

de grupo consolida-se à margem do poder político. É na descrição de si próprios como gente de ação e obra que o discurso barragista ganha forma e adquire força identitária. Era essa a função dos eventos a que me foi dado assistir e que já relatei: comensalidades, lançamento de livros, conversas informais.

5.2. O contexto da barragem.



Figura 89 Vale do rio Côa. Ao fundo, a barragem interrompida. 2010, Fotografia da autora.

Em 1906 entrou em serviço a central de Riba Côa. Em 1939, um decreto outorgou a concessão da central de Ribacôa. Os respetivos direitos e obrigações foram adquiridos pela Hidroelétrica do Côa dez anos depois, data em que apresentou o plano geral previsto para a bacia do rio Côa (RIBEIRO, A. 1995).

Hidroeletricidade e identidade social

Quadro 2 – Centrais hidroeléctricas de potência superior a 100 kW

Ano de Entrada em Serviço	Serviço Público				Serviço Privado			
	Nome	Rio	Potência (kW)		Nome	Rio	Potência (kW)	
			Inicial	[Final]			Inicial	[Final]
1906	Riba Côa	Côa	105					
1907								
1908					Canigos	Vizela	225	(750)
1909	Varosa	Varosa	100					
	Sr.* do Desterro	Alva	300	(2000)				
1910								
1911	Covas	Coura	110	(730)	Delães	Ave	100	
					Hortas-Lever	Lima	114	(250)
1912	Giestal	Selho	240		Moinho do Buraco	Selho	30	(114)
1913					Ronfe	Ave	412	
1914					Campelos	Ave	240	
					Fáb. do Prado	Nabão	210	
1915	Corvete	Buglo	430	(2350)				
1916					Mina do Pintor	Calma	96	(240)
1917	Olo	Olo	68	(136)	Matrena	Nabão	10	(440)
	Drizes	Vouga	35	(120)				
1918								
1919								
1920					Palhal	Calma	892	
1921								
1922	Lindoso	Lima	7500	(60000)	S. Martinho Campo	Vizela	392	
1923	Pt. Jugals	Alva	3000	(12000)	Barcarena	Barcarena	125	
1924					Fáb. Mendes Godinho	Nabão	135	
1925	Chocalho	Varosa	1890	(14000)	Fervença	Alcoa	356	
1926	Freigl	Cabrum	225	(1020)	Tomar	Nabão	300	
	Terrajido	Corgo	118	(4121)				
1927	Rei de Moinhos	Alva	230	(460)	Lugar de Ferro	Ferro	684	
	Póvoa	Niza	700					
	Caldeirão	Almonda	105	(155)				
	Pisões	Dinha	100					
1928					Ruães	Cávado	98	(1200)
1929	Bruceira	Niza	1800		Buglo	Buglo	435	
					S. Marta Aliviada	Ovelha	255	
					Pingueta do Romão	Ave	150	(250)
1930					Abelheira	Ave	100	

Figura 90 Fonte: Centro de informação REN.

<http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/publicacoes/PublicacoesGerais/Hidroelectricidade%20em%20Portugal%20-%20Mem%C3%B3ria%20e%20desafio.pdf> em 22 mar.2015.

Depois de transferir essa concessão para a Hidroelétrica da Serra da Estrela, em 1957, a Hidroelétrica do Côa entrou em negociações com a Hidroelétrica do Douro, que se concluíram em 1959. Em julho, a HIDOURO apresentou o plano geral do rio Côa, que se manteve, no essencial, até aos anos 90.

O interesse do aproveitamento de Foz Côa reside na sua situação estratégica, controlando a cascata do Douro nacional formada pelas seguintes barragens: Pocinho, Valeira, Régua, Carrapateiro e Crestuma, assegurando, segundo estes dados (RIBEIRO,A.1995:19), que produz 20% da energia elétrica consumida no país, medida nas horas de ponta. A projetada barragem, com uma albufeira de 473 milhões de metros cúbicos, poderia tornar-se a “grande fonte de água para toda a bacia do Douro nacional.” (RIBEIRO.A. 1995:20).

Os anos 1990 foram marcados em Portugal por uma mudança da visão do que se considera progresso, coincidindo com a entrada do manancial de fundos financeiros comunitários (MATEUS, 1992). Entre 1986 e 1991, a economia portuguesa internacionalizou-se e modernizou-se. As formas desiguais de participação nesta dinâmica não foram exclusivas da sociedade portuguesa, mas existiam no contexto da construção europeia deste período (MATEUS,1992:660). Portugal recebeu nos primeiros seis anos da adesão à Comunidade Europeia cerca de 1100 milhões de contos (MATEUS,1992:669-670). Em 1992 discutiam-se as grandes opções estratégicas para o país:

O desenvolvimento económico português exige a estruturação a partir de dentro de capacidades e vontades públicas e privadas que permitam qualificar o processo de modernização e controlar o respetivo ritmo e alcance social. Sem este eixo de afirmação de estratégias privadas e políticas públicas (claramente secundarizado até agora num contexto de insustentável euforia suscitada pela gestão dos apoios comunitários sem contrapartida em custos de ajustamento estrutural que a realização do mercado interno europeu não deixará de colocar com muito maior intensidade a partir de 1993) a modernização não passará de uma adaptação truncada e atrasada a modelos exteriores predeterminados, isto é, de um processo que conduzirá inexoravelmente a um reforço da situação periférica e de menor desenvolvimento que nos caracteriza atualmente no contexto europeu (MATEUS,1992:671).

Foi nesta moldura que se desenvolveu o debate sobre recursos energéticos, quando foram descobertas as gravuras rupestres de Foz Côa, no contexto da construção da barragem. Na realidade, a primeira referência a estas gravuras remonta a 1989, por ocasião do estudo de impacto ambiental pedido pela EDP, no contexto da obra a realizar. No verão de 1993, o arqueólogo Nelson Rebanda descobriu as gravuras, entretanto já referenciadas pelos relatórios. Com o abaixamento do nível das águas, em 1994, foi possível ver muitas delas. Em novembro deste ano o Instituto Português do Património Arqueológico (IPPAR)⁹² anunciou oficialmente esta descoberta.⁹³

⁹² Este Instituto foi criado em 1992, pelo Decreto-lei n.º 106-F/92 de 1 de junho, sucedendo ao Instituto Português do Património Cultural (IPPC).

⁹³ Cf. <http://www.arte-coa.pt/Ficheiros/Bibliografia/1304/1304.pt.pdf>, página pela última vez acedida em 6 mar.2015.

Nos anos 90, a EDP previa a conclusão da barragem de Foz Côa em 1998, conforme o quadro seguinte:

Quadro 9 – Aproveitamentos hidroeléctricos em construção na década de 90

Aproveitamento	Bacia	Curso de Água	Tipo	Entrada em Serviço	Área da Bacia Vertente (km ²)	Altura de Queda Média (m)	Cap. Útil da Albufeira (hm ³)	Potência Instalada (MW)	Produtibilidade Média Anual (GWh)
Alto Lindoso	Lima	Lima	Albufeira	1922/93	1 525	280	270	634	910
Touvedo	Lima	Lima	Paq. Amaz.	1993	1 700	25	4,0	22	61
Caldeirão	Mondego	Rb. Caldeirão	Albufeira	1993	174	193	5,4	32	50
Pracana (I)	Tejo	Ocreza	Albufeira	1993	1 410	57	69	26	23
Sabugueiro II	Mondego	Rb. Caniça	Albufeira	1993	14,4	418	4,9	10	33
Miranda II	Douro	Douro	Paq. Amaz.	1995	63 500	55	6	194	223
Foz-Côa	Douro	Côa	Albufeira	1998	2 424	98	355	140 (R)	330
Total								1058	1630

(1) Reforço de potência
(R) Equipamento reversível

Figura 91 : Centro de informação REN. Em linha:

<http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/publicacoes/PublicacoesGerais/Hidroelectricidade%20em%20Portugal%20-%20Mem%C3%B3ria%20e%20desafio.pdf> em 22 mar.2015.

As notícias sobre o achado arqueológico encheram os jornais entre novembro de 1994 e julho de 1996.⁹⁴ O debate sobre os recursos neste período representou uma nova luta pela hegemonia, com representações que alteraram os conceitos de progresso e também o discurso sobre a técnica. De repente, os estudantes de uma escola secundária tornaram-se notícia nacional.

Durante a visita de estudo que organizei e que será analisada em tempo, foi feita uma recolha de notícias de imprensa posteriormente catalogadas. Estes recortes pertenciam a um dossiê disponível na biblioteca do Museu do Côa. Mais tarde foi possível aceder ao dossiê de imprensa da Universidade de Coimbra a partir do qual elaborei a síntese.

Em novembro de 1994, o jornal Público noticiou a posição tomada pelo Partido Socialista (PS), na oposição, em defesa do achado arqueológico. Em dezembro, divulgam-se posições públicas de arqueólogos, e deputados socialistas deslocaram-se a Foz Côa para ver as gravuras. A EDP afirma ter tido conhecimento da existência deste achado arqueológico pela comunicação social. Os deputados do Partido Comunista Português (PCP), na oposição, questionaram a secretaria de estado da Cultura. Ainda nesse mesmo

⁹⁴Em linha: <http://www.ci.uc.pt/fozcoa/argset94.html#inicio> página pela última vez acedida em 15 mar.2015.

mês, o Conselho Consultivo do então Instituto Português do Património Arqueológico (IPPAR) reuniu com a EDP e com especialistas. Pedro Santana Lopes, secretário de estado da Cultura, do Partido Social Democrata (PSD), afirmou-se favorável à preservação daquele património. Títulos como “Foz de Conta” (“O Independente”, semanário, 16-12-1994) ou “Um património que se afunda” (Diário de Notícias, matutino, 18-12-1994) evidenciavam a polémica instalada e a sua relação com os poderes. A prevista submersão das gravuras que aconteceria com o enchimento da albufeira e a entrada em funcionamento da barragem, atingiu rapidamente a proporção de um escândalo que mobilizava a opinião pública nacional (cf. *Côa é escândalo moderno*, Diário de Notícias, de 29-12-1994) e também no estrangeiro (cf. *Modern scandal greets big Stone-Age Art find*, The New York Times, matutino, de 27-12-1994).

De janeiro a março de 1995, multiplicavam-se os artigos na imprensa escrita. O matutino “Público” anunciava que a EDP estudava alternativas à barragem de Foz Côa, enquanto o partido Centro Democrático e Social (CDS), na oposição, defendia uma solução de compromisso entre a barragem e as gravuras. Foi por esta altura que os jornais internacionais deram conta da polémica.⁹⁵ Mas Jean Clottes, arqueólogo francês, afirmaria em entrevista que “não entra nas guerras portuguesas.”⁹⁶ Foi ainda o jornal “Público”, na sua edição de 22 de janeiro de 1995 que referiu tratar-se das “gravuras da consciência cívica.” A palavra “santuário” surgiu na revista “Visão”, em fevereiro deste ano. Foi também neste mês que o “Público” (04-02-1995) noticiou que alunos da escola secundária de Foz Côa se haviam manifestado em defesa das gravuras, com um título que se tornou famoso: “As gravuras não sabem nadar.”

Durante o mês de fevereiro de 1995 noticiaram-se mais iniciativas desses estudantes: manifestações, abaixo-assinados, numa mobilização à escala nacional que abrangeu 70000 jovens. Mário Soares, na altura presidente da República, aconselhou a EDP a não apressar os trabalhos apelando ao diálogo entre as partes.

A indecisão permaneceu durante o mês de março. A imprensa internacional acompanhava o movimento cívico gerado com títulos como *La communauté internationale se mobilise pour sauver le site paléolithique de Foz Côa* (*Le Monde*, matutino, 11-03-1995) ou *Dam Project Threatens Art Legacy From Ice Age, Portuguese Government Under Fire* (*The Times*, matutino, 11-03-1995). As notícias de março evidenciavam confrontos partidários,

⁹⁵Títulos como *Portuguese rally to save Ice Age Art* (Sunday Times 8-01-1995), ou *Gravures rupestres menacées au Portugal* (La Croix, 11-01-1995), mostram a vivacidade do debate criado.

⁹⁶Jornal *Público*, 12-01-1995, entrevista a Jean Clottes.

com a questão já integrada na política interna portuguesa. Ambientalistas e arqueólogos mobilizavam-se contra a EDP. As propostas da empresa concessionária apareciam submergidas no clamor gerado em defesa da suspensão da construção da barragem. Só em Julho se pôde ler, no jornal “Público” (2-07-1995) que “a EDP defende a barragem de Foz Côa como um elemento indispensável para fazer frente às incertezas do clima e aos caprichos da gestão da água que chega de Espanha,” chamando assim a atenção para as questões relacionadas com a autonomia portuguesa relativamente à gestão da água. Durante este mês a imprensa (“O Independente”, “Expresso”, “Público”) deu conta da luta pela propriedade e validação científica da informação arqueológica. Houve acusações de incompetência na datação das gravuras, suspeições de ligação a interesses não identificados, chegando-se ao insulto (“Especialistas trocam insultos acerca de Foz Côa”, “Expresso”, semanário, 26-08-1995).

Em setembro, o então primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva “acreditava” em Foz Côa (“Cavaco Silva acredita em Foz Côa”, Diário de Notícias, matutino 24-09-1995). A “crença” não lhe daria a vitória eleitoral.

Em novembro, o assunto Foz Côa era o *locus* do discurso ideológico. O “Diário de Coimbra” publicou, a 18 de novembro, um artigo com o título “Ânimos andam exaltados em Vila Nova de Foz Côa”, referindo que dezenas de populares em frente à câmara municipal de Vila Nova de Foz Côa defendiam a construção da barragem, ocasião em que os arqueólogos Mila Simões de Abreu e João Zilhão foram insultados por manifestantes, estando presentes quatro ministros e dois secretários de estado do novo governo socialista.

Foi ainda no “Diário de Coimbra” que se anunciou o arranque do Parque Arqueológico do Côa, em 6 de janeiro de 1996. Lia-se no “Público” de 14 de janeiro, que a câmara de Foz Côa “apresentou ontem ao secretário de estado do desenvolvimento regional, Adriano Pimpão, um pacote de contrapartidas pela não construção da barragem no valor de 15 milhões de contos. Entretanto, na região, antevê-se nova polémica, com epicentro em Vila Flor e Mogadouro, que exigem ser incluídas no Programa Integrado de Desenvolvimento do Vale do Côa.”

O diário “As Beiras” publicou em fevereiro de 1996 um artigo sobre a recusa de estender à cidade da Guarda o Plano Integrado do Vale do Côa. Reivindicava-se a pertença a tal plano.

A técnica, até então vista como veículo civilizador e emancipatório da sociedade transformava-se em sinónimo de estreiteza de perspetivas, da supremacia do fator

tecnocrático face aos de ordem cultural. A natureza ganhava estatuto sagrado, definia-se um “santuário”. O sacrifício seria doravante outro: a cabeça do poder político que se pediu, no contexto dos movimentos cívicos que se criaram entre 1993 e 1995.

Novas representações da política e da sociedade foram protagonizadas pelo cidadão, predominantemente urbano, que reclamou para si a luta por um Portugal orientado por critérios assentes na cultura e críticos a uma razão técnica. Observou-se uma recomposição da memória social, motivada pelas alterações políticas e pelo contexto económico. Protagonizada pela noção de progresso, o debate evidenciou novas clivagens na sociedade portuguesa, mobilizada agora numa questão local, mas cujas implicações originaram uma leitura de âmbito nacional e mesmo com repercussão além-fronteiras.

O modo como os intervenientes se posicionaram neste confronto narrativo traduz uma luta pela hegemonia no campo das atitudes políticas: o património arqueológico instituiu-se em terreno simbólico, em que se validaram as opções de modernidade para o país.

Onde estão os protagonistas deste confronto, que pensam e que fazem?

5.3. Protagonistas e atores do movimento cívico.

Os protagonistas iniciais deste movimento cívico foram os alunos de uma escola secundária e os seus professores. A leitura do “Dossier Côa”, coordenado por Vítor Oliveira Jorge (1995) e um comentário de Augusto Abelaira, que se referia a um artigo de Margarida Portugal sobre esses jovens, permitiu-me determinar o ponto zero dum movimento cívico suscitado por uma barragem em construção, exigindo a suspensão e a preservação das gravuras e manifestando-se por meio da máquina metafórica que gerou. Em março de 1995, Augusto Abelaira publicou no “Jornal de Letras” um comentário a uma reportagem feita por Margarida Portugal, sobre a escola secundária de Foz Côa. Tinha como título “O milagre de Foz Côa.” Para Abelaira, a reportagem narra a revolução na escola secundária, num contexto de deslumbramento e êxtase, que interpreta como uma “construção de sentido”. Na verdade, o aspeto mais significativo é o facto de os estudantes, com o seu capital de curiosidade e paixão, “acreditarem.” A constituição do sentido a partir da crença será analisada mais adiante, uma vez que estrutura a narrativa numa dinâmica de recomposição das crenças (HERVIEU-LÉGER, 2005). Procurei o artigo que A. Abelaira referia. É um artigo do “Público”, de 7 de março de 1995, assinado por Margarida Portugal, e que se chama, como já referi, “O milagre de Foz Côa”. A reportagem ocupa uma página, com uma fotografia ao centro, de alunos da escola

envergando *t-shirts* com o *slogan* “As gravuras não saber nadar”. São cinco raparigas de cabelo comprido, sorridentes, abraçadas. No resumo que inicia a reportagem, pode ler-se:

Foi num abrir e fechar de olhos. Primeiro veio a barragem, depois as gravuras, e a seguir deu-se o milagre. Nas escolas de Vila Nova de Foz Côa vive-se um estado de graça educativa. Os professores andam extasiados com os alunos, os alunos andam deslumbrados com a escola. Mês e meio de polémica fizeram mais pelo ensino da região do que todos os anos de reforma do sistema educativo. Porquê? Porque subitamente “tudo fez sentido” (PORTUGAL, 1995).

A reportagem dá conta da agitação que tomou conta da escola secundária, com especial protagonismo dos alunos, mas também dos seus professores que de repente se viam envolvidos em ritmos de aprendizagem inéditos, com as matérias e conteúdos tradicionais dos currículos a ser substituídas pelas insistentes perguntas sobre as gravuras. Segundo este relato, não havia uma única aula em que não se falasse das gravuras. A este súbito interesse, juntavam-se outros fatores: a indisciplina diminuiu, a relação entre professores e alunos alterou-se. O milagre aconteceu porque de repente, os eixos das sociabilidades se alteraram e subverteram.

Como é que tudo isto começou?

Não podia ter acontecido nada de mais providencial em Foz Côa. Fale-se com um professor de Literatura, de Educação Visual, de Filosofia ou de qualquer outra disciplina e o discurso é invariavelmente o mesmo: de um momento para o outro, os alunos “sentiram-se heróis de uma causa que não é igual para todos, é a deles, é a da terra deles” afirma José Manuel Ribeiro.

Ou seja, num ápice, ganharam “uma consciência de cidadãos e de pessoas, ganharam sentido crítico, ético e interventivo, ecológico e patrimonial”, transformaram-se em “pessoas no sentido mais lato que a própria Lei de Bases do Sistema Educativo e toda a reforma preconizam” acrescenta (PORTUGAL, 1995).

Os professores decidiram aproveitar esse capital de curiosidade, e promoveram uma palestra, proferida pela presidente do conselho diretivo da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, Clara Menéres, ao qual assistiram todas as turmas. Foi a partir daqui que se criou

a dinâmica que em pouco tempo ultrapassaria a questão local, para a converter num verdadeiro debate nacional. Foi ainda da responsabilidade dos alunos da escola a proposta de ações em defesa das gravuras. O conselho pedagógico, dadas as circunstâncias, aprovou, por maioria, a adaptação dos currículos à nova situação criada com a descoberta. A mobilização dos alunos diminuiu drasticamente os problemas de natureza disciplinar, já que as ações se sucediam rapidamente: presentes oferecidos ao subsecretário de estado da Cultura, recolha de assinaturas a nível nacional, cerca de 175 mil, só nas escolas, cartas abertas aos governantes, *t-shirts* e autocolantes, um mega acampamento junto das obras da barragem. Enquanto isto, o jornal da escola “Folhas de Xisto” tinha apenas um tema: as gravuras.

A descoberta das gravuras de Foz Côa apresentou-se assim como o lugar de onde irrompeu uma nova configuração subjetiva e relacional. Foram os alunos da escola que iniciaram as ações de defesa das gravuras. A direção da escola acolheu-as, integrou-as, e o movimento de defesa rompeu as barreiras da escola e de Vila Nova de Foz Côa, para se tornar um assunto nacional de primeira importância. A propósito das dinâmicas vividas na escola, defendeu-se um modelo de escola cultural, com um investimento maior na relação com o meio.

O Nuno Saldanha é o presidente da associação de estudantes da Escola Secundária de Foz Côa. É um rapaz de aparência vulgar, longa cabeleira sobre os ombros, calmo, cauteloso a falar como convém a um protagonista.

Percebe-se a onnipresença das acusações de “dirigismo” de que os professores foram acusados. Ele repudia-as, acha estranha a descrença das pessoas na capacidade dos jovens. “Não estamos contra nada, nem sequer contra os políticos. Estamos a defender aquilo em que acreditamos”, diz e toda a gente, naquela casa, acredita que é preciso defender as gravuras das águas que a barragem vai trazer.

Para ele, é tão simples como isto: “Estamos a trabalhar, apresentamos um projeto ao conselho pedagógico, não temos nada a ver com os aproveitamentos políticos da questão, não precisamos de ninguém e não temos apoio de ninguém”. Nem sequer estão contra a câmara [municipal] apesar do presidente ser social-democrata e “poder fazer mais do que está a fazer” o que se passa fora da escola não lhes diz respeito. (...)

É óbvio que Nuno Saldanha tem medo. Mais medo dos “aproveitamentos” do que da barragem, embora isso “não me impeça de lutar. Se pensasse assim,

não me mexia”. E na sua cabeça, não há grandes dúvidas: é-lhe dada a oportunidade de participar na defesa de uma causa que considera nobre. E que ainda por cima corresponde exatamente ao “que faltava em Foz Côa: uma coisa que mudasse a vida das pessoas, uma coisa que só há aqui, não há em mais lado nenhum (PORTUGAL, 1995).

Existem aqui duas ordens de problemas: a primeira é o receio do aproveitamento político da descoberta das gravuras. Político, politização, aproveitamento político, são termos de uma narrativa que se repetirá em momentos diferenciados. O presidente da associação de estudantes demarcava-se da política e dos políticos, para concentrar a sua argumentação na defesa de uma causa nobre, que correspondia ao que faltava em Foz Côa, uma coisa que “mudasse a vida das pessoas”.

A segunda ordem de problemas relaciona-se com a constituição de um discurso e a legitimação de um começo, o ponto a partir do qual nada será como dantes, porque de repente Foz Côa se tornou o centro do mundo.

O que está em causa é a legitimação da cultura perante a técnica. Nesta luta importa realçar o que, do ponto de vista simbólico, é convocado para a construção da identidade nacional.

O novo começo é o da cultura, que neste caso representa em primeiro lugar a preservação de património cultural, mas também um novo olhar sobre a identidade portuguesa e uma reescrita da sua memória: a memória que cancela o passado tacanho e medíocre do regime de Salazar, diabolizado agora na figura dos técnicos e dos defensores do betão. A luta pela hegemonia da cultura face à técnica pretende instituir como instância de poder uma visão mais plural da sociedade, assente num novo conceito de desenvolvimento que mais tarde se qualificará de sustentado. O desenvolvimento da região será assim o cavalo de batalha que se torna comum a todos os discursos.

Os protagonistas deste novo começo foram os arqueólogos e os jornalistas numa primeira instância, que mobilizaram para a sua causa intelectuais de diferentes formações bem como os partidos de esquerda e as associações locais.

Em Foz Côa no entanto, o conflito surgiu, entre os defensores da barragem e os defensores das gravuras. A vivacidade do debate nacional foi a mesma do debate local, as forças em presença evidenciavam as mesmas contradições: como sair do atraso e da moral retrógrada para construir uma nova sociedade de progresso e de desenvolvimento?

O “Dossier Côa”⁹⁷ contém quatro tipos de textos: estudos, textos de intervenção, tomadas de posição de entidades, cartas de cientistas. A sua leitura permite conhecer as forças em presença, constituindo um documento de legitimação do património arqueológico em causa, mas também a entrada na sociedade civil de novos protagonismos. Desta forma, assume-se a existência de uma clivagem entre os defensores das barragens, que agora metaforicamente constituirão *betão*, e os do património arqueológico, doravante subsumidos no termo *santuário*.

Aqueles que porventura contam com o esmorecimento progressivo por via do cansaço, dos que têm lutado, com gasto pessoal de tempo, energia e dinheiro, pelos valores espirituais do rio Côa, que não são só valores da nossa pátria, mas também do Mundo, que se desenganem. Só pararemos no nosso empenho quando as obras da barragem de Foz Côa forem efetivamente interrompidas, quando os responsáveis políticos proclamarem claramente a decisão que se impõe (embora saibamos que não é fácil de tomar), e quando virmos estudos científicos condignos, interdisciplinares e internacionais serem iniciados por uma equipa credível e a funcionar em condições proporcionais ao tamanho e seriedade do trabalho a realizar, tal como aconselha o relatório dos peritos da UNESCO chegado a Portugal nos inícios de março de 1995 (JORGE, 1995: 5).

A voz que protagoniza o discurso de legitimação dos valores culturais opondo-a aos valores tecnocráticos, é a de Vítor Oliveira Jorge. A mobilização cívica em prol das gravuras de Foz Côa foi seguida pelos estudantes que se organizaram em associações: *Movimento de salvaguarda da arte do Côa*, *Associação para a defesa das gravuras rupestres de Foz Côa*, *Côa vivo*, *Associação juvenil olho vivo*, constituídas essencialmente por estudantes do secundário de Foz Côa. São eles os autores do atrás mencionado *slogan* “As gravuras não sabem nadar”. Em 1995, este movimento atingiu o auge, com a organização dum mega-acampamento de juventude em Foz Côa e a visita do presidente da República às gravuras, em fevereiro de 1995, pronunciando-se *in loco* a

⁹⁷Dois documentos se apresentam para análise, um do engenheiro Álvares RIBEIRO, G. *Foz Côa: Portugal e a gestão global da água na bacia nacional do Douro*, in Boletim da Universidade do Porto, nº25, Ano V/1 Junho de 1995, e outro de Vítor Oliveira Jorge, *Côa: Cosmos ou Caos*, do mesmo boletim. Este artigo remete para um outro, publicado na revista *A Phala*, nº 43 de 1995, numa segunda edição, já que a primeira, de 5000 exemplares, esgotou.

favor da sua preservação. Os debates públicos reuniram vastas audiências de arqueólogos, historiadores e estudantes, mas também muitos cidadãos.

Compreende-se o interesse dos arqueólogos e dos estudantes, mas o que mobiliza o cidadão comum? Por que razão ou razões esta mobilização que, começando por ser uma questão local, ganha amplitude nacional?

A construção social e simbólica do território é também a de uma cidadania assente em novos termos. Com os apoios financeiros europeus, o país tinha de decidir que rumo e estratégia de desenvolvimento pretendia. Os novos atores colocavam-se em disputa política e estratégica, em defesa dos valores da cultura e do património.

A intensidade da participação pública determinou que Aníbal Cavaco Silva (PSD) adiasse a decisão para depois das eleições de outubro de 1995. A vitória eleitoral de António Guterres (PS) trouxe a decisão de suspender as obras da barragem de Foz Côa, tomada no primeiro dia de debate parlamentar sobre o programa de governo.

O movimento de estudantes tinha derrubado um governo. Para compreender a dinâmica que transformou a questão local numa nacional e de primeira importância política e ideológica, não bastaria a leitura dos periódicos dessa altura. Para além da investigação documental seria necessário reencontrar esses adolescentes de então e perguntar-lhes como tudo acontecera.

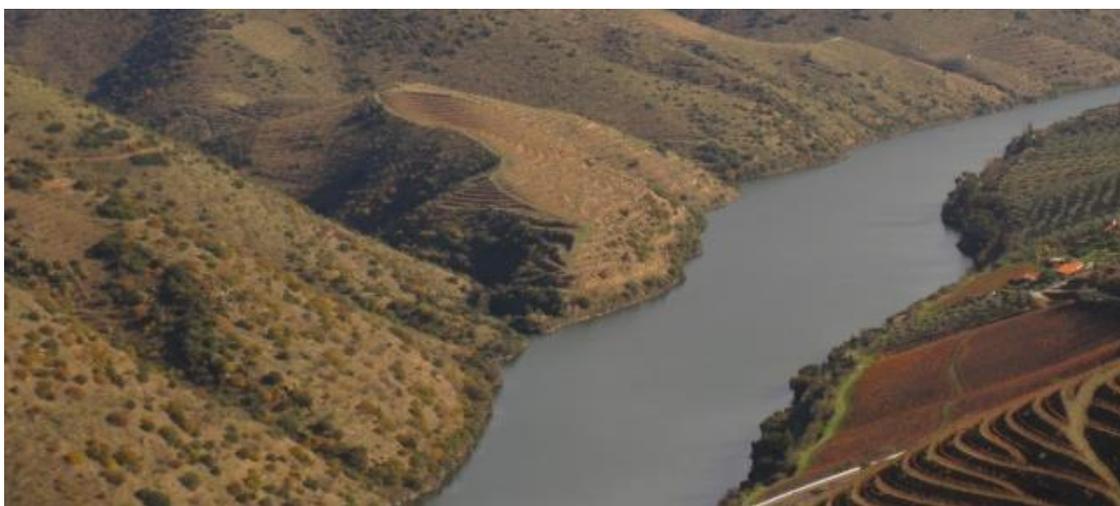


Figura 92 Vale do Côa 2010. Fotografia da autora.

Na minha qualidade de professora da disciplina optativa de sociologia numa escola secundária na área metropolitana de Lisboa, organizei, em 2010, uma visita de estudo com um grupo de 16 alunos, que nada sabiam sobre o assunto. O meu objetivo era indagar agora o contexto do protagonismo juvenil surgido, para mim, naqueles já entretanto longínquos anos 1990, e para os meus alunos, um tempo em que ainda não tinham

nascido. Tinha sido um movimento cívico atípico, ou foi o reflexo de mudanças sociais e culturais na sociedade portuguesa? (GONÇALVES, 2001:10). Os discursos produzidos traduzem uma das frentes da divisão barragem sim, barragem não? Ou seria que a clivagem surgida repousava sobre conflitos internos mais profundos da sociedade portuguesa? (JESUÍNO; 2001:229-243).

5.4. A visita de estudo: o resgate de um passado recente,

O grupo era formado por 15 raparigas e 1 rapaz, com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos, frequentando o ensino secundário no 12º ano, na área de Ciências Sociais e Humanas. A visita destinava-se a conhecer a vila e os seus habitantes, o Parque Arqueológico do Vale do Côa e o respetivo museu, recentemente inaugurado. Com os documentos elaborados pelos estudantes construímos uma metanarrativa, agora escrita por quem nada sabia da polémica gerada por Foz Côa. Permitir-me-ia analisar motivações e sensibilidades sobre temas como o do património histórico e arqueológico, ou do desenvolvimento da técnica e dos conceitos e representações de progresso.

Eu conhecia Vila Nova de Foz Côa dos jornais e revistas que noticiaram e publicaram artigos de opinião sobre as ocorrências entre 1994 e 1996. Sendo filha de um barragista, era-me familiar o discurso antigravuras, que acompanhava com alguma distância.

Decidi assim organizar a visita no âmbito da minha atividade profissional. Estructurei dois temas de pesquisa: o primeiro, sobre a construção da barragem e a polémica gerada, o segundo, sobre a descoberta das gravuras e o impacto na vida da população. Os estudantes escolheriam a metodologia mais adequada: pesquisa documental, entrevistas, redação de diários de campo.

Propus três questões a explorar: (a) A construção da barragem tinha vantagens? (b) A favor ou contra a barragem? (c) Que alterações produziu a descoberta das gravuras no quotidiano?”

Os alunos ficaram alojados na pousada de juventude de Foz Côa e marcou-se uma visita guiada às gravuras da Canada do Inferno.

O Parque Arqueológico do Vale do Côa foi criado em 1996, e em 1998 as gravuras foram inscritas na Lista de Património Mundial da UNESCO. Em 2010, o processo de patrimonialização das gravuras estava em curso para a região espanhola de Siega Verde, na extensão do Vale do Côa em território espanhol. Tanto em território português como no seu seguimento do lado espanhol apresenta gravuras do paleolítico superior (+10000

anos), mas também do período neolítico, calcolítico e da idade do ferro. Os moleiros, que no século XX abandonaram o vale, foram os últimos a imprimir gravuras neste espaço, que é constituído por cerca de 200 km², desde o vale do rio Côa até à sua confluência com o Douro.⁹⁸



Figura 93 Em linha:

<http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Gravuras&SubPage=Localizacao> página acedida em 22 mar.2015.

A nossa chegada a Foz Côa aconteceu pelas duas e meia da tarde, de um dia frio de novembro. Um visitante não precisava de perguntar, toda a gente falava ainda das gravuras, da sua descoberta, das promessas de desenvolvimento para a região. O motorista de táxi que nos transportou à pousada, afirmou que a barragem teria sido uma melhor opção. Para ele, nada do que estava previsto para desenvolver a região, se fizera. Para a rececionista da pousada, o movimento de hóspedes revelou-se menor do que se esperava. Quem utilizava a pousada eram sobretudo estudantes do ensino secundário e universitário, participantes em colóquios e conferências, mas poucas famílias ou estrangeiros.

Eu conhecia os trabalhos de Vítor Oliveira Jorge e Maria Eduarda Gonçalves. Permanecia no meu pensamento a análise de Sandra Xavier sobre a retórica daquela paisagem:

Guardei silenciosamente as imagens e o sentimento da paisagem do vale do Côa. Embora acompanhada, reforcei naquele lugar a consciência que tenho de

⁹⁸Em linha: <http://whc.unesco.org/en/list/866/> página pela última vez acedida em 8 out.2014.

mim, julgando ter mantido com ele uma relação única, singular, intransmissível, que mais tarde me faria regressar. Mais tarde também descobri que muitos outros lisboetas e cidadãos ficaram comovidos com a beleza do Côa, quando nele procuravam gravuras rupestres. Beleza que não habitava o Côa, mas o olhar que os cidadãos transportavam consigo transformando a terra em paisagem (XAVIER, 2000:109).

Enquanto registava a nossa chegada ouvia vozes e gritos e um ruído de rodas no asfalto. Eram os *trolleys* de várias cores e marcas, a caminho da pousada. Do outro lado estava o vale do Côa, imponente, fazendo justiça à vasta literatura sobre a sua beleza. Feito o registo dos alunos, em ambiente ruidoso e bem-disposto, em contraste com a paisagem visível a partir da pousada de juventude, tranquila e imponente, fomos à biblioteca municipal.

Recebeu-nos a bibliotecária, D^a. Amélia⁹⁹, que se mostrou surpreendida com a nossa presença, e ainda mais com a marcação feita para a consulta de periódicos. Após uma breve conversa sobre a troca de correspondência prévia à visita, contou que ela própria organizara um dossiê com todas as notícias referentes a Foz Côa, mas que não sabia o seu paradeiro. Fez alguns telefonemas na tentativa de o localizar, chamou a doutora, que considerou melhor habilitada a falar connosco sobre os assuntos que nos traziam ali. Foi dizendo que a dificuldade em localizar o tal dossiê tinha a ver com as mudanças de poderes e dos armários, que vão e vêm.

Chegou então Catarina, a quem os estudantes fizeram perguntas. Era estudante de liceu quando as gravuras foram descobertas. Ela e os seus colegas tinham feito os cartazes com a famosa frase “as gravuras não sabem nadar, iô.” Nessa altura deu muitas entrevistas, até para o *New York Times*. A descoberta das gravuras mudou a vida de Catarina. Licenciou-se em história, em Lisboa.

– Agora está tudo parado – rematou.

Despertou-me a atenção usar a palavra “barragistas”, expressão que julgava circunscrita às barragens do Douro. Ela tinha medo deles, eram um perigo as raparigas saírem sozinhas à noite. Perguntei-lhe o que aconteceu a esses barragistas, onde estavam. Respondeu-me que logo que compreenderam que ali não haveria trabalho tão cedo, rumaram a outras obras. Lembrei-me do testemunho de Justiniano: pessoas que gostam

⁹⁹Nomes fictícios.

do barulho, nómadas. Lembrei-me também das entrevistas que tinha realizado no Porto, a A.M., que recordava os seus tempos:

– Os barragistas estão a chegar ...!

Os ânimos andavam muito exaltados nessa altura, mas na sua opinião tudo se resumia de uma forma simples: a favor das gravuras estava o PS, contra o PSD. Os barragistas tornavam-se agressivos por sentirem os postos de trabalho ameaçados. O seu grupo de colegas de liceu ofereceu a Mário Soares uns óculos, para que pudesse ver melhor as gravuras. Sorriu ao contar esse episódio, bem como a reação dos colegas de faculdade à simples menção da sua vila natal. Juntava-se sempre muita gente à sua volta, para saber mais coisas sobre Foz Côa.

A biblioteca onde nos encontrávamos estava bem equipada: luminosa, moderna, com um espaço para palestras e atividades diversas, que frequentemente era ocupada com ateliês para crianças. Estava patente ao público uma exposição de trabalhos com materiais reciclados feitos por alunos do 1º ciclo: caixas de ovos, CDs, cápsulas Nespresso.

Reparei que Amélia se mostrava mais reservada do que Catarina. Os episódios da vida de estudante que Catarina contava não escondiam a desilusão com o estado atual das coisas. Uma tristeza indefinida perpassava nos seus olhos grandes e escuros, nos traços de rosto angulosos, de expressão fechada e emoção contida.

O silêncio de Amélia, ouvindo os relatos de Catarina era notório. Era o silêncio de quem tem algo a dizer. Disse-o mais tarde, já quase no final da entrevista que os estudantes lhe fizeram no dia seguinte, gravada num telemóvel, que entretanto se avariou.

Amélia defendeu a barragem, timidamente.

Tinha consciência de que essa defesa trazia o estigma do betão e da tecnocracia contra a cultura. Essas representações e os novos significados do betão e da técnica não eram compatíveis com o cargo que ali exercia, ligado ao património cultural da região. Posicionada no campo oposto, Catarina emocionava-se ao falar das gravuras, numa permanente cumplicidade com os estudantes, que a ouviam sentados no chão. Durante o período de conversas informais, o aspeto que mais me despertou a atenção foi a hesitação quando referiam as palavras progresso e desenvolvimento.

A visita às gravuras da Canada do Inferno realizou-se em viaturas todo-o-terreno pertencentes ao Parque Arqueológico do Vale do Côa, em grupos de oito pessoas acompanhados por um guia, mediante a apresentação de uma credencial da escola e os cartões de estudante. O dia começou com nevoeiro e frio. Nas mochilas, os estudantes

traziam batatas fritas e bolachas. Fotografavam a paisagem, e fotografavam-se com a paisagem em fundo.



Figura 94 Visita às gravuras da Canada do Inferno, 2010, fotografia da autora.

A descoberta das gravuras foi entusiasmante para alguns dos jovens. Para outros, foi uma decepção. Uns pequenos riscos, que mal se viam ... Fotografaram, ouviram atentamente os guias, tomaram notas.

Lembrei as *t-shirts*, “As gravuras não sabem nadar” e imaginei o sentimento dos alunos de 1994, no primeiro plano da luta pela suspensão da barragem. Ouvi-os noutra modulação de frequência, provavelmente semelhantes a estes, com as mesmas idades, a mesma inocência, o mesmo ruído. Imaginei que essa luta se lhes tenha colado à pele, à vida, como uma condição e destino. Imaginei que tudo o que acontecer às gravuras lhes aconteceria a eles também, submersos ou expostos, protegidos ou à mercê das opiniões de quem passa. Em fundo, a barragem semiconstruída, ainda lá está.

– Uma ferida neste santuário – disse-nos a nossa guia. *Santuário*.

Carla que conduziu o *jeep* e nos contou a história da descoberta das gravuras também era estudante do secundário quando as gravuras foram descobertas e também ela escreveu na camisola que as gravuras não sabem nadar. A sua versão do conflito era diferente da de Catarina. Para Carla, não eram os barragistas que perseguiam os estudantes, mas sim as próprias pessoas da aldeia que sentiam que a barragem traria mais riqueza. Considerou

que o investimento no Parque Arqueológico se encontrava comprometido pela crise, mas também por causa da oscilação de poderes no governo.

Os estudantes fizeram relatos diferentes nos seus diários de campo.

C. anotou a venda de 150 mil *t-shirts* com a frase “As gravuras não sabem nadar” e os concertos de Pedro Abrunhosa e Rui Veloso, na defesa das gravuras.

E. anotou um comentário do seu guia. Terá dito que, até 2005, Foz Côa tinha sido governada por um regime ditatorial, com um presidente de câmara que permanece há 20 anos e que é favorável à construção da barragem. M. registou no seu diário de campo:



Figura 95 Diário de campo de M. Fotografia da autora.

Ao chegarmos ao local das gravuras senti-me traído, e até ridículo. Isto é que são as gravuras?! Sete horas de viagem para ver isto?! A única coisa que via ao início eram uns riscos sobre a pedra que mais pareciam falhas do tempo do que “cavalinhos e auroques”. Mantive-me calado, para não passar por parvo. E lá no fim da visita guiada é que comecei a ver as gravuras e como elas eram de uma grande riqueza a nível nacional e internacional (ainda bem que me mantive calado).

J. relatou este episódio contado pelo seu guia:

Vimos uma gravura que havia sido vandalizada por um arqueólogo pago pelo governo. Esse homem foi contratado para avaliar as gravuras e defender a construção da barragem, pois era o que o governo preferia. O dinheiro gasto para pagar a este homem, que não tinha qualquer credibilidade, poderia ser aplicado noutras coisas, visto que não obtiveram o resultado pretendido.

Verifiquei que os estudantes, ignorando todo o contexto político e ideológico da descoberta das gravuras rupestres, aderiam de imediato à informação recolhida e aos testemunhos orais. Esta ideia confirmou-se posteriormente na visita ao Museu do Côa. O nosso guia, também estudante da escola secundária naqueles anos 1990, não permitiu

gravação, alegando timidez, mas percebi a situação de insegurança que pairava em toda a equipa. Disse-nos que se projetava uma fundação privada para a gestão do parque arqueológico.

A visita durou cerca de uma hora e meia.

A documentação sobre as gravuras era suportada por slides, filmes e fotografias. O espetáculo multimédia era equilibrado, entre a paisagem e as gravuras descobertas, com a respetiva datação.

O guia fez o historial dessa descoberta, identificou os espaços do museu, esclareceu dúvidas dos estudantes. As



Figura 96 Observando, no museu do Côa. Fotografia da autora.

réplicas das gravuras submersas que estavam inseridas em suportes de madeira, que, segundo o guia, foram inspiradas na figura de Indiana Jones, uma opção estética assumida com alguma ironia. O facto de estarem assentes sobre rodas permitia a sua deslocação para locais diferentes do museu, de acordo com os objetivos do momento. Estava patente ao público também uma exposição de arte contemporânea. Na biblioteca do museu, os estudantes fotografaram os periódicos existentes. Quando saímos da biblioteca, duas estudantes comentavam:

– (...) no fundo tudo aquilo vive dos interesses políticos!

O museu impressionou-os pela positiva. Foram particularmente sensíveis à entrada e à paisagem que se via através das enormes vidraças. Mudaram de opinião. Compreenderam o discurso dos guias e a maioria demonstrou-se favorável à suspensão da construção da barragem, invocando argumentos relacionados com o facto de as gravuras constituírem património mundial e a barragem produzir uma quantidade diminuta de energia. As gravuras exerciam agora um fascínio sobre eles que não era independente da paisagem. Todos referiram nos seus diários de campo a preocupação em relação ao facto de as gravuras se encontrarem ao ar livre, expostas a atos de vandalismo, em conformidade com o que tinham ouvido no discurso do guia.

O regresso à pousada fez-se no meio dos risos e em algazarra, contrastante com a noite límpida e fria. As suas vozes juvenis ecoavam na noite e eu registei essa energia que rompia o silêncio. Para estes estudantes, o silêncio era ensurdecador, como relataram nos seus diários de campo, e o seu ruído relacionava-se com rapazes, montras, episódios

caricatos vividos durante o dia. Falavam muito sobre si próprios e as suas emoções, num registo consonante com as fotografias que iam tirando, muito centrado na sua autoimagem. Reparei, durante o período de recolha de documentos na biblioteca do museu, que os estudantes eram sempre muito bem recebidos, com grande disponibilidade, sendo os materiais facilmente postos à sua disposição. Pelas características dos dossiês, pensei que alguns desses documentos teriam sido organizados pela D^a. Amélia, e que os tais armários de que tinha falado para justificar a ausência de conhecimento da localização do dossiê, estariam afinal ali.

Confrontei-a com essa possibilidade, mas não obtive resposta conclusiva. As hesitações de Amélia e de Catarina surgiam quando se falava do futuro do museu e do parque arqueológico. Nas entrelinhas da conversa, notei a consciência do risco que representou para a população a suspensão da construção da barragem. Nessa retórica opositiva que se constituiu em narrativa, em que barragem é sempre sinónimo de betão e de tecnocracia, e gravuras sinónimo de cultura e de património, a opção pela defesa das gravuras ficava refém das políticas e interesses partidários, das prioridades de financiamento. A preservação do santuário é dispendiosa.

Eu esperava uma unanimidade na defesa das gravuras, mas não a verifiquei nos relatos que recolhi. Em lugar disso, apreensão e desilusão. Os estudantes de então, que permanecem em Vila Nova de Foz Côa pertencem às diferentes instituições de salvaguarda do património do Vale do Côa. Alguns, como o guia, presentificam a memória em cada visita estudantil, narrando episódios heróicos e aventureiros do tempo em que tudo aquilo foi descoberto. Outros, como Catarina, hesitam ante o caminho percorrido. Naquele tempo, Foz Côa foi do mundo, e eles também.

Para os estudantes de 2010, da periferia de Lisboa, “a vila não tem nada para ver”, percorrida em passo acelerado com as máquinas fotográficas em ação. Decidi então ver esse nada de que os estudantes falavam. O comércio fechava à uma da tarde e eu queria compreender melhor a animação que me falou o motorista de táxi. Segundo ele:

– (...) à tarde já não há nada, e ao domingo é um deserto.

A rua principal era em tudo semelhante a qualquer outra vila do interior, com casas baixas, na maioria brancas, árvores, pequenos arbustos pontuando os passeios e pequenas lojas de comércio onde se vendiam relógios, roupa, pesticidas e sementes. Uma farmácia, café, papelaria. Entrei numa das duas papelarias da rua. Vendia jornais, revistas, bolsas e mochilas para os estudantes, atualizadas nas marcas e motivos. Reparei que não tinha postais ilustrados da vila, nem das gravuras. Por contraste, as canetas, lápis e toda a

espécie de material escolar existiam em grande quantidade e variedade. Os preços eram semelhantes aos de Lisboa, mais caros se comparados com os das grandes superfícies dos centros urbanos. Naquela rua existiam duas lojas de artesanato, uma delas também vendia frutas e legumes. Entrei nessa e reparei no teto, decorado com pequenas bilhas e canecas de barro. As estantes eram apelativas, com frascos de mel de diversas proveniências, azeitonas e amêndoas. Um balcão frigorífico guardava queijos, compotas e marmelada. Perguntei se podia tirar fotografias e a reação foi afável, receptiva. A dona da loja queria falar, dizer-me que as pessoas não estão a saber cativar turistas. Indignava-se com um episódio ocorrido num restaurante da vila em que foram cobrados 12 euros por um prato de feijoada. Ora, uma feijoada não custa isso, nem nada que se pareça, comentou. Achava que isso era roubo e afastava as pessoas. As pessoas passavam, mas não ficavam. Argumentei que também não havia muito onde ficar, que a pousada de juventude é muito distante do centro.

Não perguntei se a construção da barragem teria mais vantagens, mas tentei perceber as diferenças entre os diferentes queijos expostos. Disse-me que há muitas aldeias que colocam no rótulo dos seus queijos “Foz Côa”, mas só um é fabricado ali. Outra loja de artesanato vendia enchidos, azeite e vinho, que anunciava à porta, num pequeno cartaz escrito à mão. Alguns objetos, como porta-chaves e ímanes, tinham imitações bastante toscas das gravuras, em pequenos pedaços de xisto envernizado. Objetos provavelmente feitos localmente, de fraca qualidade e de modo avulso. Cada íman custava em média 3,25 euros. Foi também nesta loja que encontrei postais ilustrados de várias cidades e vilas do país. De Foz Côa apenas dois ou três, de má qualidade, antigos, alguns desbotados pelo sol. Não havia em 2010 postais ilustrados do museu, nem das gravuras. Estranhei este facto, mas interpretei-o como resultado de um conflito entre a população local. Longe de reunir unanimidade, a defesa das gravuras estava entregue a si própria, noutras rotas essencialmente urbanas e concentradas nos grandes centros de decisão e pesquisa. Os guias do parque arqueológico interagem com as instituições, mas não com os comerciantes, nem com a vida local.

O desleixo dos postais ilustrados era o desleixo resultante dessas ruturas e feridas de uma vila que espera: a resolução dos conflitos, a decisão do próximo governo, a fundação que providenciará os novos subsídios.

Ao comprar dois desses postais reparei que o movimento de caixa devia ser tão reduzido – talvez mesmo ainda nulo nesse



Figura 97 Postal de Vila Nova de Foz Côa.

dia – que a dona da loja nem a acionou, deu-me o troco a partir do seu próprio portamonedas. A sua expressão de rosto era fechada, seca nas palavras e só lhe vi alguma afabilidade quando perguntei a que horas era a missa. Fotografei a vila, e entrei num café. Reparei num papel de parede que avisava “O menu estudante é só para estudantes e mediante a apresentação do cartão de estudante”. Perguntei quanto custava esse menu, a resposta foi seca:

– Ao fim de semana não há, só durante a semana.

Deduzi ser um menu específico para o período escolar, mas registei uma certa animosidade em relação aos estudantes. O estabelecimento tinha duas mesas cá fora. Sentei-me numa delas com o meu café. Os donos vinham a espaços à porta e olhavam para mim e para o caderno de apontamentos onde escrevia. À porta, um grupo de dois ou três homens conversava sobre os assuntos da vila. Aproximou-se deles um jovem forasteiro de longas rastas perguntando se ali existia alguma loja de música onde se comprem cordas de guitarra. Que não, isso só na Guarda.

Quem passava a fazer perguntas também não ficava mais orientado. Não existiam folhetos nem mapas da zona, a não ser no posto de turismo e na biblioteca municipal.

Um edifício sem bandeira, fechado, ostentava em letras garrafais, desproporcionadas à escala da rua, “Parque Arqueológico do Vale do Côa”, de dois andares, descuidado, talvez vazio. No rés-do-chão, uma pequena agência de um banco. Fotografei várias vezes aquela fachada, porque me impressionou.

Havia algo de trágico nela. Pela escala e pelo contexto, parecia reunir ali todas as contradições de Foz Côa. As casas contíguas estavam fechadas, em situação de abandono. Como abandonado estava o gigantesco logótipo do ministério da Cultura, que coroava o edifício. Dois anos depois voltei a este lugar, e as placas de identificação tinham desaparecido.



Figura 98 Foz Côa, 2010. Fotografia da autora.

Contou-me uma senhora que morava nessa mesma rua que aquilo fazia um barulho ensurdecedor por causa do vento e das chapas metálicas.

A fachada está agora vazia. Na soleira da porta, em 2011, continuava a encolher-se os ombros, esperando as novas determinações governamentais



Figura 99 O mesmo edifício, um ano depois. Fotografia da autora.

Volto a 2010 e à visita de estudo. Recolhi folhetos de divulgação das atividades culturais da vila. “Foz Côa, um concelho, dois patrimónios mundiais: embarque nesta aventura”, lia-se num deles, distribuído aos adolescentes. Abrindo o desdobrável, um mapa com as zonas de interesse, com um

breve resumo em quatro tópicos: “Ao encontro do património; Foz Côa histórica; Nas pegadas dos templários; À descoberta de vestígios.” Existia também uma agenda cultural. Para novembro estavam anunciadas atividades tais como, a exibição do filme “A troca”, atividades para crianças “Hora do conto” que ocorria todas as quartas feiras, e ateliês quinzenais. Às quintas exibiam-se vídeos educativos e multimédia.

Destaquei a atividade que estava a decorrer no Museu do Côa, por esses dias. Tinha como título “Artes rupestres da pré-história e da proto-história 2010” e as temáticas versavam “Paradigmas & metodologias de registo”. Foi organizada pelas seguintes instituições: Técnicas de património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; grupo de investigação de Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto

(CEAUCP); espaços e territórios da pré-história e o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR, IP). Identifiquei mentalmente os intervenientes nesta mesa redonda, por os ter já visto em vários pontos da vila, talvez ao todo 6 a 8 pessoas. Anotei ainda uma apresentação pública do projeto “Arquivo de memória do vale do Côa”, calendarizado para 18 de novembro, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa e organizado pela Associação de Amigos do Parque e Museu Côa, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Quase todas as pessoas que trabalham no parque viveram a descoberta enquanto adolescentes, e em quase todos se nota a desilusão com as circunstâncias atuais. Abraçaram uma causa na juventude e ela colou-se-lhes à pele. Será possível um discurso sobre Foz Côa que não seja marcado por esse *pathos* que afeta todos e cada um dos intervenientes de formas diferentes? Vítor Oliveira Jorge utilizou a expressão “unidade fundamental do ser”. Através da comunicação entre estes estudantes e os dos anos 1990 procurei identificar processos de recusa do esquecimento, desta vez aplicados ao contexto de afirmação de novos valores.

5.4.1. Metanarrativas. Eu, em Foz Côa, para o Facebook.

Os diários de campo dos estudantes revelavam uma preocupação com factos. Recortaram notícias e faturas de supermercado, fotografaram as gravuras e as pessoas. Mas o que me chamou a atenção foi a evolução dos seus discursos durante os quatro dias de visita. A decisão de não fornecer qualquer documentação prévia revelou-se positiva, porque me permitiu



Figura 100 Diários de campo dos estudantes. Fotografia da autora.

verificar o seu grau de permeabilidade ao discurso dos guias. A defesa (posterior) da suspensão da construção da barragem ganhou novos adeptos e entusiastas. As suas fotografias, no entanto, nada diziam do local, das pessoas com quem falaram, das ruas da vila. Quase todas as imagens eram do mesmo formato: uma ou duas raparigas, um grupo, a paisagem em fundo. As que se relacionavam com as gravuras poderiam ter uma só legenda: “Eu nas gravuras, eu na pousada, eu”. A homogeneidade desta recolha era tal,

que quando mostrei a minha reportagem aos alunos que não tinham estado na visita de estudo, um deles exclamou:

– Até que enfim! Consigo ver o sítio sem as pessoas a tapar!

Quando analisámos essas fotos, as raparigas ficaram perplexas, porque nunca tinham pensado nisso, no porquê de se colocarem a elas próprias à frente de todos os lugares e objetos.

Os documentos arquivados em vários dossiês da biblioteca do Museu do Côa, poderão ser os que a bibliotecária referida no diário de campo que organizou. Os estudantes fotografaram esse material e organizaram-no posteriormente por temas. Encontram-se neste momento classificados. Distinguem-se dois conjuntos temáticos: (a) o historial da descoberta e o processo de datação das gravuras, (b) a contenda entre barragistas e gravuristas.

Quando fiz a análise desta polémica com os estudantes, verifiquei que a maioria defendia a preservação das gravuras, justificando essa posição com os dados recolhidos *in loco*. O principal argumento que invocavam é o de que a quantidade de energia que a barragem iria produzir é insignificante quando comparada com a importância mundial daquele património. E não há um único registo de interesse pelos pormenores técnicos da obra que puderam observar abandonada. Talvez este facto estivesse relacionado com a sua escolha vocacional (humanidades), ou com o facto de a visita de estudo não ter comportado nenhuma investigação sobre barragens como recurso.

A montagem de alguns materiais recolhidos por mim com vista à divulgação da atividade na escola, foi depois organizada num filme em *Moviemaker*TM, que ficou disponível na página da escola durante alguns meses. Foi considerado por um colega meu como provocatório, na medida em que expunha os dois lados do conflito e não apresentava uma defesa intransigente das gravuras. Perguntei a este professor se conhecia Foz Côa. Ele respondeu que não, mas conhecia bem a polémica que em torno disso se gerou.

Em ambos os casos, tanto do professor como dos alunos, verifiquei que, mesmo sem grande conhecimento sobre as questões de fundo dos recursos e da energia hidroelétrica, o sentido era sempre o de defesa do património cultural.

Os estudantes atuais nada sabiam deste passado. Para eles, o lugar da visita de estudo era irrelevante, face a uma ocasião de libertação dos horários e rotinas escolares. Neste sentido, o presente tem a moldura das redes sociais e dos hábitos de consumo urbanos. Os objetos que transportam são os necessários a essa rede de sociabilidades de “mesmidades” – os mesmos penteados, a mesma linguagem, as representações assentes nos estereótipos da publicidade e dos *media*. A reportagem feita por estes jovens sobre Foz Côa tinha o recorte dos *blogs* e das redes sociais, onde o *eu* se configurava numa paisagem nova, com os mesmos elementos de identificação.

A internet é usada nas rotinas quotidianas criando nelas espaços de identificação dinâmicos (MILLER & SLATER, 2000). Serve para expressar a identidade individual e coletiva, é mediação e símbolo, elemento de reforço de identidades. Desta forma, a sua representação em primeiro plano, com as paisagens e as gravuras rupestres em fundo, decorrem dos seus papéis nas redes de sociabilidade juvenil. Fotografaram teias de aranha, escadas, episódios cómicos, gravuras, salas do museu.

Os álbuns que organizaram reproduziram a linha de trabalho proposta, mas também os pormenores da sua subjetividade, o lugar e a luz, a energia e o humor, que colocam na sua visão juvenil, permeável. Desta forma, os lugares foram incorporados numa



Figura 101 *Eu*, em Foz Côa, para o Facebook.
Fotografia de E.

mistura de emoções subjetivas e de adesão ao discurso para eles preparado por outros estudantes, os que viveram a descoberta das gravuras.

As representações transversais aos diferentes registos exprimem um discurso amadurecido na memória social, agora com o contexto de representação da subjetividade característica das redes sociais: exposição, exibição, construção, identidade (MÁXIMO, 2007:29). Os guias, antigos estudantes de Foz Côa encontram nas turmas que os visitam a âncora de resgate dessa memória – em cada visita de estudo cancelam o esquecimento desse começo. Envolvendo os atuais estudantes na sua própria vivência quanto também foram estudantes, mantêm viva a recordação desse lugar que se tornou o centro do mundo, evidenciam o seu estatuto de santuário, recordam as locuções criadas pela polémica. Através das máquinas fotográficas e do interesse dos estudantes legitimam um novo discurso, o seu e o dos atores envolvidos no debate que então se desenvolveu. O tempo

dos estudantes dos anos 1990 é o do passado resgatado no modo como recebem os estudantes de 2010. O dos estudantes de 2010 é o *presente reconfigurado pelo imaginário* dos estudantes da década de 90.



Figura 102 Fotografia de M.Estudantes em Foz Côa, 2010

Capítulo 6. As gravuras rupestres e o movimento social que geraram.

Para el hombre romántico, el paisaje es, además, la fuente principal de la melancolía. Símbolo de la muerte, de la fugacidad brutal del tiempo y de la vida – el paisaje es eterno y sobrevive casi siempre al que lo mira – representa también ese escenario último en que la desposesión y el vértigo destruyen poco a poco la memoria del viajero – el hombre, en suma -, que sabe desde siempre que el camino que recorre no lleva a ningún sitio. Para el hombre romántico no es la mirada la que enferma ante el paisaje; es el paisaje el que termina convirtiéndose en una enfermedad del corazón y del espíritu.

Julio Llamazares, El río del olvido, p.13

6.1. “O caso de Foz Côa”: análise do movimento cívico.

“O caso de Foz Côa” é uma publicação que resultou de um projeto de investigação multidisciplinar, liderado pela socióloga Maria Eduarda Gonçalves (2001), realizado entre 1997 e 2001 no âmbito da unidade de Ciências Sociais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), com o apoio do programa PRAXIS XX,I por uma equipa multidisciplinar. A equipa era constituída por Maria Eduarda Gonçalves (jurista e socióloga), Paula Duarte Lopes (economista), José Luís Garcia (sociólogo), Aida Valadas de Lima (socióloga), Manuela Reis (socióloga), Rogério Roque Amaro (economista) e Jorge Correia Jesuino (psicólogo social).

O objeto de estudo foi o movimento cívico que levou à suspensão de uma decisão governamental. Ao tempo, a sociedade portuguesa sofria de défices vários, relacionados com a pouca transparência da administração pública, o forte peso do estado, uma sociedade civil ao mesmo tempo dependente e desconfiada do poder (GONÇALVES, 2001:10).

Estavam em causa, em primeiro lugar, as políticas públicas e o papel dos centros de decisão nas novas dinâmicas sociais. Cientistas e investigadores reivindicavam um compromisso entre ciência e política. O caso de Foz Côa evidenciou um conjunto de contradições entre as estruturas e os processos de tomada de decisão, tendo os meios de comunicação social participado no conflito, e dando a ver as diferentes atitudes perante o património. Agora, a visão industrialista contrapunha-se a novos conceitos de desenvolvimento e progresso, assentes em valores alternativos (GONÇALVES,

2001:11). O debate público que ocorreu a partir de novembro de 1994, amplamente participado, levou à suspensão da construção da barragem e à elaboração de planos de desenvolvimento da região. Porque abandonou o governo o projeto da barragem? O estudo contém várias interpretações, considerando este movimento social atípico na sociedade portuguesa.

Maria Eduarda Gonçalves assinalou duas velocidades diferentes na sociedade portuguesa, uma de transformação dos valores e práticas socioculturais, outra a evolução da cultura e administração locais (GONÇALVES, 2001:52). Para esta autora, o poder político mantinha uma relação paradoxal com a ciência, em que o controlo do sistema científico pelo poder se fez acompanhar da secundarização da ciência nas decisões. Foi este o clima da controvérsia (GONÇALVES, 2001:14).

A capacidade dos arqueólogos portugueses mobilizarem a comunidade arqueológica internacional por meio das suas ações nos *media*, penetrando a esfera pública e política, fez com que transgredissem a fronteira entre a ciência e o exercício do poder (GONÇALVES, 2001:15). Esta aliança entre jornalistas e arqueólogos constituiu assim a base da participação cívica que em torno da causa se criou, legitimando as reivindicações dos arqueólogos. Estas mudanças não foram acompanhadas por uma mudança na cultura e atuação da administração estatal (GONÇALVES, 2001:115).

Se Maria Eduarda Gonçalves focou a sua análise nas políticas ambientais e de ciência, Paula Duarte Lopes interessou-se sobretudo pelas políticas da água e da energia, que no essencial confirmavam as contradições evidenciadas por Maria Eduarda Gonçalves. Para esta autora, o visitante da arte rupestre é o cidadão pós-moderno, cujo bem-estar económico torna possível a emergência dos valores culturais, chamando a si a cultura contra os interesses económicos (LOPES, 2001:21).

A disputa e as representações dos atores sociais, agora mobilizados por novos valores, não se podem separar das mudanças ocorridas com a constituição da democracia em Portugal.

A aprendizagem da participação cívica encontrou aqui um momento de estruturação social, sendo este debate pela defesa da cultura o debate pelo território de um novo discurso. O *locus* das novas representações deixou de ser a obra pública como sinal de progresso, como vimos na primeira parte em relação às barragens do Douro internacional. O novo discurso passou a ser da luta pela patrimonialização das gravuras rupestres, sendo também ao mesmo tempo luta dos novos atores, sobretudo arqueólogos e jornalistas.

Rogério Roque Amaro evidenciou o argumento do desenvolvimento enquanto elemento discursivo estruturante da controvérsia (AMARO, 2001:21). Para ele, a questão local fez parte da construção da pós-modernidade em Portugal, valorizando as especificidades locais e a cidadania como fatores de progresso e emancipação, contra o desenvolvimento industrial uniformizador e normalizador (AMARO, 2001:22).

Jorge Correia Jesuíno apoiou-se na teoria do ator/rede para compreender o desenrolar da controvérsia. Analisou as tensões internas aos atores envolvidos: do lado da construção da barragem estaria o peso das rotinas dos processos de decisão e a legitimidade política das organizações; do outro lado estava a pequena dimensão do grupo de arqueólogos, o seu fraco estatuto, e também a própria fragilidade local, de uma comunidade sem perspectivas de futuro. Como poderiam estas forças inverter a situação e enfrentar o poderoso aparelho político-industrial estabelecido? Para Jesuíno foram as próprias gravuras, desenvolvendo um protagonismo idêntico ao dos restantes atores que, numa dinâmica horizontal contribuíram para a formação de uma rede heterogénea articulada por cadeias de traduções (JESUÍNO, 2001:23). O facto de serem objetos simultaneamente científicos e naturais, preparou o terreno para a mobilização ativa de dinâmicas latentes, quer no grupo dos arqueólogos, quer nos jovens de então.

Foz Côa constituiu um marco. Mas, para além de estar a operar como um exemplo - para vários dos atores sociais que foram protagonistas do caso -, Foz Côa configura-se como a “ponta do icebergue” de uma sociedade portuguesa em transformação para novos padrões culturais e políticos (JESUÍNO, 2001:25).

O controlo da memória como condicionante das hierarquias e formas de legitimação (CONNERTON,1993:2), permite compreender a dinâmica criada em defesa das gravuras de Foz Côa, que constituiu um ponto de viragem nas relações entre os cidadãos e o poder. Esta participação, reivindicando um lugar de memória, um “santuário que é o vale”, inaugurou um começo. O património apresentou-se aqui como o lugar de exercício da cidadania e da participação, levando aos lugares de decisão uma escolha clara de um novo conjunto de representações e de texturas narrativas. Também a ligação nostálgica dos países industrializados às suas raízes, motivada pela aceleração da história e pela moda *retro*, analisada por Jacques Le Goff (1984), justifica o contexto do novo gosto pela arqueologia: o contexto mais global desta nova dinâmica não se dissocia dos novos

interesses pelo folclore, pelos mecanismos de criação de memória e o crescente prestígio da noção de património.

O caso de Foz Côa apresentou-se deste modo como a ocupação de um território simbólico, dando lugar a novas agencialidades de um país em processo de democratização e participação. O recomeço narrativo poderá ter aqui correspondido ao cancelamento de um passado onde a noção de património decorria das representações ideológicas do regime.

A luta pela legitimação de um novo discurso mostrou que a visibilidade da causa de defesa das gravuras e de interrupção da construção da barragem se tornou possível pela existência de fatores endógenos à sociedade portuguesa. A análise dos documentos respeitantes a este período e do discurso dos seus protagonistas evidenciou um recurso às metáforas de natureza poética que eram transversais. Parecia existir um excedente semântico nos textos e entrevistas, relacionado com as características da paisagem e com o facto de as gravuras se encontrarem ao ar livre.

A vitória dos arqueólogos foi consonante com o crescimento da participação cívica. Esquerda e direita tinham em comum um discurso novo, porque os interesses económicos não poderiam doravante ignorar a descoberta do património arqueológico, que entretanto se tinha tornado um assunto público. Assim sendo, a direita teve de ajustar o seu discurso às novas configurações narrativas.

Estas foram as contradições que estruturaram uma mudança na sociedade: representaram a aprendizagem de um novo discurso.

Não surpreende assim, que o jovem estudante que presidia à Associação de Estudantes da Escola Secundária de Foz Côa receasse os “aproveitamentos políticos” e deles procurasse demarcar-se. Para ele, a descoberta das gravuras situava-se numa dimensão local e existencial. Um centro que dava sentido a uma periferia esquecida no mapa das decisões políticas. Não surpreende também, a facilidade com que a outra geração, os de 2010, se identificaram com a defesa do património, incorporando de imediato os dados e as informações tendentes a condenar a construção da barragem:

(...) a organização da memória coletiva através da utilização de máquinas no processamento de dados, por exemplo, não é apenas uma questão técnica, mas antes uma questão que se relaciona diretamente com a da legitimação, sendo o controlo e a propriedade da informação um problema político decisivo (CONNERTON, 1993:2).

Na verdade, a recomposição da narrativa teve nos estudantes de então os protagonistas privilegiados, com projeção mediática nacional, e nos de 2010, em visita de estudo, o lugar de resgate de um passado recente. Os dois grupos mostraram-se permeáveis à preservação do patrimônio cultural e adversos à técnica e ao simbolismo do betão. Os estudantes de Foz Côa, agora adultos, agem de modo performativo com os estudantes de 2010. Eles querem lembrar o passado, envolver os jovens de 2010 na causa em que se filiaram e que não era apenas local. De certa forma, os estudantes protagonistas da batalha do Côa procuraram lembrar o passado presentificando-o, ou seja, estendendo a sua vivência aos estudantes de agora, localizando-os num passado recente para que os jovens pudessem participar desse passado.

As gravuras exerceram sobre os estudantes de 2010 um fascínio que não se pode separar dos discursos dos guias. Mas por outro lado descrevem a magia do lugar, dando a ver a polissemia deste novo *locus* de memória.

O novo grupo reconfigurou subjetivamente as suas representações em face do discurso, da narrativa que encontrou quando chegou ao local. A maior parte dos estudantes não prestou grande atenção às opiniões em defesa da barragem. Ao contrário, os seus diários de campo abundavam em exclamações relacionadas com os elementos de vandalismo, de aproveitamento político ou da duvidosa eficácia energética da barragem. Habitados às luzes e ruídos urbanos, os estudantes de 2010 foram tomados pela mesma comoção do poeta. O silêncio, a neblina da manhã, o encanto do vale, em suma, a paisagem que se impõe a uma natureza marcada pela celeridade urbana, pelo permanente esquecimento de si, reivindicava uma “participação nesse encantamento”, obrigando a uma pausa.

Foi essa pausa que reconfigurou a narrativa, moldando o rosto à paisagem, o grito ao silêncio. Os estudantes de 2010 tinham de parar para ver. Mas, incapazes desse silêncio, eles preencheram-no com o seu rosto, as suas mensagens, a sua página web. Condição portanto, de uma escrita a contrapelo da tirania pós-moderna. E uma vez que lhes faltavam os conceitos e a cultura, a linguagem adequada à polissemia do lugar, eles usaram o que dominavam: as máquinas fotográficas, a web, eles próprios, estrategicamente inseridos na paisagem que os afetava.

Inversamente, este *pathos* correspondeu à aquisição de uma dignidade própria para os estudantes dos anos 1990. Perceberam que ali se legitimou o que são, de onde são e que essa legitimação os transportou para lá das gravuras, para lá de Foz Côa: para o diário *New York Times* e para o semanário *Time*. E que afinal, a sua terra era o lugar que toda a

gente queria conhecer. O seu lugar tornou-se território de disputa política e ideológica. E esse confronto redimiu o seu atraso em relação à cidade. Por esse motivo os estudantes de então nunca poderiam ser defensores da construção da barragem, igual a tantas outras, mas sim daquilo que torna a região absolutamente singular e por isso mesmo universal.

6.2. O “*Dossier Côa*”: Poesia, arqueologia e poder.

A legitimação do novo discurso envolveu arqueólogos e intelectuais de diversos setores. Os textos de intervenção nos jornais e revistas tinham um tom apaixonado e o frequente uso de metáforas e símbolos visava dar lugar à magia do lugar, ao encantamento que provocava, à beleza do vale:

Poderemos dizer que a partir do momento em que surge um objeto numa narração, ele adquire uma força especial, torna-se como o polo de um campo magnético, o nó de uma rede de relações invisíveis. O simbolismo de um objeto pode ser mais ou menos explícito, mas existe sempre. Poderemos dizer que numa narração um objeto é sempre um objeto mágico (CALVINO, 1990:49).

A esta beleza também não tinham sido indiferentes os engenheiros que nos anos 50 estiveram na construção da cascata de aproveitamentos hidráulicos no Douro. Mas, para estes engenheiros, habituados à beleza dos lugares inóspitos que tinham de percorrer, os valores giravam em torno de um conceito de progresso e desenvolvimento dependente da disponibilidade energética.

O “*Dossier Côa*”, coordenado por Vítor Oliveira Jorge (1997) apresenta contributos estruturados em: estudos de fundo, textos de intervenção, tomadas de posição de entidades e cartas de cientistas.

O maior número de contributos é o do próprio coordenador, oscilando entre três patamares fundamentais de legitimação: a adesão dos *media* (através da divulgação), a constituição de um território (de pesquisa e documentação arqueológica e de monumentalização do vale do Côa), e o discurso poético doador de sentido ao conjunto que se pretende preservar. Expressivos destas diferentes vertentes de legitimação, são os títulos dos artigos inseridos no “*Dossiê*”: “Poema para o Côa”, “Fundamentalismo do betão”, “Côa: rio do nosso deslumbramento”, “Rio Côa: um espaço natural

monumentalizado”, “Sobre o precário estado da arqueologia em Portugal: breve depoimento”, entre outros. Outros autores, que contribuíram para este volume, apresentavam títulos não menos expressivos: “O betão também se abate” (Mário Melo Rocha), “O milagre de Foz Côa”, (Augusto Abelaira), “O Côa numa perspetiva cultural”, (Manuel Maria Carrilho). O fenómeno inaudito trazia o acontecimento deste pequeno país, tantas vezes esquecido, para as primeiras páginas dos jornais:

Por isso só cantaremos vitória quando virmos os benefícios da nossa luta e da corajosa e digna opção do novo governo português terem eco direto e palpável no bem-estar das populações a quem este património fabuloso, em primeira mão, pertence: e quando o virmos ser plenamente usufruído por todos os portugueses e estrangeiros que queiram vir a encontrar no vale do Côa algo dessa “unidade fundamental do ser” que o poeta procura, nas palavras de Eugénio de Andrade. Esse “poeta” que, afinal somos todos nós, herdeiros dos artistas do paleolítico superior (JORGE, 1995:9-10).

A nova apropriação do território foi sancionada no discurso político de Manuel Maria Carrilho, então novo ministro da Cultura (PS), que invocou os especialistas e a comunidade científica para mostrar uma vez mais o atraso português nos processos decisórios.

A descoberta de um património como a do que tem vindo a ser feita em Foz Côa – que não deixa de nos surpreender quanto ao seu valor arqueológico, unanimemente reconhecido pelos mais consagrados arqueólogos de todo o mundo – essa descoberta, dizia, é para os povos civilizados em particular os seus governos, uma justificada ocasião de festa. Entre nós tornou-se todavia, num motivo de pesadelo: pesadelo para um governo que, verdadeiramente horrorizado com as descobertas arqueológicas do vale do Côa, passou um ano, um longo ano, a inventar grosseiros estratagemas que permitissem ignorá-lo e, rapidamente, esquecer-las. Mas pesadelo também para um povo – e muito especialmente, deve-se dizê-lo, para uma juventude - que descobriu estupefacta que no seu governo se acolhia afinal um espírito de barbárie, de uma barbárie agora de recorte tecnocrático (CARRILHO, 1995:14-15).

A apropriação das gravuras rupestres pelo discurso político colocou a disputa pela preservação deste património nas prioridades da agenda governativa. Reclamava-se um novo conceito de civilização, mobilizando os jovens para uma ação concertada em função destes novos valores. A barbárie, que nos anos 1950 se identificava com a ruralidade, era agora a tecnocracia e o poder das corporações e dos empreiteiros. Foi assim que o ministro da Cultura, após a vitória do Partido Socialista e a constituição deste ministério, chamou a si o novo território simbólico:

A opção do governo é bem clara. Ela assume toda a importância do fator cultural no desenvolvimento social e económico no quadro do qual o património é um valor não só inspirador como motor (CARRILHO, 1995:15).

A proposta de construção de um verdadeiro laboratório-estaleiro (JORGE, 1995:239) de pesquisa, envolvendo equipamento, recursos, equipas multidisciplinares, biblioteca especializada e congressos mundiais realizados regularmente, não deixa de impressionar pelo que representou no discurso dos arqueólogos. O projeto de museu incorporava diversas áreas, de trabalho, de exposições, auditório, biblioteca, arquivo de documentação, laboratório de conservação, alojamento de investigadores. Se consultarmos a página do museu do Côa¹⁰⁰ vemos que o edifício é atualmente a sede da Fundação Côa Parque, que foi criada em 2011, 13 anos depois de a UNESCO ter consagrado as descobertas de arte rupestre como património mundial.

O museu, inaugurado em 31 de julho de 2010, tem por missão promover ações de divulgação e proteção dos achados arqueológicos. Estas ações integram-se numa visão de desenvolvimento sustentável, envolvendo os conceitos de património, turismo e cultura. Os estatutos do museu referem que esta missão se enquadra num novo conceito de museologia, em que não conta apenas o edifício, mas o território e o contexto. Assim, as parcerias com outras instituições têm o objetivo de melhorar as condições da população envolvente e criar um espaço de conhecimento e lazer.

O Parque Arqueológico do Côa ocupa uma área de 20.800 ha e abrange o curso do Baixo Côa até à sua confluência com o rio Douro. O edifício do museu encontra-se na confluência destes dois rios.

Em 2010, a vila de Foz Côa continuava refém das promessas de desenvolvimento. A simples circulação de dossiês e pastas entre espaços diferentes consoante as políticas e os

¹⁰⁰ <http://www.arte-coa.pt/>. Página pela última vez acedida em 28 out. 2014.

protagonistas, revelava a dificuldade estrutural de pôr em prática essa utopia, com as decisões políticas tomadas ao sabor da alternância de governos. A população de Foz Côa criou um sentimento geral de descrédito perante perspectivas de desenvolvimento anunciadas e com sucessivos adiamentos.

O sentido poético, mais capaz de exprimir a polissemia do lugar, ficou refém dos interesses políticos do momento e funcionou como um hino sem nação, um registo desse *pathos* sem solução. E se os jornais e revistas debateram, polemizaram, tal facto não teve consequências na evolução objetiva da circunstância Foz Côa.

De toda a aceleração moderna sobrou o silêncio que impressionou os estudantes de 2010. A Phala, revista editada pela Assírio & Alvim, dedicou em 1995 um número especial a Foz Côa.¹⁰¹ Reeditou-se, uma vez que esgotou, na época, uma primeira edição de 5000 exemplares. Este número contou com contributos de vários autores: Vítor Oliveira Jorge, Cláudio Torres, Gaspar Martins Pereira, Mila Simões de Abreu (arqueólogos e historiadores), escritores (Gil de Carvalho), escultores (Alberto Carneiro), editores (Manuel Hermínio Monteiro), advogados (Emílio Mesquita), ornitólogos (Renato Neves, Rui Rufino). Todos os contributos tinham como objetivo a divulgação do caso de Foz Côa e a suspensão da construção da barragem. O público a que se destinava era o das grandes cidades, lugar privilegiado de distribuição gratuita da revista, como acontecia em cinemas e livrarias de Lisboa.

O editorial começava com um poema de Miguel Torga, intitulado “Requiem”, sobre a barragem de Vilarinho da Furna apelando a uma nova identidade nacional, pautada pela cultura e pelo desenvolvimento e assente numa visão da sociedade voltada para valores de progresso.

Viam a luz nas palhas de um curral,
Criavam-se na serra a guardar gado.
À rabiça do arado,
A perseguir a sombra nas lavradas,
Aprendiam a ler
O alfabeto do suor honrado.
Até que se cansavam
De tudo o que sabiam,
E, gratos, recebiam

¹⁰¹ Pode ver-se em <http://www.arte-coa.pt/Ficheiros/Bibliografia/1651/1651.pt.pdf> a referência a este número.

Sete palmos de paz num cemitério
E visitas e flores no dia de finados.
Mas, de repente, um muro de cimento
Interrompeu o canto
De um rio que corria
Nos ouvidos de todos.
E um Letes de silêncio represado
Cobre de esquecimento
Esse mundo sagrado
Onde a vida era um rito demorado
E a morte um segundo nascimento
(*A Phala*, 1995, nº 43).

A causa representava aqui mais do que uma defesa de património, era condição de um novo país, de uma saída da minoridade em que a cultura portuguesa se encontrava aprisionada:

Os portugueses parecem navegar numa situação absurda. Entre o que se diz e a realidade. Entre a ideia que sempre tiveram de um país e a sua devastação e quase dissolução cultural. Portugal corre o risco de só permanecer na cabeça dos que o amam. Em poucos anos assistimos ao desfiguramento das cidades e aldeias. À imparável destruição da costa. Ao aniquilamento das florestas. À poluição da maioria dos rios. Ao fecho de vias férreas, de livrarias, de cafés históricos e dos cineteatros de todo o país. Generalizou-se o desrespeito pelo património histórico. Podemos ampliar este panorama referindo um ensino ineficaz. A ausência de estruturas culturais. Um decréscimo brutal dos índices de leitura. Enfim podemos principalmente falar da população flutuante e desenraizada dos subúrbios infundáveis e deprimentes, gente empobrecida que teve de abandonar as suas terras para se vir juntar aos expulsos do centro das grandes cidades pelos escritórios para os arrabaldes. E poderíamos falar de um país cujas rádios não passam as canções da sua língua e as televisões ocultam a sua memória e cultura (*A Phala*, 1995:I).

A luta pelo património cultural era uma luta nacional, envolvendo crítica às estratégias políticas nacionais, introduzindo os fatores ambientais e uma discussão do novo conceito de desenvolvimento que se pretendia para o país

Vítor Oliveira Jorge exaltava a beleza da paisagem, explicando a história da exploração do local com a arqueóloga Susana Oliveira Jorge e a importância que teve a comunicação de Nelson Rebanda, em 1993, sobre as suas prospeções na zona. Foi em novembro de 1994 que foi confrontado com a notícia pública da existência das gravuras “Salvar o Côa é salvar a memória do mundo, salvar a alma, salvar uma ética e uma cidadania”. (A Phala, 1995:II). Mila Simões de Abreu analisou as técnicas e a autenticidade das gravuras, considerando o vale do Côa “potencialmente uma grande estação arqueológica no ponto de vista da cultura material.” Renato Neves e Rui Rufino contribuíram com um estudo sobre as modificações do ecossistema.

As comunidades de passeriformes dependentes dos *habitats* rupícola e ripícola, qualquer deles confinados ao curso do rio, particularmente no troço inferior, são diretamente afetadas pelo inundamento resultante da construção de barragens sendo que o seu habitat dificilmente poderá ser substituído (A Phala, 1995: VII).

Cláudio Torres defendeu o papel da memória na construção de identidade. Evocou a submersão de Vilarinho da Furna para reivindicar uma mudança de atitude contra as catedrais do “taveirismo”¹⁰² e o consumismo modernos, que traziam a aniquilação das culturas locais.

Noutros tempos foi possível apagar Vilarinho das Furnas. Impunemente. Nem mesmo uma rústica igreja românica lhe valeu. Casas e pontes, leiras trabalhadas pela prática de milénios de civilização foram afogadas para alimentar indústrias hoje moribundas, para esbanjar nas catedrais do taveirismo e do consumismo moderno e certamente para iluminar os bairros dormitório onde se refugiaram aqueles camponeses expulsos das suas terras (A Phala, 1995: VII).

Alberto Carneiro reclamou a preservação das gravuras como uma exigência cultural de defesa do património e de construção de identidade.

¹⁰² Expressão crítica que alude ao arquiteto Tomás Taveira e à sua orientação estética.

Em confronto está um sentido de beleza, de religião, permanência e sensibilidade contra a fusanga e a ganhuça daqueles que através da economia dizem que os fins justificam todo o tipo de meios (A Phala, 1995: I).

O sentido economicista e tecnocrático foi tratado em tom de severa crítica, arredando do território de cultura, em tom por vezes jocoso, os técnicos. Agora ligados aos políticos no poder, eles foram, no discurso dos intelectuais, a minoridade intelectual das forças políticas em presença, cujos ideais assentavam sobretudo no desejo de lucro, nas representações de um passado que se pretendia ultrapassar. A visão de uma política de pequeno alcance, de vistas estreitas e ignorante em relação à identidade cultural e democrática a construir, não mais se separaria dos discursos contra a direita em Portugal. A nova paisagem construída pela preservação do Parque Arqueológico do Côa seria assim um recomeço da história e do progresso do país. Ela cancelaria os símbolos tecnocráticos em favor de uma nova representação ideológica, assente em valores de cidadania, ecologia, e um novo significado de património. Os arqueólogos e os protagonistas da sociedade chamariam a si os novos símbolos e Portugal sairia do seu estrutural atraso para protagonizar novos modelos de sociedade e desenvolvimento.

Para além destas representações, o movimento cívico de então não pode desligar-se das motivações e comportamentos mais globais, que se observaram nos contextos urbanos: novas reconfigurações resultantes da perda de importância das instituições religiosas a partir dos anos 1970. A tomada de posição dos centros urbanos situa-se numa nova cartografia do religioso:

(...) o religioso é uma dimensão transversal do fenómeno humano que trabalha de modo ativo ou latente, explícito ou implícito, toda a espessura da realidade social, cultural e psicológica, segundo as modalidades próprias de cada uma das civilizações no seio das quais nos esforçamos por identificar a sua presença (HERVIEU-LÉGER, 2005:26).

Sempre que se reproduz, reconstrói e atualiza a crença em relação à autoridade legitimadora de uma tradição estamos perante uma vivência do religioso em novas representações que atravessam a sociedade, desde a política à ciência, na estruturação das relações familiares e intergeracionais, no campo económico, estético, nas relações entre

homens e mulheres. Assim, a construção do simbólico na modernidade pode ser entendida a partir desta nova cartografia.

O caso de Foz Côa representou um aspeto desta recomposição, constituindo um território onde as crenças se reconfiguraram num novo discurso.

A consideração do religioso como legitimação do ato de crer (HERVIEU-LÉGER, 2005) deve ser interpretada no contexto da relação entre o religioso e a modernidade. O crer contemporâneo, compreendido num processo de decomposição e recomposição, é um elemento fundamental na construção da subjetividade contemporânea. O processo de secularização e de desregulação do religioso produziu uma religião *à la carte* (HERVIEU-LÉGER, 2005:28) decorrente do avanço da racionalidade científica e da consequente emergência de focos de irracionalidade transversais à sociedade. O sonho de um mundo racionalizado pela ação dos homens implicou uma nova relação com o mundo, em que o sujeito passou a construir, ele próprio, a significação que dá sentido à existência. O paradoxo da modernidade liga-se assim a uma aspiração utópica, continuamente reaberta à medida que o conhecimento e as técnicas se desenvolveram em ritmo acelerado (HERVIEU-LÉGER, 2005:44).

6.3. Foz Côa em 2014.

Em 2014, a vila de Foz Côa continuava seguindo o ritmo que observei em 2010.

Na edição de 20 de fevereiro de 2014, o jornal Público noticiou que os administradores da Fundação Côa Parque preferiam outro modelo de gestão, divergindo em relação a modelos futuros. Em 2012, na sequência do relatório pedido pelo governo sobre as fundações, esta tinha sido extinta, decisão que foi contestada pela administração da Fundação Côa Parque e que levou o governo a reconsiderar a decisão tomada.

O futuro desta fundação continuou nas agendas locais e nacionais. Em 2013, os seus fundadores (secretarias de estado da Cultura, a do Ambiente, a do Turismo, a autarquia e Associação de Municípios do Vale do Côa) deviam à Fundação Côa Parque cerca de 857 mil euros, e esta, por sua vez 203 mil euros a fornecedores. Em 2014, a fundação não conseguia pagar despesas básicas de funcionamento e tinha já um atraso de cinco meses de pagamento às empresas de vigilância.

O desinteresse do público pelo museu e pelo parque é manifesto, conforme o atestam as estatísticas.

José Ribeiro, o professor do ensino secundário local, que em 1995 transformou a escola num centro de luta, apontava o facto de o modelo de gestão ser demasiado pesado. A passagem a instituto público (IP) colocaria o parque arqueológico na dependência direta do orçamento de Estado (OE). Para ele, que protagonizou a primeira linha da “batalha do Côa”, a importância política, sociológica e cultural da descoberta e da luta pela preservação das gravuras foi um marco na construção de uma nova perspetiva sobre o património cultural enquanto alavanca de desenvolvimento económico. Assinalando como consequência desta batalha a criação de um ministério da cultura, até aí inexistente, José Ribeiro considera que a história da arqueologia portuguesa passou a dividir-se entre antes e depois do Côa. A defesa do património arqueológico de Foz Côa passou a fazer parte do discurso urbano, ao lado da defesa dos valores ambientais e de novas configurações de progresso e desenvolvimento.

Para os meus barragistas dos anos 1950, as gravuras poderiam ter sido preservadas de várias formas, algumas propostas pela EDP, sem que isso implicasse a suspensão da obra. Em 2014, Foz Côa constitui na opinião dos engenheiros barragistas um regresso à dependência energética do país, com recursos não aproveitados, e sem que o património cultural local se converta em real recurso para o desenvolvimento nacional. Para os engenheiros, a técnica continua a ser o fator decisivo, remetendo o património cultural relacionado com as gravuras para a mesma insignificância dos interesses locais.

No debate público sobre as gravuras de Foz Côa a posição dos arqueólogos prevaleceu perante a das entidades defensoras da construção da barragem. Isto deveu-se a um conjunto de elementos endógenos à sociedade portuguesa. O aumento da participação no debate e a sua politização obrigou a uma reforma institucional, não tendo sido esta mudança seguida de planeamento estratégico continuado nos anos seguintes.

A constituição de um território simbólico e de uma memória que pretendia inaugurar dinâmicas de desenvolvimento para o país revelou-se refém dessas mesmas decisões, constituindo o património cultural de Foz Côa um resíduo em torno do qual se estruturaram formas diversas de ativismo, mas não de uma efetiva *praxis* política, na linha teórica de J. Habermas anteriormente exposta. O contraste entre o interesse local e as políticas nacionais permaneceu, verificando-se atualmente uma asfixia financeira para a manutenção do parque arqueológico, bem como a escassez de apoios para pôr em prática novas linhas de investigação arqueológica em Portugal.

As razões que explicam este desfecho prendem-se com dois tipos de fatores. Em primeiro lugar, o dos interesses hegemónicos protagonizados pelas corporações detentoras dos

meios financeiros necessários à prossecução do plano nacional de barragens; em segundo lugar, pelas características do novo grupo em luta pela legitimação, que não tinha, e continua a não ter, um enraizamento ideológico e politicamente estruturado, capaz de alterar a visão dominante.

O estado atual do Parque Arqueológico do Côa questiona a eficácia dos atores envolvidos nos anos 1990 pela legitimação e criação de um novo território simbólico. O ativismo dos estudantes e intelectuais colocou em causa o poder político. Este reagiu, reconfigurando-se. Passou também a protagonizar a causa, em ordem a legitimar-se aos olhos da sociedade. No entanto, constata-se que as corporações empenhadas nos grandes empreendimentos públicos nacionais continuaram as obras planeadas, exceção feita à barragem de Foz Côa, onde a suspensão deixou a barragem quase terminada, faltando apenas o coroamento. As barragens do rio Tua e a do rio Sabor continuaram, independentemente das movimentações de associações locais e de defesa dos valores ambientais e de património cultural.

A aliança entre arqueólogos e jornalistas passou para segundo plano e a batalha em defesa da cultura e contra o betão desapareceu do debate público nacional, encontrando-se agora confinada a terreno marginal.

Ativismos em prol de causas ligadas à qualidade de vida, mais do que a condições de vida, não operam mudanças políticas reais, por não implicarem mudanças reais na *praxis* política. O movimento de Foz Côa não correspondeu a uma alteração das forças produtivas, tal como Marx as concebeu: saber teórico e organizativo, aliado ao agir instrumental e estratégico.

O caso Foz Côa pode também ser compreendido através da dialética entre o saber e o crer.

Os protagonistas do movimento cívico encontraram uma razão para acreditar: no progresso, num Portugal atento aos valores do património cultural contra a indústria, numa mudança política, ou seja, no milagre de Foz Côa. Milagre referido por A. Abelaira para caracterizar o ambiente vivido na escola secundária de então, que se estendeu a um conjunto de metáforas mágicas e simbólicas, aparentadas com o sentido poético que o próprio local propicia, mas que converteram a contenda num jogo de linguagem afastado dos centros de decisão e não correspondido numa estratégia concertada pelos atores. O terreno de disputa simbólica manteve no discurso cívico a magia do lugar, o santuário, a crença em novas discursividades.

Estudadas por Habermas a propósito do conceito de modernidade, estas dinâmicas são frequentemente endógenas aos processos e reconfigurações da economia capitalista e no papel cada vez mais global que têm no destino das populações nacionais e locais.

Desta forma, poderá dizer-se que o movimento cívico de Foz Côa assume eixos de significação diferenciados, em articulação com a evolução das dinâmicas sociais globais. Em primeiro lugar, o discurso em defesa do património constituído pelas gravuras rupestres parece acompanhar os ritmos das sociedades modernas, em torno de um conceito de qualidade de vida estruturado a partir de valores culturais. Neste sentido, o discurso não está ancorado numa prática política estrategicamente concertada em ordem a construir um novo modelo de sociedade, mas apresenta-se fragmentada, constituindo assim uma legitimação simbólica, que não é acompanhada de uma legitimação social e económica. Por isso, as prioridades de investimento continuaram a ser, nos anos seguintes, as barragens.

Em segundo lugar, o facto de o desenvolvimento local depender da circulação das decisões políticas relacionadas com o financiamento destas instituições teve consequências diretas no estado em que se encontra atualmente o Parque Arqueológico do Côa: uma dívida financeira decorrente dessas alterações estratégicas, de solução incerta no futuro.

O desejo de mudança protagonizada pelos arqueólogos permaneceu nos gabinetes e nos estudos académicos, sem consequências significativas ao nível do desenvolvimento de novos nichos de investigação em torno do património arqueológico. A produção de conhecimento científico dependia, em 2014, de subsídios, de patrocínios, empobrecida agora por uma classe política pouco interessada em valores de património cultural e na construção de conhecimento adaptado às novas exigências desencadeadas com a crise europeia. A política nacional relativa à cultura e ao património foi secundarizada relativamente à hegemonia das empresas e corporações.

Em 2014, a divulgação do património de Foz Côa apresenta as gravuras no mesmo plano da gastronomia e da paisagem do Alto Douro Vinhateiro, dimensionada para o turismo, que tem sido residual, face a ofertas nacionais diversificadas que com ela concorrem.

Reféns do seu encantamento, e da sua incapacidade de protagonizar mudanças políticas efetivas, os ativistas desta causa recordam-na nas suas horas de meditação, partilham-nas com jovens estudantes, ou com investigadores ocasionais. E aí irrompe de novo o encantamento desse *topos*, a nostalgia de um sonho que ficou no passado, a apatia e

desinteresse pela ação. Semelhante à alma bela de Hegel, a pureza do espírito cultivado e sensível, é uma pureza sem mãos.

Em terceiro lugar, o caso de Foz Côa ilustra a tensão entre o conceito de saber enquanto crença e o conceito de saber enquanto conhecimento.

O saber enquanto configuração de crenças redefine subjetividades, mas não altera os interesses estabelecidos. Para tal acontecer, o saber tem de se estruturar em conhecimento: é o aumento da massa crítica, do investimento público na educação que criam as condições objetivas de progresso. O conhecimento e o desenvolvimento são escolhas ideologicamente decididas e materialmente construídas.

As gravuras rupestres de Foz Côa devem ser interpretadas numa dinâmica de esquecimento em consonância com a interpretação de Bruno Latour já analisada. Este processo de esquecimento é interrompido pelas performances mais ou menos ritualizadas dos atores locais.

Os atores locais, ligados a instituições em formação ou em vias de extinção, lembram os anos 1990, o heroísmo, a utopia daquele lugar. Os comerciantes de Foz Côa fecham as portas e esperam por melhores dias.

O que lembram, em 2014, os estudantes que foram a Foz Côa em 2010? Encontro-os esporadicamente quando visitam a sua antiga escola secundária, ou em notícias nas redes sociais. Eles recordam o encanto do vale, a paisagem, as gravuras, como elementos de construção das suas subjetividades, mas essa lembrança ficou nas páginas mais antigas do *Facebook* e dos *blogs*, ultrapassadas por novas imagens, de outras sociabilidades.

Conversando com estes estudantes, que agora são jovens universitários, eles referem sempre o seu encantamento misturado com os episódios caricatos de qualquer visita de estudo. Uma saudade daquela visita, comentam, que também é uma saudade dos tempos da escola secundária.

Nenhum dos estudantes que realizaram esta visita de estudo prolongou a sua ligação a Foz Côa, nem faz parte de associações cívicas de defesa do património.

Em 2014, não é fácil marcar uma visita de estudo, sobretudo se não for planeada com bastante tempo de antecedência. As visitas às gravuras não são sempre asseguradas pelo museu, sendo atualmente também asseguradas por pequenas empresas de transportes geridas pelo museu.

A interpretação deste movimento cívico pode entender-se no contexto das problemáticas que continuam em aberto sobre movimentos sociais no século XXI, que incluem questões levantadas por novas configurações dos ativismos sociais (ALONSO, 2009). A opinião

pública transnacional, as novas mobilizações em torno da produção e circulação do conhecimento tendo por bandeira a democratização, e os ativismos transnacionais, são fenómenos dinâmicos. No que a este caso respeita, pode dizer-se que ele representou um momento de construção de identidade local e nacional. Esta identidade construída em conjunto pelos atores (ativistas, cientistas, jovens) permanece como terreno de disputa, agora associada às mudanças que entretanto ocorreram na sociedade, misturando memória e representação, poder e conhecimento, legitimidade e esquecimento de si.

Conclusão: De Picote até Foz Côa. Derivados identitários.

Mientras el viajero sube, cansado ya del camino y de tantos días solo, hacia lo alto del puerto que marca en el horizonte el final de su caminata, el río continúa por su lado, buscando entre los caballos ese lugar mitológico en el que, según los mapas y la leyenda, tiene su fuente de sangre.

Julio Llamazares, El río del olvido, pp.219-220.

A identificação do grupo barragista permitiu analisar processos de construção identitária decorrentes das relações de trabalho geradas nos estaleiros de empreendimentos de obras públicas, neste caso, a construção de grandes barragens. Identificaram-se ainda mecanismos de construção de memória de um grupo laboral obreiro dos equipamentos hidroelétricos surgidos desde a década de 1950 no rio Douro. Executava-se um plano nacional de eletrificação. Retomo os principais derivados identitários.

Primeiro, a constituição do grupo barragista e os processos de lembrança e esquecimento (CONNERTON, 1993, 2010).

Segundo, as iniciativas empreendidas com vista ao tratamento político da paisagem. Ficaram patentes nas intervenções encomendadas a artistas plásticos em barragens do Douro internacional. Refiro-me às ações de Edgar Martins, fotógrafo e de Pedro Cabrita Reis, artista plástico¹⁰³. Este interesse pelo património industrial insere-se num esforço de consensualizar os efeitos da presença de grandes equipamentos tecnológicos na paisagem. As grandes barragens foram e permanecem um território de disputa.

Terceiro, o ativismo cívico dos anos 1990, que está na origem da suspensão das obras da barragem de Vila Nova de Foz Côa. Aqui foi possível observar o nascimento de um movimento social de novo contorno ideológico, onde os valores de progresso assentes no desenvolvimento da indústria deram lugar a novas representações decorrentes das outras expectativas urbanas.

1. Barragistas.

Depois de terminar o trabalho de campo e a análise dos dados recolhidos, voltei a casa dos meus interlocutores. Eles tinham manifestado um vivo interesse pela pesquisa elaborada, e receberam-me com grande simpatia. Eu trazia os documentos que me tinham

¹⁰³ Não tive em conta outras intervenções, porque se localizam em lugares vedados ao público, como é o caso da intervenção de Pedro Calapez, na barragem de Picote.

sido emprestados para devolver e um pedido de autorização para o uso das entrevistas que tinha gravado. Enquanto assinavam as declarações, fomos conversando sobre a pesquisa realizada, e sobre os seus almoços de convívio mensais, que continuam. Fui dando notícia dos meus mais recentes contactos. Comuniquei a morte, entretanto ocorrida, de A.M. O engenheiro Fagulha Vaz reagiu:

– Pois é, todos morremos. Mas eu ainda cá estou, com 95 anos!

Agradei uma vez mais a disponibilidade e a colaboração na minha pesquisa e verifiquei que o livro de Henrique Pinto se guardava naquele círculo de pessoas. O engenheiro Pereira dos Santos disse-me que havia mais um livro, saído há pouco tempo, chamado “Memórias de um barragista”. Não lhe era possível cedê-lo por empréstimo, já que não se encontrava em casa. Expliquei aos meus interlocutores as conclusões a que cheguei, sobre a identidade barragista. O entusiasmo e a vivacidade com que continuavam a identificar-se com essa designação coexistiam com perguntas sobre as pessoas com quem fui falando ao longo do tempo da pesquisa. Conteí que tinha conversado com o padre Telmo e que tinha ido a uma homenagem que lhe tinha sido feita, em Bruçó. O engenheiro Fagulha Vaz quis saber dele, por onde andava, o que fazia. O mesmo de sempre, respondi. Em Malange, na casa do Gaiato. Atuando, ouvindo e escrevendo. Lembrei ao meus interlocutores expressões que haviam usado no período de entrevistas para se referirem ao rio (Douro) e ao bairro (do Barrocal). Ficavam pensativos e sorridentes ao rememorar esse passado, que se presentifica de cada vez que alguém os reconhece na rua, ou lhes oferece um novo livro sobre os barragistas. Vão sabendo sempre uns dos outros por telefone ou através de encontros.

Etnografia e memoralística mostram de que forma o trabalho configura as relações de pertença. Perante o objetivo de construção de uma grande obra, as decisões estruturam-se em função de representações que excedem os papéis e estatutos de cada indivíduo. No contexto do trabalho e da produção, as mediações intersubjetivas são presença e ausência: presença na nova constituição do território, na construção política das novas paisagens técnicas – chamemos-lhes agora a estas também tecnopaisagens por empréstimo a A. Appadurai – e nos processos de patrimonialização.

O território de luta pela memória não é exclusivo do grupo estudado. Ele entra nos circuitos e dinâmicas sociais e culturais em escalas cada vez mais complexas. Resulta dos efeitos da globalização, protagonizando novos referentes de análise. Em 2014, por ocasião do lançamento do seu livro “Outras globalizações: cosmopolíticas pós-imperialistas”, Gustavo Lins Ribeiro afirmava um campo de estudo importante, que é o

da formação de processos políticos e agentes económicos alternativos à globalização vigente. Neste livro ele continua investigando processos contra-hegemónicos, em função de um conceito de cosmopolítica que definiu como sendo uma relação natural dos povos com a alteridade, diferente da antropologia, que definiu como cosmopolítica ocidental.¹⁰⁴ As dinâmicas e os conflitos da memória só podem ser compreendidos neste contexto mais global. O debate atual sobre os recursos energéticos atinge proporções planetárias, dados os efeitos que as decisões têm nos estados e nas regiões locais de intervenção. Ao mesmo tempo verifica-se um aumento de protagonismo por parte de associações cívicas e população local no sentido de regular os processos decisórios. A barragem de Belo Monte onde a polémica que vem gerando é exemplo de terreno de disputa, mobilizador de atores à escala internacional. O principal contributo de Ribeiro (1997, 1997a) para este debate reside na pesquisa que elaborou sobre os atores invisíveis das grandes construções. Entre o bicho de obra da barragem de Yacyretá e os barragistas que abordei, existem afinidades quanto ao modo como a identidade é construída no trânsito. A pesquisa antropológica permitiu uma visão holística dos novos processos transnacionais, dando assim lugar a outras formas de compreensão das tensões sociais. Distinguem-se – passando a um registo conclusivo – duas vertentes da análise do grupo barragista, que formulo nos termos seguintes:

Primeiro, a ligação ao grupo dos trabalhadores nómadas das grandes obras, por pertencerem a dinâmicas sociais e políticas similares. Segundo, a construção de memória a partir do estaleiro: no trânsito, o território é reconfigurado pelos atores anónimos da construção da paisagem industrial.

Analiso a primeira vertente. A noção bicho de obra surgiu durante a pesquisa sobre a construção da barragem de Yacyretá, o grande empreendimento binacional no rio Paraná, na fronteira entre a Argentina e o Paraguai. A análise da história e ideologia deste processo colocou em evidência os diferentes grupos de poder em luta pelo acesso e controle do projeto. Gustavo Lins Ribeiro analisou o modo como se mobilizaram tecnologia, conhecimento organizativo, componentes da força de trabalho. O bicho de obra correspondeu a uma identidade e a uma forma de consciência novas, questão que desde logo identificou como tendo relevância mundial. Estes trabalhadores migrantes tinham já sido identificados no seu trabalho sobre a construção de Brasília (RIBEIRO,G.

¹⁰⁴ <http://www.eduerj.blogspot.com.br/2014/11/entrevista-com-professor-gustavo-lins.html?m=1>, página acedida em 14 nov. 2014.

1997), embora sem esta designação. Construída de raiz, a cidade foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Para este empreendimento concorreram os trabalhadores dos grandes projetos, na maioria jovens, com saúde e sem família. Esta situação tinha efeitos diretos na exploração a que era sujeito o operário, bem como nas implicações inerentes à ausência de mulheres. Muitos operários aprenderam a sua profissão na obra, o que lhes abriu portas a mobilidade social ascendente.

No acampamento de obras, Ribeiro identificou duas linhas de organização interna que se relacionam com a lógica da atividade produtiva, por um lado, e com as particularidades da população presente no território. A hierarquia, então própria da construção civil, implicava uma ausência relativa das mulheres e das famílias. O trabalho estruturou-se na ideologia própria das grandes obras, com exploração económica dos trabalhadores e falta de segurança nas condições de trabalho. O afluxo de trabalhadores tinha duas vertentes: a desorganizada, que consistia na abundância de mão-de-obra não qualificada (primeira fase), essencialmente goianos e mineiros; e a organizada, que tinha formas próprias de recrutamento, encaminhamento, seleção e controle dos operários. O Estado procedia a esta regulação.

A construção de Brasília fez-se num contexto de manipulação ideológica expressa em ideais nacionalistas e num discurso político pautado pelo entusiasmo, exaltando a capacidade concretizadora, o progresso, a técnica (RIBEIRO, G. 1997). Ao mesmo tempo, a interiorização do país correspondeu também a uma lógica de penetração do capitalismo. A análise da construção de Brasília concentrou-se nos atores excluídos destas narrativas. Para compreender os contextos dos trabalhadores que participam nestes circuitos migratórios, Gustavo Lins Ribeiro mobilizou as seguintes categorias: sistema mundial (Immanuel Wallerstein), segmentação étnica do mercado de trabalho (Eric Wolf), compressão do espaço/tempo (David Harvey), finalmente, fragmentação e reconstrução de identidades.

A categoria de sistema mundial permitiu compreender a evolução da divisão internacional do trabalho. A categoria de segmentação étnica do mercado de trabalho é uma noção sistémica que mostra o lugar de determinadas etnias e respetivas alterações. A categoria de compressão espaço/tempo permite situar a velocidade crescente da rotação e circulação de capital, e também as mudanças nas ideologias de administração da força de trabalho. Estas novas formas de cosmopolitismo existem no plano simbólico, embora levem os atores a viver de modo ambíguo. Os novos sujeitos constroem a sua identidade na fragmentação, que resulta da vivência de múltiplas alteridades: o bicho de obra perde a

sua identidade de origem e entra num processo de reconstrução, assumindo-se como habitante permanente do circuito migratório. É uma população transnacional, gerada pelo capitalismo transnacional: ele está exposto a alteridades diferentes daquelas a que pertence na origem, sendo também permeável à ação dos meios de comunicação de massas. Daqui decorrem processos políticos, culturais, linguísticos, e também relacionados com o parentesco (por exemplo os casamentos interétnicos, a troca de mulheres). O bicho de obra foi desterritorializado, porque perdeu a possibilidade de realizar uma identificação unívoca entre território, cultura e identidade: foi por isso que se autodesignou expatriado, cidadão do mundo. Ao nível dos grupos domésticos produziram-se alterações significativas, tais como o descompasso na vida das crianças entre a transmissão de uma identidade nacional e a realidade experimentada na obra.

Estes aspetos, analisados no contexto da construção de Brasília, (RIBEIRO,G.1997) tornaram-se também visíveis quando posteriormente analisou a construção da barragem binacional de Yacyretá (RIBEIRO,G.1997a).

No estaleiro falava-se espanhol, italiano, francês, inglês, alemão. Era uma força de trabalho numerosa, que participava de formas diferentes nos diversos segmentos laborais e onde confluíam diferentes origens étnicas, migratórias, sociais e culturais. A área de influência imediata da barragem era um extenso território do Paraguai e da Argentina. Os donos da obra tinham interesse imediato em reter esta força de trabalho. A sua qualificação no contexto da obra em curso trazia uma vida social mais regular e com um certo sentido comunitário. A possibilidade de reprodução social em torno dos empreendimentos de grande escala constituía a base do fluxo migratório que ocorria entre projetos. (RIBEIRO,G. 1997:190). Os cidadãos do sistema mundial, ou expatriados perdem a sua capacidade política para intervir em movimentos de trabalhadores organizados no corpo político dos países onde se executaram projetos. Isto é vantajoso para as empresas.

Algumas destas conclusões aplicam-se a Picote e à cascata de aproveitamentos hidroelétricos do rio Douro, sendo embora de referir diferenças relevantes de contexto: Picote é projeto nacional, e Yacyretá tem âmbito transnacional. A memorialística refere a mobilidade laboral, mas há uma identificação comum forte com a empresa a que pertenceram.

Os barragistas contam com orgulho como conseguiram integração no quadro de pessoal da concessionária passando a aceder a regalias sociais. Os seus testemunhos e trajetos biográficos revelam o esforço de melhoria de vida e a necessidade de lembrar a multidão

anónima condenada a circular de estaleiro em estaleiro. Os marteleiros, os primeiros a chegar ao estaleiro e os primeiros a deixá-lo, viviam em condições muito precárias, sempre em busca de trabalho e de melhor salário. O padre Telmo constituiu-se como intermediário entre os que sofriam a miséria e os corpos dirigentes da empresa. Tal como identificado nos trabalhos de Gustavo Lins Ribeiro, a segmentação e a mistura de costumes e de linguagens trazia repercussões nos modos de vida e das rotinas do estaleiro. Nos estaleiros montados no rio Douro as empresas tinham interesse em reter os trabalhadores que tinham ganho experiência, tirando partido da qualificação entretanto por eles adquirida.

Passemos ao segundo elemento de análise: a construção de memória a partir do estaleiro. A obra, a empresa e o padre Telmo, são os elementos do discurso de harmonia social. Como grupo social, os barragistas têm em comum o facto de terem estado na obra. A obra é por isso o seu território, o seu lugar de pertença, o objeto da memória. No estaleiro, eles são os atores locais de um projeto nacional. A identidade barragista construiu-se assim no contexto de fragmentação e reconstrução de identidades atrás referido.

A harmonia social que encontramos entre os engenheiros que, como referia o padre Telmo, eram pessoas a quem toda a gente queria bem – pequenos deuses – e os operários, correspondia na verdade a constantes negociações entre uns e outros, que o capelão mediava, por não pertencer a nenhum dos dois grupos. A empresa concessionária alinhou-se por esta dinâmica de harmonização social, porque não colidia com a nova lógica de industrialização. Visto do lado dos trabalhadores indiferenciados, a melhoria de vida gerava identificação com a empresa (“Somos o que somos pela EDP”). A empresa tornou-se parte integrante da cultura barragista.

Tal como Gustavo Lins Ribeiro (1997, 1997a), também Maria Eduarda Gonçalves (2001) chamou a atenção para a barragem, como unidade de análise, onde se refletem contradições vividas na sociedade.

Estes laboratórios de análise sociopolítica evidenciam as contradições e expectativas dos atores quando confrontados com desígnios extrínsecos à economia local e aos desejos das populações afetadas pelas construções. São processos que não podem ser analisados sem o recurso às novas representações do tempo, do espaço, e da praxis quotidiana.

A aceleração própria da modernidade contrasta com a lentidão dos processos afetivos e emocionais das populações. Estas devem adaptar-se a novas linguagens e recursos, mobilizando a comunicação nos media e o seu sucesso enquanto instâncias reivindicativas depende da eficácia da sua ação nos novos terrenos de disputa. A vivência

de todos os dias é atravessada por interesses não locais, onde as assimetrias aumentam na medida em que diminui a possibilidade de ação no terreno do debate público, como Locatelli (2014) analisou.

A recolha dos processos de evocação do passado e do seu valor para compreender o presente permanecem nas novas paisagens técnicas: a apropriação do território sofreu alterações ao longo do tempo, materializando as expectativas da sociedade em mudança.

A construção das barragens do Douro internacional deu corpo ao sonho da indústria contra a ruralidade.

Do estaleiro à autoestrada líquida, o rio prestou-se a narrativas identitárias e a representações de progresso que encontravam nos barragistas os seus principais atores. A barragem de Picote representou uma irrupção de modernidade numa aldeia transmontana, patente em novas sociabilidades e numa discursividade assente na exaltação da técnica enquanto fator de desenvolvimento. Por não implicar deslocação de populações, a barragem de Picote constituiu uma intervenção direta numa paisagem despovoada, daí a

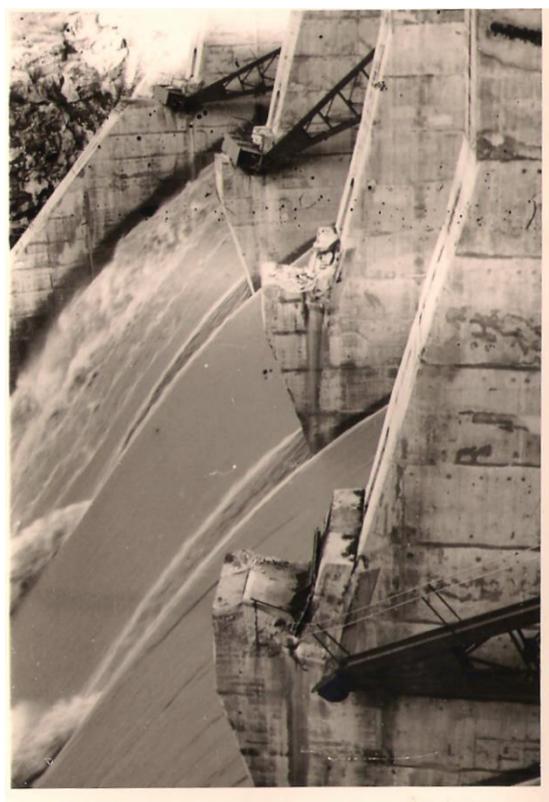


Figura 103 Descarregador. Fotografia cedida pelo engenheiro Pereira dos Santos.

ausência de conflitos com usos locais. Neste âmbito refiram-se ainda as circunstâncias que levaram jovens arquitetos do Porto a sentirem-se desafiados pelo concurso promovido para a construção do alojamento dos trabalhadores. Foi um desafio cumprido, criando os objetos e edifícios que ainda são visíveis no bairro. A eletricidade serviu de pretexto para a volumetria arrojada do chamado Moderno Escondido.

Um halo de luz irrompeu no planalto mirandês: a construção da barragem mobilizou cerca de 6000 pessoas. Hoje trabalham em Picote duas ou três pessoas. Tudo é monitorizado e comandado à distância. Segundo os dados referidos na Introdução, Picote tem atualmente cerca de 300 habitantes.

2. Paisagem.

A paisagem técnica tornou-se ao longo do tempo motivo de disputa. Defendendo a energia de barragens como limpa, a EDP adotou um novo discurso legitimador da hidroeletricidade. Com esse propósito, solicitou intervenções de incidência estética nestas barragens, como aconteceu na de Bemposta. Trata-se de converter monumentos duma tecnologia em pleno uso em matéria de património. Artistas plásticos deixam-se seduzir por Picote, Miranda, Bemposta por motivos diversos. Por ser uma ruína, por ter edifícios de volumetria arrojada desproporcional ao lugar e à paisagem. Por ser um futuro que apenas ficou no passado.

A ligação entre arte e técnica é recorrente, pesem as incidências possíveis. Lewis Hine (1874-1940), sociólogo e fotógrafo americano foi o primeiro a usar a fotografia como ferramenta das reformas sociais, desenvolvendo a fotografia como uma arte empenhada. Dedicou-se no princípio do século à fotografia documental como forma de promover reformas sociais. Em 1906, Hine dedicou-se a fotografar siderurgias em Pittsburgh, Pensilvânia. Mais tarde, documentou trabalho infantil para a *National Child Labour Committee*.¹⁰⁵ As suas fotografias do *Empire State Building* em construção fazem parte da história da fotografia.¹⁰⁶



Figura 104 Young girl working in Anniston Yarn Mills.
Location: Anniston, Alabama. Em linha:
<http://www.loc.gov/pictures/resource/nclc.01926/?co=nclc>

¹⁰⁵ Em linha: <http://www.loc.gov/pictures/collection/nclc/item/ncl2004001298/PP/>, página acedida pela última vez em 9 mar.2015.

¹⁰⁶ Serão alguns dos operários-montadores da foto índios Mohawk? É o que se pode depreender da leitura da célebre reportagem do jornalista Joseph Mitchell intitulada *The Mohawks in the High Steel*, publicada inicialmente em *The New Yorker*, de 17 set 1949.



*Figura 105 Men at work, Lewis Hine. Em linha:
<http://www.nytimes.com/2012/11/11/movies/lunch-atop-a-skyscraper-uncovered.htm>*

Outro exemplo da ligação entre arte e técnica é o do escultor Richard Serra (1939-).¹⁰⁷ Quando adolescente trabalhou numa siderúrgica durante as férias escolares, onde teve experiência com o aço.

A profissão do pai, que trabalhava na indústria naval, poderá ter também tido influência na sua atividade como escultor. Na sua obra, a relação da escultura com o espaço público constituem motivo de debate nem sempre consensual. Concebe a escultura como uma experiência fenomenológica assente em noções como peso, gravidade, espaço, processo, tempo. Os materiais usados, frequentemente retirados de fábricas abandonadas, adquirem novas significações numa estética minimalista, reutilizando materiais para os inserir numa nova linguagem que sustenta o equilíbrio dos objetos. A materialidade e espacialidade destes objetos dão-lhes um sentido de sublimidade. “A matéria do tempo” é uma escultura que se encontra no Museu Guggenheim de Bilbao e que é expressiva do percurso deste escultor¹⁰⁸.

Os dois exemplos aqui referenciados permitem compreender que a paisagem industrial se tornou motivo de reflexão ou mesmo de ação ideológica, posicionando-se os artistas plásticos de modo diferenciado relativamente às novas paisagens. Sendo assim, não admira que as barragens do Douro internacional tivessem sido alvo deste interesse. A EDP está ligada às duas intervenções artísticas, de modos diferentes. A exposição *The Time Machine*, de Edgar Martins, foi financiada por esta empresa e esteve patente ao público no Museu da Eletricidade, em Lisboa¹⁰⁹. Edgar Martins expunha fotografias do abandono de máquinas, a perfeição das naves



Figura 106 *The Matter of Time*, instalação de Richard Serra no Museu Guggenheim de Bilbao, feita com oito placas de aço

¹⁰⁷Cf: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/1093333/Richard-Serra> , página acedida pela última vez em 9 mar.2015.

¹⁰⁸ Em linha: <http://www.guggenheim-bilbao.es/en/works/the-matter-of-time/> página pela última vez acedida em 9 mar.2015.

¹⁰⁹ Cf: <http://fundacaoedp.pt/exposicoes/the-time-machine-edgar-martins/40>, página pela última vez acedida em 9 mar.2015.

subterrâneas, a utopia de um passado por cumprir. O sentido da sua escolha estética atravessa os objetos, que assim se tornam silenciosos, numa melancólica ligação entre passado e futuro.

As fotografias desrespeitam a escala esperada, aumentando de forma gigantesca um parafuso, ou fazendo uma fotografia de menores dimensões para uma central subterrânea: Afirma João Pinharanda:



Figura 107 Central de comando, barragem de Picote, fotografia de Edgar Martins. Em linha: <http://fundacaoedp.pt/exposicoes/the-time-machine-edgar-martins/40>, página acedida pela última vez em 09 mar. 2015

As máquinas são fotografadas frontalmente, como para catálogos de venda, sem emoção ou tensão interna. Mas essa operação de propositado desenraizamento (a preciosa minúcia formal e cromática que assim descobrimos em cada uma das máquinas, a percebida inutilidade de imagens, registadas apenas para contemplação) acaba por introduzir inevitáveis dimensões de subjetividade. Porque o inevitável fascínio pela máquina (que o Moderno introduziu no código da nossa imaginação) esbarra hoje na impossibilidade de pensar sem mácula o desenvolvimento tecnológico. Porque esse fascínio subsiste como estímulo principalmente estético, sustentando a beleza da máquina sobre um fundo de injustiça social ou destruição da natureza. É evidente que estas máquinas são máquinas boas: os seus efeitos finais são infinitamente positivos, delas resulta a produção de uma energia limpa e renovável.¹¹⁰

¹¹⁰ Cf: <http://fundacaoedp.pt/exposicoes/the-time-machine-edgar-martins/40> o texto de João Pinharanda.



Figura 108 Parafuso, Edgar Martins Em linha: <http://www.edgarmartins.com/work/the-time-machine-an-incomplete-semi-objective-survey-of-hydropower-stations-2011/> página acedida em 9 mar 2015.

A EDP surge aqui no contexto de defesa de energias limpas, em consonância com ações cívicas em prol duma gestão sustentável de recursos.

Pedro Cabrita Reis, tal como foi analisado em tempo, procurou homenagear os trabalhadores das barragens pintando a de Bemposta de amarelo. Durante o período de pesquisa de terreno, pude observar algumas mudanças na atitude da população local em relação a esta intervenção. Ao longo do tempo o amarelo da barragem tem sido assimilado, em função de uma outra noção que se lhe juntou, a de património. Embora continuem a existir vozes discordantes da cor, os habitantes locais e os barragistas olham para esta barragem como para si próprios: testemunhas do sonho industrial português dos anos 1950 e 1960, agora inseridos nas narrativas de patrimonialização da paisagem.



Figura 109 Barragem de Bemposta, 2014, fotografia da autora.

Num *site* da EDP podemos ler a estratégia que presidiu ao financiamento do trabalho deste artista plástico, na linha de uma articulação entre o património industrial e as atuais exigências empresariais:

As obras de Pedro Cabrita Reis na barragem da Bemposta e de Pedro Calapez na central hidroelétrica de Picote estão integradas num projeto de criação de um roteiro de Arte Pública e Arquitetura que irá abranger as novas barragens, bem como os centros produtores onde a EDP tem em curso obras de reforço de potência.

Ao associar a Arte Pública às grandes infraestruturas de energia, a EDP quer criar um movimento cultural contemporâneo, dotando as regiões de um conjunto relevante de intervenções de artistas plásticos conceituados, com a convicção de que estas serão um novo fator de promoção e atratividade local. Trata-se de um roteiro inovador, único no mundo, que os atores regionais, públicos e privados, podem transformar num ativo turístico que contribua para o desenvolvimento social e económico local. Para a EDP, a Arte e Arquitetura em Barragens é um projeto único, próprio de uma grande empresa do século XXI, que tem memória, responsabilidade e ambição.

Este projeto de aliar arte e barragens tem as suas raízes nas obras que foram feitas nas barragens no Douro nos anos 50/60. A visão e a capacidade da EDP deu origem, por exemplo, ao “Moderno Escondido”, designação atribuída a intervenções arquitetónicas realizadas em várias barragens. Desde que foi revelado, este “Moderno Escondido” passou a integrar o roteiro de

investigadores e escolas de arquitetura de vários países da Europa, sendo considerado um dos mais importantes exemplos de Arquitetura Moderna.

No campo das artes plásticas, algumas das mais antigas barragens já têm obras instaladas, como é o caso de Venda Nova, que tem um painel de Graça Morais na sala da central.¹¹¹

Como se pode ver, os vários atores usam de formas diferentes a memória da técnica, quer para se integrarem enquanto grupo (barragistas) numa missão estratégica nacional – a eletrificação do país – quer para fazerem valer um *benchmarking* culturalmente ancorado em valores atribuídos ao século XXI



Figura 110 Soleira do descarregador, barragem de Bemposta, 2014, fotografia da autora.

Este novo discurso da EDP não pode separar-se dos movimentos cívicos dos anos 90 e do papel que tiveram no debate público sobre os recursos. Chegamos assim ao terceiro derivado identitário.

3. Ativismos.

O terceiro derivado identitário refere-se aos ativismos de feição transnacionalizante. É a cidade que dá sentido último aos lugares que visitámos. Se isto é visível na estrutura atual do bairro do Barrocal, também o é na situação atual da vila de Foz Côa.

¹¹¹ Em linha: <http://www.a-nossa-energia.edp.pt/noticias/artigo.php?id=90> página acedida em 9 mar.2015.

Aqui, foi possível observar dinâmicas de construção de memória através dos protagonistas da batalha contra o betão. Guiados por outra ideia de desenvolvimento, os protagonistas da batalha do Côa também seguiram caminhos diversos.

Os símbolos adquirem aqui novas significações, protagonizados por um sonho de modernização do país que agora reivindica a atenção à cultura e ao património, à legitimação das identidades locais e às suas necessidades e contextos. Para os protagonistas da batalha do Côa, as gravuras continuam a ser atores na rede articulada de cadeias de traduções, como afirmou J. Correia Jesuino (2001).

Se observarmos com atenção estas dinâmicas, elas inserem-se em processos globais de legitimação em que novos atores exigem o direito de participar nas decisões. Foz Côa foi uma fase dessa irrupção, onde se pressente a repercussão na sociedade portuguesa do ativismo ecológico antinuclear, ocorrido na década anterior na Europa central. Em Portugal, as gravuras rupestres substituem as centrais nucleares instaladas além Pireneus enquanto agentes mobilizadores da opinião pública.

Também pode ter havido outro conjunto de fatores. A situação abordada evidencia as mudanças no discurso produzidas por uma consciência social e cultural, que se alteraram: a técnica prestou-se às narrativas em prol de um novo país em que os técnicos eram os arqueólogos, os historiadores, os antropólogos, os jornalistas. Estes novos protagonismos resultaram das tensões sociais e das novas metas de desenvolvimento para o país. Como ficou dito, os barragistas tomaram posição contra a suspensão da barragem de Foz Côa. Para eles, o progresso continuava do lado das energias hídricas.

Maria Eduarda Gonçalves (2001) considerou ser este um movimento atípico na sociedade portuguesa. A transformação da paisagem do Parque Arqueológico do Côa dá agora a ver ao visitante não apenas as gravuras rupestres, mas também o museu, que em 2014 registou aumento de visitas na ordem dos 16%, segundo dados do próprio museu¹¹².

¹¹² Cf: <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Eventos&Menu2=185> , página pela última vez acedida em 9 mar.2015.



Figura 111 Ferida no santuário. Barragem de Foz Côa, 2010, fotografia da autora.

Mais do que decidir se este movimento cívico constituiu ou não uma mudança efetiva na sociedade portuguesa, importa realçar as transformações ocorridas nos conceitos trabalhados ao longo da pesquisa.

Começarei pelo sentido do sublime. A sublimidade, que Nye (1994) analisou a propósito da multidão anónima face às grandes construções, tomou novo sentido em Foz Côa: nas metáforas que caracterizam a beleza do vale, no facto de as gravuras se encontrarem ao ar livre, simbolizando referentes de novos santuários. Pois um santuário – expressão recorrente no discurso dos guias do museu, e também na literatura dedicada à polémica de Foz Côa – é um local que deve permanecer intocado, não contaminado, puro. Por este motivo, as observações de Danielle Hervieu-Léger (2005) sobre as recomposições das crenças que atravessam as sociedades em toda a sua espessura podem ajudar a compreender este termo tão usado e sentido pelos protagonistas desta batalha.

Terminarei usando o conceito de obra. A obra é lugar de identidade e de lembrança para os barragistas, desafio para os artistas plásticos, ferida no santuário que é o vale, para os

ativistas dos anos 1990. Em todos estes casos, são os processos de luta pela memória que se configuram em torno da técnica.

A propriedade da memória continua sendo no século XXI território de disputa. A relação entre estes conflitos e os seus efeitos na sociedade são analisados por antropólogos, juristas, jornalistas, num esforço que tende a ser transdisciplinar, já que só uma perspectiva integrada pode criar os mecanismos teóricos de compreensão e de ação. A memória construída e preservada nas redes comunicativas dos atores e protagonistas depende do peso conquistado no terreno das movimentações sociais. A obra é assim o elemento que liga os derivados identitários referidos. No século XXI as coordenadas espaço-temporais conheceram desenvolvimentos novos, mas a densidade dos atores não percorre a mesma velocidade nem vive o mesmo tempo.

Como Habermas referiu, a prática excede sempre os mecanismos de compreensão cientificamente construídos.

Bibliografia

- ALONSO, Angela., (2009) *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*, revista Lua Nova, 76, São Paulo. Em linha: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>
- AMARO, Rogério (2001) “Opções, estratégias e atores de desenvolvimento em confronto no caso de Foz Côa”, in GONÇALVES, M. E. (coord.) *O caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*, Lisboa: ed. 70.
- ANTUNES, Manuel; DUARTE, Lucinda; REINO, João Pedro (2006) *Barragens de Portugal, de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz com passagem pelo Douro Internacional*, in Revista Lusófona de Tecnologias e Humanidades, 10.
- BONNET, Michel & DESJEUX, Dominique (org) (2000), *Les territoires de la mobilité*, Paris: PUF.
- BOURDIEU, Pierre (2014) *Raisons pratiques – sur la théorie de l’action*, Paris: SEUIL.
- BRANCO, Jorge (org.) (2013) *Visões do Técnico no centenário 1911-2011*, Lisboa: ISCTE-IUL.
- BREEN, Richard & LUIJKX, Ruud (ed.) (2004), *Social Mobility in Europe*, Oxford: Oxford University Press.
- BRITO, José (1990) *Linha de Rumo*, (introdução e direção de edição), Lisboa: Banco de Portugal.
- BRITO, José, *Engenharia e desenvolvimento: o pensamento económico dos engenheiros*. Em linha: http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_2_a.pdf
- BRITO, Lúcia, (2014) *Cultura: Comunicação e desenvolvimento, empreendimento do museu do Côa*. Tese de mestrado em engenharia, Universidade de Coimbra. Em linha: <http://www.arte-coa.pt/Ficheiros/Bibliografia/1909/1909.pt.pdf>
- BRUUN, Henrik & HUKKINEN, Jane (2003) “Crossing Boundaries: An Integrative Framework for Studying Technological Change”, *Social Studies of Science*, 33, (1): 95-116.
- BURY, John. Bagnell. (1920) *The Idea of Progress. An Inquiry into its Origin and Growth*, London: Macmillan.
- CALVINO, Ítalo, (1990), *Seis propostas para o próximo milénio*, Lisboa: Teorema.

- CANNATÁ, Michele & FERNANDES, Fátima (1997) *Moderno Escondido - Arquitetura das Centrais Hidroelétricas do Douro*, Porto: FAUP.
- CARRILHO, Manuel Maria, (1995) “O Côa numa perspetiva cultural” in JORGE, Vítor, *Dossier Côa*, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- CASTRO, Jorge, *Farândola do Solstício*, Apenas Livros, Lisboa, 2008.
- CHASE, Susan, (2005) “Narrative inquiry – Multiple Lenses, Approaches, Voices” in DENZEN, N.K. & LINCOLN Y.S., *The sage handbook of qualitative research*, California: Sage.
- CLIFFORD, James & MARCUS, George, (ed.) (1986) *Writing Culture – the Poetics and Politics of ethnography*, California: University of California Press.
- CLOUGH, Patricia (2000) “The Technical Substrates of Unconscious Memory: Rereading Derrida's Freud in the Age of Teletechnology”, *Sociological Theory*, 18, (3):383-398.
- CONNERTON, Paul (1993), *Como as sociedades recordam*, Oeiras: Celta.
- CONNERTON, Paul (2010), *How Modernity forgets*, New York: Cambridge.
- CONNERTON, Paul (2011), *The spirit of Mourning*, New York: Cambridge.
- COSTA, Alexandre, (1997) “A Modernidade como valor absoluto”, in CANNATÁ, Michele e FERNANDES, Fátima, *Moderno Escondido – Arquitetura das Centrais Hidroelétricas do Douro 1953-1964*, FAUP, Porto.
- COSTA, Tiago (2011) *Património industrial português da época do Movimento moderno: das experiências modernistas às novas necessidades contemporâneas*. Tese de mestrado em Arquitetura, Universidade de Coimbra. Em linha: <http://hdl.handle.net/10316/15829>
- D'ABREU, Carlos (2007) *Navegação do rio Douro - o sonho (re)corrente de Castela*. Em linha: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9770.pdf>
- DIAS JÚNIOR, José do Nascimento Ferreira, (1990) *Linha de Rumo*, III tomos (introdução e direção de edição de José Maria Brandão de Brito), Lisboa Banco de Portugal.

- DIAS, António, (1997) “Os aproveitamentos hidroelétricos e a arquitetura”, in CANNATÀ, Michele e FERNANDES, Fátima, *Moderno Escondido – Arquitetura das Centrais Hidroelétricas do Douro 1953-1964*, FAUP.
- DODDS, Eric Robertson (1973), *The Ancient Concept of Progress and Other Essays on Greek Literature and Belief*, Oxford: Clarendon Press.
- DUNAR, Andrew & MCBRIDE, Dennis (2001), *Building Hoover Dam*, Nevada Press.
- FALCÃO, Lúcia (2009) - *Barrocal do Douro: cidade ideal vs aldeia atual*. Tese de mestrado em Arquitetura, Coimbra, 2009. Em linha: <http://hdl.handle.net/10316/11611>
- FERREIRA, Carlos (2012) *Reforço de potência da barragem de Picote: escavação e cf. escavação e contenção*. Tese de mestrado em engenharia civil. Universidade do Porto. Em linha: <http://hdl.handle.net/10216/59024>
- FONSECA, Gil (2013) *Projeto geotécnico das obras de circuito hidráulico do reforço de potência de Picote*. Tese de mestrado em engenharia civil, Universidade do Porto. Em linha: <http://hdl.handle.net/10216/59920>
- FENTRESS, James & WICKHAM, Chris (1994) *Memória Social – novas perspetivas sobre o passado*, Lisboa: Teorema.
- FERNEA, Elisabeth., & FERNEA, Robert, (1990) *Nubian ethnographies*, Long Grove: Waveland Pr. Inc.
- FERRAZ, Telmo (1960), *O Lodo e as estrelas*, Porto: ed. autor.
- FERREIRA, Carlos (2012) *Reforço de potência da barragem de Picote: escavação e contenção*. Tese de mestrado em engenharia civil, universidade do Porto. Em linha: <http://hdl.handle.net/10216/59024>
- FONSECA, Gil (2009) *Projeto geotécnico das obras de circuito hidráulico do reforço de potência de Picote*. Tese de mestrado em Engenharia, Universidade do Porto. Em linha: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/59920/1/000136584.pdf>
- FONSECA, Igor (2013) *A construção de grandes barragens no Brasil, China e na Índia: similitudes e peculiaridades dos processos de licenciamento ambiental em países emergentes*, IPEA: Brasília. Em linha: <http://hdl.handle.net/10419/91182>

- GEISER, Peter (1973) “The Myth of the Dam”, *American Anthropologist*, New Series, 75, (1): 184-194.
- GONÇALVES, Maria Eduarda (coord.) (2001), *O caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*, Lisboa: ed. 70.
- GOODY, Jack. (1987), *The interface between the Written and the Oral*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GRANJO, Paulo (2002). Quando a Identidade é um Perigo: Mutações Identitárias na Refinaria de Sines., *Etnográfica* Vol. VI, 2, 303-326. Em Linha: <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Antropologia%20e%20risco%20Etno%20II%20Fac%20Simile.pdf>
- HABERMAS, Jürgen (1983) *Para a reconstrução do materialismo histórico*, S. Paulo: Brasiliense.
- HABERMAS, Jürgen (1987) *Técnica e Ciência como Ideologia*, Lisboa: Caminho.
- HABERMAS, Jürgen (1990) *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa: D. Quixote.
- HABERMAS, Jürgen (1997) *Direito e Democracia- entre facticidade e validade*, Rio de Janeiro, Tempo brasileiro. Em linha: <http://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/direito-e-democracia-entre-facticidade-e-validade-i.pdf>
- HARDMAN, Francisco (1988) *Trem Fantasma – A modernidade na selva*, S. Paulo: Companhia das Letras.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle (2005) *O peregrino e o convertido*, Lisboa: Gradiva.
- JAMESON, Frederic (1991) *Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism*, Durham: Duke University Press.
- JAMESON, Frederic (1998) *The Cultural Turn. Selected writings on the Postmodern, 1983 -1998*, London: Verso.
- JESUÍNO, Jorge (2001) “O caso de Foz Côa: um fórum híbrido”, in GONÇALVES, M. E. (coord.) *O caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*, Lisboa: ed. 70.

- JORGE, Vítor Oliveira (1995) *Dossier Côa*, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- LATOUR, Bruno (1997), *Nous n'avons jamais été modernes – Essai d'anthropologie symétrique*. Paris: la Découverte & Syros.
- LATOUR, Bruno (2012), *Enquête sur les modes d'existence. Une anthropologie des Modernes*, Paris: La Découverte.
- LE GOFF, Jacques (1984) “Memória/História”, *Enciclopédia Einaudi*, 1, p.11-50, Lisboa: INCM.
- LE GOFF, Jacques (1984) “Progresso/reacção”, *Enciclopédia Einaudi*, 1, p.338-369, Lisboa: INCM.
- LEACH, Edmund (1985), *Anthropos*, *Enciclopédia Einaudi*, 5, p.11- 66, Lisboa: INCM.
- LOCATELLI, Carlos (2014) *Comunicação e Barragens – O poder da comunicação das organizações e da media na implantação de hidrelétricas*, Florianópolis; Insular.
- LOPES, Paula (2001) “As políticas da água do Côa”, in GONÇALVES, M. E. (coord.) *O caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*, Lisboa: ed. 70.
- LUCIANO, Fernando (2013) *Transformações do trabalho e dos trabalhadores do aço na ACESITA*, tese de doutoramento em antropologia, universidade de Brasília. Em linha: http://dan.unb.br/images/doc/Tese_116.pdf
- MAGALHÃES – VILHENA, Vasco (1979), *Progresso – História Breve de uma ideia*, Lisboa: Caminho.
- MATEUS, Augusto (1992) *Análise Social*, vol. XXVIII (118-119), (4.º-5.º), 655-671. Em linha: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223054629Q6yOU5pa6Gx45OK0.pdf>
- MÁXIMO, Maria Elisa (2007) “O eu encena, o eu em rede: um ensaio etnográfico nos blogs”, *Civitas, Revista de Ciências Sociais*, vol.7, n.2. Em linha: <http://www.redalyc.org/pdf/742/74270203.pdf>
- McCULLY, Patrick (1996) *Silenced rivers. The ecology and politics of large dams*. London: Zed Books.

- MILLER, Daniel & SLATER, Don (2000), *The Internet – an ethnographic approach*. Oxford: Berg.
- MILLER, Daniel (2011), *Tales from facebook*. Cambridge :Polity.
- MILLER, Joseph (1982) “The interpretation of Otherness”, *The Journal of Religion*, 62 (3): 299-304.
- MORAGA, Jorge. (2001) *Aguas Turbias, la Central Ralco en el Alto Bío-Bío*, Santiago de Chile: Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales.
- NYE, David E. (1994), *American Technological Sublime*, Cambridge: MIT.
- NYE, David E. (1997), *Narratives and Spaces – Technology and the construction of american culture*, Devon: Univ. of E. Press.
- NYE, David E. (2010), *When the lights went out*, Cambridge: MIT.
- NYE, David E. (2004), *America as a second Creation*, Cambridge: MIT.
- PEQUITO, Lurdes, (2013) “A minha barragem – uma experiência colonial” in BRANCO, Jorge (org.) *Visões do Técnico no centenário 1911-2011*, Lisboa:ISCTE-IUL, 815-828.
- PHADKE, Roopali (1999), *Dams, displacement, and community reconstruction - an annotated 1999 bibliography and reference guide*, Berkeley: Institute of International studies, University of California. Em linha: <http://web.archive.org/web/20070609191406/http://globetrotter.berkeley.edu/EnvirPol/Bib/B01-Phadke.pdf>
- PINHO, Isabel (1999) *Picote, Miranda, Bemposta – Aproveitamentos Hidroelétricos do Douro Internacional*, Santa Maria da Feira: EDP.
- PINTO, Henrique (2012) *Barragistas e emoções – viagem ao interior deles*, Lisboa: ed. autor.
- PLANTIER, Carlos (1971) “Nós, os barragistas”, *O Século Ilustrado*, 1738:40-51
- PORTUGAL, Margarida (1995) *O milagre de Foz Côa*, in *Público*, 7 de Março.
- REBANDA, Nelson (1995) *Os trabalhos arqueológicos e o Complexo da Arte Rupestre do Côa*, edição do IPPAR. Documento recolhido na biblioteca do Museu do Côa.

- RIBEIRO, Álvares (1995) *Foz Côa: Portugal e a gestão global da água na bacia nacional do Douro*, in Boletim da Universidade do Porto, nº25, Ano V/1 Junho.
- RIBEIRO Gustavo Lins (1997a) *Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina: the Yacyretá Hydroelectric Dam*, Florida: Univ.Press.
- RIBEIRO, Gustavo Lins (1982), “Arqueologia de Uma Cidade”, *Espaço e Debates*, 5:113-124.
- RIBEIRO, Gustavo Lins (1997) *A condição da transnacionalidade – Brasília 1997*, série Antropologia, Brasília.
- RIBEIRO, Gustavo Lins (2010), “A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25, nº74:20-38. Em linha: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a02v2574>
- RODRIGUES, Maria Elisa (2014), *O Andanças e “As Andanças”*, tese de mestrado em Antropologia, ISCTE-IUL, Lisboa.
- ROLLO, Maria.Fernanda (2011) “Em prol da eletrificação do país I”, *Ingenium*, N.º 122 - Março/Abril. Em linha: <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/em-prol-da-electrificacao-do-pais-i/>
- ROLLO, Maria.Fernanda (2008) “De Picote a Carrapatelo, ou como o Plano Marshall alterou a hierarquia do aproveitamento hidroelétrico do Douro”, *Ingenium*, nº103, (Janeiro/Fevereiro) Em linha: <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/de-picote-a-carrapatelo-ou-como-o-plano-marshall-alterou-a-hierarquia-do-aproveitamento-hidroelectrico-do-douro/>
- S/A, *Aproveitamento Hidráulico do Douro*, edição EDP, Porto, 1986.
- S/A, *Hidroeletricidade em Portugal, memória e Desafio* REN. Em linha: <http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/publicacoes/PublicacoesGerais/Hidroelectricidade%20em%20Portugal%20-%20Mem%C3%B3ria%20e%20desafio.pdf>
- SANS, Judit (2010) *Participação social na gestão dos recursos hídricos – olhar sobre o conflito do Baixo Sabor*, tese de Mestrado em Engenharia do Ambiente, Universidade Nova de Lisboa. Em linha: <http://hdl.handle.net/10362/5106>

- SARAIVA, Clara (2005) *Luz e água. Etnografia de um processo de mudança*, Lisboa: EDIA.
- SARAIVA, Clara (2007) “Um museu debaixo de água: o caso da Luz”, *etnográfica*, 11 (2): 441-470. Em linha: <http://etnografica.revues.org/2013>
- SCOTT, Parry (2009) *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*, Recife: UFPE.
- SEVÁ, Oswaldo *Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade*. (pdf) Em linha: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000300014&script=sci_arttext
- SILVA, Alexandra (2007) *Mulheres em movimento: luta e resistência contra barragens*, tese de mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra. Em linha: <http://hdl.handle.net/10316/9706>
- SIGAUD, Lygia (1993) *Implicações políticas e sociais de grandes projetos hidrelétricos sobre as populações indígenas e camponesas*, S.Paulo, Instituto de Estudos avançados.
- TOURAINÉ, Alain (1981) *The Voice and the Eye: An Analysis of Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TOURAINÉ, Alain (1989) “Os novos conflitos sociais: para evitar mal entendidos”, *Lua Nova*, 17, 5-18.
- TURNER, Victor (1975), *Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*, NY. Cornell University Press.
- ULLOA, Víctor & BELLINI, Luzia (2009) “A usina hidrelétrica de Yacretá: insustentabilidade e exclusão social no rio Paraná (Corrientes, Argentina)”, in *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 21 (3): 373-391.
- WITTFOGEL, Karl (1956) *The Hydraulic Civilizations*, London.
- WITTFOGEL, Karl (1957) *Oriental Despotism – A comparative Study of Total Power*, Yale Univ. Press:London. Em linha: <https://archive.org/stream/KarlAugustWittfogel-OrientalDespotism#page/n1/mode/2up>

XAVIER, Sandra, (2000) *O monumento é o vale: a retórica da paisagem no Parque Arqueológico do Côa.*”, *etnográfica*, IV (1): 109-127. Em linha:

http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N1/Vol_iv_N1_109-128.pdf

Webgrafia:

WCD - WORLD COMISSION OF DAMS

<http://www.internationalrivers.org>

ICOLD - INTERNATIONAL COMMISSION ON LARGE DAMS

<http://www.icold-cigb.net/>

CNPGB - COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA DAS GRANDES BARRAGENS.

<http://cnpgb.inag.pt/>

COAGRET – PORTUGAL - COORDENADORA DE AFECTAD@S PELAS GRANDES BARRAGENS E TRANSVASES – SECÇÃO PORTUGUESA

<http://coagret.wordpress.com/apresentacao/>

IERU – INSTITUTO DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS

2004 - Projecto HidroValor - Avaliação dos Impactos Económicos, Sociais e Ambientais de Novos Médios e Grandes Aproveitamentos Hídricos na Região Centro.

<http://www.ieru.pt/>

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

<http://www.cm-mdouro.pt/>

FUNDAÇÃO CÔA PARQUE

<http://www.arte-coa.pt/>

Legislação e relatórios:

Sobre a eletrificação do país:

Lei n.º 2002, da Electrificação do País, *Diário do Governo* (DG), I Série, 26 de Dezembro de 1944.

Relatório 2010 da World Commission of Dams (WCD). Em linha:

http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/wcdbriefingkit_spa.pdf,

Estudo de Impacte Ambiental (EIA): Aproveitamento hidroelétrico do Douro internacional Picote – reforço de potência. Volume I - Resumo Não Técnico (RNT) Reformulação (OUTUBRO 2006). Em linha:

http://www.edp.pt/PT/sustentabilidade/EDPDocuments/V2_08RNTRP_AHPicote.pdf

Plano Nacional da Água, 2009.

Em linha: <http://pt.scribd.com/doc/16633187/Plano-Nacional-da-Agua-Vol-01-Ministerio-do-Ambiente> .

Imprensa e arquivos.

A *PHALA*, (1995), nº 43 (reedição).

Em linha (referência a este número): <http://www.artecoia.pt/Ficheiros/Bibliografia/1651/1651.pt.pdf> página pela última vez acedida em 15 mar.2015.

O SÉCULO ILUSTRADO, nº1737, 17-04-1971.

Diário de Lisboa. Em linha: http://www.fmsoares.pt/diario_de_lisboa/ano

ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Dossier de imprensa sobre Foz Côa.

Em linha:

<http://www.ci.uc.pt/fozcoa/argset94.html#inicio>

BES RESEARCH – PLANO HÍDRICO NACIONAL – Fevereiro 2009

<http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=40aea63d-abcc-461d-9692-31890a0>

Documentários e filmes.

Barrocal, memória dos que ficam.

Em linha: http://www.youtube.com/watch?v=fTpP_PPN7wo

Belo Monte, Anúncio de uma guerra.

Documentário independente filmado em 3 expedições à região do rio Xingu, Altamira e arredores, S.Paulo e Brasília, Abril de 2012, 1.44.01.

Em linha: <http://www.youtube.com/watch?v=091GM9g2jGk>

Wrong Climate for Damming rivers. Aspetos globais das grandes construções. 0.12.00.

Em linha: <http://www.treehugger.com/clean-technology/google-earth-explains-where-dams-fit-in-a-warming-world.html>

Douro, faina fluvial, Manoel de Oliveira, 1931.

Em linha:

<http://www.youtube.com/watch?v=c5AyIdoLUvI> 1931.

http://www.youtube.com/watch?v=p5HgOBZ_C3s. Idem, versão 1994.

Moderno Escondido, in *Ruínas de Portugal*, imagem de Manuel Barreto e edição de Rui Gonçalves, 2011.

Em linha: http://www.youtube.com/watch?v=AiZEiKcJ_UU&feature=relmfu .

Outras páginas.

PLATAFORMA AIME:

Em linha: <http://www.modesofexistence.org/>

FUNDAÇÃO EDP:

<http://fundacaoedp.pt/>

EDP:

<http://www.a-nossa-energia.edp.pt/>

Declarações

Declaração

Autorizo Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito a utilizar as entrevistas realizadas para fins de pesquisa científica, no âmbito da realização da sua tese de doutoramento.

Data: 5. NOV. 2015

Assinatura: António Joaquim Vieira Pereira dos Santos

Declaração

Autorizo Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito a utilizar as entrevistas realizadas para fins de pesquisa científica, no âmbito da realização da sua tese de doutoramento.

Data: 3/11/2014

Assinatura: _____

Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito

Declaração

Autorizo Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito a utilizar as entrevistas realizadas para fins de pesquisa científica, no âmbito da realização da sua tese de doutoramento.

Data: 12/ Novembro/2014

Assinatura: José Fagundes Vaz

Declaração

Autorizo Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito a utilizar as entrevistas realizadas para fins de pesquisa científica, no âmbito da realização da sua tese de doutoramento.

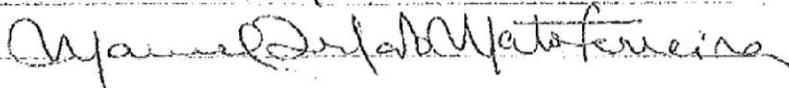
Data: 3-11-2014

Assinatura: Maria Lurdes Ferreira Lourenço Pequito

DECLARAÇÃO

Autorizo Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito a utilizar as entrevistas realizadas para fins de pesquisa científica, no âmbito da realização da sua tese de doutoramento.

Data: 03-NOV-2014

Assinatura: 

Declaração

Autorizo Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito a utilizar as entrevistas realizadas para fins de pesquisa científica, no âmbito da realização da sua tese de doutoramento.

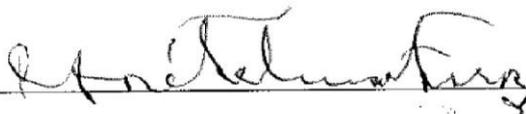
Data: 5-11-2014

Assinatura: Maria Fernanda Pereira dos Santos

Declaração

Autorizo Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito a utilizar as entrevistas realizadas para fins de pesquisa científica, no âmbito da realização da sua tese de doutoramento.

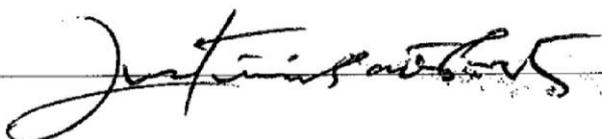
Data: 18-08-2013

Assinatura: 

Declaração

Autorizo Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito a utilizar as entrevistas realizadas para fins de pesquisa científica, no âmbito da realização da sua tese de doutoramento.

Data: 2013/08/13

Assinatura: 

Declaração

Autorizo Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito a utilizar as entrevistas realizadas para fins de pesquisa científica, no âmbito da realização da sua tese de doutoramento.

Data: 17.08.2013

Assinatura: Margarida Fosa Cruz Vale

Jornal de Notícias

2^a F. 22-4-2013

Aurífero Rodrigues

Declaração

Autorizo Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito a utilizar as entrevistas realizadas para fins de pesquisa científica, no âmbito da realização da sua tese de doutoramento.

Data: 17 Agosto 2007

Assinatura: Marcionília Nunes Costa Rodrigues